



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA  
MESTRADO EM HISTÓRIA

VLÁDIA PINHEIRO CANTANHEDE HEIMBECKER

**HABITAR NA CIDADE:**  
PROVISÃO ESTATAL DA MORADIA EM MANAUS, DE 1943 A 1975.

MANAUS

2014



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA  
MESTRADO EM HISTÓRIA

VLÁDIA PINHEIRO CANTANHEDE HEIMBECKER

**HABITAR NA CIDADE:**

PROVISÃO ESTATAL DA MORADIA EM MANAUS, DE 1943 A 1975.

*Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Amazonas, como requisito para a obtenção do título de Mestre em História.*

ORIENTADOR:

PROFESSOR DR JAMES ROBERTO SILVA

MANAUS

2014

## Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

H467h Heimbecker, Vlândia Pinheiro Cantanhede  
Habitar na cidade : Provisão estatal da moradia em Manaus, de  
1943 a 1975. / Vlândia Pinheiro Cantanhede Heimbecker. 2014  
211 f.: il. color; 31 cm.

Orientador: James Roberto Silva  
Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do  
Amazonas.

1. Manaus. 2. História Social. 3. Moradia subsidiada. 4.  
Planejamento urbano. 5. Conjuntos habitacionais. I. Silva, James  
Roberto II. Universidade Federal do Amazonas III. Título

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA  
MESTRADO EM HISTÓRIA

VLÁDIA PINHEIRO CANTANHEDE HEIMBECKER

**HABITAR NA CIDADE:**  
PROVISÃO ESTATAL DA MORADIA EM MANAUS, DE 1943 A 1975.

TERMO DE APROVAÇÃO

Banca Examinadora:

Prof. Dr. James Roberto Silva  
Presidente – DH – UFAM

Prof. Dr. Airton José Cavenaghi  
Membro Titular – Anhembi – Morumbi

Prof. Dr. Otoni Moreira de Mesquita  
Membro Titular – DA – UFAM

## DEDICATÓRIA

*À Regina Máxima (em memória).*

*À Regina Célia, Nadir, Erika e Bruno.  
Ao Silvio, Ana Luisa e Beatriz.*

## AGRADECIMENTOS

Agradeço imensamente aos que contribuíram para a realização deste trabalho. Não conseguiria realizá-lo sozinha. Não apenas aos que tiveram participação mais direta, mas todos àqueles que participaram de minha trajetória até o presente.

Agradeço muito especialmente ao Professor Doutor James Roberto Silva, pelo acompanhamento nesses dois anos e meio, por propiciar valiosas discussões, pela significativa participação em minha vida acadêmica, pela importância que deu ao trabalho que desenvolvemos, pela confiança e paciência com que me orientou. Minha gratidão sincera.

Ao Professor Otoni Mesquita, pela generosidade e gentileza em ceder o material de seu acervo, pela relevante participação na banca de qualificação e pelos encontros em seu atelier na UFAM. Sua contribuição foi fundamental para a realização deste trabalho.

À Professora Ana Lúcia Vieira, pela importante contribuição na banca de qualificação e palavras de incentivo em um momento desse processo, no qual se fez essencial seu olhar objetivo sobre o trabalho.

Aos demais professores do quadro do Mestrado em História da UFAM que de alguma forma contribuíram para a realização deste.

Ao fotógrafo Hamilton Salgado, pelas conversas elucidativas e pela gentileza em ceder suas preciosas fotografias. Ao colega de profissão Bosco Chamma, pelas discussões e pelo empréstimo dos livros. A ambos, pelo seu engajamento nos encaminhamentos da cidade.

À colega de profissão Ana Guerreiro, pelas fotografias.

Aos colegas de Mestrado, na pessoa da amiga Priscilla Daniele Ribeiro, pelo convívio.

Aos colegas professores do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Amazonas, na pessoa do Coordenador José Carlos Bonetti, pelo apoio.

Às amigas que compartilham dos interesses sobre a cidade e sua Arquitetura, em especial Etelvina Garcia, Elisabete Edelvita Chaves, Ana Kalina Moura, Taís Furtado, por nos encontrarmos. Estamos sempre juntas.

Aos técnicos, arquivistas e bibliotecários e aos demais responsáveis pelo cuidado com os acervos documentais dos arquivos públicos, bibliotecas, museus, institutos e demais locais visitados, em específico do Arquivo Público do Estado, Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas, Biblioteca Pública do Estado, Centro Cultural Povos da Amazônia, Museu Amazônico e Instituto Municipal de Planejamento Urbano.

A CAPES, pelo apoio financeiro.

Imensuráveis agradecimentos à Regina Máxima do Nascimento Pinheiro, pelos relatos de suas memórias e pela grande inspiração de vida. À Regina Célia Pinheiro Cantanhede, pelo amor incondicional, apoio integral e presença constante, pelo cuidado com minhas meninas, pelo zelo conosco. Ao Nadir Cantanhede da Silva Filho, grande incentivador no passado, por me alimentar com sonhos. À Erika Pinheiro Cantanhede e ao Bruno Pinheiro Cantanhede, irmãos mais amados, pela grande amizade, estímulo e confiança que depositam em mim. Ao tio José Antônio Pinheiro, pela amizade sincera e admiração mútua. À Terezinha Castelo Barros Heimbecker, por interessar-se pela minha trajetória, pelas palavras carinhosas e incentivadoras de sempre. Ao amigo Marcelo de Souza Ferreira, por fazer parte de nossa família. À prima Sammya Araújo Inhamuns, por tudo que vivemos juntas. Aos primos Rebeca e Igor Araújo Ferreira da Silva, pelo exemplo, carinho, amizade.

Agradeço especialmente aos meus grandes amores, à paixão Silvio Heimbecker Neto, à Ana Luisa e Beatriz, pela compreensão, paciência, encorajamento, vitalidade, ânimo.

Muito obrigada, por me acompanharem nesta vida.

Sou muito grata a Deus, por vocês, por tudo.

## RESUMO

Este trabalho discute a provisão estatal da habitação entre os anos de 1943 e 1975 em Manaus, Amazonas, a partir de um corpo documental que incluiu jornais, mensagens oficiais, projetos, leis, textos publicitários, imagens, mapas. Em um intervalo de significativo aumento das habitações precárias urbanas, marcado pelo incipiente planejamento urbano disciplinar e pelo esforço crescente do poder público, em promover programas de habitação pautados na mercantilização da moradia operária periférica, os conjuntos habitacionais foram marcantes como modo de estruturação de áreas de expansão urbana, influenciando na configuração da paisagem cultural em transformação. Nela, se fizeram presentes outras formas de habitar e modos de vida indesejados para a imagem de cidade idealizada por administradores públicos que aspiravam ao progresso pretensiosamente advindo de uma industrialização programada, configurando um claro confronto entre o que a norma estatal pretendeu para a habitação popular e a prática social de outras formas de habitar a cidade, muitas das quais, culturalmente enraizadas.

Palavras-chave: Manaus, História Social, Moradia subsidiada, Planejamento Urbano, Conjuntos habitacionais.

## ABSTRACT

This paper discusses the state provision of housing between the years 1943 and 1975 in Manaus, Amazonas, from set of documents that included newspapers, official posts, projects, laws, advertising texts, images, maps. In a range of significant increase in urban poor housing, marked by incipient disciplinary urban planning and increasing effort by the government, to promote housing programs guided by the commodification of peripheral workers housing, housing developments were remarkable as a way of structuring areas urban expansion, influencing the cultural configuration of the changing landscape. In it were present other ways of living and ways of life for unwanted idealized image of the city by public administrators who aspired to pretentiously progress arising from a planned industrialization, setting a clear confrontation between the state standard intended for low-income housing and social practice other forms of inhabiting the city, many of which are culturally rooted.

Keywords: Manaus, City, Social History, subsidized Housing, Urban Planning, Housing Sets

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>5</b>
<i>Sobre o problema da pesquisa</i> .....	5
<i>Fontes documentais e estrutura do trabalho</i> .....	19
<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>24</b>
<b>ESPAÇO URBANO E HABITAÇÕES POPULARES, DE 1943 A 1958.</b> .....	<b>24</b>
1.1 Habitação social, breve abordagem. ....	25
1.2 Aproximações ao espaço urbano e a habitações de populares, de 1943 a 1958.....	36
1.3 Sobre a promoção estatal de habitações em Manaus, de 1943 a 1958. ....	69
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>84</b>
<b>ESPAÇO URBANO E HABITAÇÕES POPULARES, DE 1958 A 1967.</b> .....	<b>84</b>
2.1 Aproximações do espaço urbano (modernizado?).....	85
2.2 Sobre a promoção estatal de habitações em Manaus, de 1958 a 1967. ....	108
2.3 Nota: Desmanche da cidade flutuante e os primeiros conjuntos habitacionais.....	126
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	<b>136</b>
<b>CONJUNTOS HABITACIONAIS, DE 1967 A 1975</b> .....	<b>136</b>
3.1 Cronologia dos conjuntos, em um “Urbanismo devidamente planejado” .....	137
3.2 A moradia (ou os conjuntos), uma demanda social. ....	163
3.4 Nota: Obra da Ponte do bairro de Educandos. ....	180
3.5 Compunham a paisagem, cotidiano e invenção.....	183
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>197</b>
<b>7. REFERÊNCIAS</b> .....	<b>199</b>
7.1 Fontes primárias .....	199
7.2 Fontes bibliográficas .....	205

## FIGURAS

Figura 1 – Capas do Jornal “A Crítica”, acervo da autora .....	35
Figura 2 - Legenda da imagem: “Foto aérea de Manaus. No 1) – Av. Carvalho Leal. 2) – Av. Borba. 3) – Av. Humaitá. 4) – Av. Ajuricaba. 5) – Av. Ipixuna. 6) – Av. Urucará”. Ano: 1948. (ANDRADE, 1984, p. 19).....	46
Figura 3 – (JORNAL DO COMÉRCIO, 29/07/1947, p.06). .....	51
Figura 4 – (JORNAL DO COMÉRCIO, 03/07/1948, p. 02).....	53
Figura 5 - (JORNAL DO COMÉRCIO, 15/01/1949, capa).....	53
Figura 6 – Fábrica “Brasiljuta” instalada em 1951 no bairro de Educandos. Notam-se as habitações no entorno imediato. Acervo pessoal de Ana Guerreiro.....	54
Figura 7 – Inauguração da “Brasiljuta”.....	55
Figura 8 - Legenda da imagem: “Habitações de Constantinópolis em Manaus (AM)”. Ano: 1954. Autor: Tomas Somlo. Arquivo virtual: Acervo dos Trabalhos Geográficos de Campo, IBGE.....	56
Figura 9 - Legenda da imagem: “Habitações de Constantinópolis em Manaus (AM)”. Ano: 1954. Autor: Tomas Somlo. Arquivo virtual: Acervo dos Trabalhos Geográficos de Campo, IBGE.....	56
Figura 10 - Legenda da imagem: “Casas à margem do Igarapé Cachoeirinha em Manaus (AM)”. Ano: 1953. Autor: Tibor Jabonsky. Arquivo virtual: Acervo dos Trabalhos Geográficos de Campo, IBGE.....	57
Figura 11 - Legenda: “Aspecto do bairro Constantinópolis alagado em Manaus (AM)”. Ano: 1953. Autor: Tibor Jablonsky. Arquivo virtual: Acervo dos Trabalhos Geográficos de Campo, IBGE.....	57
Figura 12 – (JORNAL DO COMÉRCIO, 15/01/1950, p.05).....	61
Figura 13 – (JORNAL A CRÍTICA, 14/12/1953, capa). .....	63
Figura 14 - Legenda da imagem: “Casas alagadas perto do Mercado Municipal em Manaus (AM)”. Ano: 1953. Autor: Tibor Jabonsky. Arquivo virtual: Acervo dos Trabalhos Geográficos de Campo, IBGE.....	64
Figura 15 – Legenda da imagem: “Aspecto de uma casa inundada pela enchente em Manaus (AM)”. Ano: 1953. Autor: Tibor Jablonsky. Arquivo virtual: Acervo dos Trabalhos Geográficos de Campo, IBGE.....	64
Figura 16 - Legenda da imagem: “Bairro de São Raimundo em Manaus (AM)”. Ano: 1953. Autor: Tibor Jablonsky. Arquivo virtual: Acervo dos Trabalhos Geográficos de Campo, IBGE.....	65
Figura 17 - (JORNAL DO COMÉRCIO, 09/03/1950, p.6). .....	65
Figura 18 – (JORNAL DO COMÉRCIO, 05/04/1950, p.03).....	66
Figura 19 – Legenda: “Um ônibus do ‘Serviço de Transporte Coletivo do Estado circulando na principal artéria do Bêco do Macêdo, recentemente pavimentada pela Prefeitura Municipal”. (MENSAGEM, 1957). .....	67
Figura 20 - Legenda: “TIPO de casas da Colonia ‘Claudio Mesquita’, mandadas construir pelo Govêrno do Estado” (MENSAGEM, 1957). .....	78
Figura 21 - Legenda: “VISTA parcial do conjunto residencial “João Goulart” (MENSAGEM, 1957). .....	79
Figura 22 - Legenda: “O conjunto residencial ‘Jucelino Kubitschek’, com 40 modernos apartamentos, localizados no bairro da Cachoeirinha” (MENSAGEM, 1957).....	80
Figura 23 – Legenda: “Realização de Plínio Ramos Coêlho. Uma notável realização do governo trabalhista”. (O JORNAL, 05/12/1956). .....	80
Figura 24 - Legenda: “CASAS populares no bairro do Japiim. Existem quatro atualmente, pretendendo o Governo construir outras residências para funcionários públicos” (MENSAGEM, 1957). .....	82
Figura 25 – Legenda: “Dois aspectos da Avenida Ayrão, alargada e retificada pela Prefeitura, permitindo a ligação, por essa artéria, da Avenida João Coêlho com a Rua Major Gabriel” (MENSAGEM, 1957). .....	88
Figura 26 – Legenda: “Boeiro da Rua Santa Izabel (ligação entre a ‘curva da morte’ e a Ramos Ferreira). Outra obra muito importante da administração trabalhista”. (MENSAGEM, 1957).....	89
Figura 27 – Legenda: “Início dos trabalhos de drenagem do igarapé da terceira ponte no verão, a altura da rua Ramos Ferreira” (MENSAGEM, 1957).....	89
Figura 28 – (JORNAL DO COMÉRCIO, 09/01/1960, p.5). .....	90
Figura 29 – Legenda: “Estrada Manaus-Itacoatiara avança para o nosso progresso” (JORNAL DO COMÉRCIO, 27/08/1960, capa).....	91
Figura 30 – Chamada: “Este amigo está sempre conosco” (JORNAL DO COMÉRCIO, 23/02/1964).....	94
Figura 31 – Legenda: “Centro e subúrbios ganham ruas novas e asfaltadas: governo embeleza a cidade” (JORNAL DO COMÉRCIO, 26/01/1960, p.5).....	94
Figura 32 – Legenda: “Rua nova para conduzir a um novo bairro: Raiz” (JORNAL DO COMÉRCIO, 31/08/1960, capa).....	94
Figura 33 – Chamada: “‘Compensa’ é a nova empresa amazonense para a exploração de nossas florestas” (JORNAL DO COMÉRCIO, 21/08/1959, p.6).....	96
Figura 34 – Ilustração da capa, autoria não identificada. Nela, nota-se a síntese do trabalho e da vivência no ambiente formado pela água, pela madeira e palha, pelas passarelas de conexão e pela engenhosidade das estruturas flutuantes (SERRA e CRUZ, 1964).....	101

Figura 35 - Legenda: "Casas sobre estacas na época de estiagem em Manaus (AM)". Ano: 1965. Autor: Wilson de Souza Aranha. Arquivo virtual: Acervo dos Trabalhos Geográficos de Campo, IBGE. ....	101
Figura 36 – (JORNAL DO COMÉRCIO, 11/04/1968). ....	104
Figura 37 – Legendas: “As máquinas do DER - AM preparam o distrito industrial da Zona Franca de Manaus e onde começa a se instalar um novo parque industrial do país” e “A estrada TORQUATO-TAPAJÓS que liga MANAUS ao progressista município de ITACOATIARA, uma realização do DER – AM, no govêrno Danilo Mattos Areosa” (OCUPAÇÃO DO AMAZONAS, s.d.).....	105
Figura 38 - Legenda: “A criança de hoje contempla a passagem do progresso rumo ao setor de indústrias da Zona Franca, uma antevisão do futuro grandioso do Amazonas”. (OCUPAÇÃO DO AMAZONAS, s.d.) .....	106
Figura 39 – (JORNAL DO COMÉRCIO, 31/12/1966). ....	116
Figura 40 – Legenda: "Bairro de Flores vendo-se casas populares da COHAB em Manaus (AM)". Ano: 1968. Autor: Tibor Jablonsky. Arquivo virtual: Acervo dos Trabalhos Geográficos de Campo, IBGE.....	116
Figura 41 - Legenda: “Bairro de Flores vendo-se casas populares da COHAB em Manaus (AM)”. Ano: 1968. Autor: Tibor Jablonsky. Arquivo virtual: Acervo dos Trabalhos Geográficos de Campo, IBGE.....	117
Figura 42- Legenda: “Plano de Urbanização do Bairro da Raiz. Projeto inicial da residência típica. Antony & Pereira da Cunha Arquitetos Associados”. (ABA, 1969, P.59) .....	119
Figura 43 – Perspectiva da habitação projetada para o conjunto Costa e Silva. (ANTONY e CUNHA, 1965, p.49) .....	119
Figura 44 – Legenda: “Plano de Urbanização do Bairro da Raiz, Manaus. Antony & Pereira da Cunha Arquitetos Associados”. (ABA, 1969, p.57) .....	120
Figura 45 – Conjunto Habitacional do bairro da Raiz implantado. Fonte: Acervo pessoal de Hamilton Salgado. ....	120
Figura 46 – Legenda: “Escola do bairro da Raiz – vista do pateo interno”. (ABA, 1969, p.60).....	121
Figura 47 – (JORNAL DO COMÉRCIO, 02/04/1968, capa). ....	122
Figura 48 – Legenda: “Casas populares construídas pela CERTAM, no bairro da Raiz, em Manaus”. Casas do conjunto popular do bairro da Raiz e capa da revista. (OCUPAÇÃO DO AMAZONAS, s.d.) .....	122
Figura 49 - Legenda: "Vemos aqui o tipo comum de casa construída pela COHABAM, em close. Como essas, são quase tôdas as habitações do tipo social, levantadas no Amazonas, por essa entidade cuja presença está plenamente vitoriosa". Na imagem das máquinas em terreno devastado, legenda: “Não é fácil a remoção de terras, sob um clima altamente pluvioso como o do Amazonas. Os técnicos da COHABAM tem-se esforçado no sentido de garantir as fundações e segurança dos conjuntos edificados” (AMAZÔNIA É BRASIL s.d.) .....	123
Figura 50 - Legenda: “Plano de Urbanização do Bairro da Raiz. Aspecto do Conjunto construído. Antony & Pereira da Cunha Arquitetos Associados”. (ABA, 1969, P.59) .....	124
Figura 51 - Legenda: "Bairro (...) vendo-se casas pobres habitadas por antigos moradores das casas flutuantes em Manaus (AM)". Ano: 1968. Autor: Tibor Jablonsky. Arquivo virtual: Acervo dos Trabalhos Geográficos de Campo, IBGE. ....	126
Figura 52 – Localização em imagem de 2014 gerada pelo Google Earth, do lugar em que foi situada a cidade flutuante, dissolvida entre os anos de 1966 e 1967. ....	128
Figura 53 – Cidade Flutuante (ANDRADE, 1984, p.180). ....	128
Figura 54 – Cidade Flutuante. (ANDRADE, 1984, p.180).....	130
Figura 55 - Legenda da imagem: "Cidade flutuante em Manaus (AM)". Ano: 1965. Autor: Wilson de Souza Aranha. Arquivo virtual: Acervo dos Trabalhos Geográficos de Campo, IBGE.....	134
Figura 56 - Legenda da imagem: "Bairro dos Educandos em Manaus (AM)". Ano: 1965. Autor: Wilson de Souza Aranha. Arquivo virtual: Acervo dos Trabalhos Geográficos de Campo, IBGE.....	135
Figura 57 – (JORNAL DO COMÉRCIO, 19/12/1970, p.1).....	138
Figura 58 – Legenda: Habitação: “COHAB – Am cumpre em Manaus e no interior o programa do governo Danilo Areosa”. (JORNAL DO COMÉRCIO, 31/01/1969).....	141
Figura 59 – Legenda: “Habitação melhor e mais fácil. Milhares de casas populares estão sendo construídas pela Companhia de Habitação do Amazonas em todo o Estado. Edificadas em terrenos sadios e contanto, tôdas, com água encanada, luz elétrica e esgotos, elas se destinam ao amazonense de pequenas posses, custando seu pagamento quantias menores que os aluguéis normalmente cobrados pelos barracos que aos poucos vão desaparecendo”. (JORNAL DO COMÉRCIO, 31/01/1969).....	141
Figura 60 – Conjunto do Parque Dez de Novembro (OCUPAÇÃO DO AMAZONAS, s.d.).....	143
Figura 61 – (JORNAL DO COMÉRCIO, 29/08/1968). ....	143
Figura 62 – Em destaque, o Conjunto 31 de março, implantado no ano de 1970. (SUFRAMA, 1971).....	144
Figura 63 - Legenda: “Dizendo que ‘isto será a segunda cidade do Amazonas’, o Ministro Costa Cavalcanti, do Interior, inaugurou ontem as primeiras mil casas do Conjunto ‘31 de Março’, as quais abrigarão cêrca de 6 mil pessoas, oferecendo-lhes, já, sistema de águas e esgotos, energia elétrica, saneamento, arruamento meios-fios e sarjetas” (JORNAL DO COMÉRCIO, 02/12/1970, p.5). ....	145
Figura 64 – Legenda: “Mais um Conjunto Residencial” (JORNAL DO COMÉRCIO, 22/11/1970, capa).....	145

Figura 65 - Legenda: "Amazonas – Um tapiri típico". (ABA, 1969, p.23).....	147
Figura 66 - Legenda: "Bairro com casas de madeira em Manaus (AM)". Ano: 1965. Autor: Wilson de Souza Aranha. Arquivo virtual: Acervo dos Trabalhos Geográficos de Campo, IBGE.....	148
Figura 67 – Jornal do Comércio, 01 de maio de 1975.....	157
Figura 68 - Jornal do Comércio, 03 de maio de 1975.....	157
Figura 69 – Jornal do Comércio, 06 de maio de 1975.....	157
Figura 70 – Jornal do Comércio, 15 de maio de 1975.....	158
Figura 71 – Jornal do Comércio, 22 de maio de 1975.....	158
Figura 72 – (MANAUS, 1979).....	161
Figura 73 – (JORNAL DO COMÉRCIO, 29/04/1975).....	162
Figura 74 – (JORNAL DO COMÉRCIO, 06/11/1975, p.6).....	168
Figura 75 – Implantação do Conjunto Dom Pedro, com a identificação de ocupações irregulares no processo de pedido de aprovação junto à Prefeitura Municipal.....	169
Figura 76 - Conjunto Dom Pedro I, no primeiro plano. Bairro "Alvorada" com loteamento, no segundo plano. ....	169
Figura 77 – (JORNAL A NOTÍCIA, 31/05/1975).....	171
Figura 78 – (JORNAL DO COMÉRCIO, 28/12/1971).....	173
Figura 79 – (JORNAL DO COMÉRCIO, 06/12/1970).....	176
Figura 80 – (JORNAL DO COMÉRCIO, 11/11/1970).....	176
Figura 81 – (JORNAL DO COMÉRCIO, 15/10/1969).....	176
Figura 82 – (JORNAL DO COMÉRCIO, 02/02/1969).....	177
Figura 83 – Conjuntos habitacionais. (ANDRADE, 1984, p.86).....	178
Figura 84 – (JORNAL DO COMÉRCIO, 30/11/1975, p.7).....	179
Figura 85 – (JORNAL DO COMÉRCIO, 08/11/1975).....	179
Figura 86 – Fragmento de propaganda com planta de imóvel a venda (JORNAL DO COMÉRCIO, 14/11/1975). ....	179
Figura 87 – Construção da ponte de Educandos. Fotografia de autoria de Hamilton Salgado, 1975.....	182
Figura 88 - (AMAZÔNIA É BRASIL s.d.).....	185
Figura 89 – Legenda da imagem: "Bairro de Flores vendo-se casas populares da COHAB em Manaus (AM)". Ano: (incerto). Autor: Tibor Jablonsky. Arquivo virtual: Acervo dos Trabalhos Geográficos de Campo, IBGE. ....	186
Figura 90 - Legenda da imagem: "Fileira de casas palafitas na rua Beira Mar em Educandos, Manaus (AM)". Ano: 1958. Autor: Tibor Jablonsky. Arquivo virtual: Acervo dos Trabalhos Geográficos de Campo, IBGE. ....	187
Figura 91 - Legenda da imagem: "Igarapé perto do bairro Educandos em Manaus (AM)". Ano: 1958. Autor: Tibor Jablonsky. Arquivo virtual: Acervo dos Trabalhos Geográficos de Campo, IBGE.....	187
Figura 92 - Legenda da imagem: "Bairro Educandos vendo-se batelões à margem do Rio Negro em Manaus (AM)". Ano: 1968. Autor: Tibor Jablonsky. Arquivo virtual: Acervo dos Trabalhos Geográficos de Campo, IBGE.....	188
Figura 93 - Legenda da imagem: "Casas flutuantes e pobres, estacas localizadas no bairro proletário Igarapé São Raimundo Manaus (AM)". Ano: 1965. Autor: Wilson de Souza Aranha. Arquivo virtual: Acervo dos Trabalhos Geográficos de Campo, IBGE. ....	188
Figura 94 - Legenda da imagem: "Casas de madeira perto da Avenida Silves em Manaus (AM)". Ano: 1968. Autor: Tibor Jablonsky. Arquivo virtual: Acervo dos Trabalhos Geográficos de Campo, IBGE.....	188
Figura 95 - Legenda da imagem: "Casas flutuantes de modestos habitantes em Manaus (AM)". Ano: 1953. Autor: Tibor Jablonsky. Arquivo virtual: Acervo dos Trabalhos Geográficos de Campo, IBGE.....	189
Figura 96 - Legenda da imagem: "Casa palafita perto da Avenida Silves em Manaus (AM)". Ano: 1958. Autor: Tibor Jablonsky. Arquivo virtual: Acervo dos Trabalhos Geográficos de Campo, IBGE.....	190
Figura 97 – Legenda da imagem: "Uma casa palafita em Manaus (AM)". Ano: 1958. Autor: Tibor Jablonsky. Arquivo virtual: Acervo dos Trabalhos Geográficos de Campo, IBGE.....	190
Figura 98 - Legenda da imagem: "Casas flutuantes à margem do Rio Negro em Manaus (AM)". Ano: 1953. Autor: Tibor Jablonsky. Arquivo virtual: Acervo dos Trabalhos Geográficos de Campo, IBGE.....	191
Figura 99 – (SCHULTZ, 1964).....	191
Figura 100 – Legenda: "Comércio na cidade flutuante". (SCHULTZ, 1964, p.68).....	192
Figura 101 - Legenda da imagem: "Detalhe da cidade flutuante em Manaus (AM)". Ano: 1965. Autor: Wilson de Souza Aranha. Arquivo virtual: Acervo dos Trabalhos Geográficos de Campo, IBGE.....	192
Figura 102 - Legenda da imagem: "Aspecto da cidade flutuante em Manaus (AM)". Ano: 1965. Autor: Wilson de Souza Aranha. Arquivo virtual: Acervo dos Trabalhos Geográficos de Campo, IBGE.....	193
Figura 103 - Legenda da imagem: "Cidade flutuante em Manaus (AM)". Ano: 1965. Autor: Wilson de Souza Aranha. Arquivo virtual: Acervo dos Trabalhos Geográficos de Campo, IBGE.....	193

Figura 104 - Legenda da imagem: "Cidade flutuante em Manaus (AM)". Ano: 1965. Autor: Wilson de Souza Aranha. Arquivo virtual: Acervo dos Trabalhos Geográficos de Campo, IBGE.....	194
Figura 105 - Legenda da imagem: "Família de caboclos lavando roupa na enchente em Manaus (AM)". Ano: 1953. Autor: Tibor Jablonsky. Arquivo virtual: Acervo dos Trabalhos Geográficos de Campo, IBGE. ....	194
Figura 106 - Legenda da imagem: "Família flagelada pela enchente vivendo a beira d'água em Manaus (AM)". Ano: 1953. Autor: Tibor Jablonsky. Arquivo virtual: Acervo dos Trabalhos Geográficos de Campo, IBGE. ....	195
Figura 107 - Legenda da imagem: "Aspecto de uma rua do bairro proletário notando-se a expansão dos mesmos em Manaus (AM)". Ano: 1965. Autor: Wilson de Souza Aranha. Arquivo virtual: Acervo dos Trabalhos Geográficos de Campo, IBGE.....	195
Figura 108 - Conjunto habitacional do bairro de Flores já habitado (OCUPAÇÃO DO AMAZONAS, s.d.). ...	196
Figura 109 – Imagem da cidade flutuante. (PASSARINHO, 1971). ....	196

## MAPAS

Mapa 1 – Mensagem de Antonio Botelho Maia, prefeito de Manaus em 15 de Abril de 1937. Citado por (SOUZA 2010, p.90; OLIVEIRA 2003, p.92). ....	47
Mapa 2 - (BENCHIMOL 1977, p.69) .....	48
Mapa 3 – Divisão da cidade em zonas, em 1951. (OLIVEIRA, 2003).....	62
Mapa 4 – Localização dos flutuantes em Manaus (SERRA e CRUZ, 1964). ....	100
Mapa 5 – Legenda: “Planta da cidade de Manaus, 1969. Administração Dr. Paulo Pinto Nery”. (OCUPAÇÃO DO AMAZONAS, s.d.).....	107
Mapa 6 - Legenda: “Zoneamento – Plano Viário”. (ABA, 1969, 53) .....	113
Mapa 7 - Esquema de localização dos conjuntos habitacionais de Flores e Raiz (em vermelho). Desenho em Autocad com base no mapa da cidade divulgado pelo Governo do Estado do Amazonas (AMAZONAS, 1974). ....	118
Mapa 8 – Localização do conjunto habitacional Castelo Branco (em vermelho), no limite urbano, tomando-se como base o já referido mapa de 1974 (AMAZONAS, 1974). Também estão indicados os conjuntos da Raiz e de Flores.....	142
Mapa 9 – Localização do Conjunto 31 de março (em vermelho) e da área destinada ao Distrito Industrial (DI), sobre mapa base veiculado pelo Governo do Estado (AMAZONAS, 1974). ....	144
Mapa 10 - Legenda: “Planta da cidade de Manaus, 1975”. (Em separado, abaixo e a esquerda, a planta do Distrito Industrial). (IX Congresso Eucarístico Nacional. Manual do Congressista. 1975, p.33). ....	150
Mapa 11 – Esquema gráfico produzido a partir da listagem de loteamentos e conjuntos aprovados junto ao IMPLURB, sobre mapa veiculado em 1974 (AMAZONAS, 1974), com uma aproximação às concentrações de áreas de expansão da cidade a partir dos anos de 1960. ....	154
Mapa 12 - Esquema gráfico produzido sobre mapa veiculado em 1974 pelo Governo do Estado (AMAZONAS, 1974). Aproxima-se neste esquema, da localização dos bairros e loteamentos mencionados no texto dos jornais. Neste, estão indicados Parque Dez, além de Petrópolis, São Francisco e Raiz, estes três últimos em uma mesma mancha. ....	165
Mapa 13 - Esquema gráfico com o acréscimo da Compensa, a oeste. ....	167
Mapa 14 - Esquema gráfico com o acréscimo do Coroadó, a nordeste. ....	170
Mapa 15 - Esquema gráfico com o acréscimo dos conjuntos 31 de março e Japiim a leste e o Conjunto Eldorado a norte. Também estão esquematicamente indicados Glória, Educandos e Santa Luzia, territórios transformados a partir dos 1950, situados na periferia do Centro urbano. ....	174
Mapa 16 - Esquema gráfico em que foram acrescentados o conjunto “Bea-ICA” e o “Cidade Jardim”. ....	177

## TABELAS

Tabela 1 – Fonte: S.V.O.P./ COHAB (SALAZAR, 1985, p.160).....	130
Tabela 2 – Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1872, 1890, 1900, 1920, 1940, 1950, 1960, 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010.....	139
Tabela 3 – Conjuntos Habitacionais segundo listagem da Superintendência Estadual de Habitação – SUHAB. Governo do Estado do Amazonas. (Editada pela autora, excluindo-se as construtoras e o tipo do imóvel segundo classificação da SUHAB).....	152

## Introdução

**...o que é uma civilização senão a antiga instalação de uma certa humanidade em um certo espaço?**

Fernand Braudel (1996, p. 513)

### *Sobre o problema da pesquisa.*

Este trabalho é o resultado da pesquisa desenvolvida durante o Mestrado do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Amazonas, em *Políticas, Instituições e Práticas Sociais*. A princípio, a produção da habitação urbana subsidiada pelo Estado, se apresentou como tema à investigação que me propunha realizar, pela possibilidade de estabelecer um elo entre a História de aporte social e a Arquitetura e Urbanismo, área de minha formação na graduação. Também, por provocar reflexões ainda em vigor, como as que cercam os movimentos indutores de arranjos espaço-sociais urbanos e o distanciamento histórico entre o caráter disciplinar do planejamento e legislação por um lado e as dinâmicas e aspirações sociais manifestas na cidade, por outro.

Outra motivação adveio do desejo de investigar Manaus, mesmo com as limitações que traria o estudo com este teor, de uma História da cidade. Em particular, havia o interesse em tratar do período em que se deteve, ao fim, a pesquisa. Nas escolas de Arquitetura e Urbanismo com que tinha contato nesta cidade, eram poucos os trabalhos científicos que abordavam a temática nesse campo. Sua ênfase, quando existentes, recaía sobre um período específico da vida urbana local, o do apogeu econômico propiciado pelo ciclo da borracha, em linhas gerais, ocorrido entre os anos de 1890 e 1920. Igualmente, junto às instituições públicas em que atuei durante um período, especialmente na de planejamento urbano municipal, não havia contatado estudos voltados aos processos históricos e sua influência sobre a conformação da cidade no tempo, morfológica, paisagística ou espacialmente. Tais constatações instigavam a realização do trabalho e a tentativa de compreensão de alguns fenômenos sociais ecoados na produção do espaço urbano, mesmo hoje.

Tratando a respeito do objeto *cidade* na pesquisa em História, faz-se interessante mencionar as questões levantadas por Ulpiano Toledo Bezerra de Meneses (1992), na apresentação da série de cadernos de história de São Paulo:

Que objeto é esse: a cidade como artefato (o que, obviamente, implica todas as suas dimensões não materiais)? a urbanização? a questão urbana? a cidade como campo de forças? a cultura urbana? as representações sociais da cidade e do urbano etc.etc.? ou tudo isso junto? Já se observou que, nessa linha de amplo espectro, difícil é dizer o que **não** seria História Urbana.

(...)

...como agasalhar sob uma denominação unitária e apenas formalmente denotativa (...) um complexo de fenômenos tão diversificados e de articulações tão multiformes, ao longo de mais de quatro séculos? (p. 5-6)

Ele próprio, ao responder à sua indagação, atribuiu à cidade o sentido de “alavanca” para outras investigações que dessem a conhecer “aspectos do funcionamento da sociedade como todo”. Para o autor, seria este um “conceito flexível, adaptado às necessidades de observação” (idem, *ibidem*).

Desta forma, a cidade poderia ser compreendida como alavanca para estudos de movimentos sociais, do trabalho urbano, das práticas tradicionais, das intervenções governamentais, dentre outras abordagens, das quais neste contexto, poderiam ser destacados os estudos no campo da História, de Edneia Mascarenhas (1999), Francisca Deusa da Costa (1997), José Ribamar Bessa Freire (1987), José Vicente de Souza Aguiar (2002), Leno José Barata Souza (2010), Márcio Souza (1978), Maria Luiza Ugarte (1999), Otoni Mesquita (2009), Samuel Benchimol (1977), Selda Vale da Costa (1996), e no da Geografia, de José Aldemir de Oliveira (2003), com os quais fiz contato, e que em algum momento, são dirigidos à cidade.

Além de tais pesquisadores, oportunamente menciono a produção também acessada na pesquisa, de memorialistas, poetas, escritores, outros pesquisadores, dos quais Antônio Loureiro (1994), Etelvina Garcia (2005), Jefferson Peres (2002), Luiz de Miranda Corrêa (1969), Milton Hatoum (2005), Moacir Andrade (1984) e Thiago de Mello (1983) são alguns dos mais significativos representantes.

Ainda a respeito dos estudos historiográficos sobre a cidade, quanto à possibilidade de serem lançadas observações sobre as transformações e permanências desse objeto para o qual busca uma definição, Maria Stella Bresciani (1992) afirma que a partir dele, poderia se tratar da vida política, do mercado, das instituições públicas e seus edifícios, das formas urbanas, dentre outros exemplos temáticos que conceberiam a cidade como fato histórico em continuidade. Mas a partir do entendimento das cidades relacionadas à “ideia de modernidade, para o momento em que, na primeira metade do século XIX, são problematizadas em **questão urbana**, concebidas como um espaço de tensões empíricas e conceituais” (BRESCIANI, 1992, P.11-26), é que pensa a historiadora. Nesta linha de compreensão, estabelece uma pauta para a discussão acerca da cidade, objetificada e tomada historicamente pelo Urbanismo, desenvolvido nesse século, como campo disciplinar acadêmico e prática política.

Com esta segunda linha analítica que apresenta, a autora defende que além de algo móvel, há algo de fixo a considerar no tratamento historiográfico sobre a cidade, conceito que

deveria ser incorporado a processos de análise desse objeto. Referenciada na concepção de que a modernidade no século XIX foi delineando um juízo sobre o urbano, como produto do artifício que o distinguiu do ambiente rural, dotando de sentido a concepção de cidade, ela propõe alguns encaminhamentos para a leitura desse objeto. Estas formas de interpretação da cidade possibilitariam tratá-la como uma questão técnica ou social, como espaço para a formação de novas identidades sociais, novas sensibilidades ou como sinônimo de progresso. Também caberia a compreensão de cidade pelo viés da cultura popular ou pelo campo das imagens subjetivas que o tema poderia vir a suscitar.

A pesquisa ora apresentada, apenas tangencia as categorias de análise que propõe a referida historiadora, tendo em vista os limites interpretativos, de aplicação e de contextualização com que foram absorvidas neste trabalho, voltado à Manaus em meados do século XX. Mesmo assim é bastante presente um dos aportes conceituais que a autora propõe: o da cidade tratada a partir do juízo técnico, condicionada a objeto sobre o qual especialistas passaram a atuar, desde o século XIX. É importante mencionar que este olhar, da cidade como produto de um campo disciplinar específico, o Urbanismo, ou sob sua influência, foi incorporado desde a fase mais empírica de identificação e análise das fontes documentais<sup>1</sup>.

A questão técnica envolveria necessariamente a participação de representantes de um campo especializado, que começou a ser forjado no século XIX, numa “forma moderna de ver a cidade”, particular, composta por modos de representação específicos, codificados gráfica e numericamente. Neste período que a cidade foi condicionada à categoria de meio ambiente, passando a ser objeto de observação e ação sobre a qual práticas políticas se debruçaram, passando a modificar desde então sua estrutura, tanto física quanto social. Isto porque o Urbanismo e seus representantes passaram a buscar a saúde deste meio ambiente, em associação à busca da saúde dos corpos doentes, física e moralmente. Alterar o meio físico passou a implicar alterar o meio social, e as formas de se intervir nesse meio ambiente, em que também estava instalada a pobreza, incluindo aqui a moradia pobre, para se tratar do objeto de ação governamental abordado nesta pesquisa, implicaram no desenvolvimento de práticas de poder, na aplicação de regras e padrões de sociabilidade, em geral, imperativas a populações pobres.

Civilidade e disciplina passaram a condição de atributos requeridos ao comportamento manifesto no urbano e propostas de intervenção sobre a cidade foram produzidas em conjunto

---

<sup>1</sup> Os primeiros documentos acessados quando do início do processo de pesquisa foram os processos de aprovação de projetos de conjuntos habitacionais junto ao arquivo do Instituto Municipal de Planejamento Urbano de Manaus – IMPLURB, além da listagem de conjuntos habitacionais promovidos pelo governo estadual desde finais dos anos de 1960, fornecida pela Superintendência Estadual de Habitação do Amazonas – SUHAB.

com o ajustamento de condutas e modos de vida, estranhos aos referenciais tomados por especialistas e outras formas de poder operantes, como adequados à vida social nesse ambiente. Afirma ainda a historiadora que civilidade para o pobre, “implicou a noção de disciplina, algo que do exterior constrange as pessoas a um comportamento previsível e formador de uma segunda natureza do homem, sem o recurso à inteligibilidade dos pressupostos ou à consciência de sua importância” (idem, *ibidem*).

O modo limite com que determinados grupos sociais viviam no contexto europeu entre os séculos XVIII e XIX, sem acumular riqueza e impulsionados instintivamente em suprir suas necessidades mínimas, também foi tomado como objeto de preocupação e atuação técnica, pelas formas especializadas de se conceber o urbano desde então. O artigo de François Béguin a respeito de pesquisas sobre o habitat realizadas em países europeus na segunda metade do século XIX, para compreensão dos processos epidêmicos pelos quais haviam passado, expõe sobre seu caráter devastador quando de sua ocorrência em cidades. Nelas, segundo Bresciani, pôde ser verificada:

...a primeira grande empresa gigantesca de redução do meio ambiente a dados técnicos, cuja incidência sobre a doença e o comportamento ficasse estatisticamente estabelecida, demonstrada em seus efeitos e comparada com outras situações em que a intervenção da técnica havia modificado a distribuição de poderes no meio urbano. Constituem, então, mais uma detalhada anotação daquilo que chamaríamos infraestrutura da cidade, ou, ainda, equipamentos urbanos coletivos. São mais sequencias de normas técnicas do que projetos de cidades e moradias; são novos saberes, novos aparelhos e novos atores que definem, com base na anotação de seus componentes materiais, um novo regime para o meio em que vivem os pobres. (idem, p.15)

O conteúdo de alguns dos relatórios que compunham essas pesquisas, em especial as inglesas, era referenciado em anotações de médicos e filantropos do século XVIII e reproduziam, com frequência, afirmativas da correlação entre a pobreza, a imoralidade, a doença, as más condições das moradias. Os problemas da cidade e da moradia foram enquadrados, assim, em critérios objetivos e pretensamente racionais de custo, inseridos no campo da técnica. Em paralelo, o meio ambiente e a sociabilidade urbana, foram igualmente reduzidos a componentes técnicos: esgoto, drenagem, abastecimento de água, limpeza de rua, coleta de lixo, coordenadas à moradia de trabalhadores e aparelhos urbanos, foram incorporados ao conjunto de responsabilidades do poder público perante a cidade. Anulou-se, em tese, a existência de dados subjetivos ou sensíveis a respeito da cidade, tratados como conteúdos técnicos pelo Urbanismo, disciplina formada pelo cruzamento de dados técnicos, de equipamentos coletivos e componentes do solo.

O contato com essa referência mais conceitual, adequando-a ao encaminhamento da pesquisa, teria sentido na proposta mesma desta dissertação, de investigar *as operações de*

*promoção da habitação realizadas entre os anos de 1943 e 1975 pela administração pública em Manaus.* Nesses anos, os administradores da cidade incorporaram a perspectiva dessa ideia de Urbanismo, tanto discursivamente<sup>2</sup>, quanto como subsídio para as interferências concretas que produziram sobre o espaço da cidade, práticas de planificação urbana e promoção de habitações populares. Quanto à cidade moderna, entrelaçada à ideia de progresso como apresentada por Maria Stella Bresciani, também foi percebida a reverberação desta concepção, nas falas levantadas de vários dos representantes do poder público. De modo relacionado, também, em representações de habitações de pobres ou de trabalhadores urbanos. Ao serem implantadas as habitações para o ajustamento das formas de moradia dessa população, foi posto em prática o sentido do disciplinamento e da profilaxia sobre o qual estou discorrendo, em formas de estar e de fixação na cidade por populações pobres.

Assim, com base na indicação de que o Urbanismo contribuiu para o estabelecimento de um sentido determinado à cidade, de visões prospectivas sobre tal objeto, de que o “urbano ia sendo formulado à medida que também se fez como realização, o que foi capaz de dar à cidade, historicidade” (idem, *ibidem*), caberia este argumento, ao contexto espaço temporal da pesquisa. Nas projeções para o espaço urbano, nas representações da cidade, formuladas e difundidas pelos sucessivos governos entre esses anos de 1943 e 1975, especialmente as voltadas às habitações para populares, as bases discursivas as quais estavam associados seus planos interventores, trouxeram à tona princípios saneadores e modernizadores. Essas afinidades puderam ser constatadas a partir da leitura de falas oficiais, de discursos veiculados às propostas de intervenção para o espaço urbano, de textos de leis, dentre outros documentos que comparecem no fluxo deste texto.

No caso das intervenções voltadas ao controle das habitações precárias, também colocadas em resposta aos pleitos por moradia presentes na documentação no período analisado, as ingerências do Estado ocorreram junto a processos sociais significativos dados no espaço urbano, dentre os quais as migrações de populares à capital, a partir dos anos de 1920<sup>3</sup>. As ações governamentais, de controle e ordenamento do espaço, foram de encontro à

---

<sup>2</sup> No sentido da incorporação de falas de autoridades, legitimadas socialmente e proferidas desde o lugar da prática discursiva como exercício de poder, para emissão de juízos a respeito da cidade. (FOUCAULT, 2007)

<sup>3</sup> Foram três os processos migratórios levantados para a pesquisa. Primeiramente o ocorrido com a decadência do ciclo econômico da borracha aproximadamente a partir de 1920, o relacionado à tentativa frustrada do governo nacional de reativação de seringais em 1942 e o terceiro, associado à atratividade das atividades industriais que passaram a ser desenvolvidas mais significativamente na década de 1970 nesta cidade. (BENCHIMOL, 1977)

autonomia desses novos habitantes em estabelecerem para si, seus próprios territórios<sup>4</sup> na cidade.

No desencadeamento dessas intervenções estatais sobre o espaço urbano foi identificada a contraposição dos discursos de representantes do poder público à presença de habitações de populares, com certa afinidade ao juízo saneador higienizador, do qual fala Maria Stella Bresciani, ao se referir à cidade moderna:

...a cidade moderna passa a ser vista em sua singularidade como um microcosmo representativo da sociedade, ao mesmo tempo objeto de observação e laboratório para o exercício de políticas que interferem e modificam sua estrutura enquanto **meio ambiente**. A intervenção técnica na cidade participa de um movimento do conhecimento que partiu da circunscrição da doença e da observação dos corpos doentes para a modificação do meio físico em que a doença aparece. É por isso que a questão urbana nasce junto com a Idéia Sanitária – preocupações simultâneas com o meio ambiente formador do corpo físico e da moral do pobre, já que pela proximidade física poderia contaminar a população rica e reverter às expectativas dos benefícios do trabalho. Mentis sadias em corpos sãos. (idem, p.14).

Essas preocupações, essas bases discursivas explicadas pela autora, foi possível verificá-las ecoadas no século XX em Manaus, em falas oficiais, narrativas de jornais, leis, planos governamentais ou mesmo intervenções concretas, materializadas na cidade. Ressalto que esta pesquisa não foi dirigida à análise das condições materiais das moradias desses pobres e trabalhadores urbanos, mas prioritariamente à identificação de projetos e planos de habitação, voltados em tese, àqueles populares. Especificamente, dos documentos consultados, interessou o conteúdo relacionado às habitações e programas estatais a elas relacionados, promovidas pelos governos locais. A organização dessas habitações em conjuntos habitacionais foi o modelo prevalente, e estes conjuntos, estruturaram parte significativa da dimensão física da cidade, mais intensamente a partir de finais dos anos de 1960.

Nos discursos aliados às intervenções governamentais no segmento da habitação, subjazeram além de concepções de cidade, juízos homogeneizadores a respeito dos populares para os quais alegavam voltarem-se tais ações. Desse modo simplificador, as intervenções foram distanciadas de modos de vida e sociabilidades ligadas a experiências, múltiplas e particulares, desenvolvidas no espaço urbano. Essa diversidade, na documentação consultada, não pareceu ter sido considerada, nos projetos oficiais.

---

<sup>4</sup> Para Raquel Rolnik, os territórios são os espaços que carregam as experiências de vida, de espaços “como marca, como expressão, como assinatura, como notação das relações sociais, como cartografia das relações sociais”. (ROLNIK, 1993, p.28) Assim, quando se fala que o aumento da população em meados dos anos de 1940 em Manaus, produziu implicações sobre o arranjo espacial urbano da cidade, fala-se da produção de novas territorialidades e de lugares demarcados, próprios de uma nova população que chega e se instala nesse contexto.

Por outro lado, mesmo que reconhecendo essa pluralidade de formas de vivência de populares na cidade e a inadequação de projetos de habitação a tais experiências, é importante mencionar a condição de miséria e dificuldade com que muitos habitavam Manaus a partir de 1940. A respeito dos migrantes nesses anos, afirma Silvia Baraúna que (BARAÚNA, 2010):

Além da flagrante miséria encontrada nos bairros, os migrantes ainda sofreram com a rivalidade discriminatória dos moradores locais. Alguns jornais criticaram a presença de migrantes, que foram na maioria das vezes apontados como responsáveis pelo aumento da violência e desordem na cidade.

...sentiram as dificuldades em viver numa cidade com pouca estrutura para abrigá-los e atender suas necessidades básicas. Junto a isso, a adaptação desses sujeitos sociais ao novo ambiente, um universo distinto...

A fome e a miséria são companheiras inseparáveis dos migrantes nas ocupações urbanas. As pessoas são privadas do seu direito mais elementar: o exercício da cidadania (p.61,62).

Importa observar que no primeiro capítulo é feita uma abordagem sobre esta população. Nele é comentada sua participação, na formação de novos bairros e na transformação dos existentes, a partir dos anos de 1940. Ao instalarem-se em Manaus, muitos desses populares lidaram com a exiguidade de meios materiais, a ausência de serviços públicos, além do estigma da pobreza, dentre outras dificuldades de habitar na cidade.

No levantamento das intervenções governamentais para promoção da habitação nesses anos, prioritariamente, com a identificação dos conjuntos habitacionais implantados em Manaus, pois estiveram materializados projetualmente<sup>5</sup>, não me privei da análise das motivações expressas textualmente pelos representantes do poder público para atuação neste setor. Assim, estão inclusas as representações sobre a moradia precária e sobre pobres urbanos, presentes em vários dos documentos analisados ao longo da pesquisa.

Ainda a respeito da cidade concebida como questão técnica, à qual se relacionam muito intrinsecamente as intervenções estatais de habitação destinadas a populares, vale ressaltar que entre os anos de 1964 a 1967<sup>6</sup>, as estratégias de planejamento urbano<sup>7</sup> para Manaus foram delineadas concomitantemente à implantação pioneira de conjuntos habitacionais horizontais nesta cidade. Durante esse período, além do Plano de

<sup>5</sup> Neste caso, pelo interesse em se diferir os conjuntos habitacionais de outras formas de subsídio não revertidas em intervenção, em específico, as práticas de assistência, com doação de material de construção, por exemplo.

<sup>6</sup> Durante a administração do governador Arthur Cezar Ferreira Reis.

<sup>7</sup> É importante destacar o distanciamento, no campo do “Urbanismo”, entre esta nova atividade planejadora dos anos em análise e a empreendida pela administração pública na cidade durante o período reconhecido como “ciclo da borracha”, em finais do século XIX e início do século XX. As ações deste, desenvolvidas durante o “ciclo da borracha”, evocariam prioritariamente o Desenho urbano, com foco sobre a produção de uma imagem moderna de cidade. Nas intervenções, dar-se-ia ênfase à morfologia e a projetos precisos, voltados ao controle e a organização do espaço urbano. O segundo seria delineado a partir da construção de uma perspectiva futura de cidade, incorporando disciplinarmente, referenciais do Urbanismo Moderno, conforme expresso na Carta de Atenas, de 1933. A prioridade passou a ser o arranjo estrutural do urbano, a partir da adoção de instrumentos de planejamento, dos quais o Zoneamento funcional e a decomposição da cidade em sistemas independentes, como o habitacional, o de circulação, o de lazer, o de verdes urbanos, seriam exemplos dos mais importantes.

Desenvolvimento Local Integrado – PDLI foram desenvolvidos projetos de conjuntos habitacionais, além de outros edifícios públicos, alguns implantados, outros não, sob o encargo de arquitetos contratados pela estrutura do governo estadual.

A encomenda de um PDLI para Manaus ocorreu em consonância com a instauração de uma política nacional de planejamento urbano e a criação de um setor de Planejamento Regional e Municipal no Ministério do Planejamento e Coordenação Econômica na estrutura do governo militar, em 1965, que como afirma Maria Cecília Lucchese (2013), foi um marco para a inclusão do planejamento urbano no processo de desenvolvimento econômico do país. Para a autora, em 1965, a administração central buscou incentivar prefeituras à obtenção de financiamento para a realização de planos de desenvolvimento local, “junto ao recém-criado Fundo de Financiamento de Estudos de Projetos e Programas (Finep), com base no documento ‘Sistema Nacional de Planejamento Local Integrado’”<sup>8</sup> para a implantação em 1966, de uma política de desenvolvimento urbano articulada (LUCCHESE, 2013, p.235).

Nessa ideia de planejamento, as administrações municipais desenvolveriam planos de ação, orçamentos, programas e projetos específicos, além de uma metodologia, o “planejamento integrado”, que consistia em “uma organização de gestão do território de caráter regional, que se sobreponha ao poder dos municípios. Era a racionalidade técnica predominando sobre a racionalidade política de cada município”. (*idem*, p.245)

Isto ocorria em meio a uma intensa discussão no campo da arquitetura e urbanismo no Brasil, especialmente do Instituto de Arquitetos do Brasil (SERRAN, 1976; MARICATO, 2001), em congressos e publicações, a respeito do método e abrangência do planejamento urbano a se aplicar e de formas de enfrentamento de “tecidos doentes ou degenerados”, frente o crescimento e urbanização das cidades brasileiras (LUCCHESE, 2013, p.247).

O Serviço Federal de Habitação e Urbanismo – SERFHAU, órgão instaurado junto ao Banco Nacional de Habitação em 1964, para apoio ao Sistema de Habitação, foi o primeiro órgão de planejamento urbano brasileiro, tendo como finalidade a assistência à elaboração de Planos de Desenvolvimento Local Integrado em todo o país. Isto se deu em um período marcado pelo crescimento urbano de cidades brasileiras e pela prática administrativa corrente, conservadora e centralizadora, do governo militar.

Deste modo, aspectos mais conjunturais, de fato influíram diretamente no processo de implantação de conjuntos habitacionais em Manaus, em meio a uma política nacional de

---

<sup>8</sup> Para a autora, os documentos básicos para a organização do Sistema Nacional de Planejamento Local Integrado são o Plano Decenal, o Decreto n.º. 59.917, que regulamenta o SERFHAU e o Decreto-Lei n.º. 200, que instituiu a Reforma Administrativa e criou o Ministério do Interior. (LUCCHESE, 2013, p.241).

habitação e à incorporação por parte de administradores públicos locais, desse juízo planejador, também em desenvolvimento em outras regiões do país. Nesses anos em análise, foram identificados discursos de base ideológica sanitaria higienista, além da existência de processos de abertura do poder público às atividades de planejamento do meio físico<sup>9</sup>, urbanísticas, no conjunto de ações governamentais desenvolvidas para a cidade.

Houve também, a atuação de técnicos arquitetos urbanistas na implantação de conjuntos de habitações modelares, bem como a ingerência direta do poder do Estado sobre o espaço urbano, especialmente com a consumação do desmanche da cidade flutuante. Ideias de técnicos arquitetos ou advindas do campo disciplinar do Urbanismo, se entrelaçaram às intervenções efetuadas pela administração pública no espaço urbano, inclusive no estabelecimento das formas e locais para populares habitarem a cidade.

Neste ensejo, os conjuntos habitacionais do bairro de Flores e Raiz foram emblemáticos por terem sido implantados junto ao processo de desmanche da cidade flutuante<sup>10</sup>, ocorrido entre os anos de 1966 e 1967. Este teria sido o primeiro e talvez o mais expressivo deslocamento compulsório realizado pelo Governo Estadual, de uma população já fixada na cidade, no recorte temporal da pesquisa.

Porém, além dessa dimensão do espaço concebido<sup>11</sup>, fruto da prática de planejamento e pretense controle, há outra, a do espaço vivido, em que outras forças também se fizeram presentes. Ao ser compreendido não como campo do estabelecimento único da ordem, mas como campo relacional, o espaço, que para Henri Lefebvre, dialoga com os fenômenos sociais, é compreendido como espaço social ou “espaço de valores de uso produzidos pela complexa interação de todas as classes de vivência diária” (GOTTDIENER, 2010, p.131). Implicaria para a pesquisa, portanto, entender o espaço como este campo relacional no qual participaram o Estado e outros inúmeros agentes, atuando direta e ativamente na produção cotidiana de uma dimensão vivida do espaço. Esta compreensão do espaço urbano anularia a possibilidade de ele existir sem as dinâmicas humanas, como afirma Mark Gottdiener (idem, *ibidem*):

O espaço não pode ser reduzido apenas a uma localização ou às relações sociais da posse de propriedade – ele representa uma multiplicidade de preocupações

<sup>9</sup> Esta pesquisa não foi voltada ao alcance das ações efetivamente desenvolvidas com o PDLI, que só veio a ser implantado por medida legal, em 1975.

<sup>10</sup> Um conjunto de edificações em madeira, flutuantes sobre as águas do Rio Negro, construídas entre os anos de 1920 a 1967 e gradativamente ampliado nesse período, a sul da cidade de Manaus. As edificações abrigavam atividades de moradia, comércio e serviços, e nesse conjunto chegaram a habitar parte 2.200 pessoas.

<sup>11</sup> O espaço concebido, para Henri Lefebvre, seria aquele produzido por meio de representações, para o autor, aquele “dos cientistas, dos planejadores, dos urbanistas, dos tecnocratas “retalhadores” e “agenciadores”, de certos artistas próximos da cientificidade, identificando o vivido e o percebido ao concebido”. (LEFEBVRE 2000)

sociomateriais. O espaço é uma localização física, uma peça de bem imóvel, e ao mesmo tempo uma liberdade existencial e uma expressão mental. O espaço é ao mesmo tempo o local geográfico da ação e a possibilidade social de engajar-se na ação. Isto é, num plano individual, por exemplo, ele não só representa o local onde ocorrem os eventos (a função de receptáculo), mas também significa a permissão social de engajar-se nesses eventos (a função da ordem social). (p.127)

Embora construindo a narrativa a partir do viés da atuação estatal e da incorporação neste processo, do discurso técnico, a cidade foi percebida não como produto unilateral do saber especializado, nem tampouco do poder exercido pelo Estado em abstrato, mas pela presença destes, em relação a outros agentes. A tentativa foi a de interpretar a cidade a partir da trilha das atuações de representantes do poder público, no tocante a implantação de conjuntos habitacionais de moradias padronizadas e também, a partir da leitura do que foi possível identificar de registros da presença das habitações de populares nos documentos, na condição de objetos, como nos leva a crer o conceito de espaço apresentado por Milton Santos (SANTOS, 1996), no qual o geógrafo insere esta categoria:

...formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá. No começo era a natureza selvagem, formada por objetos naturais, que ao longo da história vão sendo substituídos por objetos fabricados, objetos técnicos, mecanizados e, depois, cibernéticos, fazendo com que a natureza artificial tenda a funcionar como uma máquina.

(...)

Sistemas de objetos e sistemas de ações interagem. De um lado, os sistemas de objetos condicionam a forma como se dão as ações e, de outro lado, o sistema de ações leva à criação de objetos novos ou se realiza sobre objetos preexistentes. É assim que o espaço encontra a sua dinâmica e se transforma. (p.39)

A “Geografia crítica”<sup>12</sup>, desenvolvida a partir dos anos de 1970 no Brasil calcou “nas raízes históricas e nas determinações sociais a sua maior fonte de inspiração e de teorização” ao considerar que “todo processo social ocorre, obrigatoriamente, no espaço” (ABREU, 2002, p.53-55). Neste sentido, os textos de Milton Santos são elucidativos, pois apresentam a possibilidade de mediação da análise das fontes e sua compreensão, especificamente as relativas ao espaço e à paisagem, visto que para o geógrafo, a “paisagem é o conjunto de formas, que num dado momento, exprime as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre homem e natureza. O espaço são essas formas mais a vida que as anima”. (SANTOS, 1996, p.66).

Aqui se faz necessário mencionar uma dificuldade do encaminhamento da pesquisa. As fontes documentais, além de dispersas e profundas, não revelavam essas ações e os objetos

<sup>12</sup> Aspecto importante desta abordagem da Geografia, na qual se filia Milton Santos, está no fato de rejeitar “a autonomia do espaço, isto é, sua exterioridade em relação à sociedade. Para ela o espaço geográfico não deveria ser concebido como espaço (externo) organizado pelo homem, e sim como produto desse mesmo homem”. (ABREU 2002, p.53)

materiais, neste caso “arquiteturas”, a partir de outros lugares além dos técnicos e oficiais. Nos documentos, prioritariamente, constavam os discursos oriundos do campo de agentes do Estado ou de grupos a ele adeptos. Jornais, falas oficiais, leis, pareceres técnicos, falavam desde o lugar de interessados na instauração de seus próprios referenciais de cidade, como já dito. Suas falas sobre a cidade, também sobre as habitações dos populares, reproduziam comumente representações homogeneizadoras, em meio a estratégias e práticas tendidas a impor-se e ao controle social (CHARTIER, 2002).

Como incorporar na pesquisa falas diversas destas?

Embora em vários momentos sejam abordadas as moradias de populares, as falas por si, de seus habitantes, não comparecem com mais ênfase no trabalho. Isto porque prevaleceram para a construção do resultado textual, os documentos oficiais, técnicos e jornalísticos, onde foi identificada apenas embaçada, a presença de alguns trabalhadores e pobres urbanos para os quais foram dirigidos os programas de habitação, desenvolvidos por sucessivos governos no poder, nos anos em estudo.

Isto não significa dizer que a presença dos populares não compareça na narrativa, ao contrário, a pesquisa foi desenvolvida em busca de suas marcas na materialidade da cidade, o que ficou mais bem percebido em fotografias, um pouco nos documentos textuais consultados. Uma ressalva. Esta feição dada à pesquisa, não ocorreu por intenção apriorística, mas pelo fato de que o volume de documentação que foi sendo revelado nos arquivos, influenciou na condução do trabalho para outro caminho. O processo levou à identificação das práticas de promoção da habitação social pelo Estado e com isso, das representações do outro<sup>13</sup>, não apenas pelo poder público, mas por outros segmentos que comungaram de suas ideias, principalmente o técnico e o jornalístico, a partir do qual foi obtida alguma informação a respeito dos populares<sup>14</sup>.

De fato, além das poucas notas jornalísticas que enunciavam os reclames populares nos jornais consultados, as solicitações das comissões de bairro junto aos administradores

---

<sup>13</sup> Fez-se importante deste modo, uma aproximação à ação de governos locais neste processo, especialmente por terem sido estes, detentores do poder constituído para o estabelecimento do controle e da ordem urbana. Instituído continuamente modelos referenciais, juntamente com os representantes do planejamento urbano, os interventores que detiveram as falas legitimadas para responder pela cidade, tomam favelas, áreas de “invasão”, além de cortiços, estâncias, casebres, tapiris, e tantas outras nomeações atribuídas a modelos de habitações pobres, como “subnormais”. (ROLNIK, 2009, p.67)

<sup>14</sup> Ainda a esse respeito, é importante mencionar que no estabelecimento do que viria a ser o foco dos programas de habitação estatais, há oscilação entre trabalhadores ou pobres urbanos, na medida em que os programas se fizeram ora assistencialistas, ora mais ou menos imersos em programas articulados, voltados ao financiamento da casa própria ao trabalhador urbano, também, na medida em que oscilaram as representações veiculadas sobre essa “habitação popular”, nas mensagens oficiais, nos jornais, nas propagandas, nos relatos e demais documentos consultados.

públicos, as denúncias notadas mais ao fim do recorte temporal, quando foram identificadas discussões a respeito da “questão urbana”, ou as disputas por terra e as invasões que ganhavam manchetes nos jornais, nada mais há nesta pesquisa com este caráter. Mesmo os dados de tais documentos, quando incluídos nesta dissertação, foram postos em segundo plano, importa observar. Também outros infundáveis documentos não constam no trabalho, pois em virtude das limitações da própria atividade de pesquisa, não foram acessados. Os registros de terras junto às paróquias dos bairros, os relatos orais de antigos moradores ainda vivos, as fotografias de acervos particulares, os levantamentos “sócio econômicos” da Superintendência de Habitação do Estado do Amazonas<sup>15</sup>, os arquivos das antigas instituições públicas de planejamento urbano, os registros cartoriais de posse, dentre outros, são exemplos de documentação relacionada à pesquisa, não acessada quando de seu desenvolvimento.

Assim, prevaleceu na pesquisa e na estruturação da narrativa ora apresentada, o registro documental, das ações de governos locais dirigidas à habitação de populares no espaço urbano, prioritariamente com a implantação dos conjuntos habitacionais horizontais. Aos poucos, eles foram sendo os modelos mais adotados localmente tanto pelo poder público, como pela iniciativa privada, que fez fortalecer nesses anos, o negócio da produção e comércio de habitações na cidade. Se, na década de 1950, foi possível identificar práticas de assistência voltadas à habitação de populares, além de auxílio às iniciativas das associações de trabalhadores filiados, na década de 1970, foram diversos os conjuntos habitacionais promovidos pelo Governo Estadual na cidade.

Entremeados a essas medidas prioritariamente governamentais, alguns pontos de tensão comparecem na narrativa, além do desnudamento em momentos, dos discursos oficiais frente ao que diziam realizar mais objetivamente<sup>16</sup>. Essas contradições se fizeram presentes no fluxo dos eventos analisados, organizados segundo o curso das intervenções estatais no setor habitacional. Dentre as contradições, houve o fato de que as falas oficiais a respeito da problemática habitacional brasileira, especialmente a partir dos anos de 1930, fortaleceram a promoção de habitações seriadas, nas quais foram ocultados os sujeitos históricos, para os

---

<sup>15</sup> Foi identificada a existência desses dados, quando das visitas a essa Superintendência, na busca pelos documentos técnicos referentes aos conjuntos habitacionais implantados na cidade, pelo governo estadual.

<sup>16</sup> Remonta-se à assertiva de Michel de Certeau a respeito dessa contradição entre os discursos sobre a cidade modelar, o projeto urbanístico, e as práticas urbanas, à diversidade e arbitrariedade com que também se dão, ao afirmar que “no discurso, a cidade serve de baliza ou marco totalizador e quase mítico para as estratégias sócio-econômicas e políticas, a vida urbana deixa sempre mais remontar àquilo que o projeto urbanístico dela excluía. A linguagem do poder ‘se urbaniza’, mas a cidade se vê entregue a movimentos contraditórios que se compensam e se combinam fora do poder panóptico. A Cidade se torna o tema dominante dos legendários políticos, mas não é mais um campo de operações programadas e controladas. Sob os discursos que a ideologizam, proliferam as astúcias e as combinações de poderes sem identidade legível, sem tomadas apreensíveis, sem transparência racional – impossível de gerir”. (CERTEAU 2008, p.173,174)

quais foram, *a priori*, forjados modelos de habitação. Além disso, com as propostas oficiais para moradia, pensadas desde o campo da técnica, não foi concretizada a universalização do acesso à habitação, não foi efetivado o arranjo espacial total da cidade, nem tampouco foi garantido o ingresso de habitantes urbanos à ordem, ou dito de outro modo, à formalidade e às regras urbanas.

A maneira encontrada na pesquisa para promover uma aproximação, mesmo que limitada, a habitações de populares no espaço urbano, conformando territórios próprios na cidade, como contraponto às medidas adotadas por representantes do governo para ordenamento da fixação de trabalhadores e pobres urbanos, foi com a utilização das imagens. Estas trouxeram ao trabalho, minimamente, a presença desses habitantes. Pinçadas, revelaram na captação de recortes da paisagem, sobre populares e suas moradias. Cenas de cotidiano, de invenção, trouxeram além do colorido da diversidade e da liberdade com que atuaram esses habitantes urbanos, contrastes sociais e mazelas.

Com sua fixação em formas alternativas de habitar, homens comuns produziram, no cotidiano de suas práticas, reapropriações do espaço urbano e pequenas transgressões à ordem (às vezes tornadas grandes, como a cidade flutuante). A localização da habitação, o caráter construtivo, as práticas estendidas do ambiente privado ao público, certo tipo de subversão, de antidisciplina, comporiam uma “outra espacialidade” urbana, tomando a liberdade de associação ao que propôs Michel de Certeau (CERTEAU, 2008):

As práticas microbianas, singulares e plurais, que um sistema urbanístico deveria administrar ou suprimir e que sobrevivem a seu perecimento; seguir o popular desses procedimentos que, muito longe de ser controlados ou eliminados pela administração panóptica, se reforçaram em uma proliferação ilegítima, desenvolvidos e insinuados nas redes de vigilância, combinados segundo táticas ilegíveis, mas estáveis a tal ponto que constituem regulações cotidianas e criatividades sub-reptícias que se ocultam somente graças aos dispositivos e aos discursos, hoje atravancados, da organização observadora. (p.175)

Aqui estaria situado o campo das “tensões”, presentes na narrativa que ora é apresentada. Não é pretensão enfatizar o caráter conflituoso dessas relações, embora em algum momento de fato o fossem, mas de ser estabelecida uma aproximação, nas imagens, às táticas desses habitantes, de suas formas de fuga à sujeição numa cidade que concretamente, foi e é produto, muito, do descontrole.

Nas imagens de recortes de paisagem, constavam evocações a tais transgressões à ordem, e a paisagem, aqui, é conotada como um processo cultural. Como para Ulpiano Bezerra de Meneses, a discussão sobre a paisagem não está travada pela polarização entre uma objetividade morfológica e material expressa à percepção, ou um processo de sua apreensão por parte do observador. Ao contrário, a paisagem é integrada à prática cultural e é

entendida a partir de “seus efeitos e o alcance dessa prática no interior da sociedade” (MENESES, 2001, p.34).

A partir dessa definição de paisagem e da fundamentação apresentada por Michel de Certeau (CERTEAU, 2008), foram selecionadas as fotografias que especialmente compuseram o último capítulo da dissertação. Elas também comparecem no fluxo do texto, quando são identificadas práticas distintas das entrelaçadas às moradias urbanas ordenadas em conjuntos habitacionais. As imagens não apontaram para uma convergência com a cidade racionalizada, modelar e moderna pretendida pelas ações governamentais em pauta, mas sim, para outro caminho, de sociabilidades não programadas *a priori*.

Em síntese, neste trabalho de pesquisa, em que se discutem *as operações de promoção da habitação realizadas entre os anos de 1943 e 1975 pela administração pública em Manaus*, foram considerados esses entrelaçamentos, da concepção de cidade que se propôs nesses anos com os conjuntos habitacionais modelares, do espaço urbano em transformação, de uma paisagem em que estiveram presentes outros sujeitos e experiências de vida que não aquelas pretensamente ordenadas nos conjuntos habitacionais. Foram buscados, principalmente, os empreendimentos do Estado, os conjuntos habitacionais, além de formas de construção do espaço da cidade em confronto, reveladas em imagens do cotidiano das vidas de populares.

A respeito desta pesquisa, mesmo ciente de que o objeto em estudo tenha muitos pontos de contato com aspectos mais conjunturais, ocorridos no país entre os anos de 1943 a 1975, ela foi desenvolvida com foco sobre o contexto em análise, local, portanto. Desta forma, este é um estudo regionalizado, voltado ao máximo para uma aproximação ao fenômeno observado no contexto e na forma com que ele se deu. Se não nas explicações que justificam plenamente sua ocorrência, tendo em vista a diversidade de entrelaçamentos que o objeto estudado estabelece com fatores externos, como visto anteriormente, seguramente a pesquisa se apoiou em fontes documentais e em recortes temporais enraizados no contexto específico em análise.

Com esta localização conceitual, não foi intenção acentuar as implicações da vinculação existente entre uma política central de habitação e as práticas governamentais desenvolvidas em Manaus nesses anos, pois na pesquisa, o fenômeno foi apurado a partir de circunstâncias locais. Mesmo que tenha sido esta uma experiência compartilhada com outras cidades brasileiras, pois medidas instauradas pelo governo nacional no âmbito da promoção da habitação as afetaram diretamente, diversas ocorrências só poderiam ser esclarecidas, ou mais bem compreendidas, com a aproximação aos elementos que as condicionaram e

enraizaram regionalmente. O fenômeno foi analisado, desta forma, a partir do contexto em que se deu, mesmo porque uma série de acontecimentos em descompasso com outras realidades e narrativas foram levantados.

No tocante à habitação, em alguns momentos as interferências do governo nacional se fizeram notar regionalmente, mais intensamente a partir dos anos de 1960, mas não foi possível lançar luz sobre o espaço social configurado nesses anos de 1943 a 1975 em Manaus, a partir de elucidações mais conjunturais, vindas unicamente desde campos da política ou da economia. Foi necessário buscar em pormenor, documentos que pudessem esclarecer, com nomes e sobrenomes, os lugares e os sujeitos envolvidos com o fenômeno investigado. Ainda assim, com todo o esforço de levantamento da documentação e de interpretação do processo ocorrido localmente, este trabalho é uma pequena contribuição à discussão e investigações com esta temática.

#### ***Fontes documentais e estrutura do trabalho.***

Para a realização da pesquisa, os documentos consultados foram de quatro tipos, motivo pelo qual, inclusive, foi adotada a organização das listagens por grupo de fontes afins, separadamente. Dos **documentos oficiais** foram trabalhadas as mensagens oficiais de governadores, os textos de leis ordinárias estaduais, Códigos de Postura e Obras, o Plano de Desenvolvimento Local Integrado – PDLI, cadastros de loteamentos aprovados e de conjuntos habitacionais construídos, do Instituto Municipal de Planejamento Urbano - IMPLURB e Superintendência de Habitação do Estado – SUHAB. Estes documentos foram suporte para a compreensão cronológica das iniciativas governamentais voltadas à promoção da moradia, da identificação dos conjuntos implantados, também para a análise das motivações expressas textualmente pelo poder público para atuação neste setor, como das representações sobre a moradia pobre urbana.

Outra documentação utilizada na pesquisa foi a de **caráter jornalístico**, predominantemente os exemplares do *Jornal do Comércio*, além de outros jornais arquivados na Biblioteca Pública do Estado. Os jornais revelaram sobre a propaganda política, sobre as representações difundidas na imprensa a respeito da moradia pobre e a respeito das realizações governamentais neste setor, mesmo que com parcialidade, o que foi verificado nos documentos consultados.

Os **relatos de memorialistas**, além da pesquisa bibliográfica, foram tomados como fonte documental, para que, postos em confronto, pudessem dar a ver sobre a imagem da

cidade e sobre determinadas formas de compreensão a respeito do espaço urbano. Nas entrelinhas dos relatos de experiências com o espaço urbano, puderam vir à tona lugares ou territórios, além de enunciadas sociabilidades urbanas.

Por fim, foram utilizados **fotografias** e **mapas** publicados em documentos oficiais, jornais, revistas, livros datados, além de alguns pertencentes a acervos particulares. As imagens foram tomadas não como ilustração da narrativa pretendida, mas como fonte documental. A tentativa foi a de as imagens serem apropriadas a partir da materialidade e das vivências urbanas que elas poderiam, dentro dos limites de se trabalhar com este tipo de fonte, iluminar. Comparecem em destaque as fotografias selecionadas do acervo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, disponíveis em meio virtual, as imagens dos jornais e as das revistas publicadas pelo governo militar. Também, as fotografias cedidas por Hamilton Salgado, que, desde os anos de 1960 fotografa a cidade. Muito atuante no meio jornalístico, o fotógrafo lançou desde então, olhares sobre o urbano. A respeito dos novos conjuntos habitacionais, possui um acervo significativo, que em parte aparece em inúmeras publicações, dentre as quais se destacam os livros de Moacir Andrade.

Uma observação necessária é a de que não foi possível consultar diretamente os mapas do Plano de Desenvolvimento Local Integrado – PDLI, pois foi possível acessar unicamente o texto das leis que o compunham, junto a Câmara de Vereadores. Neste caso, o mapa do PDLI apresentado neste trabalho, foi aquele publicado na revista *Arquitetura Brasileira do Ano* (ABA, 1969).

A documentação pesquisada foi levantada em arquivos diversos, a saber, o do Centro Cultural dos Povos da Amazônia e Biblioteca Mário Ypiranga Monteiro, o Arquivo Público Estadual, a Biblioteca Pública do Estado, a Biblioteca da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas, o arquivo do Instituto de Ordem Social e Planejamento Urbano – IMPLURB, a Câmara de Vereadores, o Museu Amazônico. Os exemplares do *Jornal do Comércio* foram consultados em meio digital, com exceção do exemplar de 28 de dezembro de 1971 que foi diretamente consultado na Biblioteca Pública Estadual.

A dissertação está estruturada segundo uma sucessão cronológica de eventos e em atenção ao conteúdo tratado em cada período, a respeito em específico, das operações de promoção da habitação realizadas entre os anos de 1943 e 1975 pelo empreendimento público em Manaus. Também foi intenção na pesquisa, conforme foi sendo levantada e analisada a documentação, as fontes, identificar as interferências materiais de programas e projetos, na produção do espaço da cidade, na forma com que o Estado atuou localmente neste segmento da habitação.

Como recorte temporal, foi adotado o período de 1943 a 1975, a partir do qual foram feitas algumas subdivisões, tendo em conta a sucessão de eventos, balizadores temporais à construção da narrativa. Os capítulos foram organizados nesses intervalos, para a construção de uma conexão entre os sub-recortes, os eventos balizadores das determinações temporais e as discussões propostas no texto.

Primeiramente (capítulo 1), tomados os anos de 1943 a 1958, foi discutida a presença de nova população na conformação do território urbano, o que veio a influir no arranjo espacial da cidade nos anos subsequentes. Além dos territórios desses populares, uma análise foi dirigida a representações da moradia pobre em meios oficiais e na imprensa nesse período. Aqui, importa ressaltar a pouca participação do Estado na conformação física da cidade, no tocante à promoção da moradia popular, além das moradias tomadas como inadequadas para o urbano pelo poder público.

Sobre o intervalo de 1958 a 1967 (capítulo 2), foi intento discutir as marcas da presença do Estado na cidade em sua atuação como controlador urbano, com o desenvolvimento e execução de planos e projetos para a promoção e para o condicionamento de habitações populares na cidade. Aqui, se destaca o desmanche da cidade flutuante empreendido nesse intervalo de tempo, bem como o número reduzido, comparado ao que viria a ocorrer nas décadas seguintes, de habitações para populares produzidas pelo poder público.

Em seguida (capítulo 3), entre os anos de 1967 a 1975, foi posta em pauta, a atuação intensificada do Estado no arranjo espacial da cidade, a partir da ampliação quantitativa de conjuntos habitacionais e do aparelhamento de sua estrutura para a produção da habitação de populares. Isto alterou mais substancialmente o território urbano da capital em vias de industrialização, principalmente pela abertura dada pelo Banco Nacional da Habitação - BNH a outras linhas de financiamento, para saneamento e habitações dirigidas à classe média, classe média alta, possibilitando que construtoras empreendessem inúmeros conjuntos destinados a esse público.

O processo de instituição da Zona Franca de Manaus<sup>17</sup>, que veio a atrair novos migrantes para a cidade é um evento significativo no processo recortado nesse terceiro capítulo, além da intensificação dos debates sobre as invasões de terras urbanas junto à imprensa. Frente às mazelas sociais expressas nas condições materiais precárias com que

---

<sup>17</sup> De acordo com o Decreto Lei n.º 288, de 28 de fevereiro de 1967 do Presidente Castelo Branco, que alterava a Lei n.º 3.173 de 06 de junho de 1957 e regulava a Zona Franca de Manaus, esta seria uma área de livre comércio de importação e exportação e de incentivos fiscais, para criação de um centro industrial, comercial e agropecuário no interior da Amazônia. O Decreto Lei também criou uma Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA, que seria vinculada ao Ministério do interior, com a finalidade de administra-la.

segmentos populares habitavam (e habitam) Manaus, foram expostas as contradições e os limites da atuação do Estado, a ineficiência de propósitos de planos e programas governamentais, quanto ao não atendimento de pobres urbanos em suas necessidades elementares de habitar.

Neste mesmo capítulo, no recorte da pesquisa entre os anos de 1943 e 1975, é exposta em imagens, a presença de outras sociabilidades e formas de habitar, descompassada do parâmetro idealizado pelo poder público para o urbano. As imagens revelaram outra dimensão do habitar urbano, obscurecida pelos juízos discriminatórios levantados na pesquisa, emitidos a respeito da habitação de populares. Essas alternativas, pautadas em referenciais distintos dos modelos habitacionais dos conjuntos, construíram outras experiências de habitar na cidade, sem, no entanto, anular a precariedade ou a pobreza em que estiveram imersos muitos desses homens e mulheres.

As subdivisões adotadas foram, no primeiro capítulo, o intervalo de 1943 a 1958, a contar da ocorrência dos movimentos migratórios dos seringais para Manaus em finais da Segunda Guerra Mundial, até a construção do primeiro conjunto habitacional que foi possível identificar na documentação pesquisada, em 1957<sup>18</sup>, e a permissão de venda desses apartamentos, pelo governo do estado, para o Departamento de Estradas de Rodagem, em 1958. O ano de 1943 é adotado, em específico, em virtude do auxílio financeiro que prestou a Interventoria Federal ao círculo operário de Manaus, entidade com 3000 sócios, para a construção da Vila Operária Getúlio Vargas, sobre a qual não foi identificado outro vestígio, além da menção feita nos documentos oficiais consultados.

No segundo capítulo, foi estabelecido o intervalo de 1958 a 1967, desde a construção do primeiro conjunto habitacional em Manaus, até a implantação do Conjunto Habitacional de Flores em articulação com a remoção do que frequentemente é nomeada de “cidade flutuante”, em 1967. Nesse ano, também evento de importância, foi a instauração de uma

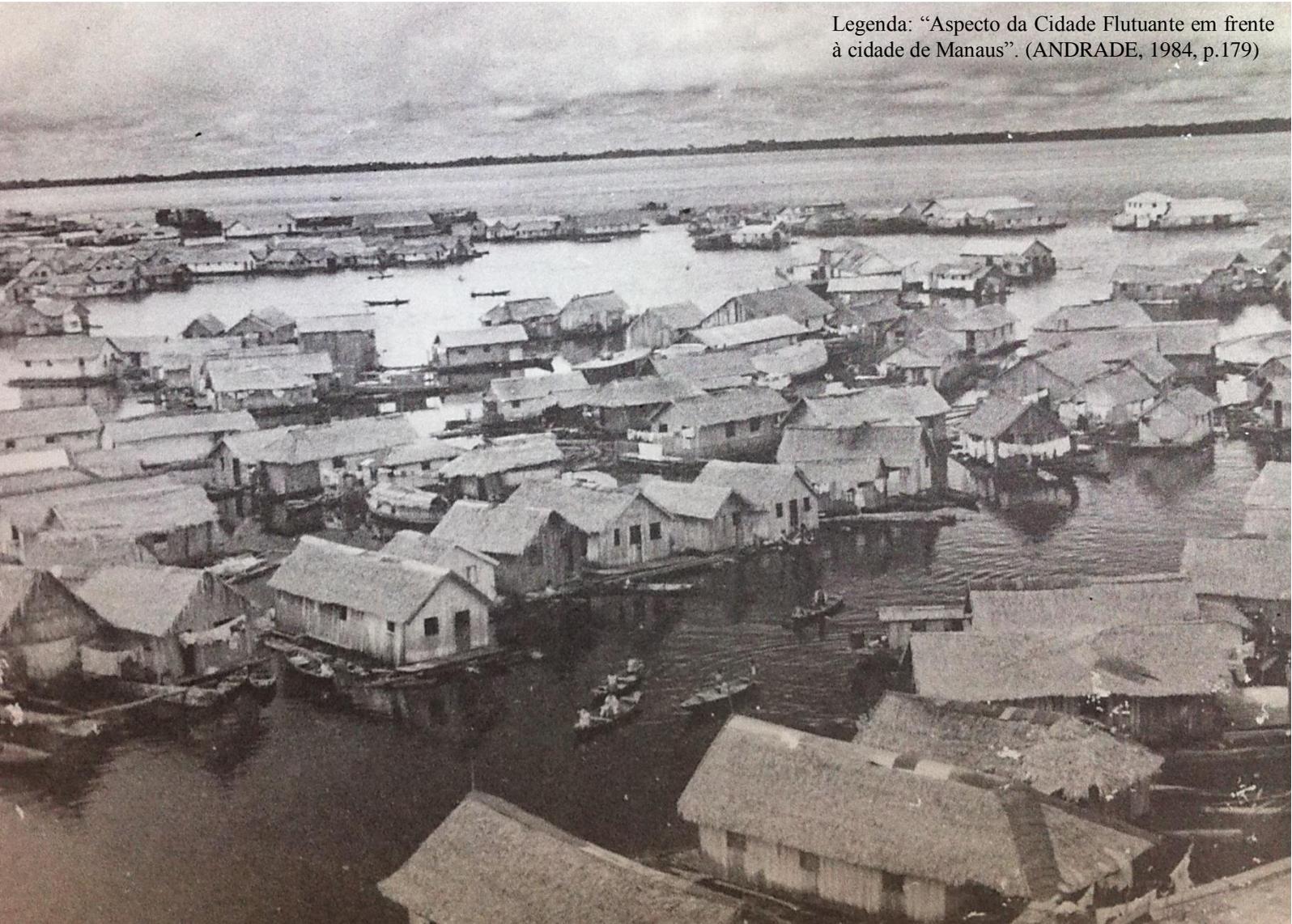
---

<sup>18</sup> Destaca-se que em 06 de junho de 1957, é criada uma “zona franca na cidade de Manaus”, por Jucelino Kubitschek, por meio da Lei nº 3.173. Em seu artigo 1º, o texto da lei enunciava que a zona franca serviria para “o armazenamento ou depósito, guarda, conservação beneficiamento e retirada de mercadorias, artigos e produtos de qualquer natureza, provenientes do estrangeiro e destinados ao consumo interno da Amazônia, como dos países interessados, limítrofes do Brasil ou que sejam banhados por águas tributárias do rio Amazonas”. Esta lei foi totalmente alterada em 1967, pelo Decreto-Lei nº. 288, de 28 de fevereiro de 1967, que além de reestruturar a Zona Franca de Manaus, também criou uma Superintendência – SUFRAMA para administrá-la, inclusive para atrair indústrias para a cidade. As transformações operadas no espaço urbano ocorreram, por motivo desta ZFM a partir desse segundo momento, durante a ditadura militar, sob a justificativa de desenvolver-se economicamente a região, a partir de uma medida que “atraísse para ela força de trabalho e o capital, nacional e estrangeiro, vistos como imprescindíveis para a dinamização das forças produtivas locais”. (SERÁFICO e SERÁFICO, 2005)

Zona Franca de Manaus, muito pela atratividade que produziu, especialmente a partir dos anos de 1970, a novos grupos de migrantes à cidade.

Para o terceiro intervalo, de 1967 a 1975, é considerado o desmanche da cidade flutuante e implantação dos Conjuntos no bairro de Flores e no bairro da Raiz (e a instauração da Zona Franca de Manaus) como marco temporal inicial, até a implantação do Plano de Desenvolvimento Local Integrado, em que foram estabelecidos os zoneamentos urbanos, em 1975. O ano de 1975 foi adotado como marco, por ter sido o ano de instauração legal do Plano de Desenvolvimento Local Integrado – PDLI, ainda sob a administração militar, que já vinha sendo desenvolvido desde a encomenda realizada no governo de Arthur Cezar Ferreira Reis, nos anos de 1964 a 1967. Neste período, é considerada também, a grande incidência de conjuntos habitacionais sob a condução do Sistema Nacional de Habitação – SNH, e a expansão mais expressiva do território da cidade, abarcando novos movimentos populacionais deslocados ao espaço urbano em virtude da atratividade exercida pelo processo de industrialização.

Legenda: “Aspecto da Cidade Flutuante em frente à cidade de Manaus”. (ANDRADE, 1984, p.179)



## Capítulo 1

### Espaço urbano e habitações populares, de 1943 a 1958.

*Os novos-ricos se apavoraram. Os ricos mais sólidos se acautelaram e trataram de abrir novos atalhos para continuar a enriquecer. O povo continuou sendo povo. A cidade ingressou então no seu largo período de declínio e estagnação.*

(MELLO 1983, p.24)

*Quando Vivaldo e a mãe retornaram para Manaus, corria o ano de 1950 ou 51, a cidade ainda sentia os efeitos do mal fadado “ressurgimento” econômico, patrocinado pelos Acordos. Ao desembarcarem na cidade, eles não foram muito longe, resolveram ficar pela beirada do rio negro mesmo, na época de vazante “...o rio tava seco...”; a frente de Manaus, começo da avenida Joaquim Nabuco, ali ergueram um tapiri, “a cidade flutuante...” como lembrou Vivaldo, “...tava surgindo...” se adensando, a partir da porta de entrada, pela orla da capital.*

(SOUZA 2010, p.108)

### **1.1 Habitação social, breve abordagem.**

Os representantes do Urbanismo, quando disciplina em formulação desde a segunda metade século XIX, além de terem tomado a abstração da cidade como objeto, partiram de experiências humanas concretas, em espaços profundamente modificados. Dentre estas, cabe mencionar o estado de precariedade de novos assentamentos humanos em cidades europeias recém-industrializadas, abruptamente adensadas. Neste cenário, especialmente sobre o espaço físico de moradias operárias, foram dirigidos não apenas olhares analíticos, mas posturas de caráter interventor, regulador. No campo da arquitetura e do urbanismo, inúmeras foram as proposições pautadas na utopia de que por meio da técnica e do planejamento, seria possível alcançar a transformação do que vinha se tornando cidade, material e socialmente.

A descrição das condições materiais das moradias pobres desenvolvidas por pesquisadores urbanos e outros investigadores atentos à precariedade da habitação operária nos séculos XVIII, XIX, além de produzir denúncias sociais, contribuiu para a difusão da associação entre a pobreza e a doença, para a propagação do caráter ameaçador que as mesmas exerciam sobre a cidade. Assim, além de novas sociabilidades e funções urbanas, para as cidades capitalistas a partir do século XVIII em diante, foram desenvolvidos princípios sanitários e padrões higiênicos que viriam a impactar diretamente a conformação material e as condutas sociais reguladas para moradias de pobres e trabalhadores nesses contextos.

O esforço em adaptar o morador ao modelo de moradia desenvolvido junto aos meios técnico, produtivo e governamental desde finais do século XIX no Brasil, tem base também em propósitos de disciplinamento, cuja explicitação se dá nas próprias falas proferidas por membros desses segmentos. Estas falas se estendem para além de seu próprio lugar de origem, incorporando discursos da medicina, psicologia, além dos da economia, que se encaixam a cada momento de uma forma, em defesa de modelos habitacionais que já estavam sendo delineados para trabalhadores urbanos. Para Telma de Barros Correia (CORREIA, 2004):

A generalização da ideia do meio como formador dos indivíduos é correlata à expansão de dois processos simultâneos – o disciplinamento e a medicalização – que aparecem associados nos discursos e práticas sobre a cidade do século XIX. Tais processos integram-se em um projeto de sociedade e de controle sobre a cidade e seus habitantes, no qual o espaço aparece como elemento central de intervenção. No livro *Vigiar e Punir*, Michel Foucault mostra como, a partir do século XVIII, sobretudo, verificou-se na Europa uma extensão progressiva dos dispositivos de disciplina, que se converteram em fórmulas gerais de dominação e que foram se estendendo por todo o corpo social (...). As técnicas de controle do meio e os dispositivos disciplinares produzidos a partir do saber médico subsidiaram a idealização de

espaços modelares e corretivos por homens do século XIX. A concepção desses espaços baseia-se em uma espécie de “despotismo do ambiente”, fundamentada na noção de que o meio pode condicionar melhor os indivíduos que os incentivos, recompensas, castigos ou censuras. (p.26)

A este respeito, Jacques Donzelot aborda como este controle, quando do desenvolvimento de modelos de habitação padronizada, na Europa do século XIX, mais do que sobre a criação de novos modos de acomodação do morar, como necessidade universal, opera de modo mais profundo na sociedade. Opera a seu ver, na modelagem da estrutura familiar ideal, comportada nos conjuntos habitacionais aos quais estas deveriam se ajustar. Para o autor, foi implantada com a emergência das habitações sociais, uma “estratégia de familiarização das camadas populares, na segunda metade do século XIX” (DONZELOT, 1980, p.39).

A concepção sanitarista-higienista de cidade e a formulação de um projeto de habitação econômica industrializada permearam o estabelecimento de leis e parâmetros normativos para ocupação urbana por moradias promovidas pelo Estado, em que predominou mais a decisão de representantes do poder, do que propriamente de arquitetos. Este processo esteve associado à instauração de padrões comportamentais desejáveis por parte de seus idealizadores e também à adequação às premissas diretivas do próprio processo de produção dessas habitações.

Assim, a feição de novas habitações passou a ser determinada pelas representações do trabalhador e da posição pretendida para que ele ocupasse socialmente. Telma de Barros Correia levanta em revistas de engenharia brasileiras dos anos de 1886, 1911 e 1923, por exemplo, pareceres de engenheiros que “retratam bem as expectativas que eram então colocadas na reforma da moradia proletária” (CORREIA, 2004, P.24). Comumente são encontradas representações de uniformização, à medida que foram difundidas imagens da moradia ideal para o trabalhador. A partir desta relação, os textos técnicos expressaram o intento de gerir a vida desse trabalhador, para regrá-lo, para torná-lo mais saudável, para inseri-lo em uma estrutura familiar, para que em suma, estivesse apto ao trabalho. Em falas técnicas, são expressas representações da moradia que estabelecem interdependência entre o ambiente da casa, a saúde do trabalhador, sua capacidade produtiva e os benefícios acarretados à nação, em consequência.

Se por um lado foi notória a necessidade de melhoria das condições de moradia urbana de pobres, por outro, os arranjos que aos poucos foram sendo delineados pelo Estado para responder a esta questão, tinham como base, a busca por uma solução modelar de habitação barata e por alternativas técnico-econômicas que viabilizassem sua produção, sob os

interesses do próprio poder público e do setor produtivo. A casa popular autoconstruída, quando associada à expressão de pobreza na cidade, foi reprimida por instrumentos legais atuantes nos limites físicos materiais urbanos, além de representada comumente como retrocesso, ameaça à saúde e incivilidade.

O período em que a intensificação desta prática governamental se dá em contexto brasileiro, pautada em um programa mais amplo de atuação do Estado centralizado para a concretização de um projeto de sociedade, é explicado por Maria Ruth Amaral de Sampaio (SAMPAIO, 2002):

...com a revolução de 1930, novos tempos surgem e novas ideias são postas em prática com relação à questão da população trabalhadora. Getúlio Vargas, disposto a conquistar o homem das cidades, o eleitorado urbano, que ele pretendia que fosse sua base de sustentação, considerava o trabalho um dos pilares da construção do novo homem brasileiro, instrumento de integração do homem à sociedade, transformando-o em trabalhador. A moradia e a família eram peças-chave desse esquema, que se iniciou por meio de uma legislação trabalhista e previdenciária que pretendia, inclusive, atender às carências habitacionais da população urbana trabalhadora, indo ao encontro, ao mesmo tempo, das aspirações dessa população. (p.22)

Nesta pauta nacional, com o incômodo causado pela presença de moradias tidas como precárias para Manaus, iniciativas proibitivas e propositivas adotadas por administradores locais, delinearão tentativas de controle sobre determinadas formas de habitar na cidade. Nos códigos de postura instaurados desde o século XIX, já constavam menções aos casebres, cortiços, casas cobertas de palha (CÓDIGO DE POSTURAS, 1904), quartos, subúrbios (idem, 1910), vilas operárias, habitações coletivas, casas de cômodo, pensões (idem, 1920), todas estas, tipificações associadas às habitações de populações pobres instaladas em contexto urbano, sobre as quais incidiam pretensamente ações de controle. A condenação imperava sobre a materialidade da moradia, especialmente quanto aos materiais de construção, às características dos cômodos, às exigências ambientais, de iluminação e de programa mínimo que estas deveriam abarcar.

Como iniciativas à produção de moradias operárias no início do século, a Intendência Municipal estimulou a construção de vilas financiadas pelo empresariado e adequadas aos princípios de boa higiene. Também prestou serviço de assistência, restringindo a autoconstrução em determinadas áreas da cidade, por meio da instauração de critérios mínimos de erudição para a forma de edificações em locais valorizados. As dificuldades de custeio de moradia por parte de operários, os sujeitava ao pagamento de aluguéis em áreas mais centrais ou à construção por conta própria em espaços periféricos da cidade. A respeito

da dificuldade de pagamento de alugueis, o jornal *Correio do Norte*<sup>19</sup> assim publicava (TELES, 2008):

O aluguel de casas é elevadíssimo. Por uma casa que mal dá para uma família pequena, paga-se de 30\$000 a 50\$000.

Essa carestia podia ser contrabalançada pelos ordenados. Mas o caso é que não é. O trabalhador ganha, em média 6\$000 diários, não chegando absolutamente para suas mais urgentes necessidades... Os operários são obrigados a residir, fora da cidade, em barracas, que é como lá se denominam as palhoças de cá... (p.75)

Dessas medidas, até o enraizamento de um sistema de promoção da habitação articulado à política desenvolvida em âmbito nacional desde os anos de 1930 e efetivada mais precisamente em 1964<sup>20</sup>, ocorreram uma série de experiências de construção, de provisão, de assistência, associadas aos discursos pouco efetivados na prática, de atendimento de populações pobres em suas formas de habitar na cidade.

Mas a habitação padronizada e mercantilizada não viabilizou o projeto governamental de habitação proletária. Este intento, mesmo que fosse tomando forma nas falas oficiais, não se efetivou quando posto em prática. Em Manaus, assim como em outros contextos brasileiros, a implantação dessas habitações foi dada pelo agenciamento público privado do urbano e em confronto com outras formas de fixação humana na cidade<sup>21</sup>. Neste último caso, ocorreram processos produzidos por grupos sociais em disputa por fixação na cidade.

Quando em prática, a ideologia presente em discursos oficiais, técnicos e em narrativas históricas, fortaleceu o processo de mercantilização da moradia, mascarou a diversidade de dinâmicas de habitantes urbanos pobres, uniformizando-os em falas e proposições oficiais para a moradia operária. As falas oficiais a respeito da problemática habitacional brasileira, especialmente a partir dos anos de 1930, fortalecem a solução pelo caminho de habitações industrializadas e ocultam os sujeitos históricos em confronto, para os

<sup>19</sup> Correio do Norte. Manaus, 03 de fevereiro de 1906.

<sup>20</sup> A implantação do Sistema Financeiro de Habitação, em 1964, estimulou o setor produtivo da construção, e em Manaus, ainda nesta mesma década, identificou-se a implantação significativa de conjuntos não mais para os pobres urbanos, mas para uma classe média e para ricos. O final do processo ora narrado, o qual se limita ao ano de 1975, é marcado pela intensificação dessas construções, e pela adoção por parte dos governos locais, de medidas de planejamento urbanístico da cidade, que já estavam sendo gestadas desde a década anterior.

<sup>21</sup> Em Manaus, os conjuntos habitacionais, modelos mais difundidos localmente, passaram a ser implantados a partir dos anos 1960 e estruturaram parcela do traçado urbano da cidade desde então. Estes arranjos físicos foram balizados por incentivos públicos, que frente a transformações ocorridas nas cidades brasileiras no século XX, os moldaram sob o discurso da promoção de melhorias nas condições da habitação de parcela da sociedade urbana. Por “sociedade urbana” é adotada a definição de Henri Lefebvre para definir um conceito abstrato de sociedade que nasce da industrialização. Neste caso, é aplicado pelo processo estabelecido historicamente no Brasil, entre arranjos espaciais urbanos promovidos por estruturas de poder, e a criação de modalidades de assentamento de populações em cidades com crescimento populacional associado a processos de industrialização. Produzindo falas em que foram recorrentes termos associados à racionalidade com que diziam atuar, sucessivos governos validaram a adoção desta estrutura de ocupação de conjuntos habitacionais, para ampliação do território da cidade de Manaus.

quais foram, *a priori*, forjados os modelos de habitação. Assim, as propostas oficiais de moradia, não concretizam a universalização do acesso à habitação, não realizam o arranjo espacial total da cidade, não garantem o ingresso na formalidade, de todos os habitantes urbanos.

Quanto aos entrelaçamentos com as condutas governamentais em âmbito nacional, é importante um comentário. A partir dos anos de 1930 o governo federal brasileiro, ampliou seus poderes, o que incluiu interferir política e administrativamente em governos locais, estaduais e municipais, absorver atividades antes realizadas nestas esferas e atuar mais diretamente em novas áreas, como do bem-estar social e o controle de movimentos sindicais, operários, vide a criação do Ministério do Trabalho, como afirma Thomas Skidmore (2010).

Obras públicas e a urbanização de cidades também passaram a sofrer influência direta do governo federal, dado o aumento expressivo dessa sua ingerência, especialmente pela restrição de fontes de receita tributária, contribuindo com um processo de consolidação da centralização administrativa nesses anos do primeiro governo de Getúlio Vargas. Para Thomas E. Skidmore (SKIDMORE, 2010):

O processo constante de fortalecimento do governo federal à custa dos governos estadual e municipal começou em novembro de 1930 e foi acelerado depois de 1937. Havia um aspecto político e um aspecto administrativo nesse processo, apesar de os dois serem estreitamente relacionados.

Quanto ao citado “aspecto político”, foi caracterizado fundamentalmente, pelo fortalecimento da influência da administração central em contextos locais e pela interferência na aplicação de recursos públicos em determinadas frentes, como nas obras interventivas em cidades. Pesquisadores, com destaque para Ermínia Maricato (1997) e Nabil Bonduki (2011) afirmam ter sido esse primeiro governo getulista, responsável também, pelo início do delineamento de uma política de habitação institucionalizada, embora constatem o alcance limitado das ações realizadas.

Também nesses anos, a habitação de trabalhadores passou ao domínio do conhecimento especializado e as soluções foram condicionadas a uma concepção de moradia técnica pensada, economicamente viável, em proximidade com os interesses de governo e do setor produtivo da construção, indústria. A desconsideração de aspectos culturais locais nos projetos que viriam a ser implantados foi devido a uma série de fatores, a respeito dos quais se adota uma postura especulativa como explicação, de uma mentalidade progressista que ia sendo desenvolvida no segmento técnico produtivo, da condição apriorística de se

desenvolver a “habitação econômica”<sup>22</sup> em si, como alternativa modelar à precariedade de habitações urbanas, passando por medidas governamentais centralistas, adotadas mais amplamente, em larga escala no território nacional.

Outros debates sobre habitação foram desenvolvidos mais intensamente a partir dos anos de 1930, envolvendo os setores empresariais, acadêmicos, as entidades de classes, a própria imprensa. A respeito dos projetos voltados à habitação do trabalhador, segundo o projeto nacional-desenvolvimentista da era Vargas, Nabil Bonduki afirma que eram desenvolvidos segundo algumas premissas (BONDUKI, 2011):

...primeiro, a habitação vista como condição básica de reprodução da força de trabalho e, portanto, como fator econômico na estratégia de industrialização do país; segundo, a habitação como elemento na formação ideológica, política e moral do trabalhador, e, portanto, decisiva na criação do “homem novo” e do trabalhador padrão que o regime queria forjar, como sua principal base de sustentação política. (p.73)

Assim, a provisão habitacional sob a responsabilidade do Estado, a compreensão da habitação como uma “questão social”, foi um processo iniciado nesse período, em virtude das medidas aplicadas para romper com a prevalência da atuação da iniciativa privada sobre a produção e comercialização das habitações populares. Com isso o Estado ampliaria sua participação neste setor, para além da prática prevalente de estabelecimento de restrições de ordem sanitária<sup>23</sup> para a construção dessas habitações.

Afirma Nabil Bonduki que “a produção direta ou o financiamento de moradias, a regulamentação do mercado de locações e a complementação urbana da periferia” foram práticas da intervenção estatal sobre a habitação, arranjas a partir do governo de Getúlio

---

<sup>22</sup> Neste caso o ajustamento de recursos despendidos à construção da habitação, numa lógica de tornar viável a produção de edificações de baixo custo. A partir dos anos de 1930, a participação de arquitetos no segmento da habitação social, fez com que tenha se desenvolvido projetos alternativos, especialmente os conjuntos habitacionais dos Institutos e Aposentadorias e Pensões, como já mencionado. Gradativamente, os produtos do setor produtivo da construção passaram a ser pautados prioritariamente pelo lucro, o que contribuiu para uma larga padronização de sistemas e arranjos espaciais, dissociados do desenvolvimento de projetos de arquitetura. É interessante mencionar que os primeiros estudos técnicos de modulação construtiva, que viriam a ser absorvidos pela aplicação da seriação das habitações, foram desenvolvidos a partir de 1930. O industrial norte americano Alfred Farwell Bernis desenvolveu os estudos aos quais chamou de “método modular cúbico”, publicando a obra “The Evolving House”, The Technical Press, Mars, em 1936. Ele propunha a coordenação construtiva como meio de se obter a produção em massa e a standartização de componentes da construção. Desde então, estudos neste campo foram realizados na Europa e a partir dos anos de 1946, no Brasil. (IDEG, 1978, p.75)

<sup>23</sup> Para Maria Stella Bresciani, a “Idéia Sanitária, eixo do que se poderia considerar um começo de política habitacional, procura atingir o íntimo das pessoas por meio a redefinição do espaço da casa, organizado de maneira a que seus ocupantes desenvolvessem hábitos civilizados. No espaço externo, um belo traçado de ruas e avenidas sem pontos de estrangulamento e sem...barricadas; em casa, famílias edificadas pelos preceitos burgueses da moralidade e do trabalho. Sem dúvida um ambicioso projeto disciplinador e utópico”. (BRESCIANI, 1992, p.11-26)

Vargas. Entre os anos de 1930 e 1950, desenvolveu-se assim, uma “intensa problematização do tema da habitação” (BONDUKI, 2011, p.14), inserta na categoria de um serviço público.

Um marco teria sido a organização, a partir dos anos de 1930, de Institutos de Aposentadorias e Pensões de diversas categorias profissionais, autarquias com o intuito de gerir o setor previdenciário e promover o benefício de associados em algumas frentes, dentre as quais o suporte a programas sociais de aquisição de casas. Deste modo, a produção da habitação esteve atrelada aos fundos de aposentadoria, num sistema que procurou atender neste segmento, ao trabalhador associado.

Além da Fundação da Casa Popular criada em 1946, os Institutos formalizaram e direcionaram a promoção da habitação, por meio do seu financiamento ao trabalhador, fosse com a aquisição, fosse com a construção<sup>24</sup> da habitação. Como resultado, Nabil Bonduki identifica uma produção significativa desses Institutos, especialmente pelo desenvolvimento de projetos de vanguarda para a moradia que, em prática, qualificariam, a seu ver, o espaço urbano das cidades, mesmo que tenha havido também, em meio ao conjunto de uma produção desigual, “empreendimentos vulgares e tradicionais” (BONDUKI, 2011, p.133). De acordo com as fontes aqui levantadas, esta observação inclui o caso de Manaus, como será visto nos capítulos seguintes desta dissertação<sup>25</sup>.

Na primeira administração de Getúlio Vargas, teriam sido lançadas bases para a ação governamental junto ao segmento da habitação, que passa a ser visado como um serviço sobre o qual deve atuar o Estado. As medidas que podem ser destacadas para dotar de sentido esta afirmativa, são a organização dos Institutos de Aposentadorias e Pensões a partir de 1933, a promulgação do Decreto-Lei nº 4.598, de 20 de agosto de 1942, que congelou os preços de alugueis e produziu impacto expressivo sobre o segmento da moradia popular, além o Decreto-Lei nº 9.218, de 1º de Maio de 1946, que instituiu a “Fundação da Casa Popular”, destinada a proporcionar a aquisição ou construção de moradia própria, de obras populares, em zona urbana ou rural, cujos benefícios deveriam favorecer aos “mais necessitados” (art.5º), prioritariamente trabalhadores em atividades particulares, servidores públicos ou de autarquias (art. 6º).

---

<sup>24</sup> Segundo Nabil Bonduki, os Institutos atuavam na locação e venda de moradias em conjuntos de propriedade dos Institutos de Aposentadorias e Pensões - IAPs, no financiamento de compra ou construção e moradias aos seus associados, no empréstimo hipotecário e outras transações imobiliárias com a finalidade de manter ou elevar suas reservas. (BONDUKI, 2011)

<sup>25</sup> Não foram identificados em Manaus, projetos de habitação social atrelados à vanguarda de pensamento moderno no campo da Arquitetura.

A partir dos anos 1930, também, “urbanistas e administradores, procuraram incorporar ao planejamento da cidade a solução do problema habitacional” (GITAHY e PEREIRA, 2002, p.17) e sua atuação foi delineada como uma prática especializada, da qual participavam ativamente determinados segmentos sociais, dentre os quais se destaca o dos engenheiros, agregados desde 1913 em Institutos e os Arquitetos<sup>26</sup>, organizados desde 1921.

No caso dos arquitetos, João Ricardo Serran afirma que o Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB, criado em 1921, teve uma atuação bem intensa no desenvolvimento de discussões e propostas técnicas, além de significativa participação política, entre os anos de 1950 e 1960, dos quais destaca a realização do Seminário de Habitação e Reforma Urbana - (SHRU), ocorrido em 1963. Do documento produzido nessa oportunidade, é possível destacar a afirmativa a respeito das condições das habitações de populares à época, sobre a qual o Estado é chamado a se posicionar. Segundo o referido texto, as demandas do segmento habitacional que só poderia ser superada, se fossem adotadas medidas governamentais, conforme explica João Ricardo Serran (SERRAN, 1976):

...pela atualização da estrutura econômica e social, inclusive a reforma agrária, através da qual possa ser rapidamente elevado o padrão de vida do povo brasileiro. Neste sentido, o problema é de responsabilidade do Estado, sendo que sua intervenção deve ser no sentido de equacionar o problema em sua totalidade e não pode ser de ordem assistencial, concebendo paternalisticamente a casa, como até então. É de grande importância a formação de uma consciência popular e a participação do povo em programas de desenvolvimento de comunidades. (p.11-13)

Na visão de arquitetos, seria necessária a implantação de uma política habitacional associada ao “desenvolvimento econômico e social em todos os níveis de atuação” (idem, *ibidem*). Assim, a partir de 1964, medidas governamentais no campo da habitação foram efetivadas como política habitacional aplicada às cidades brasileiras<sup>27</sup>, o que veio a interferir diretamente nas práticas governamentais adotadas em Manaus.

Com a instituição do sistema financeiro para aquisição da casa própria, a criação do Banco Nacional de Habitação – BNH, e do Serviço Federal de Habitação e Urbanismo – SERFHAU, foram estabelecidos modos de operação que validaram e sistematizaram as práticas realizadas a partir de então. O Banco Nacional da Habitação foi um órgão central no

<sup>26</sup> Para Nabil Bonduki, entre 1937 e 1950, em uma série de projetos de arquitetura se abordava “o problema da habitação social e maneira criativa e inovadora, incorporando os princípios da arquitetura e do urbanismo modernos”, resultado de um processo de “reflexão e produção coletiva sobre o tema que tivera início na década de 1930, influenciado pelo debate internacional e pelas realizações da social-democracia europeia no período entre guerras, cujos pressupostos foram explicitados nos Congressos Internacionais de Arquitetos Modernos (Ciam) no final dos anos de 1920”. (BONDUKI, *Origens da habitação social no Brasil. Arquitetura Moderna, Lei do Inquilinato e Difusão da Casa Própria* 2011, p.134) Para José Lamas, “O urbanismo moderno é de início um urbanismo habitacional, quer pela importância do alojamento e da área habitacional que porque estes temas conduziram até à invenção de novas tipologias construtivas: o bloco, a torre, o conjunto”. (LAMAS 2004, P.300)

<sup>27</sup> Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964 e Decreto nº 59.917, de 30 de Dezembro de 1966.

Sistema Financeiro da Habitação – SFH, que concedia financiamentos mediante a correção monetária de reajuste de débitos e prestações de acordo com a inflação. Setores público e privado foram articulados na prática que instaurava processos de financiamento e execução da habitação, efetivando uma “Política Habitacional” durante o governo militar.

Para efeito da pesquisa, utiliza-se a categoria “habitação popular” ou “habitação de populares”, para nomear as moradias produzidas pela iniciativa privada e outros agentes envolvidos pela construção, englobando o que Ermínia Maricato nomeou de “autoconstrução” (MARICATO, 1982), isto é, o empreendimento da habitação realizado por populares para sua própria utilização, em um processo marcado pela exclusão sócio-espacial urbana. Maricato se refere à alternativa que populações pobres encontram, ao ocuparem áreas periféricas de cidades, a partir da interferência do mercado imobiliário para a conformação de territórios urbanos, contribuindo para a permanência da ilegalidade com que essas construções são realizadas na cidade e para a perpetuação de locais privilegiados para segmentos sociais economicamente dominantes (MARICATO, 2011).

O comentário de Flávio Villaça (1986) abaixo destacado, acrescenta ao conceito de autoconstrução da habitação, compreendido como produto de um condicionamento econômico e de processos de exclusão social desenvolvidos em cidades. Com ele, Villaça reforça a ideia de que o conceito de autoconstrução não está esvaziado de um sentido social, relativo à dificuldade de acesso à habitação por determinados grupos sociais (VILLAÇA, 1986):

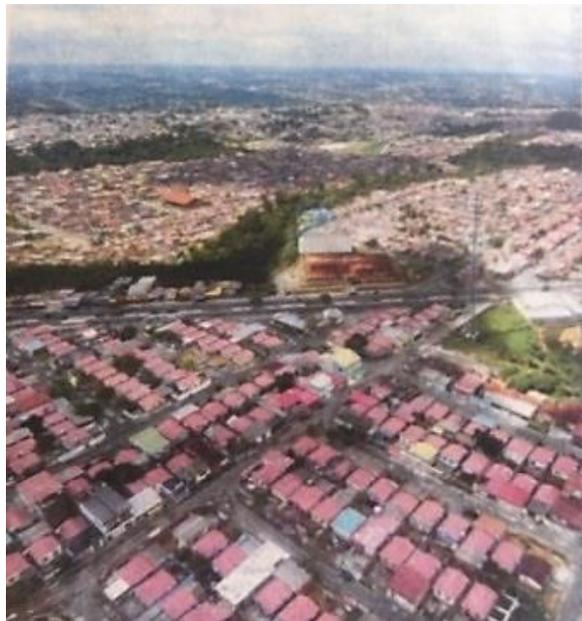
Diante da maciça presença da autoconstrução nas cidades brasileiras – e aparentemente nas do Terceiro Mundo em geral – a ideologia burguesa tem feito algumas investidas no sentido de promover a aceitação dessa forma de submoradia. Através de uma delas, de fundo romântico, procura explorar um suposto sentimento de solidariedade e amizade que se desenvolve em torno da produção da casa pelo processo de “ajuda mútua” que reúne amigos e vizinhos estimulados pela alegre sensação de produzir a casa “com as próprias mãos” (p.59).

Como “habitação social”, compreende-se, além da “habitação produzida e financiada por órgãos estatais, destinada à população de baixa renda”, num sentido ampliado, as outras providências do poder público que estão associadas ao propósito de atendimento às carências por moradia em cidades, o que inclui a “regulamentação estatal da locação habitacional e incorporação, como um problema do Estado, da falta de infraestrutura urbana gerada pelo loteamento privado”, conforme definido por Nabil Bonduki (BONDUKI, 2011, 14). Neste sentido, a produção da “habitação social” incluiria a intervenção do Estado na estruturação do sistema de produção de habitações e do agenciamento territorial, desde as práticas assistencialistas de doação das habitações e de incentivos financeiros para compra ou

produção, até a criação de órgãos gestores, de aparato burocrático e de instrumentos legais para viabilizar programas habitacionais.

Num período de crescente atuação do Estado junto à habitação de populares, processo, como mencionado, iniciado durante os anos de 1930, coube investigar a que outras formas de habitar se opuseram os administradores públicos, e que ecos suas falas, seus projetos e intervenções materiais, encontraram junto à imprensa e outros segmentos sociais. Além disso, que outras materialidades se fizeram presentes na cidade, para além daquelas previstas pelo Estado durante um período de significativa expansão dos limites urbanos, e de movimentos migratórios expressivos à capital.

Oportunamente, é importante observar que no tempo atual, a habitação de populares em Manaus, como em tantas outras realidades brasileiras, é questão urgente. Os planos e projetos em desenvolvimento seguem de modo geral, as mesmas fórmulas já experimentadas pelo Estado desde o governo militar, com base no incentivo ao financiamento à indústria da construção, tendo como consequência direta a baixa qualidade de projetos e a ocupação de áreas de baixo valor de troca e de recém-expansão, periféricas, pouco alcançadas pelos investimentos públicos.<sup>28</sup>



a)

---

<sup>28</sup> Recentemente, uma intervenção do governo estadual de grande monta sobre os cursos d'água da cidade, aliou a promoção de habitações a populares, com recursos financiados por bancos internacionais, a obras de saneamento, especificamente a retificação desses igarapés. Esse Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus – Prosamim, além de intervir drasticamente na paisagem cultural da cidade a partir do aterramento e retificação de igarapés, promoveu o deslocamento de grande parte de moradores anteriormente instalados nas áreas onde interveio, para locais periféricos ou outros bairros. (BATISTA, 2013)

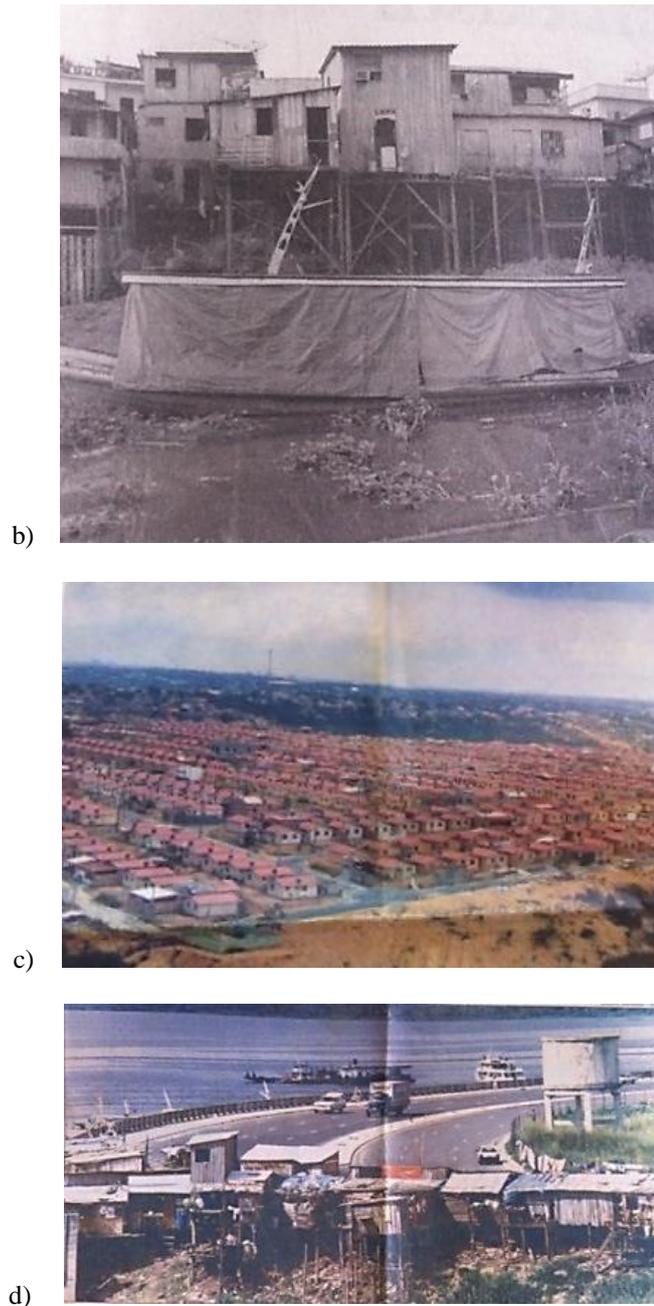


Figura 1 – Capas do Jornal “A Crítica”, acervo da autora.

- a. “Casa para quem não precisa”, a respeito de casas de conjunto vendidas irregularmente, reavidas pela Superintendência de Habitação – SUHAB. Jornal “A Crítica”, 04/11/2012, capa;
- b. “O desafio de viver sobre palafitas”, a respeito de formas de habitar precárias e relações de solidariedade de moradores no bairro de São Raimundo. Jornal “A Crítica”, 06/04/2003, Cidades, c 4;
- c. “Licitação viciada é via de corrupção”, a respeito de licitações fraudadas, realizadas pelo governo. Jornal “A Crítica”, 15/08/2004, Cidades, c3;
- d. “A cidade e o peso dos anos”, Jornal “A Crítica”, 25/10/1998.

## **1.2 Aproximações ao espaço urbano e a habitações de populares, de 1943 a 1958.**

Relatos e pesquisas sobre Manaus entre os anos de 1920 e 1960 não são unânimes em afirmar que na cidade neste período, desde a decadência do ciclo econômico de base extrativista da borracha após meados da Primeira Guerra Mundial, até a instauração da Zona Franca de Manaus – ZFM ocorreu um processo de estagnação generalizada. A anulação ou negação deste intervalo temporal, em narrativas mais recorrentes, onde predominam leituras de base econômica, tomam esses dois ciclos, da borracha e da Zona Franca de Manaus, como base para a determinação de fenômenos sociais espacializados na capital. Ao contrário, outras interpretações da cidade são voltadas à análise de sociabilidades e vivências também presentes no espaço urbano, ocultadas ou ignoradas pelas narrativas prevalentes a respeito desse período, anterior às transformações mais radicais do espaço urbano, que só viriam a ocorrer com aquela economia de base industrial.

Foi importante dialogar brevemente neste capítulo, de introdução às moradias de populares nos anos de 1943 a 1958 em Manaus, com discussões presentes na historiografia local, a respeito desse período reconhecido como de estagnação, situado entre os dois ciclos econômicos citados, que balizam muitas das narrativas a respeito desta cidade. Basicamente por dois motivos. Primeiro pelo fato de que a afirmativa da estagnação econômica plena, por si, costuma não levar em conta alguns dos eventos revelados por outros autores, relatos e documentos produzidos sobre esses anos. Neles, comparecem outras vivências urbanas desenvolvidas na cidade, especialmente por populares. Indicar a existência dessas experiências a partir desses autores, por mais que relacionadas às dimensões econômicas circunstanciais, se fez importante para se compreender as medidas governamentais implantadas sobre a habitação e sobre o espaço urbano nos anos subsequentes.

Depois, para que fosse estabelecido um elo entre desses movimentos populacionais que antecederam a instauração da Zona Franca de Manaus e a atuação governamental frente à habitação popular nesses anos. Teria sido uma atuação em descompasso com reais demandas sociais? Seria influenciada unicamente pela política que se desenvolvia durante a administração de Getúlio Vargas nesses anos, deslocada para esse contexto? Mesmo que não tenham implicado transformações tão radicais como as dos anos de 1970, os indícios apontaram para uma transformação em curso na cidade, justificada pela presença desses recém-migrados.

Nas palavras de Márcio Souza, de que “Manaus tornava-se uma província empobrecida, abandonada, atolando-se aos poucos naquele marasmo tão característico das cidades que viveram um fausto artificial” (SOUZA, 1978, p.135, 136) e nas de Antonio

Loureiro, que afirmou ter sido este período “um tempo de transição entre o passado economicamente vigoroso e um futuro promissor, porém incerto e distante” (LOUREIRO, 1994, p.9), o empobrecimento urbano é tomado como base explicativa para a cidade. Nessas definições mais absolutas, a paralisação diante da expectativa do porvir, permearia praticamente todas as experiências na capital nos anos de decadência econômica.

Porém, a presença de um grupo populacional novo, mesmo que motivado pelas circunstâncias da decadência da economia de base extrativa, em sua opção por se deslocar à cidade, produziu efeitos sobre a paisagem e espaço urbano local, influenciando na feição urbana da cidade.

Além do declínio do “sistema mercantil extrativista”, Mário Lacerda de Melo e Hélio A. de Moura (1990) atestam o crescimento populacional urbano expressivo que se sucedeu entre os anos de 1920 e 1970. Manaus empobrecida passaria a ser o reflexo da decadência nos anos que antecederiam a Zona Franca de Manaus, mas também nela se fazia notar um fluxo novo de pessoas, pobres em grande parte. Os processos migratórios nesse período, também seriam atribuídos ao declínio das atividades econômicas que até então davam vigor à urbe. Populações pobres chegadas desde os anos de 1920 passavam a ocupar “áreas menos salubres e menos valorizadas da cidade como era, particularmente, o caso das situações às margens dos igarapés” (MELO e MOURA, 1990, p.37). A respeito da decadência econômica dos anos de 1920, associada ao aumento populacional, os autores afirmam que (*idem, ibidem*):

Inicia-se, em consequência, no processo de evolução urbana, uma fase em que, sem os estímulos anteriormente devidos a uma intensa demanda internacional de borracha, e sem o dinamismo que essa demanda gerava na produção e comercialização daquele produto, a economia cidadina, presa ao ritmo da economia regional, passou a caracterizar-se pela estagnação.

(...)

Todavia a população manauara continuou crescendo em ritmo mais acelerado do que o atribuível apenas ao incremento vegetativo. Os 75.000 habitantes de 1920 passaram a 152.432 em 1960 e a 283.685 em 1970.

Ainda que prevaleça a homogeneidade nas afirmativas que ignoram ou condicionam as sociabilidades à conjuntura econômica, nas quais o período entre a “queda da borracha” e a “industrialização” teria sido absolutamente estagnado, há autores interessados em discutir sobre outras dinâmicas que entrelaçadas ao espaço social urbano, também ocorreram. Para alguns deles, a presença de nova população urbana foi notável, mesmo com a compreensão de que seu deslocamento à Manaus esteve relacionado às limitações materiais com que se deparavam no interior do Amazonas e em outros estados brasileiros.

Alguns estudos falam da presença de populares ou levantam outras experiências urbanas nesse intervalo após os anos de 1920. Em um recorte delimitado, Samuel Benchimol

(1977), trata da decadência dos seringais, e relata o fato de que acarretou em dois momentos, nas duas “batalhas da borracha” (BENCHIMOL, 1977, p.247-251), como as nomeia nos anos de 1850 a 1915 e 1941 a 1945, respectivamente, a vinda de uma significativa população para a cidade, que se deslocou do ambiente rural, em busca de alternativas de vida. O autor menciona que “a população de Manaus passou de 50.300 pessoas em 1900, para 106.399 habitantes em 1940” e ao tratar da presença de habitações de pobres urbanos na cidade, justifica (*idem, ibidem*):

A depressão após 1914 e durante os anos das décadas de 1920 e 1930, trouxe para Manaus um considerável contingente de pessoas dos seringais e de outros pontos do interior. Essa população, regra geral, era composta de pessoas de baixo nível de renda, caboclos empobrecidos e cearenses que desciam para Manaus à procura de qualquer emprego que pudessem conseguir. Como não tinham condições de pagar aluguel pelas habitações do centro, foram se estabelecendo nos bairros distantes e construindo as suas favelas e casas de palha, com a sua própria mão-de-obra (p.76).

Não apenas em áreas de subúrbio ou em bairros distantes como destacado desta fala de Samuel Benchimol, mas desde os anos de 1920, novas populações de pobres urbanos instalavam-se também na região central de Manaus, em casas sobre os igarapés, em moradias de aluguel, estâncias, cortiços. Sem contar o fato de que o primeiro Código de Posturas de Manaus, de 1896, já mencionava a existência de cortiços e de casas de palha<sup>29</sup>, cuja construção era proibida no perímetro urbano. Essas modalidades edilícias eram tidas, já na segunda metade do século XIX, como inapropriadas à cidade que se quis instituir por meio dessa legislação urbana.

Na análise que José Aldemir de Oliveira faz do período de crise econômica da borracha nos anos de 1920, afirma ter havido um aumento nos problemas habitacionais, com a “proliferação de estâncias, e de moradias precárias na área central da cidade, especialmente seguindo o curso dos igarapés”<sup>30</sup>. Assim, constata que no período tido (de modo simplificado) por outros autores como de marasmo econômico, outras formas de experiência com o urbano, estavam presentes na cidade.

Leno José Barata Souza (2010), baseado no trabalho de Celso Luiz Serra e Wilson Rodrigues da Cruz (SERRA e CRUZ, 1964) e de Francisca Deusa Sena da Costa (COSTA, 1997), fala da presença de palafitas e flutuantes a partir dos anos de 1920 em Manaus

<sup>29</sup> Art. 94.º — Se houver conveniência de ordem superior, máxime sendo preciso atender a salubridade e higiene pública, a Superintendência determinará, nas mesmas condições do art. antecedente (embargos) a demolição dos cortiços já existentes nesta cidade, construção esta que fica d’ora em diante expressamente proibida, sob pena de multa de 1:000\$000 ou 8 dias de prisão. Em seu artigo Art. 82.º — É proibido dentro do perímetro urbano edificar casas cobertas de palhas, sob pena de 200\$000 réis de multa. (CÓDIGO DE POSTURAS, 1896)

<sup>30</sup> O autor menciona a Lei 1341 de 15/07/1926 que “autorizou a construção de prédios para moradias nas ruas 13 de maio (atual Getúlio Vargas) e Floriano Peixoto com isenção de impostos por 15 anos”. (OLIVEIRA, 2003, P.78-82)

(SOUZA, 2010, P.15). Em sua tese, desenvolve uma leitura com base na complexidade cultural de vivências na cidade flutuante, buscando um caminho diferente daquele de identificação dos conflitos de ordem social que a pobreza expressa na exiguidade material das habitações poderia lhe revelar. A partir da vertente da história oral, resgata memórias de ex-habitantes da cidade flutuante, extinta na década de 1960, além de analisar processos culturais desenvolvidos no fluir da vivência desses moradores da cidade, pela especificidade do contato com o meio aquático.

Ao fazer oposição à narrativa mais homogeneizadora, da estagnação econômica no período de falência do comércio de exportação da borracha pós Primeira Guerra Mundial, Leno Barata se opõe às histórias sem rostos ou nomes, de base predominantemente estatística, destacando que ao virem para Manaus, populações ribeirinhas traziam suas próprias experiências para a cidade, em um processo de deslocamento que de certo modo provocou uma reorganização da vida social local (SOUZA, 2010).

Junto a esses estudos mencionados, baseados em entrevistas e análises documentais, podem ser acrescentados alguns relatos e olhares interpretativos, de observadores que deixaram suas impressões sobre a cidade desse mesmo período. Mesmo que denotem parcialidade ou limitações próprias da subjetividade nas impressões da observação, são percepções a se considerar, pois demonstram outras facetas da cidade, outras formas de vivência no espaço urbano.

O viajante Octavio Tavares, em finais dos anos de 1930, relatou o confronto entre a vida urbana que experimentava em Manaus e os registros oficiais da crise econômica desses anos. A experiência na cidade, em contradição, teria sido muito mais aprazível do que diziam as estatísticas econômicas. Destaca-se do seu relato que (TAVARES, 1936):

De longe, a gente que sabe, através de algarismo officiaes, da crise em que se debate o Amazonas, tem a impressão de que Manáos é uma capital triste, em que o povo vive abatido, vergado ao peso das dicissitudes. Puro engano! Manáos é alegre, riosamente alegre, o povo é altamente dado aos bailes e de tudo isso fica-nos a certeza consoladora de que o amazonense não é um vencido, porque consegue realizar o quasi milagre de philosophar na adversidade. (p.48,49)

(...)

Nas cheias, os igarapés apresentam um aspecto lindo, com as suas casas debruçadas sobre as aguas; na vasante, essas casas apparecem empoleiradas em estacas, denotando a preocupação que presidiu á construcção, tendo em vista a possibilidade, ou, melhor, a certeza do levantamento do nível das aguas. (p.50)

Ao falar das casas implantadas sobre as águas, o visitante nos leva a crer que nesses anos de crise econômica, havia palafitas na cidade. Sua recepção a respeito dessa modalidade de habitação não foi de reprovação. Mesmo interessado em escamotear aspectos não tão belos como os descritos, o fato de ter sido possível construir a ideia de beleza e de adequação das

construções as quais se refere, revela uma representação possível dessas habitações, na qual também se pode crer. Ao valorar as palafitas, o diálogo que estabeleciam com o meio natural, especialmente no trecho, “os igarapés apresentam um aspecto lindo, com suas casas debruçadas sobre as águas” (idem, *ibidem*), nos faz acreditar numa cidade não tão urbana e tranquila.

O jornalista Mário Domingues, também em finais dos anos de 1930, escreveu sobre Manaus, dentre as outras cidades que visitou do norte e nordeste brasileiro. Sua posição politicamente favorável à situação política dos governos em vigor, tanto da administração de Getúlio Vargas, quanto de Eduardo Ribeiro<sup>31</sup> ou Álvaro Botelho Maia<sup>32</sup>, denuncia a parcialidade de suas impressões ao apreciar a cidade. Importa mencionar este relato de 1938, pois ele aborda a presença do poder público junto à habitação popular e ao controle urbano (DOMINGUES, 1938):

Manáos parece que vive sorrindo para a gente. E’ pequenina, alegre, asseada. Com ruas limpíssimas, atestando boa administração municipal, lembra uma das suas lindas caboclas, vestida de chita, em dia de festa.  
E’ frequente, em muitas capitaes dos nossos Estados, mendigos perambularem pelas ruas. Em Manáos, não se vê um homem, uma mulher ou criança esmolando. Aqui, a municipalidade reprime a mendicância, amparando os mendigos. (p.27-30)

O poder público, aos olhos do visitante, exercia seu papel de controlador social, asseando a cidade de mendigos e pedintes. Seu relato nos leva a crer que seriam presenças indesejáveis, pelo visto. A ordem pública também foi atestada pelo jornalista ao mencionar a habitação como um problema urbano. A partir do levantamento que realizou junto a “Directoria de Obras Publicas”, relatando a diminuição do ritmo das construções para aluguel, comentou sobre a redução de “quarenta por cento os alugueis das casas” e sobre a proposta do interventor à Câmara Municipal, para que se passasse de “cinco anos de isenção de impostos prediais para sete na zona urbana, dez na suburbana e vinte na Avenida 13 de Maio<sup>33</sup>. Isso com o fim de animar as construcções” (DOMINGUES, 1938, p.161, 163).

O incentivo fiscal da Intendência seria a tentativa de mobilização da iniciativa privada, para que investisse em construções para moradia e aumentasse a oferta de imóveis para esta finalidade, na cidade. Segundo seus escritos, a Intendência atuava no sentido de atrair investidores para a construção especulativa de alugueis para moradia, defendendo oportunamente os ganhos com este tipo de investimento, pois “se o dinheiro necessário para o

---

<sup>31</sup> Governador do Estado do Amazonas entre os anos de 1890 a 1896, de formação e princípios republicanos, a quem se atribui a responsabilidade de ter conduzido as intervenções modernizadoras de finais do século XIX em Manaus. (MESQUITA, 2009)

<sup>32</sup> Interventor local durante o Estado Novo. (SOUZA, 1978)

<sup>33</sup> Atual Avenida Getúlio Vargas.

seu levantamento fosse empregado na construção de varias casas, não só obteria mais renda como proporcionaria tecto a varias famílias”, nas palavras de Mário Domingues.<sup>34</sup>

Há certa lógica na menção feita a esse incentivo público, alinhado com a postura adotada pela Intendência desde o início do século, que tratava a questão da moradia popular a com a prática de estímulo à produção de construções de aluguel<sup>35</sup>. Também guarda coerência ao fato de que foi justamente durante o primeiro governo getulista, que o Estado passou a conceber a moradia como uma questão social<sup>36</sup>, sobre a qual passou a intervir mais diretamente, fosse com a regulação de alugueis ou com a promoção da habitação em si.

A interferência do governo no congelamento do preço de alugueis em 1942 teria contribuído para a diminuição de investimentos lucrativos com essas moradias e ao mesmo tempo, para o desenvolvimento de planos e programas de estímulo ao financiamento da casa própria ao trabalhador urbano, sob o argumento de atendimento às novas e expressivas demandas por moradia desses anos, em cidades brasileiras.

A respeito dessa demanda, Antonio Loureiro, analisa o quadro de estagnação econômica regional e atribui o problema habitacional dos anos de 1920, ao qual relaciona à presença de casas precárias<sup>37</sup> na cidade e à oferta de imóveis nesses anos, aos elevados valores de alugueis em relação ao ganho do trabalhador urbano (LOUREIRO, 1994):

O problema habitacional estrangulava a economia dos habitantes de Manaus. Em 1921, as casas estavam desvalorizadas, havendo quarteirões inteiros à disposição de compradores, poucas eram as construções novas. Nos anos seguintes com a estabilização do processo econômico, a cidade voltou a crescer aparecendo os primeiros casebres de palha e de madeira, pois era impossível a um funcionário ou a um empregado do comércio, ganhando 600\$000 sustentar a sua família e pagar 250 a 350\$000 de aluguel, surgindo a ideia de casas populares. (p.39)

<sup>34</sup>O autor enaltece a atuação do poder público, afirmando que “No espaço de 20 annos – de 1914 a 1934 – foram construidas em Manaus, 205 casas, ou sejam 10 casas e ¼ de casa por anno! Menos de um por mez!! Parece incrível!” (...) “Mas em 1935 a situação começou a mudar. Naquelle anno appareceram 33 casas novas. Mais de duas por mez; quase tres. No ano seguinte as construcções subiram a 49. Mais de 4 casas por mez. Em 1937 alcançaram o numero 75. Mais de 6 casas por mez! Vi nas ruas vários andaimes Acredito que a estatística predial accusará, agora, em 1938, um numero muito mais elevado de predios novos” (DOMINGUES, 1938, p.161-163)

<sup>35</sup> Edital “Vilas Operárias”. “O Coronel Superintendente Municipal e nos termos da lei 593 de 27/11/1910, chamo concorrentes por 60 dias, para a construção de villas operarias em diversos pontos desta cidade, sob as seguintes condições...” (JORNAL DO COMÉRCIO, 02/01/1910).

<sup>36</sup> O marco desse processo teria sido a adoção de algumas medidas, objetivamente, a organização a partir de 1933, dos Institutos de Aposentadorias e Pensões – IAPS, a criação das carteiras prediais, a instituição da Lei do Inquilinato em 1942, a criação da Fundação Casa Popular em 1946 e o estabelecimento do Decreto- Lei número 58, voltado à venda de lotes urbanos a prestação. (BONDUKI, 2011)

<sup>37</sup> Observa-se que as construções de palha e madeira são de modo recorrente atreladas à imagem da pobreza urbana. Também que embora o autor mencione que “surgiu a ideia de casas populares”, ainda nos anos de 1920, a intervenção articulada por parte do poder público neste setor, na concepção com que foi desenvolvida durante a primeira administração de Getúlio Vargas, só ocorreria em Manaus no final dos anos de 1950. Nestes anos sobre os quais fala Antonio Loureiro, vigorava o incentivo governamental às iniciativas privadas para a produção de moradias para aluguel.

As medidas que seriam adotadas a partir desse momento pelo governo nacional, privilegiariam o financiamento da aquisição e construção da habitação, motes das iniciativas do Estado para resolução da questão da demanda por moradias nas cidades. Neste sentido, Mário Domingues identifica a presença da pobreza urbana, além de uma demanda por moradia que se fez notar aos seus olhos, a qual fez menção nos seus escritos. Também, apresenta uma leitura favorável à ordem e a mão do poder público na condução do espaço urbano (FOUCAULT, 2007), no controle sobre a vida cidadina, uma presença essencial para a garantia da harmonia com que descreveu e analisou a cidade.

Dois fenômenos afetariam muitas das leituras sobre Manaus nesses anos de 1943 a 1958, em que se detém este primeiro recorte. Estes fenômenos foram relacionados à presença de uma população migrada de ambientes do interior amazônico e de outros estados brasileiros, deslocada mais expressivamente para a capital. Tal afirmativa toma por base os trabalhos de Mário Lacerda de Melo e Hélio A. de Moura (MELO e MOURA, 1990) e de Samuel Benchimol (BENCHIMOL 1977). Tais movimentos humanos teriam participação nas cada vez mais significativas, alterações efetuadas sobre a paisagem, morfologia e espacialidade local e no desenvolvimento de novas sociabilidades urbanas nesse século XX.

No primeiro processo, a partir dos anos de 1920, a falência vivenciada nos seringais, decorrente da desvalorização da borracha no mercado internacional, teria sido o impulso para o deslocamento de trabalhadores a Manaus em busca de alternativas de sustento. Agora, esses grupos não mais teriam sido atraídos pela movimentação e pujança fomentadas durante a fase bem-sucedida do ciclo da borracha e pela oferta de trabalho, mas compelidos pela decadência das atividades que giravam em torno da produção e comercialização desse produto, dinâmicas nas quais esses populares haviam tido ativa participação, no contexto ambiental do interior amazônico.

O segundo fluxo migratório, ocorrido a partir de meados dos anos de 1940, esteve imbricado tanto ao projeto do governo nacional de reerguer a economia em torno da extração e comercialização da borracha nesta década, quanto ao fato de que tal atividade econômica, em finais da Segunda Guerra Mundial, dava sinais de inevitável decaimento. O desejo de enriquecimento de nordestinos, de seguirem por outros caminhos distintos dos condicionados pela seca que assolava sua região de origem, junto ao incentivo e às vantagens oferecidas pelo governo brasileiro, interessado na reativação dos seringais com a assinatura dos acordos

internacionais de Washington<sup>38</sup>, estimulou a vinda de um grupo expressivo de pessoas à Amazônia, interessadas na melhoria ou garantia de sustento de suas próprias vidas.

A realidade desconhecida dos seringais foi apresentada como nova e com ela “muito trabalho e quase nenhum lucro”<sup>39</sup>, como afirma Marlúcia Cândida de Oliveira Neves (NEVES, 2007, p.54). O próprio interventor federal no Estado do Amazonas, Álvaro Botelho Maia, falou da vinda dessas pessoas à capital. O não condicionamento de alguns desses trabalhadores aos seringais, ao optarem por vir à cidade, na sua afirmativa, justifica o teor com que o Estado atuou nesse momento, instaurando a ordem e disciplina (MENSAGEM,1944):

Foram encaminhados para os seringais milhares de trabalhadores nordestinos na maior parte solteiros, - probos e respeitadores em grande número, mas também com uma leva avultada de elementos acostumados ao meio ou revoltados pelas circunstâncias do momento. Recusavam-se a seguir para os seringais, desligando-se do Serviço de Abastecimento do Vale Amazônico “SAVA”, estabelecendo pouso em Manaus ou em outras cidades. A atuação vigilante da Polícia impediu que manifestassem as suas atividades. (p.73-127)

Com o Serviço de Abastecimento do Vale Amazônico – SAVA, também teriam sido construídas as hospedarias de Manaus, para um número significativo de trabalhadores<sup>40</sup>, principalmente nordestinos, que teriam vindo à cidade, em virtude da desativação desses núcleos produtivos. Muitas dessas pessoas rumaram à capital, fugindo do isolamento completo e da morte que assolava esses locais, que passaram a ser gradativamente abandonados, com o término do conflito da Segunda Guerra Mundial.

A respeito de Manaus entre os anos de 1910 e 1940, afirma Dorinethe Bentes, que (BENTES, 2012):

<sup>38</sup> Acordos assinados com o governo americano em 1942, com o objetivo de reativarem-se os seringais silvestres. A medida estimulou o deslocamento e o encaminhamento de trabalhadores para a Amazônia, por meio do Serviço e da Comissão de Encaminhamento de Trabalhadores para a Amazônia (SEMTA e CAETA). (BENCHIMOL, 1977, p.248) Embora o governo tenha justificado a realização do investimento para a finalidade de desenvolvimento da economia regional, após a segunda guerra mundial o projeto foi dado como fracassado. Este teria sido um investimento do governo brasileiro no esforço de guerra contra os alemães. (SOUZA, 2010). Neste mesmo ano de 1942, o governo federal criou o Banco de Crédito da Borracha, vislumbrando um mercado internacional potencial decorrente da segunda guerra mundial. Este Banco viria a ser transformado em 1950, no Banco de Crédito da Amazônia S.A., com o intuito de estimular e dinamizar, de um modo geral, novas atividades produtivas, tanto agrícolas, pecuárias, quanto industriais na região.

<sup>39</sup> Em sua dissertação, a autora faz uma comparação entre a imagem do cartaz produzido por Jean-Pierre Chablotz, artista plástico suíço contratado em 1942 pelo Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia – SEMTA para atuar na Campanha Nacional da Borracha, que trazia em letras grandes as palavras “vida nova!”, publicado pelo Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia – SEMTA em 1942, e a descrição da situação menos idealizada com que se deparavam, marcada pela solidão, pobreza, doença, nos seringais. (NEVES, 2007, p.51-57)

<sup>40</sup> A pesquisa não se aprofundou nesses deslocamentos ocorridos ao longo de mais de quarenta anos, mesmo que merecedores de um olhar mais apurado, em pormenor. Reconhece-se a importância de um tratamento menos homogêneo a esses populares, até aqui associados à categoria de populações migradas. Também, a como esses grupos se instalavam na cidade e em que áreas. Mas quanto a isso, não se foi muito mais além das discussões apresentadas.

(...)os subúrbios começaram a crescer desordenadamente. Os trabalhadores dos seringais já estavam convencidos de que o comércio da borracha não iria se recuperar e de que o trabalho que executavam trazia-lhes cada vez menos retorno. Abandonados à sorte, restava-lhes migrar para a capital à busca de melhores condições de vida. Assim, a chegada dessa população, descrente de uma possível recuperação do comércio da borracha, aumentou significativamente o número de habitantes da cidade de Manaus (...) (p.50)

Emiliano Stanislau, que assumiu o governo após Álvaro Botelho Maia, acentuou na fala abaixo destacada, a presença desses migrantes, mas vale a observação de que, muito possivelmente, tal exposição decorreu do fato de que assumia o Governo do Estado após o interventor federal, por isso o teor de questionamento à administração anterior (MENSAGEM, 1946):

Auxiliei e cooperei na restauração das rodovias suburbanas em completo abandono; deixei prestes a serem concluídos os trabalhos de reparos e remodelação da ponte metálica da Cachoeirinha, transformada em problema oneroso para o Estado; tão dispendiosa tem sido a sua conservação; auxiliei o quanto possível aos nordestinos encaminhados em massa, nesses últimos anos de guerra, para o serviço de extração do látex, os quais, por não se adaptarem à vida nas florestas, perambulavam pela cidade andrajosos, enfermos e famintos, fazendo-os regressar à terra natal, já que lhes falhou a assistência do Governo Federal; preferindo meios suasórios e procurando conciliar os empregados com os empregadores, através da comunicação direta com o Ministério do Trabalho. (p.44)

Deslocados desses processos, outros olhares, de visitantes e memorialistas, revelam a cidade desde o lugar de suas próprias observações. “Romântica e pitoresca” foi a Manaus do repórter dos *Diários Associados*, Afonso de Carvalho, em 1944. Em sua passagem por Manaus, descreve-a como “tipicamente provinciana, sim, sonolenta, pacata, inofensiva, extremamente amável”. Nessa década de 1940, sua representação de cidade dá a ver um ambiente no qual o rural e o urbano se confundem.

Este relato é destacado aqui, por associar a presença de populares ao espaço de sua vivência, além de sugerir a ideia de que teria sido tal relato, produto da observação desses espaços suburbanos. Aos “proletários”, o repórter associa um perfil comportamental marcado pela humildade, despreocupação, simplicidade. Para ele, o “povo de Manaus nunca tem o aspecto daquela gente das grandes metrópoles barulhentas, cheias de fuligem...” (JORNAL DO COMÉRCIO, 22/02/1944, p.4). Mesmo num salto de quase dez anos, a impressão foi de uma cidade tão ou mais agradável do que para os outros visitantes, anteriormente tratados. Ressalvando as limitações do campo em que se dão as percepções, destacam-se os comentários do jornalista a respeito dos bairros de Educandos e da Cachoeirinha:

Educandos, bairrozinho modesto, sem pretensões de grandeza, habitado por gente humilde, muito brasileira...

(...)

A Cachoeirinha podia ter a sua história á parte, porque é um local genuinamente proletário e possui sua vida típica de bairro pobre, com seus casebres de taboas

dentro da mata, á beira das estradas e suas mulheres sem pintura e seus homens de pés descalços e torso nu, ao sol. Cachoeirinha é um grande bairro, meus senhores. Nos seus recantos onde o sol, raro, penetra, a natureza é sublime na sua grandeza, maravilhosa na sua opulencia. Aquela gente é humilde mas parece viver feliz e despreocupada, sonhando á margem dos caminhos ou à sombra amiga das árvores eternamente verdes.

(...)

Há uma guerra devorando o mundo? Os habitantes da Cachoeirinha talvez nem saibam que isso existe. Estao fora do mundo feroz e se nem bem assim, na sua pobreza e simplicidade. (idem, *ibidem*)

Numa relação com nas imagens publicadas por Moacir Andrade, registradas por este memorialista como captadas em 1948 (ANDRADE, 1984, p.19), passados quatro anos do relato de Afonso de Carvalho, vê-se no primeiro plano, o Igarapé da Cachoeirinha e em sequência, o Igarapé de Mestre Chico. As porções verdes predominam sobre as ocupadas por edificações, na área dos quarteirões definidos pelo arruamento traçado ainda no século anterior<sup>41</sup>, em que ficam mais evidentes longitudinalmente as avenidas Humaitá, Ajuricaba e Ipixuna, como na legenda. Também à quantidade de casas construídas junto à beira do Igarapé da Cachoeirinha, superior à das implantadas junto às ruas projetadas, podem ter contribuído para a construção de uma imagem bucólica do bairro, pelo visitante.

Em relato contido no livro sobre uma memória a respeito do bairro, consta que até a década de 1950, se via muito na Cachoeirinha, “carroças transportando mercadorias, e principalmente madeiras, que dessa forma, eram entregues quando encomendadas”. Também eram vistos “bodes, cabras, porcos cavalos e galinhas pelas ruas” (MINGOS s.d., p.13,14). É possível especular a partir desses relatos e das imagens a seguir, que em Manaus nesses anos, entre os dois ambientes, rural e urbano, não havia uma fronteira muito claramente estabelecida.

---

<sup>41</sup> O traçado do bairro é de 1892, desenvolvido pelo engenheiro Antônio Joaquim de oliveira Campos durante o Governo de Eduardo Ribeiro.



Figura 2 - Legenda da imagem: "Foto aérea de Manaus. No 1) – Av. Carvalho Leal. 2) – Av. Borba. 3) – Av. Humaitá. 4) – Av. Ajuricaba. 5) – Av. Ipixuna. 6) – Av. Urucará". Ano: 1948. (ANDRADE, 1984, p. 19).

Uma cidade harmônica é também a revelada por Jefferson Peres a partir de suas memórias, quando fala de Manaus nos anos de 1940. Para ele, “a vida fluía sem pressa e sem sobressaltos, num ritmo ditado pelas condições físicas, econômicas e culturais de uma comunidade pequena, com três décadas de estagnação e obediente a valores tradicionais” (PÉRES, 2002). Quando fala da cidade, o memorialista não é tão fatalista ao abordar o decaimento econômico. Ele a revela a partir de territórios bem demarcados, por exemplo, o lugar dos que nomeia de pequenos burgueses, classe média formada por “algumas dezenas de comerciantes” (idem, *ibidem*) que predominantemente habitavam a área urbana, “nervo e coração da cidade” e imprimiam sua característica à totalidade urbana. Nesta região central também havia uma população pobre, assim representada pelo memorialista (idem, *ibidem*):

...alojada em cortiços, chamados popularmente de estâncias. (...) Eram encontradas às dezenas em toda a cidade, dentro de amplos terrenos, com casas de madeira, de dois ou três cômodos, contíguas, às vezes formando ruas internas. Ocupadas por famílias de seis ou mais pessoas vivendo em promiscuidade, com banheiros coletivos e separadas por tabiques que não permitiam a menor privacidade. Alugadas por proprietários, geralmente portugueses ou espanhóis, não faziam quaisquer melhoramentos nas casas, davam a seus ocupantes, no entanto a vantagem de não depender de transporte para trabalhar. Os homens eram operários de oficinas, serventes ou contínuos em repartições públicas, balconistas de lojas ou, ainda, vendedores ambulantes. As mulheres, quase sempre lavadeiras, atendiam à vasta clientela das redondezas. Numa época em que não existia uma lavanderia sequer na cidade, nem eram conhecidas as máquinas de lavar, as famílias de classe média dependiam quase inteiramente do serviço dessas mulheres. (p.24)

Jefferson Peres relata que além dessa região central, havia os “subúrbios relativamente distantes” (idem, *ibidem*, p.23), formados pelo bairro de Educandos e Cachoeirinha a leste,

Vila Municipal, a norte, e São Raimundo, a oeste, bairros nos quais predominava a presença de habitantes operários. Para se referir a essas localidades suburbanas, Jefferson Peres também apresentou pontos de contato de sua materialidade com o universo rural (*idem, ibidem*):

... não havia ruas calçadas, mesmo por exceção. Até as principais, como Boulevard Amazonas, Carvalho Leal e avenida Constantinópolis (hoje Leopoldo Péres), lembravam cidades do interior, com suas pistas esburacadas, margens tomadas pelo capim, ao longo das quais se alinhavam casas de madeira, e umas poucas de alvenaria, cobertas de telha ou de zinco. (p.33)

A partir de toda a documentação consultada, até os anos de 1940, foram identificados os seguintes bairros na cidade de Manaus: Cachoeirinha, já citado, Constantinópolis<sup>42</sup>, dos Tocos<sup>43</sup>, São Raimundo<sup>44</sup>, Presidente Vargas<sup>45</sup>, Mocó e Vila Municipal<sup>46</sup>. Todos eles eram territórios delimitados em torno do Centro. Como indicativos da área da cidade, nos mapas a seguir, o primeiro veiculado na Mensagem de 1937, e o segundo, publicado por Samuel Benchimol (BENCHIMOL, 1977), podem ser identificados os bairros indicados, mesmo que este tipo de registro possa ocultar, por vezes, mais do que revelar a respeito do urbano.



Mapa 1 – Mensagem de Antonio Botelho Maia, prefeito de Manaus em 15 de Abril de 1937. Citado por (SOUZA 2010, p.90; OLIVEIRA 2003, p.92).

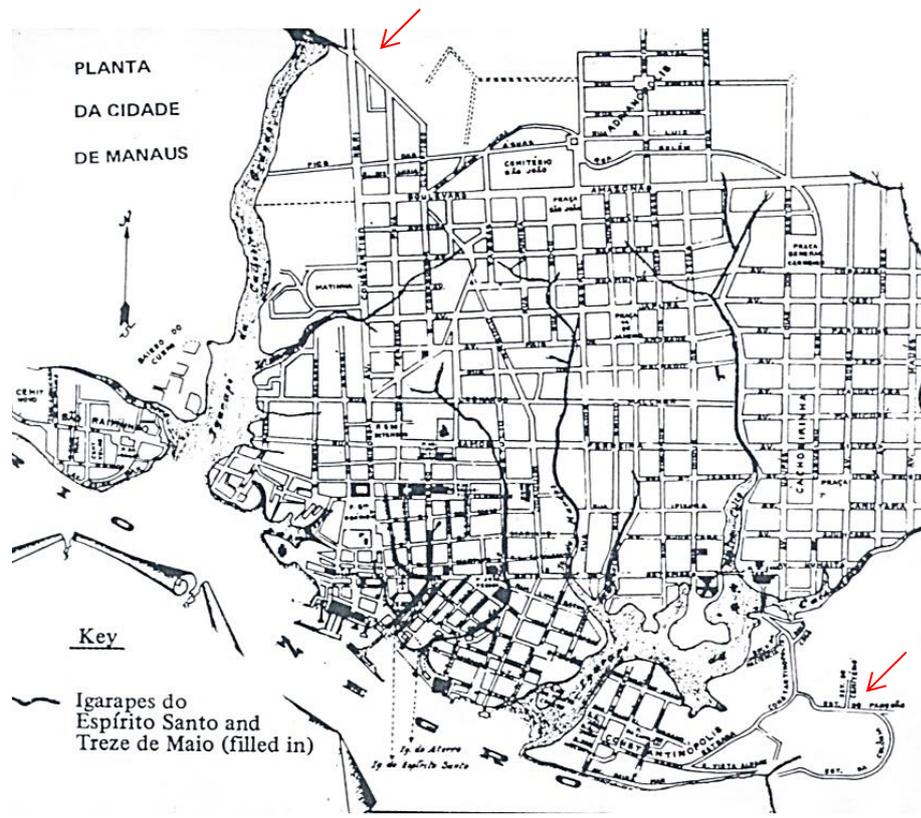
<sup>42</sup> Também chamado de Educandos, em virtude do Colégio de Educandos Artífices instalado no local. No início do século, em 1907, foi nomeado Constantinópolis pelo Decreto n.º 67, em homenagem a Constantino Nery.

<sup>43</sup> Atualmente, bairro da Aparecida.

<sup>44</sup> Área ocupada em finais do século XIX, por nordestinos migrados. Separado do núcleo urbano central da cidade, pelo igarapé da Cachoeira Grande.

<sup>45</sup> Atualmente, Matinha.

<sup>46</sup> Área de subúrbio com a concentração de Chácaras.



Mapa 2 - (BENCHIMOL 1977, p.69)

Neste mapa já consta a “Estrada do paredão”, ampliada a partir de 1933, quando foram abertos “16 quilômetros, para melhorar o acesso à enseada da ‘Ponta Pelada’, então principal atracadouro das aeronaves da empresa Panair do Brasil que atuava no Amazonas desde 1931”. (FIGUEIREDO, 2008, p.20)

Além destas, as áreas rurais de Colônia Oliveira Machado<sup>47</sup>, Puraquequara e Flores<sup>48</sup>, puderam ser identificadas na documentação, mas não aparecem nesses mapas, restritos à área urbana da cidade. A partir dos anos de 1940, com a presença dessa nova população, alterações foram efetuadas sobre o território urbano. São Francisco, Nossa Senhora das Graças, São Jorge, Santo Antonio, Glória, São Lázaro, Petrópolis, Crespo, Adrianópolis, foram algumas localidades identificadas na documentação consultada, que se formaram ou foram modificadas entre as décadas de 1940 e 1950.

Com isso, novas territorialidades urbanas foram estabelecidas, compreendidas nos termos de Raquel Rolnik (1993), como aqueles espaços que carregam as experiências de vida,

<sup>47</sup> A Colônia Oliveira Machado foi ocupada a partir de 1854. Também era chamada de “Vivaldo Lima”. (MENSAGEM, 1951, p.73)

<sup>48</sup> Na Exposição de Álvaro Maia de 1940, é feita menção a um terreno “no bairro de Flores”, onde foi construído um campo de aviação pelo estado. O local situava-se “a 5 km da cidade” e era “servido por linha de bonde e rodovia”. (EXPOSIÇÃO, 1940). Interessante notar que na matéria veiculada na capa do Jornal do Comércio de 01 de dezembro de 1942, “Flores” compreendia uma região distinta do que era considerada a cidade. Também da ligação por meio de bonde. Destaca-se o trecho, “Manuel da Ressurreição perdeu carteira no bonde de Flores para a cidade” (JORNAL DO COMÉRCIO, 01/12/1942).

de espaços “como marca, como expressão, como assinatura, como notação das relações sociais, como cartografia das relações sociais” (ROLNIK, 1993, p.28).

Para Thiago de Mello, a vinda das famílias do interior, foi “fator da recuperação da amazonidade” do povo, nestes anos (MELLO, 1983, p.190). Em seu livro de memórias, comenta sobre a concordância de Samuel Benchimol com este argumento. Para ambos, a presença do migrante nos anos tidos como de marasmo foi importante para a vida urbana. O poeta, a respeito do período de crise econômica pelo qual a cidade passou desde os anos de 1920, escreveu que (*idem, ibidem*):

...fator que convém seja levado em conta, na explicação sociológica daquele momento, é a força de toda uma *vivência interiorana*, que chegava e se manifestava na vida da capital com a presença de numerosas famílias que refluíram do interior, tangidas pelo mesmo vendaval asiático que sugou de Manaus estrangeiros desesperados. É a força do caboclo suburuco – popa de lancha e bandeira azul – chegando para plantar na cidade as raízes de uma cultura adquirida na convivência com os seres animais e vegetais, terrestres e aquáticos e com as virtudes materiais e espirituais da floresta. (p.26)

Também esse subúrbio está presentes na fala de Samuel Benchimol de modo particular. Ao se referir aos anos de 1940, o autor menciona a transformação de subúrbios antes rurais, em áreas urbanas residenciais, que vinham se consolidando nesses anos. Possivelmente sua análise se pauta numa leitura mais ampliada, como dito por Thiago de Mello, para além de sua própria experiência, posto que sensível à presença do migrante na capital (BENCHIMOL, 1977):

Manaus, no início dessa década, era uma pequena cidade provinciana que começava a sofrer um processo de revitalização consequente à reativação dos seringais silvestres e a retomada do movimento imigrante do cearense, improvisado e caótico. Nessa altura, o município de Manaus possuía, segundo o censo de 1940, apenas 106.399 habitantes, dos quais 75.765 moravam no distrito de Manaus, 27.949 no Distrito do Careiro e 2.685 no Distrito de Airão. A população do Estado do Amazonas era de 517.776 habitantes; portanto, o Distrito de Manaus representava menos de 15% de sua população total. (p.30)

Os subúrbios, que antes desse fluxo migratório constituíam uma área semi-rural, tenderam a se tornar áreas urbanas residenciais. Em 1940, eles já agrupavam 38% da população total de Manaus. (p.76).

Para relativizar as percepções que descreviam a harmonia com que a vida fluía em Manaus, sem sobressaltos, importa mencionar outros autores. Estes se posicionam para além de informações contidas nas fontes estudadas e revelaram uma cidade menos ordenada e harmônica, no esforço de tratar senão sobre formas de vivência e práticas culturais obscurecidas na história, sobre tensões presentes no curso das relações sociais urbanas no período em questão.

Leno José Barata Souza, observando a estrutura urbana de Manaus, a partir dos anos de 1945, afirma que a vinda dos migrantes, especialmente nordestinos e ribeirinhos que se

deslocaram do interior, transformou de modo expressivo a cidade, alterando seus limites e a “convulsionando”. A cidade, a seu ver, estaria despreparada para atender às novas demandas por trabalho, alimentação e espaços de moradia e lazer, e este fenômeno humano teria alargado “de vez os limites da capital”. Se referindo aos estudos de Samuel Benchimol, reitera a transformação cultural urbana pela qual a cidade passou e indica que esta população teria ocupado “inteiros bairros de Manaus, impondo um estilo de vida que se lhes tornaram peculiares” (SOUZA, 2010, p.106). Para o historiador<sup>49</sup>:

A pressão de novas necessidades sociais, propiciadas pelas imigrações dos anos quarenta, fez-se sentir em todos os limites da capital estendidos sobre os terrenos de florestas ao norte, ampliando antigos subúrbios e criando outros; seguindo os cursos fluviais dos terrenos marginais na forma de palafitas, tapiris e, sobre as águas, com moradias flutuantes. (idem, *ibidem*, p.135,136)

Com esse segundo fluxo de migrantes, além dos novos arranjos espaciais, havia com a presença de uma nova população na cidade, novas sociabilidades e o desenvolvimento de novas formas de enfrentamento do viver urbano. Na documentação consultada, aparecem inúmeras queixas sobre a deficiente infraestrutura, não apenas em áreas de subúrbio, mesmo que estas tenham sido mais citadas nas matérias jornalísticas com este teor, a partir dos anos de 1945. Além dos jornais, as falas oficiais também atestam a má qualidade da prestação de serviços públicos nesses anos, especialmente de transporte coletivo<sup>50</sup>, infraestrutura de saúde, fornecimento de água, energia elétrica e coleta de lixo. Sobre o problema do abastecimento de água, Emiliano Stanislau Affonso relatava sobre a precariedade dos equipamentos públicos e privados para o cumprimento dos serviços de abastecimento de água e luz (MENSAGEM, 1946):

O problema do abastecimento de água é muito mais sério do que se pensa. O reaparelhamento urgente das maquinarias do Bombeamento da Ponta do Ismael é medida que se impõe a todo o transe e que deve constituir a primordial preocupação do futuro dirigente dos negócios públicos do Amazonas. Sem o que, esta é a verdade insofismável, teremos de assistir com surpresa à maior derrocada que poderia desabar sobre uma grande cidade, infelicitando-lhe a população inerme, ferida injustamente por tão angustiosa calamidade. (p.17)  
...a empresa da Manáus Tramways prima por não compensar os sacrifícios do povo, cujas economias são desfalcadas pelas suas taxas exorbitantes. De pósse de um material velho e danificado tanto pela ação do tempo como pela continuidade de um serviço que se prolonga por dezenas de anos ininterruptamente, sem sobressalentes... (...)

<sup>49</sup> Leno José Barata Souza cita Samuel Benchimol, para quem “dos mais de 152 mil imigrantes que entre 1941 e 1945 entraram em Manaus, 74.000 eram nodestinos e 77.000 vieram dos interiores amazonenses, além de 1.128 estrangeiros”. (BENCHIMOL, 1977, p. 249).

<sup>50</sup> Para Ermínia Maricato, a partir de uma leitura mais abrangente, substituir os trilhos dos bondes pelos ônibus nos anos 1940, possibilitou que o parcelamento da terra pudesse ser realizado “sem o acompanhamento da urbanização (pavimentação, água, esgoto, iluminação)”. Bastaria chegar com o transporte para que as terras fossem loteadas e vendidas. Para isso o ônibus foi um meio flexível, que possibilitou a ocupação periférica de cidades brasileiras. Para a autora, o “trinômio loteamento ilegal/ autoconstrução/ serviço de ônibus” esteve relacionado à formação de periferias brasileiras. (MARICATO, 1997, p.37)

A luz é deficiente e morta, não suprindo as necessidades comerciais e domésticas; a energia elétrica, diminuta e intercalada de colapsos contínuos, não tem força para propulsionar os motores das fábricas e usinas...

(...)

...os bondes, que eram outrora o orgulho da cidade, estão reduzidos e abandonados, arrastando-se morosamente ao estrépido de rodas destrambelhadas e das peças desconjuntadas. (p.20)

A propaganda da importação de ônibus americanos aparecia nas páginas dos jornais. Nesses anos, estes compunham um serviço oportunamente explorado comercialmente por empresas de particulares. Esses veículos eram sistematicamente importados para sua utilização em vários Estados, sem que para tanto houvesse a intervenção oficial ou planejadora do Estado<sup>51</sup>. Este fato ficou evidenciado na matéria destacada, como enunciado a seguir (JORNAL DO COMÉRCIO, 29/07/1947):

...o lançamento de ônibus nas ruas da cidade, executando as linhas de maior movimento e levando aos centros suburbanos mais populosos o pessoal do subúrbio, veio derimir consideravelmente a crise do transporte...

A densidade da população em flagrante desacordo com as precárias e deficientíssimas condições de transporte criaram um sério problema de acesso, de deslocamento do povo, em suas variadas classes. Quem mais sofre com essas injunções é a classe pobre, o operariado, especialmente. Entretanto, antes do governo cuidar de arrefecer essa situação aflitiva, apareceu a iniciativa de particulares que compram ônibus e os colocam a disposição do povo com tarifas módicas e perfeitamente ao alcance das algibeiras proletárias.

(...)

Os gigantescos rodantes são exportados para o Brasil por uma poderosa firma de Nova Iorque, a Henry Kelly Trading Company, Inc., da qual o sr. Adolfo Cintra é representante, nos Estados do Ceará, Maranhão, Pará e Amazonas...(p.6)

**ÔNIBUS PARA MANAUS**

A nossa cidade será servida, dentro em breve, por modernos e luxuosos transportes

Evidentemente, o lançamento de ônibus nas ruas da cidade, executando as linhas de maior movimento e levando aos centros suburbanos mais populosos o pessoal...

Essas injunções e a classe pobre, o operariado, especialmente. Entretanto, antes do governo cuidar de arrefecer essa situação aflitiva, apareceu a iniciativa de particu-

ves palavras ao reporter, declarou esse operoso comerciante local que, no mês entrante, chegarão a Manaus, diretamente importados dos Estados Unidos, 2 possantes e



Um dos modernos e luxuosos ônibus que virão para Manaus, importados pela firma J. A. Cintra, diretamente da América do Norte

Figura 3 – (JORNAL DO COMÉRCIO, 29/07/1947, p.06).

<sup>51</sup> Em 1946 é criado o Fundo Rodoviário Nacional, algo sobre o que se falará no tópico a seguir deste capítulo, para financiamento da construção de estradas em todo o país. A implantação de uma indústria automobilística em 1957, além do referido Fundo Rodoviário, fortaleceria a realização de serviços rodoviaristas em Manaus na década seguinte.

As dificuldades de se viver em locais da cidade desprovidos do suporte de infraestrutura, foram denunciadas nas matérias jornalísticas, das quais se destacam trechos extraídos de algumas das edições do *Jornal do Comércio* nas décadas de 1940 e 1950:

O velho problema (...) São comuns e frequentes as reclamações da imprensa, representando o apelo do povo, contra o irregular serviço de lixo da nossa capital (*JORNAL DO COMÉRCIO*, 10/06/1945, capa);

...nos bairros pobres da cidade os Postos de Assistência Médica, os quais de há muito haviam deixado de funcionar, visando única e exclusivamente atender a gente pobre que vive nos subúrbios completamente desassistida. (idem, 08/07/1947, capa);  
 “Reclamam de fumaceiro” (idem, 29/07/1947, p.6)<sup>52</sup>;

...vinham os moradores do populoso bairro da Cachoeirinha, nas imediações da rua Belém, padecendo os maiores sacrifícios pela absoluta falta de luz (idem, sessão “Coisas da cidade”, 01/04/1950, p. 8);

Água - reclamam os moradores de São Raimundo contra a falta do precioso líquido (idem, 13/06/1950, p. 6);

Estão abandonadas as ruas e praças da cidade risonha (idem, 08/07/1954, p. 6).

Não apenas quanto aos serviços públicos, mas as tensões nas relações sociais especializadas na cidade eram reveladas publicamente nos jornais, especialmente com as transformações das áreas que circundavam o centro da cidade. Nesta matéria do *Jornal do Comércio*, foi relatado um desses conflitos, neste caso, de fundo religioso (*JORNAL DO COMÉRCIO*, 10/06/1945):

Compareceram a permanência polícia, varios moradores do bairro A Matinha, afim de solicitarem das autoridades em apreço, providencias contra um bando de “macumbeiros” que ha varios meses vêm, com um barulho infernal de cuicas, pandeiros, gritos e cantorias, interrompendo, durante noites inteiras, o sono daqueles que precisam descansar, á noite, das fadigas do dia. (capa)<sup>53</sup>

Uma extensão dessa falta de infraestrutura, ou dos efeitos mais perversos relacionados à condição de precariedade material com que viviam populares em áreas de subúrbio recém-ocupadas, era quanto vulnerabilidade com que se habitava nesses bairros. Vários incêndios foram noticiados pela imprensa nesses anos, embora não se possa mensurar o quanto estiveram relacionados unicamente à precariedade material das habitações. Em 1945, um incêndio ocorrido no bairro de Constantinópolis, mobilizou os administradores e a comunidade local. A seu respeito, falou Antonio Loureiro, juntamente sobre outros eventos que mencionou, considerando-os igualmente drásticos (LOUREIRO, 1994):

A cidade ainda estava sob o impacto de grandes acidentes então ocorridos: o incêndio no bairro de Constantinópolis, com quatrocentos desabrigados; o piqueteamento, a 2 de agosto de 1945, do navio Ajudante, no Solimões, pela canhoneira colombiana Cartagena, com 54 mortos, a princípio tomado como

<sup>52</sup> Na sessão “Queixas do povo” foi publicada reclamação a respeito da fumaça da indústria de beneficiamento de castanha situada à Rua Luiz Antony.

<sup>53</sup> Daniel de Oliveira relata que “a maioria da população que habitava a área da Matinha era de cor negra, e grande parte eram artesões. Eles escavavam argila de áreas não alagadas para confecção de vasos de barro”. (OLIVEIRA, 2010, p.18) Ressalvada a forma com que aborda este autor, dado o teor discriminatório da escrita, muito provavelmente as tensões reveladas na queixa ao jornal, advinham de conflitos culturais dados pelas práticas religiosas de procedência africana, tidas como marginais por parte dos moradores do bairro.

proposital, mas depois reconhecido como acidente, e o incêndio da Biblioteca Pública, destruindo um patrimônio cultural inestimável da comunidade amazonense. (p.92)

c- povos, so vieram a perder a liberdade pela força.

r-  
f-  
m  
az  
c-  
10  
j

## VENDAS DE CASAS

A ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DO AMAZONAS, autorizada pelas famílias vítimas do incêndio de Constantinópolis, aceita propostas para venda de dez casas construídas na Estrada de Constantinópolis, no saudável bairro dos Educandos, casas pequenas porém bem divididas, de tijolo, cobertas de eternite, soalho de madeira de lei, com instalação elétrica, recentemente construídas, localizadas não distante da linha do bonde e servidas por ônibus, regularmente. Propostas para o grupo de 10 casas ou por unidade. Telefone 2084 — Secretaria da Associação.

Figura 4 – (JORNAL DO COMÉRCIO, 03/07/1948, p. 02).

## Valiosa contribuição para as vítimas do Imboca

Gesto altruístico da juventude da União dos Estudantes do Amazonas — Ressaltada pelo governador Menandro Tapajós a atitude dos moços — Resultados de uma campanha vitoriosa

Ao dr. Menandro Tapajós, de Assistência Social; Raul governador do Estado, foi enviado, pelo Departamento de Cultura, um relatório sobre a campanha.

Figura 5 - (JORNAL DO COMÉRCIO, 15/01/1949, capa)

Constantinópolis teria sido uma das áreas da cidade transformada a partir da década de 1940, à margem do ordenamento imperativo da administração pública. Disputas por terra entremearam o processo com que foram dadas novas ocupações nessa localidade, não apenas para a finalidade habitacional. A presença da atividade industrial nesses anos modificou tanto a paisagem quanto a conformação espacial do Imboca, principalmente na “estrada de Constantinópolis”<sup>54</sup>. A implantação da “Usina Triunfo” e da “Fábrica Labor” ocorreu em meio ao entrave do estabelecimento da propriedade das terras adquiridas na década anterior, pelos empresários I.B. Sabbá & Cia. A posse não reconhecida pelos moradores, que já habitavam o local desde meados do século XIX, não impediu que fossem instalados ali atividades relacionadas a “comércios de diversões, transformando-o num dos mais conhecidos redutos da boemia de Manaus dos anos 40 a 70” (FIGUEIREDO, 2008). Sobre a precariedade de áreas ocupadas ou transformadas, abaixo está um relato do que teria sido o processo de adensamento do Imboca, a partir de meados de 1940, especialmente pelo contraste que estabelece com outras áreas mais urbanizadas (idem, *ibidem*):

Aos poucos, as paisagens de matas fechadas que existia na localidade, vai se transformar, dando lugar a um conjunto de casebres de palha e madeira, formando uma rede de vielas esburacadas, lamacentas, sem água encanada, sem esgoto, sem luz elétrica, sem infra-estrutura urbana adequada para dar qualidade de vida às

<sup>54</sup> Atual Avenida Leopoldo Peres.

peessoas que nela começaram a residir. Mesmo assim era um lugar bom de se viver. (p.21)

Esta região, situada mais a sudeste da área urbana, receberia influência também, da abertura de vias e conexões urbanas pela administração pública nesses anos. A pavimentação da “Estrada do Paredão” em 1945 (anteriormente indicada em mapa, p.47), para facilitação do acesso ao aeroporto de Ponta Pelada, contribuiu para intensificar a ocupação no Imboca. Para José Aldemir de Oliveira, nas décadas de 1940 e 1950, as alterações dos limites da cidade não foram tão expressivas, embora o autor fale de mudanças na espacialidade urbana, dadas pela implantação de outros equipamentos, como a refinaria de Manaus a sudeste da cidade, além do citado aeroporto, o que implicava a ocupação do “bairro de Educandos e adjacências” (OLIVEIRA, 2003, p.93). O fenômeno da industrialização seria para o autor, já em finais dos anos de 1960 o responsável pela transformação mais substancial dos limites urbanos, nas direções norte, leste, sudeste, oeste e sudoeste (idem, *ibidem*, p.95).

Apesar disso, nos anos de 1950, algumas indústrias passaram a ser implantadas em Manaus, sob os incentivos do governo federal nessa década. A princípio foram as primeiras fábricas de tecelagem de juta e um pouco mais tarde, “a refinaria de petróleo, a indústria moageira, as madeiras compensadas, a indústria de bebidas” (MARTELLI, 1969, p.35).



Figura 6 – Fábrica “Brasiljuta” instalada em 1951 no bairro de Educandos. Notam-se as habitações no entorno imediato. Acervo pessoal de Ana Guerreiro.



Figura 7 – Inauguração da “Brasiljuta”.  
Em primeiro plano na fotografia, ladeando o Presidente Getúlio Vargas, à esquerda o governador Álvaro Botelho Maia, à direita, o empresário Adalberto Valle. Acervo pessoal de Ana Guerreiro.

Márcio Souza menciona a presença de favelas em Manaus já nos anos de 1950. Para ele, as favelas equivaleriam às áreas ocupadas à margem, social e da infraestrutura urbana, inclusive. O impacto da presença de ribeirinhos provocada pelo esvaziamento do interior teria sido resultado de uma conjuntura regional, “da classe média e do proletariado urbano”, que “não esboçaria uma política interiorana e ribeirinha ordenada” (SOUZA, 1978). Além disso:

Manaus, na década de cinquenta, começava a inchar, e os ribeirinhos que nem ao menos se internavam em seus limites, permaneciam na periferia, formando a conhecida Cidade Flutuante. É no segundo governo trabalhista, de Gilberto Mestrinho, que essa ideologia da classe média toma forma definida e o Estado cai novamente no delírio. Era o “Novo Amazonas” das obras de fachada, das ruas asfaltadas com fins eleitorais, das inaugurações e do total desconhecimento de planejamento urbano. A cidade, com o contingente humano vindo do interior, expande-se em favelas que recebem o bucólico nome de bairros. (p.149,150)

Nas fotografias abaixo, selecionadas do acervo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, de registros dos trabalhos geográficos de campo de expedições realizadas em 1953 e 1954<sup>55</sup>, nota-se a paisagem de beira rio em Constantinópolis, conformada pela presença de habitações de barranco e outras mais, palafíticas, sobre as águas.

<sup>55</sup> Os fotógrafos profissionais que realizaram essas fotografias eram Húngaros, contratados em finais dos anos de 1940 e início de 1950 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE para integrarem os grupos de pesquisa desta instituição. Eram eles Tibor Jablonsky, Tomas Somlo e Stivan Faludi. Para Vera Lucia Cortes Abrantes, eles foram “atores importantes na construção da memória institucional do IBGE”, ao acompanharem e registrarem as expedições de campo. A participação do geógrafo era tanto a de indicar o objeto do registro, quanto de produzir mais tarde, as legendas das fotografias reveladas quando do retorno das expedições. No caso desta pesquisa, a maior parte das fotografias aparece sem a figura humana em específico, pois se privilegiou o destaque dado pelo fotógrafo, aos registros do ambiente citadino. Ao fim da dissertação é que algumas de suas fotografias aparecem para o registro de sociabilidades e modos de vida urbanos. (ABRANTES, 2013)



Figura 8 - Legenda da imagem: "Habitações de Constantinópolis em Manaus (AM)". Ano: 1954. Autor: Tomas Somlo. Arquivo virtual: Acervo dos Trabalhos Geográficos de Campo, IBGE.



Figura 9 - Legenda da imagem: "Habitações de Constantinópolis em Manaus (AM)". Ano: 1954. Autor: Tomas Somlo. Arquivo virtual: Acervo dos Trabalhos Geográficos de Campo, IBGE.

A seguir, uma imagem de casas às margens do igarapé no bairro da Cachoeirinha. Ao fundo, à esquerda, o poste, o mesmo “cajado de São José” existente na região central da cidade, nos leva a crer haver iluminação pública nesse bairro. Se bem que como dito, a ocupação dessa área foi iniciada no século anterior. A atmosfera tranquila que pode vir a suscitar a imagem é dada possivelmente pela baixa densidade, desocupação e mescla de elementos naturais às residências, elementos captados na fotografia. Provavelmente, a imagem teve por finalidade, o registro da enchente ocorrida com a cheia desse ano de 1953<sup>56</sup>, cujos impactos na cidade foram bastante expressivos.

<sup>56</sup> Neste recorte, a cheia de 1953 teria sido “considerada a de maiores efeitos catastróficos”. (SALAZAR 1985, p.35).



Figura 10 - Legenda da imagem: "Casas à margem do Igarapé Cachoeirinha em Manaus (AM)". Ano: 1953. Autor: Tibor Jablonsky. Arquivo virtual: Acervo dos Trabalhos Geográficos de Campo, IBGE.

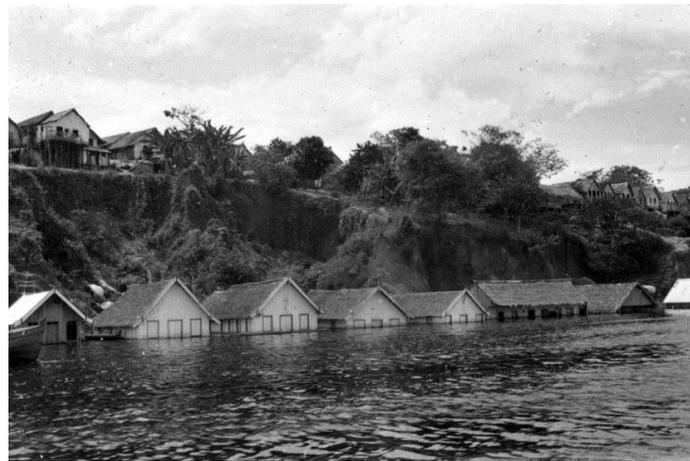


Figura 11 - Legenda: "Aspecto do bairro Constantinópolis alagado em Manaus (AM)". Ano: 1953. Autor: Tibor Jablonsky. Arquivo virtual: Acervo dos Trabalhos Geográficos de Campo, IBGE.

A legitimidade do “bairro”, para Márcio Souza, estava associada à infraestrutura do qual seria dotado, à dimensão física que o escritor estabelece como atributo da urbanidade, o que de certo modo ocultaria toda a complexidade de sociabilidades nesses locais. A respeito da cidade flutuante, que se consolidava nesses anos, a análise de João Pinheiro Salazar segue esta linha de compreensão, pois o fenômeno da cidade flutuante seria tratado como um problema social. A “favela” é explicada, também numa relação de causa e efeito, pela incapacidade da população ser absorvida na cidade, passando a se fixar não apenas sobre as águas do rio Negro, ao sul, mas “à beira e no leito dos igarapés que entrecortam a cidade” (SALAZAR, 1985, p.12). Para o autor:

Num plano mais geral, não acredito que se tratasse de uma forma de adaptação do homem do interior ao seu habitat natural, a água. E, vou mais além, nem o índio, nem o caboclo viveram ou vivem sobre a água, por uma questão atávica, ao contrário, foram obrigados a adaptar-se ao meio por inexistência de outra alternativa. Ademais, a grande população que desbravou e habitou o hinterland amazônico, o nordestino, vindo do sertão, viu-se obrigado a adaptar-se às palafitas e aos flutuantes. (idem, *ibidem*, p.55)

Nesta linha, à exceção da “cidade flutuante”, para João Pinheiro Salazar, as favelas passaram a ocorrer em Manaus a partir dos anos de ditadura militar. É direta a relação que ele estabelece entre o surgimento dessas ocupações entendidas como “invasão de terrenos, e conseqüentemente, autoconstrução de moradias dos mais variados padrões, utilizando sobras e resíduos de materiais de construção, dando um aspecto psicodélico às habitações” (idem, *ibidem*, p.43) e a instauração da Zona Franca de Manaus. O que ele reconhece existir até os anos de implantação da ZFM, são as ocupações precárias, de “até mesmo certa promiscuidade”, as quais nomeia de “cortiços”, “vilas”, “estâncias”, “pequenas casas de madeira”, ocupando toda a periferia da cidade, bem como as palafitas incrustadas nas beiras dos igarapés que entrecortam a cidade de Manaus” (idem, *ibidem*).

Samuel Benchimol também utiliza o termo “favela”, talvez, ousa-se falar, numa leitura anacrônica, pois nos anos de 1970, em que o autor o registra, tanto em Manaus quanto em outras cidades brasileiras já havia a assimilação do termo, para a designação de ocupações precárias urbanas de alta densidade, desenvolvidas à margem das noções de urbanidade atreladas à ausência de infraestrutura e predominante pobreza. Já se encontra veiculado nestes anos de 1950, o termo “favela”, junto à imprensa local.

Além deste termo “favela”, até a década de 1950, foram identificadas as palavras “estância”, “cortiço”, “pensão”, “tapiri”, “palhoça”, “barracos”, “casas de madeira”, para nomeação de moradias precárias, de pobres ou trabalhadores urbanos e “bairros pobres”, “subúrbios”, “bairro operário”, “zona doente”, para nomeação de seus territórios na cidade ou ainda, de populares marginalizados, como teria sido o caso de hansenianos. De acordo com Jean-Charles Depaule e Christian Topalov, a respeito da trajetória do nome “favela” (DEPAULE e TOPALOV, 2001):

De início é um nome próprio: pouco tempo depois que os moradores dos bairros do Rio de Janeiro, vítimas da ‘era das demolições’, tinham começado a invadir com seus casebres o Morro da Providência, o uso popular rebatiza uma das colinas do centro da cidade, em torno de 1897, de “Morro da Favela” (p.30).

Segundo tais autores, o termo designa um arbusto do sertão nordestino e a “região de Canudos onde acabam de fazer campanha os militares, que obtêm em 1897 a autorização para se instalarem nas encostas do Morro da Providência” (idem, *ibidem*). Teria sido o tipo improvisado das habitações e sua ilegalidade junto às autoridades e à imprensa, que fez com que de modo recorrente fosse o Favela associado comumente ao crime e desordem. Nos anos de 1920, o termo viria a ser usado como nome comum, para a designação de uma população pelo seu *habitat*: os favelados. Quando nos anos de 1940 foram realizados os primeiros “recenseamentos de favelas”, passou a existir como condição espaço social urbana de direito.

Essas representações recorrentemente foram emitidas ou difundidas para o estabelecimento de juízo discriminatório sobre esses locais de vivência de populares. Álvaro Botelho Maia, por exemplo, se apropria de “cortiços, estâncias e casebres” para requerer recursos do Governo Federal com o objetivo de viabilizar a construção de mais hospitais e para a realização de obras de infraestrutura nos anos de 1940 na cidade, conforme a seguir (EXPOSIÇÃO, 1944):

O paludismo ocupa o primeiro lugar do obituário, em um coeficiente de 270,9 para 100.000 habitantes; Segue-se a tuberculose, que só poderá ser solucionada com a construção de um hospital, de acôrdo com o apêlo já dirigido ao Govêno Nacional. Houve 290 óbitos em Manaus e apenas 74 decorreram no hospital “São Sebastião”. O restante foi em domicílios, o que representa perigo de contágio máximo, verificamos como foram na produção aglomerada de cortiços, estâncias e casebres. O departamento de saúde vem realizando um trabalho devotado para enfrentar esse tremendo problema. (p.39,40)

Um discurso desenvolvido ainda no século XIX encontrava ressonância na fala do interventor federal, na qual moradias pobres eram condicionadas a serem os locais mais propensos à propagação de doenças. Até o fim do período estudado, apareceram inúmeras afirmativas como esta, de predominante teor higienista-sanitarista. Muitas falas também foram formuladas com base em generalizações a respeito da habitação precária e do pobre urbano, sem que fossem compreendidas mais plenamente as experiências dos habitantes desses locais aos quais se fez comumente referência.

As intervenções empreendidas pelas administrações locais sobre o espaço urbano no início da década de 1950 incluíram principalmente as obras de manutenção, além das saneadoras e de infraestrutura. No relatório da Prefeitura Municipal de 1950, consta a realização de obras de caráter urgente realizadas no ano anterior, das quais foram destacadas as executadas na Avenida Joaquim Nabuco, no bairro da Aparecida, nas ruas Miranda Leão e Marquês de Santa Cruz e nas praças Oswaldo Cruz e Torquato Tapajoz, além da manutenção de cemitérios e da piscina do Parque 10. Quanto às obras de infraestrutura, constava a canalização de esgotos da cidade “que sofreram inúmeros reparos inadiáveis” (MENSAGEM, 1950, p.33).

O termo “bem estar social”<sup>57</sup> foi bastante utilizado nos documentos oficiais, e a confecção de um Plano Rodoviário do Estado, de 1949, que “contemplava o arruamento da

<sup>57</sup> A concepção de “bem estar social” relaciona-se à noção de direito social garantido pela atuação do Estado na proteção da população frente a regulações mercadológicas, variando em cada contexto, quanto ao grau de interferência sobre estas dinâmicas econômicas e conseqüentemente para garantia dessa proteção. Especialmente entre os anos de 1930 e 1970, são constituídas as bases do sistema de proteção social brasileiro, como resultado da postura desenvolvimentista do Estado que mais enfatizava as relações entre capital e trabalho do que o atendimento aos direitos sociais plenos da população. A proteção social nesses anos foi voltada ao atendimento prioritário a setores organizados de trabalhadores urbanos, como por exemplo, com a organização do setor

cidade e a abertura e/ ou melhoramento de estradas em áreas próximas” (OLIVEIRA, 2003, p.97), marcaria o perfil das intervenções planejadas pelas administrações públicas para a cidade, para responder a esta finalidade. Com o convênio entre a Prefeitura de Manaus e a Comissão de Estradas de Rodagem – CERA firmado em 1950, para aplicação de recursos do Fundo Rodoviário Nacional<sup>58</sup>, foram planejadas e realizadas obras e serviços de construção de pontes, pavimentação, arruamento, para mencionar algumas, como a construção da “Ponte Presidente Dutra sobre o igarapé da Cachoeira Grande ligando o Boulevard Amazonas no sentido oeste ao bairro de São Raimundo”, além da ponte ligando “o bairro da Cachoeirinha ao bairro de Constantinópolis na altura da Rua Uaupés (hoje Avenida Castelo Branco) com o Emboca”<sup>59</sup>, como apontado por José Aldemir de Oliveira (OLIVEIRA 2003, p.98-101). Mais que obras de infraestrutura, essas pontes eram conectores de espaços sociais urbanos historicamente periféricos da cidade, ainda que do ponto de vista físico unicamente.

Uma propaganda mais contundente nos jornais valorizava as intervenções sobre a infraestrutura viária, programadas para o espaço urbano. A chamada do *Jornal do Comércio* de 15 de janeiro de 1950 divulgava as “Obras titânicas desenvolvidas pelo Serviço Rodoviário”. Também veiculava uma série de projetos de base desenvolvimentista planejados para a cidade (JORNAL DO COMÉRCIO, 15/01/1950, p.5), embora o problema dos transportes talvez não fosse o mais emergencial para Manaus naquele início dos anos de 1950, sob “os efeitos do malfadado ‘ressurgimento’ econômico” (SOUZA, 2010, p.108). Alguns dos trechos da referida matéria jornalística engrandeciam aquelas intervenções (JORNAL DO COMÉRCIO, 15/01/1950):

Finalmente a nossa capital vai possuir belas e bem construídas estradas de rodagem, para valorização de sua vida, tato no terreno social, como no econômico. O que se processa, tanto no centro como nas partes mais afastadas de Manaus, rasgando e alargando as nossas veias de comunicação, é algo de notável, servindo de base para que possamos julgar o que de futuro será a nossa bela capital.

Uma das principais preocupações do Governo Leopoldo Neves, tem sido a abertura de estradas e melhorar as que já possuímos, compreendendo que somente por intermédio delas poder-se-á elevar a nossa situação, determinando o nosso soerguimento.

Agora, quando a Comissão de Estradas de Rodagem foi entregue a direção competente do dr. Ermênio Penteado, competente engenheiro civil, vimos de assistir a concretização da obra de há muito planejada para o nosso Estado, sem que surgisse realmente.

Assim é que a reportagem “associada” percorreu todas as construções que aquele Serviço está situando em nossa capital.(...)em busca de dados para dizer ao povo de nossa terra que o trabalho desenvolvido pela Comissão de Estradas de Rodagem,

---

previdenciário. (BENEVIDES, 2011) Parece-nos, que as obras aqui mencionadas estão desassociadas desse conceito mais abrangente de “bem estar social”, assumindo um caráter de assistencialismo social.

<sup>58</sup> Lei n.º 302, de 13 de julho de 1948.

<sup>59</sup> Foram encontrados documentos e referências a esta localidade com as duas escritas, ‘Imboca’ e “Emboca” e em função disso, quando citado, o nome segue a fonte em que foi identificado.

servirá não somente para os nossos dias, como também será o esteio de nosso desenvolvimento sócio-econômico. (p.05)



Figura 12 – (JORNAL DO COMÉRCIO, 15/01/1950, p.05).

A descrição das obras é pormenorizada na matéria e a imagem de progresso urbano e de desenvolvimento é construída textualmente a partir da qualificação dos técnicos e dos serviços que estavam sendo realizados, além do acento nos atributos da técnica e do conhecimento especializado. Interessante notar que em matéria no mesmo jornal, ao ser narrada visita de grupo de “ilustres estudantes” engenheiros às obras da cidade, vindos da Universidade do Paraná, fala-se dos objetivos dessa expedição, tendo sido “tomar contacto com o povo brasileiro, conhecendo ‘in loco’ todos os seus problemas, para que os engenheiros de amanhã possam tomar iniciativas em prol de todas as nossas mais prementes necessidades” (idem, *ibidem*).

A introdução de transporte coletivo rodoviário e o incentivo à circulação de automóveis, além da construção de pontes e obras de pavimentação, nos anos de 1950, caracterizaram algumas das intervenções realizadas na cidade (OLIVEIRA 2003, p.146,147), num movimento inicial que viria a ser intensificado com o passar dos anos<sup>60</sup>.

Em 1951, a cidade foi dividida em três zonas territoriais<sup>61</sup>, como no mapa a seguir, mostrado no trabalho do geógrafo José Aldemir de Oliveira, em que ficaram estabelecidas as zonas central, urbana, suburbana e rural da cidade, numa forma de serem compreendidos seus limites naquele momento.

<sup>60</sup> Em 1966 Arthur Cezar Ferreira Reis diria que “EM 19 ANOS CONSTRUÍRAM-SE 276 QUILOMETROS DE RODOVIAS E EM UM ANO E MEIO DO NOSSO GOVÉRNO, 154 QUILOMETROS!” (MENSAGEM, 1966, p.61).

<sup>61</sup> Lei n.º. 367 de 28 de julho de 1951. In: (OLIVEIRA 2003, p.93,94).



Mapa 3 – Divisão da cidade em zonas, em 1951. (OLIVEIRA, 2003)

Pobres e trabalhadores urbanos não habitavam unicamente áreas suburbanas ou bairros em transformação. As acomodações pobres, especialmente as presentes na região central da cidade, foram objeto de matéria veiculada no Jornal *A Crítica*, de 1953. Nota-se além do conteúdo discriminatório, a denúncia dirigida à exploração do aluguel dessas moradias, com a sujeição de habitantes pobres, para além do incômodo por se localizarem, “inclusive, no coração da cidade” (idem, *ibidem*). O caráter discriminatório e homogeneizador da fala, em que é expressa uma imagem de cidade limpa e saneada à qual também se aspirava nos anos 1950, é associada à denúncia da exploração dessas moradias precárias por proprietários, como no conteúdo da reportagem (JORNAL A CRÍTICA, 1953):

O problema das “favelas” parece não existir em nossa Manaus. Não se vêem, como na ambicionada cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, aqueles centros, imundos, super-povoados, que mais se assemelham a palhoças indígenas, onde predomina, em todos os sentidos, a promiscuidade e a absoluta falta de asseio. Assim como impera o latifundiário, não menos menor é a ação do “senhorio”, sempre disposto a sangrar o inquilino, sob as boas graças do “procurador”. É um alto rendoso negócio, onde quase sempre a honestidade é chamada a intervir apenas em palavra, não tendo predominância sequer nos atos. Não há no país, em vigência, uma lei que detenha a marcha ambiciosa dos “senhorios”, ou que os faça estancar nessa proliferação irrefreável de “alugar” benfeitorias ou barracas.

“OS MISERÁVEIS”

Raro não se vê, em Manaus, a “estância” ou “vila”, alojando quase sempre uma dezena de humildes famílias, nesses pequenos e desconfortáveis casebres, em que pese os esforços dos seus inquilinos em melhorá-los em tudo, não oferece o menos conforto e a promiscuidade domina (palavra não legível). Comumente, as “estâncias” proliferam em bairros proletários da cidade, mas é bem fácil localizar-se uma dessas “vilas” em pleno coração de Manaus, contrastando, clara e insofismavelmente, com o (palavra não legível) de construções modernas e luxuosas. Assemelha-se esses locais ao quadro horripilante de “Os miseráveis”, do famoso escritor Vitor Hugo, onde – relatava – a pobreza, no seu mais baixo sentido, casava-se com o ambiente apodrecido das desagregações sociais e políticas. Não estabelece o governo uma medida de proteção aos “miseráveis”, se assim o podemos

denominar. Vivem êles jogados à sua própria sorte, olhados com desprezo e desdém. Não têm a quem apelar, mas assim mesmo vivem a sua própria vida, a despeito dos dias felizes e infelizes. Almejam quase sempre esses eternos “párias” uma melhoria de vida, ou pelo menos que se lhe transforme a fisionomia da vida. Outros, mais céticos, enfrentam essa triste realidade com absoluta rigidês (palavra não legível), confortando-se com as alegrias raras de momento.

Manaus está cheia de “estancias”. Fervilham em várias ruas da cidade, alastrando-se por todos os pedaços de artérias. A atual avenida Presidente Getúlio Vargas (ex-13 de Maio), está, ainda, repleta de “estancias”, mas observa-se que há uma sêde de rápidas construções modernas de estética avançada.

Uma solução se apresenta prática e perfeitamente realizável aos olhos dos responsáveis pelos destinos de nossa terra. Obrigar-se-ia ao “senhorio”, quando desocupada uma barraca, a fazer construir uma morada higiênica e em condições mais capazes à vida humana. A existência, em números alarmantes, de cortiços, atenta contra uma administração, assim como denota o grau de desajustamento de um povo. Guerra aos cortiços! Combatamos à miséria das estâncias! (capa)



Figura 13 – (JORNAL A CRÍTICA, 14/12/1953, capa).

A preocupação mais evidente, expressa na matéria, foi quanto à condição da localização dessas habitações precárias, situadas no centro urbano da cidade, por isso a tonalidade de indignação. Fica claro, portanto, que pobres ou moradias precárias não se encontravam distantes, mas em áreas visadas da cidade. Na crítica à materialidade das habitações, o texto é dirigido à presença dos pobres e veicula uma concepção de cidade sobre a qual deveria o Estado, exercer controle, moldar disciplinarmente o espaço urbano.

Nas duas imagens abaixo, nota-se além das passarelas construídas para a circulação de pedestres, as casas alagadas, conforme descrição dos técnicos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. As imagens reforçam a ideia de que na região central, inclusive em estruturas antigas da cidade, havia habitações de pobres urbanos, não apenas os subúrbios aos quais se referiam memorialistas, viajantes e representantes do Estado.



Figura 14 - Legenda da imagem: "Casas alagadas perto do Mercado Municipal em Manaus (AM)". Ano: 1953. Autor: Tibor Jablonsky. Arquivo virtual: Acervo dos Trabalhos Geográficos de Campo, IBGE.



Figura 15 – Legenda da imagem: "Aspecto de uma casa inundada pela enchente em Manaus (AM)". Ano: 1953. Autor: Tibor Jablonsky. Arquivo virtual: Acervo dos Trabalhos Geográficos de Campo, IBGE.

Os problemas de abastecimento, fosse de água ou luz, se mantinham em Manaus, como ficou expresso na curta mensagem de Álvaro Botelho Maia, que de volta ao poder em 1951 falava sobre “o problema angustiante da energia elétrica” (MENSAGEM, 1951), bem como do abastecimento de água que prometia resolver naquele ano. Dentre os oito projetos que foram apresentados nesta mensagem oficial, constavam a construção da ponte à Constantinópolis, as vias de ligação ao aeroporto de Manaus, a “Modernização da Av. Eduardo Ribeiro com pavimentação asfáltica à base de concreto, incluindo passeios (...) e sistema de iluminação modernizadora” (idem, *ibidem*). No ano seguinte, o mesmo governador registraria o recurso encaminhado por Getúlio Vargas para atendimento das necessidades de maquinário das estações de tratamento para abastecimento de água da cidade. Em sua fala, expressava julgamento sobre a imagem da cidade, incorporando adjetivos como “subúrbios antiquados”, se referindo às localidades então transformadas pelas intervenções da Comissão

de Estradas de Rodagem – CERA, que produziam um “aspecto novo” que ia “tomando Manaus” (MENSAGEM, 1952, p.125-127).



Figura 16 - Legenda da imagem: "Bairro de São Raimundo em Manaus (AM)". Ano: 1953. Autor: Tibor Jablonsky. Arquivo virtual: Acervo dos Trabalhos Geográficos de Campo, IBGE.

As interferências da administração pública sobre o espaço urbano da cidade, na abertura e pavimentação de ruas, merecem ênfase. Essas “obras urbanas” (MENSAGEM, 1953, p.117) foram intensificadas nos anos de 1950, incorporando bairros suburbanos, cujas paisagens iam sendo transformadas profundamente pelo asfaltamento, também pelas conexões que foram construídas nessa década, com as novas pontes. Os subúrbios passaram a ser concebidos também como cidade, conforme a chamada da matéria abaixo (JORNAL DO COMÉRCIO, 09/03/1950, p.6):

ANO XLVI — QUINTA-FEIRA, 9-3-1950 — N. 12.302

**Em Outubro do corrente ano, a inauguração da ponte ligando São Raimundo á cidade**

**Q TEMPO**

**PARTIRAM DO RIO OS TECNICOS EM AR COMPRIMIDO**

**Agricultores nordestinos para o Amazonas**

**Pneus e camaras da afamada marca "Firestone"**

**“Firestone”**

TODA AS MEDIDAS PARA CARROS, CAMINHÕES, ONIBUS E JEEPS

COMERCIO DE MAQUINAS E REPRESENTAÇÕES S.A. "COMARSA"

RUA MIRANDA LEAO N.º 154-156

TELEFONE 2080

MANAUS — AMAZONAS

Figura 17 - (JORNAL DO COMÉRCIO, 09/03/1950, p.6).

Na medida em que os subúrbios eram dotados de infraestrutura mínima, predominantemente no tocante à pavimentação e saneamento, as disputas por terra também passaram a aparecer nas páginas dos jornais. Para José Aldemir de Oliveira (OLIVEIRA, 2003):

Embora o problema fosse antigo, ele se agudiza na década de cinquenta em decorrência da expansão da cidade e de seu crescimento demográfico. A concessão de terras pelo poder público, por doação e por aforamento torna-se um instrumento político relevante para a manutenção de grupos no poder, o que leva a Câmara Municipal a propor uma lei restritiva à concessão de terra.  
(...)

...os especuladores se antecipavam, aforando ou recebendo por doação extensas áreas para onde a cidade se expandia. Esse mecanismo de apropriação da terra urbana a partir do poder público que o concedia a particulares foi um importante vetor de expansão urbana e significou a transferência de bens públicos a particulares, inserindo-se na lógica do controle do poder, além de garantir a produção da cidade com base nas desigualdades sociais. (p.86,87)

O próprio autor menciona como terras urbanas em regiões centrais eram doadas a grupos de interesse de governantes e, em oposição, terras doadas a populares eram situadas em locais menos valorizados, deslocados da região central. Várias matérias jornalísticas foram identificadas durante a pesquisa, envolvendo a questão da posse de terras, desde a divulgação de decisões publicadas em diário oficial sobre a posse, até mesmo a exposição de conflitos.



Figura 18 – (JORNAL DO COMÉRCIO, 05/04/1950, p.03)

No final da década, Plínio Ramos Coêlho, que viria a ser o primeiro governador eleito após a administração de Getúlio Vargas, dava prosseguimento às obras “rodoviaristas”<sup>62</sup>, tomadas, segundo as falas oficiais, como medida primeira e essencial para o beneficiamento das novas áreas ocupadas da cidade, surgidas e transformadas. Os serviços de transporte<sup>63</sup> de habitantes de subúrbios ou bairros, também aparecem mencionados nos documentos de fins dos anos de 1950. Em 1955, Plínio Ramos Coêlho falava sobre o “plano de obras do Governo” e sobre as obras em curso, em ruas centrais da cidade, além de intervenções na

<sup>62</sup>O próprio Gilberto Mestrinho, falaria em 1959, que as “atividades rodoviárias, no primeiro Governo Trabalhista, tiveram desenvolvimento sem precedentes na história do rodoviarismo amazonense”, se envaidecendo e propagando as atividades iniciadas por Plínio Coêlho, seu antecessor e a quem era adepto. (MENSAGEM, 1959, p.26)

<sup>63</sup> É criada uma empresa privada de transporte, a “TRANSPORTAMAZON” para a realização do serviço de transporte público da cidade.

Praça 14 de Janeiro, Cachoeirinha, estradas de Ponta Pelada, Panair, São Raimundo. Sua ênfase recaía sobre o interesse em realizar a estrada “Grande Circular de Manaus”, com 25 km, de São Raimundo para norte, circulando a cidade até a estrada do Paredão, “a leste do aeroporto de Ponta Pelada, que ligará ao Bairro dos Educandos” (MENSAGEM, 1955).

A artificialidade e arbitrariedade com que modelava e projetava tal expansão ficavam claras nas palavras desse governador, quando afirmava que “outros meios de acesso ainda serão estudados oportunamente, de maneira a possibilitarem e estimularem mesmo a expansão urbanística da cidade, com a criação de novos bairros” (idem, *ibidem*, p.109), ao expressar ideias descoladas dos lugares (MARICATO, 2002). Estava claro que com as estradas, se anteciparia às ocupações humanas e a outras formas de uso na cidade. Em 1957, falava o referido governador trabalhista (MENSAGEM, 1957):

Novas estradas na capital

Atendendo ao desenvolvimento da cidade de Manaus, e à expressiva expansão de sua área residencial, incluiu o Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem, em seu programa de trabalho para o ano de 1957, a construção de vias de comunicação com novos bairros surgidos nos arrabaldes, a fim de serem devidamente atendido, com meios de transporte, os seus moradores. (p.72)



Figura 19 – Legenda: “Um ônibus do ‘Serviço de Transporte Coletivo do Estado circulando na principal artéria do Bêco do Macêdo, recentemente pavimentada pela Prefeitura Municipal”. (MENSAGEM, 1957).

Nos bairros, moradores se articulavam para pleitear os serviços básicos junto ao governo, requerendo muito além da pavimentação de ruas. Eram as “comissões de bairro” que atuavam como forma de expressão junto aos administradores locais. Não é possível afirmar que havia uma ampla mobilização popular<sup>64</sup>, mas com essas solicitações, se fazia presente, a ação de cidadãos em busca de seus direitos, como agentes urbanos que eram. Postos médicos, construção de “casas populares”, instalações de água, de luz, eram pleitos remediados pela

<sup>64</sup> Carolina Cássia Batista Santos reconhece as décadas de 1980 e 1990, como aquelas em que se deu o processo de institucionalização do movimento social por moradia em Manaus em meio a um amplo processo de ocupação de áreas urbanas na cidade. (SANTOS, 2001)

administração estadual na cidade. Na mensagem de Plínio Ramos Coêlho de 1957, foram mencionadas as comissões do Bêco da Paciência, Beco de São Lázaro, Colônia Oliveira Machado, Matinha, Bôa Sorte, Raiz, Bela Vista e de outras localidades, como as que haviam requerido melhorias nesses bairros de Manaus ao governo estadual (MENSAGEM, 1957, p.78).

Algumas medidas adotadas pelo governo envolviam a contratação de assistentes sociais, que em “combinação com o Setor Médico” atuavam junto às áreas em que habitavam populares. As doações para o atendimento da “pobreza em palha, telha, madeira” dentre outras urgências também ocupavam as atividades do Departamento de Assistência e Previdência Social - DAPS, criado em 1955. Mesmo assim, é interessante notar que na fala de Plínio Coêlho de 1957 ao se referir à atividade do órgão, afirma terem sido poucos “os casos de pessoas reconhecidamente pobres” que adentravam aquela diretoria, nos quais se poderia atestar de fato a existência de um estado de pobreza, “in-loco” (idem, ibidem, p.79).

A cidade estava sendo transformada com essas obras, mas não completamente. Se tais intervenções alteravam mais substancialmente as paisagens suburbanas, dotando-as gradativamente de materialidades e feições absorvidas desde lógicas e influências externas, como reflexos de aspiração à “modernidade”, outras múltiplas experiências com a cidade havia em Manaus. No comentário que desenvolve a respeito dos anos de 1950 e 1960, José Vicente de Souza Aguiar, buscando o lugar das festividades, do lazer, do prazer, fala de uma cidade que ainda não havia atravessado o “caminho do crescimento industrial”, por isso poderia identifica-la como lugar do acolhimento, cidade aconchegante de praças arborizadas, cidade “menos frenética”, na qual também havia “artérias que abrigavam a quantidade de automóveis compatível com sua dimensão”, sem, no entanto reconhecer a possibilidade de haver nela uma plena harmonia social (AGUIAR, 2002, p.31). Sua cidade é em parte narrada do ponto de vista de alguém que vivenciou a transformação por vir, possivelmente pelo fato de ter sido mais agressiva e ter ocorrido com maior velocidade do que as vivenciadas nesses anos até então tratados.

### 1.3 Sobre a promoção estatal de habitações em Manaus, de 1943 a 1958.

Neste período não foi constatada a existência de uma prática estatal solidificada e expressiva no tocante à promoção ou produção da habitação a populares, seja na existência de uma conduta uniforme e homogênea do poder público, seja no volume de unidades construídas, seja na articulação com o setor produtivo, seja na adoção da habitação como elemento articulador de transformações mais expressivas do espaço urbano. Nota-se, no entanto, a presença de duas linhas de atuação por parte das administrações locais, que se revelaram por meio da leitura das medidas administrativas contidas na documentação oficial consultada.

Uma primeira estava voltada à produção de habitações dirigidas aos trabalhadores associados aos Institutos de Aposentadorias e Pensões - IAPS<sup>65</sup> ou às Caixas de Aposentadorias e Pensões, além de funcionários públicos e militares. Aqui se destaca a participação dos governos locais na doação de terras públicas e na realização de acordos de financiamento junto aos referidos órgãos de associação de trabalhadores. Os pobres, ou os trabalhadores informais, compunham mais frequentemente, público de exceção. Também houve um crescente aparelhamento da administração pública, no fortalecimento da estrutura especificamente engendrada, para atuar na promoção da habitação popular em âmbito local.

Em 1943, a Interventoria Federal no Amazonas, despendeu Cr\$50.000,00 para o auxílio à construção da Vila Operária Getúlio Vargas, que seria encaminhada pelo “Círculo Operário de Manaus.”<sup>66</sup> Além deste, não foram verificados dados mais precisos sobre a sua implantação. Ainda assim, este evento foi tomado como marco para esta pesquisa, pelo fato de que esteve vinculado às premissas políticas com que o governo federal atuava nesses anos, quanto ao seu interesse em fortalecer o associativismo operário<sup>67</sup>.

Embora as ações realizadas para a estruturação de um modo administrativamente organizado para prover a habitação, nesses anos, tenham priorizado os trabalhadores associados e os funcionários públicos, nas falas dos representantes do governo, estão sempre

<sup>65</sup> A respeito da atuação nos Institutos de Aposentadorias e Pensões, analisaram-se unicamente as interferências e benefícios que estes governos regionais, fizeram junto aos IAPs, não se atentando de modo mais específico e aprofundado, para a atuação dos Institutos em âmbito local.

<sup>66</sup> Decreto Lei n.º. 1037, de 16 de junho de 1943. Para uma comparação, o gasto para “realização dos festejos em homenagem a Semana da Pátria”, foi de Cr\$200.000,00 nesse mesmo ano. (EXPOSIÇÃO, 1944)

<sup>67</sup> Para Thomas E. Skimore, com a aproximação ao fim da guerra, nos últimos dois anos do “Estado Novo” (1943-1945), Getúlio Vargas havia modificado a conduta ditatorial adotada até então, por crer que não sobreviveria após o referido conflito. Por isso em 1943 fortaleceu a participação do Ministro do Trabalho, no sentido de compor novos “argumentos para um novo movimento político” de base trabalhista. Uma nova estrutura sindical passou a ser administrada pelo Ministério do Trabalho e burocratizada, “recebeu nova base institucional com a contribuição sindical compulsória”. Esses fundos eram distribuídos entre os sindicatos reconhecidos pelo governo, como “parte da estrutura econômica corporativista geral que o governo do Estado Novo projetara para toda a sociedade urbana”. (SKIDMORE, 2010, p.72)

presentes, como objeto de análise e reprovação, as habitações precárias atreladas a outro grupo, de pessoas sem trabalho formal. Eram migrantes, mendigos, nordestinos, pedintes, sem emprego, outros tantos populares, para os quais muitos dos textos das medidas praticadas para prover a habitação e dos discursos que as defendiam, eram dirigidos. As iniciativas eram de modo recorrente remediadoras, em relação ao que o Estado disse realizar, para alterar o quadro de precariedade de habitações urbanas populares sobre as quais diversas manifestações de representantes do poder público se opunham. Neste caso, acentuando a forma inadequada com que as habitações de populares se inseriam no contexto citadino.

As primeiras intervenções do poder público neste setor da habitação popular, identificadas na bibliografia e fontes documentais, foram bastante dispersas. A construção de casas assobradadas para funcionários públicos na Praça da Saudade, na Rua Ferreira Pena, ainda nos anos de 1930 (OLIVEIRA, 2003, p.83) foi a primeira iniciativa identificada. Em um intervalo de dez anos, identificou-se na exposição de Álvaro Botelho Maia de 1940 (EXPOSIÇÃO, 1940), o registro da construção de prédios para sorteio pela Associação dos Funcionários Públicos, que seriam implantados na Avenida Joaquim Nabuco, em terrenos doados pelo Estado:

A associação dos Funcionários Públicos honestamente dirigida, vem distribuindo com pontualidade as quotas às famílias dos associados falecidos e mandou construir dois ótimos prédios para sorteio, à Avenida Joaquim Nabuco, tendo sido doados pelo Estado os respectivos terrenos. (p.69)

No *Diário Oficial do Município*, em dezembro de 1949, consta a doação de um terreno do Patrimônio Municipal para a Caixa de Pensões e Aposentadorias dos Despachantes do Amazonas<sup>68</sup>, com a finalidade de serem construídas vinte casas residenciais para seus associados, em um ano a contar daquela data<sup>69</sup>. Seria uma contribuição da administração local para o sistema que antecedeu a previdência social, cuja finalidade era a de inclusive, promover o financiamento ou aquisição da habitação, ao trabalhador filiado às instituições previdenciárias que haviam sido criadas a partir da década de 1930. O terreno que antes pertencia ao patrimônio municipal situava-se entre a Avenida Olavo Bilac e a “projetada ponte de São Raimundo, numa área máxima de 10.000 metros quadrados” (MENSAGEM, 1953).

Também em 1949, a Associação Beneficente dos Funcionários Públicos do Estado sorteou duas habitações recém-construídas à Avenida Sete de setembro, em frente à escola

---

<sup>68</sup> Nota-se que as Caixas de Aposentadorias e Pensões antecedem os Institutos de Aposentadorias e Pensões. Elas foram criadas em 1923, pela Lei “Elói Chaves”, mas beneficiavam poucas categorias profissionais. Os Institutos de Aposentadorias e Pensões, a partir dos anos de 1930, organizaram diversas categorias de trabalhadores.

<sup>69</sup> Lei n.º 221, de 31 de dezembro de 1949.

técnica de Manaus. Tratava-se de “residências confortáveis e de fino acabamento (...) sendo suas plantas de autoria do engenheiro Sócrates Bonfim” (JORNAL DO COMÉRCIO, 18/06/1949)<sup>70</sup>. Nesse mesmo ano, no mês de dezembro, foi noticiada a ida do governador ao Rio de Janeiro para pleitear recursos para a construção de “100 casas para trabalhadores”, que seriam financiadas pelo Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Estivadores e Transportes de Cargas – IAPETEC. Ele também teria solicitado à Câmara, aprovação para a doação de um terreno para a construção da Vila Militar e para a construção de 25 casas a partir da articulação com o Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado - IPASE<sup>71</sup>. Para o IAPETEC, o governo viria a doar em 1957, um terreno de 10 hectares no bairro de Petrópolis, para a construção de casas populares.<sup>72</sup>

Nabil Bonduki defende que muitos dos desvirtuamentos da atuação dos Institutos de Aposentadorias e Pensões - IAPs, no tocante à produção da habitação trabalhadora, ocorreram em função do propósito fim desses Institutos. Produzir as habitações era apenas uma atividade acessória, para a qual muitas vezes se destinou menos recursos do que para outras finalidades, como por exemplo, a da aplicação de recursos dos referidos Institutos, em linhas de investimento financeiro. Outro aspecto que o autor levanta, é o fato de que produziram mais habitações, os IAPs cujos filiados pertenciam a categorias profissionais detentoras de mais recursos. Para o autor, conforme foram se tornando aquisições atrativas e disputadas pelos seus filiados, outras estratégias, não tão legítimas, passaram a ser utilizadas e até mesmo condicionar o acesso às habitações, como das relações de influência de pistolões. Frente a outras contradições da atuação desses Institutos, a mais grave seria o fato de que sua estrutura não estabeleceu como prioridade ou exclusividade, a produção de moradia para a população de “baixa renda” (BONDUKI, 2011, p.108-111). De fato era a classe média a população para a qual se voltaram esses poucos investimentos dos IAPs:

De fato, os IAPs não eram órgãos de habitação; no entanto, a administração Vargas, desde o governo provisório em 1930 (ainda timidamente) até o Estado Novo (com mais ênfase), vinha encampando a questão habitacional como sua responsabilidade e encarregando as instituições previdenciárias de enfrentar o problema. Os institutos reuniam tal volume de recursos recolhidos dos trabalhadores, metade dos quais podiam ser utilizados nas carteiras prediais, que era inevitável a pressão para que os destinassem à habitação social. Essa alternativa era estimulada pelo próprio Estado e por entidades empresariais. Importantes líderes patronais, como Roberto Simonsen, defendiam a intervenção do Estado na questão habitacional, uma posição coerente com a linha ideológica e política do governo Vargas. (idem, *ibidem*)

<sup>70</sup> Nabil Bonduki menciona o aumento da produção de apartamentos de luxo com recursos previdenciários no período após a segunda guerra mundial e atribui esse processo à ascensão de processos de especulação imobiliária nesse período.

<sup>71</sup> Criado pelo Decreto Lei n.º 288 de 23 de fevereiro de 1938.

<sup>72</sup> Lei n.º 71, de 05 de julho de 1957.

Além das habitações realizadas pelos IAPs, dirigidas a uma classe média de funcionários públicos, nas quais a participação dos governos locais foram as já mencionadas, vinte “casas populares” foram construídas também em 1949, no “Imboca”<sup>73</sup>, pelos Serviços Técnicos do Estado da “Secção de Terras, Obras Públicas e Expediente”, para as quais foram despendidos 193.386,70 cruzeiros (MENSAGEM, 1950, p.47). Este foi um exemplo de assistência com que o poder público atuou para, neste caso, atender à emergência de um incêndio. Outros vários incêndios também ocorridos nos anos de 1940 em áreas adensadas por habitações receberiam assistência do mesmo modo. Nas palavras de Leopoldo da Silva Amorim Neves<sup>74</sup>:

As vítimas do grande incêndio do bairro do IMBOCA e da enchente do Rio Amazonas e seus afluentes não foram esquecidas. Procuramos ampará-las, de conformidade com as LEIS NS. 215 DE 11 DE SETEMBRO E 1948 e 375 DE 8 DE JULHO DE 1949, respectivamente, pelas quais se concederam inúmeros auxílios aos mais atingidos. (MENSAGEM, 1950, p. 6,7)

Quanto à Fundação Casa Popular<sup>75</sup>, primeiro órgão federal criado para a provisão de habitações para a população pobre (AZEVEDO e ANDRADE, 1982), muito pouco se produziu por meio desta instituição em todo o país. Esse órgão teria como propósito, resolver a questão da habitação de pobres, mas com a possibilidade de atuar no financiamento de obras de abastecimento, financiamento de indústrias de material de construção, pesquisas voltadas ao barateamento da construção, financiamento a prefeituras, empresas e outras instituições para a construção de “residência de tipo popular” sem objetivo de lucro, “estudar e classificar os tipos de habitação denominados populares, tendo em vista as tendências arquitetônicas, hábitos de vida, condições climáticas e higiênicas, recursos de material e mão de obra”, atuar na assistência social (idem, *ibidem*). O saneamento estaria, portanto, articulado aos propósitos dessa instituição quanto à intervenção junto à moradia de trabalhadores e pobres urbanos. Para Sérgio de Azevedo e Luís Aureliano Gama de Andrade, esta linha de atuação evidenciava um interesse, assim expresso pelos autores (AZEVEDO e ANDRADE, 1982):

Fortalecer o próprio mercado – estimulando a produção de materiais -, modernizar as prefeituras, através de treinamento e qualificação de pessoal, e estudar o processo

<sup>73</sup> Em 16 de março de 1951 o “Imboca”, que era até então um trecho do bairro de Constantinópolis, passou a ser denominado bairro de “Santa Luzia”. (FIGUEIREDO, 2008, p.14)

<sup>74</sup> Governador do Estado entre os anos de 1947 e 1951.

<sup>75</sup> Para Sérgio de Azevedo e Luís Aureliano Gama de Andrade, a interferência do então deputado Juscelino Kubitschek junto ao presidente Dutra, a partir do contato com a atuação de um empresário mineiro na construção de casas populares através do Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Industriários (IAPI), teria influenciado na criação da Fundação da Casa Popular. Os autores afirmam que “anos depois, o Banco Nacional da Habitação (BNH), que viria a ser um dos herdeiros da Fundação, teria sua instituição determinada por motivações análogas. Ambas foram iniciativas de governos que sucederam a administrações populistas e que acenavam com a casa própria como um meio de angariar legitimidade e alcançar penetração junto aos trabalhadores urbanos”, observando-se a escolha do 1º de maio para a promulgação do Decreto Lei que criou o órgão. (AZEVEDO e ANDRADE, 1982)

de “morar” das classes populares, para se tirar partido da prática comunitária de construir, das técnicas e dos materiais regionais utilizados. (p.03)

Os referidos autores, também atestam inviáveis os planos previstos para a Fundação Casa Popular, principalmente em função de seu caráter extremamente abrangente e de fatores políticos, mesmo com as correções efetuadas sobre a trajetória do órgão nos anos seguintes ao de sua criação. Em Manaus, mesmo que tenha sido identificado o registro de arrecadação de verbas públicas para aplicações neste segmento da habitação de populares, no valor de 183.873,30 cruzeiros, como leva a crer as informações contidas na mensagem de Álvaro Botelho Maia de 1951 (MENSAGEM, 1951, p.2), nenhuma habitação em âmbito local foi construída por esta instituição, ou mesmo na região norte, onde a atuação da FCP foi praticamente inexistente (AZEVEDO e ANDRADE 1982). O governador Gilberto Mestrinho, que no ano de 1961, reivindicou do Governo Federal recursos para construção de casas, chegou a alegar que a Fundação da Casa Popular, criada havia mais de dez anos, até esse momento não construía uma só moradia no Amazonas (REINVINDICAÇÕES, 1961, p.76,77).

Ao longo desse período, os governos locais começaram a delinear estruturas mais específicas, para atuar na produção de habitações populares<sup>76</sup>. Como exemplo, a criação pela administração estadual em 1951, do Serviço Estadual de Construção de Casas Populares – SECCP, que funcionaria com renda constituída por 70% dos impostos estaduais sobre bebidas alcoólicas, além do valor adquirido com a venda de “cupons”, de mensalidades pagas pelos favorecidos com os respectivos sorteios e por contribuições diversas que pudessem ocorrer. As casas produzidas com esse serviço seriam destinadas ao “funcionalismo estadual e municipal, serventurários de Justiça, oficiais e praças da Força Policial do Estado e proletários em geral”<sup>77</sup> e eram tipificadas, de acordo com os respectivos orçamentos, de Cr\$ 40.000,00 e Cr\$ 60.000,00. Estas unidades seriam construídas pelo próprio SECCP ou por concorrência pública e sorteadas, mediante a aquisição de cupons numerados ao custo de Cr\$ 10,00 e Cr\$ 20,00.

De acordo com o texto da lei, poderiam concorrer às casas mais baratas, os “trabalhadores e proletários em geral” que morassem em casa “desconfortável e ante-

<sup>76</sup> Para Nabil Bonduki, se tratava de um interesse dos próprios estados, “criar órgãos regionais para enfrentar o problema habitacional, mesmo que ficassem (...) inoperantes durante seus primeiros tempos de existência. Esse fato mostra que a questão habitacional tornava-se cada vez mais um problema governamental”. (BONDUKI, 2011, p.122,123)

<sup>77</sup> Lei n.º. 143, de 06 de novembro de 1951, “Cria o Serviço de Estadual de Construção de Casas Populares (SECCP)”, Lei n.º. 12, de 08 de abril de 1952, “Altera dispositivos da Lei n.143, de 6.11.1951 e dá outras providências”, Lei n.º. 11, de 08 de abril de 1952, “Dá nova redação à Lei n.º. 144, de 6.11.1951 e estabelece outras providências”.

higiênica e os cabos e soldados da Força Policial do Estado”. Os aptos a concorrer às casas de custo mais elevado, eram os funcionários públicos estaduais, municipais, senventurários de justiça e oficiais, sub-tenentes e sargentos da polícia estadual. As casas seriam construídas na área urbana ou suburbana, a partir da doação de terras estaduais ou desapropriação de terrenos, com a justificativa de que se trataria de utilidade pública. Por ano, o serviço doaria, em tese, três casas de menor custo, para “localizar famílias reconhecidamente pobres independente de sorteio ou pagamento de mensalidades” (Lei nº. 143, 06/11/1951), uma exceção ao que se fazia predominar como regra, conforme o que a lei estabelecia.

Ainda que no SECCP tenha havido um deslocamento de práticas mais assistencialistas que vigoravam no governo de Álvaro Botelho Maia (MONTENEGRO, 1986) quanto à promoção da habitação, foi criada nesta mesma administração, uma estrutura de “Assistência Popular”. Este serviço registrou do ano de 1951, trinta e seis pessoas que haviam pedido “palhas e madeira para reconstrução de suas moradas” (MENSAGEM, 1952). O governador justificou a criação do “Serviço de Reclamações e Assistência Popular”, enfatizando o papel do Estado na atuação junto aos populares.

Essas práticas assistencialistas estavam relacionadas a uma mentalidade da qual Álvaro Maia foi porta voz, numa associação que estabeleceu entre a pobreza e o que dizia ser uma postura condicionada e impotente, da parte de populares. Ele fala, em sua análise, sobre a imobilidade social de pessoas destinadas à espera das práticas de caridade e de medidas assistencialistas do poder público. O serviço que estava sendo criado naquele momento, não configurava uma medida voltada a situações emergenciais apenas, mas uma prática que se pretendia efetivar, e que foi fortalecida com o passar dos anos. Nas palavras de Álvaro Botelho Maia (MENSAGEM, 1952):

...a maré montante da pobreza, em nossa terra, envolve em suas rêsas de compreensão inumeráveis criaturas que o destino elegeu para toda sorte de sofrimentos. Impera a fome em muitos lares; há por aí desamparados incontáveis, sequer sem abrigo decente que os defenda contra as intempéries; há velhos e crianças combalidos que definham na mais impressionante penúria. As entidades assistenciais, por mais que façam a sua missão caritativa de proteger infelizes, sucumbem, não raro, nos seus impulsos altruísticos diante da exiguidade dos recursos de que dispõem. A compreensão desse drama, que se passa no silêncio das palhoças tristes, jamais visitadas por uma alegria embora fugaz, sugeriu-me a ideia de instituir mais um órgão de assistência popular, que se conjugue aos já existentes entre nós, para a mesma finalidade de auscultar necessidades e removê-las com solicitude, dentro, infelizmente, das estreitas possibilidades do erário público. (p. 163, 164).

Ainda em 1952, o governador falava a respeito dos migrantes, e sobre o “problema” que eram essas populações à sua administração:

Com os 1442 internados nos dois sanatórios do “Aleixo” e Vila “Belisário Pena”, o Estado tem uma despesa forçada de Cr\$ 7.000.000,00 para a sua manutenção. Aumenta o número dos que povoam os dois sanatórios: procedem dos rios interiores, evadidos dos seringais, ao sabor das correntezas. Todos pobres, sem roupas, sub-alimentados. Continúa a ser êsse o maior problema do Amazonas, irmanado à tuberculose e ao paludismo. (idem, *ibidem*, p.79)

Sobre os serviços de assistência, o governador expunha que dentre os materiais fornecidos a populações pobres, estavam “aquisição de palha para cobertura de barracas em zonas suburbanas”, que segundo sua fala eram “pedidos de tôdas as horas, naturais em moradores desajustados, sem profissões especializadas, egressos dos seringais e castanhais” (idem, *ibidem*, p.102).

Em 1953, deixava claro o incômodo causado pelos novos habitantes urbanos em suas “palhoças flutuantes” e colocava a pobreza urbana em condição de mal crônico (MENSAGEM, 1953):

Trata-se de problema diuturno, sem repouso aos que dirigem os órgãos associativos: o pauperismo, principalmente em Manaus, não resulta de estiagens ou enchentes; - é permanente, talvez pelas influências das crises da indústria extrativa, às quais milhares de braços não resistem. Sem profissão especializada, aboletam-se os necessitados nos arredores da cidade e até em **palhoças flutuantes nos igarapés**. Essa onda é avolumada pelos trabalhadores nordestinos, que nos chegam desprovidos de roupas, utensílios, e até enfermos, sem alimentação para o dia seguinte. (p.63, grifo da autora).

É importante citar algumas das medidas adotadas pelo governo em 1952, como a nomeação de funcionários para a “construção de casas populares”, que aparelhava o Serviço que atuaria nesta frente, além da concessão de um terreno, de modo articulado à Prefeitura, destinado às “primeiras construções”, pela Fundação da Casa Popular (MENSAGEM, 1953, p.132). Não foi possível identificar esse terreno durante a pesquisa, nem as casas mencionadas na referida mensagem oficial.

Além destas ações, em 1952, o governo do estado reconstruiu nove casas no bairro do Matadouro<sup>78</sup> que haviam sido destruídas pelo incêndio ocorrido no dia 08 de julho daquele ano. Pelo mesmo motivo, no ano seguinte, o governo reconstruiu também doze casas na Praça 14 de janeiro<sup>79</sup>.

Em 1955 foi criado o Departamento de Assistência e Previdência Social – DAPS, com certa autonomia jurídica e financeira, que dentre outras finalidades, como de dar assistência a idosos, grávidas e crianças desassistidas, prestar assistência jurídica gratuita, fazer pesquisas sociais, era voltado à construção de casas populares e à administração da olaria do estado. Este Departamento incorporou ainda na administração de Álvaro Botelho Maia, além da

<sup>78</sup> Lei Ordinária n.º 64, de 19 de julho de 1952.

<sup>79</sup> Lei Ordinária n.º 178, de 09 de dezembro de 1953.

mencionada olaria, o Serviço Estadual de Construções de Casas Populares – SECCP. A olaria deveria servir à fabricação de telhas, tijolos e outros materiais para a construção de casas populares que seriam postas a venda, a prazo, para “proletários e funcionários conveniados do DAPS”<sup>80</sup>. A respeito do Serviço Estadual de Casas Populares, constava no texto da referida lei que:

Art.15º - O S.E.C.C.P. destina-se a construir casas residenciais para o funcionalismo estadual civil e militar, proletários em geral e contribuintes outros do S.P.S. do D.A.P.S. (...)

Parágrafo Único – A distribuição das casas construídas pelo S.E.C.C.P. será disciplinada em Regulamento baixado pelo Governador do Estado.<sup>81</sup>

Essas casas eram financiadas, tanto para populares como para funcionários públicos, e apenas alguns poucos exemplares seriam destinados à doação. Até o ano de 1956, não foi possível verificar outras iniciativas por parte do poder público neste setor, além das práticas assistencialistas de doação da moradia ou de materiais de construção. Foi na administração de Plínio Ramos Coêlho<sup>82</sup> que, imerso numa ideologia trabalhista adaptada a este contexto, foi conduzido um sistema mais articulado de produção, ou de divulgação da produção da moradia, mesmo que mantida a estrutura voltada à provisão da habitação popular em setores administrativos de “assistência social”. Para Plínio Ramos Coêlho (MENSAGEM, 1955):

Na capital, devem ser montados serviços essenciais que tenham por mira as massas obreiras que vivem nos bairros e lutam nas fábricas, usinas, oficinas, escritórios, balcões e no pôrto. Com êsse objetivo será criado um fundo de assistência social, que receba a receita proveniente da Casa Popular, da taxa lotérica, das dotações orçamentárias do Estado e da União. Os serviços a serem instalados com êsse fundo compreenderão desde as agências de emprêgo, até a assistência jurídica gratuita, desde as vendas de terras às construções e financiamento de casas populares. Os sindicatos e associações serão convocados para essa obra. (p. 63,64)

No Departamento de Assistência e Previdência Social, no período de junho a dezembro de 1956, foram atendidas, segundo a documentação oficial, 2.831 pessoas que haviam solicitado madeira, palha, telha, dentre outros materiais, e 1.587 pessoas solicitando terrenos “nos diversos bairros de Manaus” (MENSAGEM, 1957, p.75). Mantinha-se assim, um serviço assistencialista, que tinha dentre outros propósitos, o de atender “à pobreza em palha, telha, madeira, como socorros urgentes” (idem, *ibidem*, p.77). Nota-se que nesses anos, não apenas a aquisição de materiais, mas o entrave da propriedade da terra para a construção da habitação por populares e as disputas por terra se evidenciaram, como já mencionado anteriormente neste texto.

<sup>80</sup> Lei nº 110, de 30 de dezembro de 1955.

<sup>81</sup> (idem)

<sup>82</sup> Para Márcio Souza, esse era o representante do populismo na política local, que viria a reorganizar, após o Estado Novo, mesmo que temporariamente, a administração do Estado. (SOUZA, 1978, p.149)

Uma “Diretoria do Serviço de Construção de Casas Populares” deveria atuar para a produção das habitações, no Departamento de Assistência e Previdência Social. Embora tenham sido verificadas poucas unidades de habitação produzidas, frente ao volume que viria a ser implantado a partir dos anos de 1960, se estabeleceu uma ruptura com o tipo de conduta que até então se realizava, pois o poder executivo passou a produzir mais sistematicamente novas unidades habitacionais, em novos arranjos espaciais na cidade.

Além do conjunto de apartamentos Juscelino Kubitschek, a mensagem oficial de 1957 (MENSAGEM, 1957), indicou ter havido a construção de quatro unidades habitacionais no Japiim, de casas do conjunto João Goulart, no São Jorge e de casas na Colônia Agrícola Cláudio Mesquita<sup>83</sup>. No relato sobre as referidas obras, Plínio Ramos Coêlho deixava o registro não somente dos serviços realizados, mas da construtora com que a administração pública havia firmado contrato:

Nesses dois anos, construímos, através do DAPS e da CONSTRUTORA LIPPI, quarenta apartamentos, os melhores que possui Manaus. Construímos cinquenta casas de madeira, pintadas a óleo, com tanque de lavar roupa, depósito d’água e fossa biológica, no bairro de São Jorge, que arruamos e que, concluído, será uma vitória do atual Governo, porque do planejamento às últimas construções, é produto do Governo Trabalhista.

(...)

Construímos dez casas de madeira na Colônia Agrícola “Cláudio Mesquita”, por nós fundada e mantida com a ajuda da SPVEA.<sup>84</sup>

A respeito das casas do conjunto João Goulart, no São Jorge, em 1958, o governo autorizou a venda das 100 casas “ao preço de CENTO E VINTE MIL CRUZEIROS”, do tipo “A” e CENTO E DEZ MIL CRUZEIROS a do tipo “B” que deveriam ser pagas em 111 e 110 prestações respectivamente, com a primeira prestação de “DEZ MIL CRUZEIROS”. Esses valores em muito se distanciavam daqueles padronizados em Cr\$ 40.000,00 e Cr\$ 60.000,00.

<sup>83</sup> Além dessa colônia, situada em “ramal da estrada Br-17”, havia sido criada outra colônia, no mesmo ano de 1957, em Manaus, a colônia “Efigênio Sales”, na Estrada Manaus – Itacoatiara. Na colônia Cláudio Mesquita, habitavam 276 pessoas, 46 colonos, em 1.700.000m<sup>2</sup>. Mas somente haviam sido construídas nesse ano, nove casas, sendo uma administrativa. (MENSAGEM, 1958, p.13) Ficaram registradas as verbas recebidas da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, quantias que seriam destinadas à “Assistência Técnica e Material” desses núcleos “coloniais”. Parte desse recurso havia sido destinada à compra de madeiramento, assentamento e ajuda de custo para 8 colonos. Embora houvesse 25 “colonos fixados”, apenas a construção de 8 casas “pré-fabricadas” foram registradas na mensagem de 1957. (MENSAGEM, 1957, p.139)

<sup>84</sup> (MENSAGEM, 1957, p.21) Observa-se que o a partir de 1950, o governo nacional criou uma série de organismos para estímulo à instauração de novas atividades econômicas na região, em substituição às vinculadas à cultura extrativista. Em 1953, neste sentido, foi instituída a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia – SPVEA, da qual fala o governador, que no ano de 1957 viria a criar a Zona Franca de Manaus. As colônias agrícolas criadas nesses anos foram um exemplo do investimento em novas atividades econômicas, que embora inexpressivas, implicaram reserva de áreas não urbanizadas para a instalação de comunidades agrícolas.

Estariam aptos a comprar essas casas, “funcionários estaduais, operários sindicalizados ou as viúvas destes”.<sup>85</sup>



Figura 20 - Legenda: “TIPO de casas da Colonia ‘Claudio Mesquita’, mandadas construir pelo Govêrno do Estado” (MENSAGEM, 1957).

A iniciativa ou a intenção de articulação do espaço urbano com a implantação da habitação popular era expressa na citação de obras de infraestrutura, à desapropriação de populares e as menções aos loteamentos urbanos para habitações padronizadas, mesmo que este propósito não tenha sido concretizado por ora.

Em 1956, além de o poder executivo ter aberto crédito para a construção das 100 casas de madeira e telhas de barro no bairro de São Jorge, já mencionadas, por concorrência pública, e para a instalação de serviços de água e esgoto no local, previu a drenagem e aterro dos igarapés de Manaus e Mestre Chico. A lei que destinava recursos para tais fins, também previa “adquirir por meios amigáveis a desapropriação das casas construídas às margens dos igarapés de Manaus e Mestre Chico”, os quais deveriam ser parcialmente aterrados e arenados.<sup>86</sup>

A produção da habitação popular começava a ser relacionada, de modo mais abrangente, à conformação de novos territórios ou à reorganização de outros existentes, fosse com a ampliação do número de unidades construídas em cada empreendimento, fosse com a possibilidade de se atuar mais diretamente na desapropriação, fosse com a intervenção junto a serviços urbanos de infraestrutura.

<sup>85</sup> Lei n.º 1, de 27 de março de 1958.

<sup>86</sup> Lei n.º 44-B, de 01 de setembro de 1956.



Figura 21 - Legenda: “VISTA parcial do conjunto residencial “João Goulart” (MENSAGEM, 1957).

Nesses anos eram realizadas as primeiras experiências com essas duas modalidades de habitação, o conjunto multifamiliar de apartamentos e o loteamento para implantação de conjuntos horizontais de moradias padronizadas. O Conjunto Habitacional Juscelino Kubitschek foi o primeiro conjunto habitacional de apartamentos implantado em blocos, produzido em meio às práticas de promoção de habitações populares que vinham sendo institucionalizadas junto à administração pública. No caso dos loteamentos, foi identificada a intenção de realizá-los, como registrado no relato das quatro casas geminadas construídas no bairro do Japiim, a aspiração do poder público pela produção de conjuntos habitacionais a partir do loteamento de terras. Além de terem sido realizadas atividades de planejamento e estudos para a construção das referidas “Casas Populares”, observa-se que estiveram inclusas nas atividades de planejamento, além dos levantamentos da área, o “Estudo de loteamento” (MENSAGEM, 1957):

Em colaboração com a Diretoria de Terras êste Serviço iniciou o destocamento de uma área calculada para construção de aproximadamente, de 140 casas, havendo também iniciado a fase de nivelamento. Por outro lado, o S.E.C.C.P. (*Serviço Estadual de Construção de Casas Populares*), fez o levantamento topográfico de todo o terreno pertencente às casas populares, trabalho êsse feito pelo engenheiro Antonio Monteiro, posto à disposição dêste Serviço pela direção da D.A.E.R.A. (p.96)

Abaixo, a imagem do conjunto habitacional veiculada pelo governo e a matéria que na imprensa local fez repercutir a construção dos referidos blocos de apartamentos no bairro da Cachoeirinha:

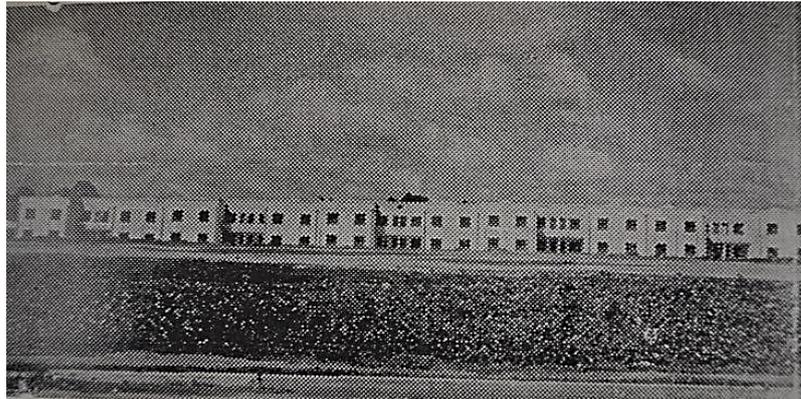


Figura 22 - Legenda: “O conjunto residencial ‘Jucelino Kubitschek’, com 40 modernos apartamentos, localizados no bairro da Cachoeirinha” (MENSAGEM, 1957).



Figura 23 – Legenda: “Realização de Plínio Ramos Coêlho. Uma notável realização do governo trabalhista”. (O JORNAL, 05/12/1956).

Junto ao desenho dos edifícios, era veiculada a propaganda:

“UMA NOTÁVEL REALIZAÇÃO DO GOVERNO TRABALHISTA – Vale por um atestado indesmentível o clichê que acima estamos publicando. Ele revela o quanto de amor tem o governador Plínio Ramos Coelho pelas cousas do Amazonas e demonstra o interesse na solução do problema de habitação que aflige o povo baré. Concorra ao sorteio para associado preferencial do DAPS, a realizar-se no dia 20 de dezembro do corrente ano, pela extração da Loteria do Estado do Pará, para assim ter possibilidade de abiscoitar, sem quaisquer despesas, um lindo e moderno apartamento que será o melhor presente de Natal que poderá lhe oferecer o Govêrno do Estado (O JORNAL, 05/12/1956).

Quanto ao projeto revelado parcialmente no desenho e no registro fotográfico desse conjunto de apartamentos<sup>87</sup>, é interessante observar o comentário publicado em uma revista de arquitetura, em 1969, a respeito da produção nesse período, em Manaus. A matéria falava sobre o impacto da decadência econômica vivenciada entre os 1920 e 1950, especificamente sobre a produção no campo da arquitetura (ABA, 1969):

Depois da borracha veio a decadência. Pouco se construiu entre 1920 e 1950. O que se fazia, com raras exceções, era péssimo: mau como concepção, como estilo, como construção, imitação barata do que se edificava no Sul do país, que, por sua vez, vegetava numa subserviência ao que de pior se projetava na Europa. Com reduzidíssimos recursos, quer técnicos, quer financeiros, Manaus se engajava nesse espírito de época, com os piores resultados (p.14).

As obras já mencionadas, de habitações promovidas pelas administrações locais, foram realizadas em meio a algumas contradições, dentre as quais se destacam os aditivos de custo à construção das casas no Japiim e o esforço do poder público para que os blocos de apartamentos fossem habitados, em função do desinteresse ou impossibilidade de acesso por parte de moradores em potencial<sup>88</sup>. Quanto ao aditivo da obra das casas no Japiim, falava o Secretário de Estado da Agricultura, Indústria, Comércio e Obras Públicas, em seu relato no ano de 1955, do qual se destaca a afirmação de ter havido, no referido processo, crime de responsabilidade (MENSAGEM, 1955):

Este setor limitou-se a adjudicar, por concorrência pública, a construção de quatro casas populares, ao empreiteiro Domingos Pinto Ferreira, pela importância global de Cr\$395.000,00. Ocorre, porém, que a Lei nº 143, de 6 de novembro de 1951, que criou este Serviço, limitou os orçamentos de cada casa, que devem ser de dois tipos diferentes, em Cr\$40.000,00 e Cr\$ 60.000,00.

E' evidente, portanto, que a Lei foi desobedecida, ao se contratar a construção de quatro casas por quantia superior à permitida. Por força desse contrato, foram dispendidos já Cr\$265.000,00, restando pagar ao empreiteiro Cr\$130.000,00 na conclusão das obras. Estas se acham paralisadas. Mas os pagamentos efetuados o foram pela verba de Obras Públicas, da Diretoria de Terras, em vez de o serem pelo fundo previsto em Lei, que será constituído, além de outras fontes, por 70% dos impostos sobre bebidas alcoólicas, o qual deverá ser arrecadado pela Secretaria de Economia e Finanças e depositado no Banco do Brasil. Houve, em consequência, crime de responsabilidade previstos na Constituição do Estado. (p.97)<sup>89</sup>

Na imagem abaixo, as casas geminadas sobre as quais falou o Secretário de Estado. Em cada bloco havia duas moradias. É possível conjecturar sobre a ausência de infraestrutura urbana frente à paisagem natural predominante, indicações que apontam para a interpretação

<sup>87</sup> Esses projetos mereceriam uma análise mais aprofundada, o que não foi possível ser realizado nesta dissertação, pela impossibilidade de terem sido identificados os projetos correspondentes.

<sup>88</sup> Nabil Bonduki avalia a desocupação de muitas das habitações produzidas pelos IAPs, analisando algumas contradições presentes na atuação dos Institutos quanto à produção da habitação. Por um lado pelo fato de não ser essa a sua atribuição única, o que fez com que se estabelecesse uma indefinição entre a venda e locação, fato provocado pela contradição entre garantir a rentabilidade dessas associações ou a produção da moradia a populares que dela de fato precisavam, em outras palavras, utilizar as habitações produzidas para fins especulativos ou para suprir uma possível demanda social (BONDUKI, 2011).

<sup>89</sup> O relato foi feito sobre a gestão anterior, de Álvaro Botelho Maia.

de que se tratava de uma área rural, tanto pelo que havia sido estabelecido pela lei de 1951, quanto pelas feições do entorno, denunciadas na imagem registrada do Japiim nesse ano de 1954.

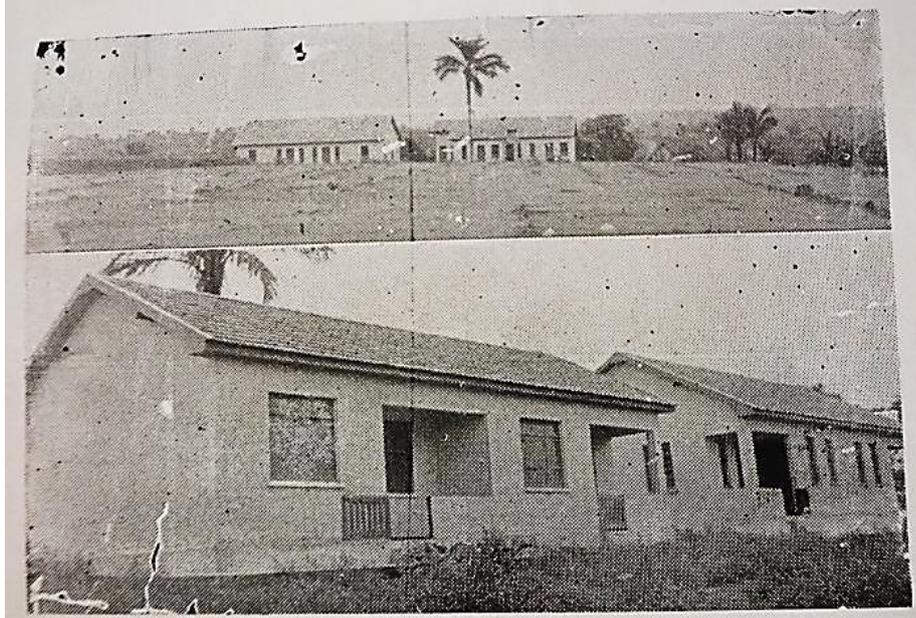


Figura 24 - Legenda: “CASAS populares no bairro do Japiim. Existem quatro atualmente, pretendendo o Governo construir outras residências para funcionários públicos” (MENSAGEM, 1957).

Em 1957, o governador relatou as atividades do “Serviço Estadual de Construção de Casas Populares”, como o que “apresentou um índice invulgar de popularidade com a construção dos quarenta (40) apartamentos na Praça General Carneiro construídos pela CONSTRUTORA LIPPI” (MENSAGEM, 1957, p.77). Logo no ano seguinte, ele próprio constatou o fracasso na aceitação popular do conjunto, o que pode ser atribuído a diversos motivos, desde o tipo de moradia incomum, até o fato de os apartamentos serem localizados mais periféricamente. Fato é que para uma demanda que dizia atender, esta solução demonstrou-se bem inadequada (MENSAGEM, 1958):

As escrituras dos quatro apartamentos foram processadas no Cartório do senhor Milton Nogueira Marques, estando os respectivos sorteados de posse do título de propriedade dos apartamentos que lhes coube, através de sorteios...

Posterior ao quarto sorteio, o Diário Oficial publicou a Lei n. 8, de 8 de março de 1957, que autorizava o DEPARTAMENTO a vender ou alugar os apartamentos do Conjunto “KUBITSCHKE”, dentro de um plano especial. Isto, em virtude de não ter havido a devida receptividade dos sorteios pelo próprio povo, mesmo tendo-se em conta o baixo preço dos cartões.

Afora este dispositivo, o Governo do Estado recebeu proposta da compra do Conjunto “KUBITSCHKE”, pela PETROBRÁS, não se chegando a termos definitivos. Enquanto isto, a Diretoria Geral do DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA SOCIAL, enquanto aguarda uma oportunidade para dar aos referidos apartamentos do Conjunto, suas verdadeiras finalidades, embora os quatro sorteados e proprietários dos primeiros apartamentos sorteados já estejam ocupando os mesmos, têm entrado em entendimentos com a firma CONSTRUTORA LIPPI, que erigiu o “KUBITSCHKE”, para pequenos reparos em alguns apartamentos, que apresentam leves senões, em virtude da metamorfose que

se opera rapidamente, vez por outra, em nosso clima e que tem atingido, assim o referido Conjunto, em face de sua posição (p.11,12).

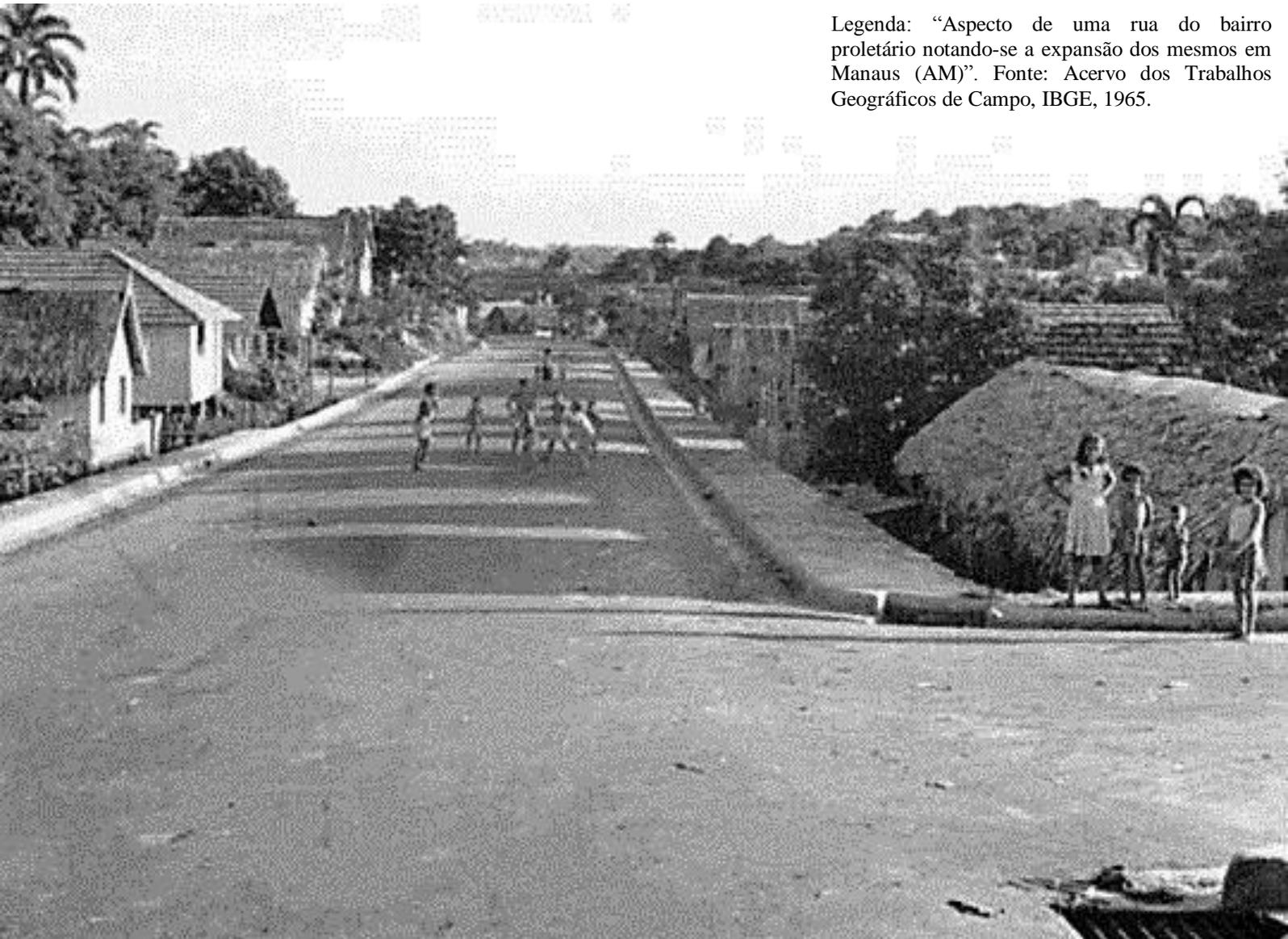
No desfecho desse processo de ocupação dos apartamentos, no mesmo ano de 1958, o governador instituiu a lei que permitia a venda destes, aos funcionários do Departamento de Estradas e Rodagem do Amazonas.<sup>90</sup>

Assim, nesses anos, a atuação governamental esteve caracterizada pela articulação, mesmo que limitada quanto aos resultados, às medidas adotadas nos anos de 1930 neste setor, quando os serviços governamentais desenvolvidos no âmbito do setor habitacional visavam atender prioritariamente ao trabalhador urbano associado e funcionários públicos pertencentes a uma classe média. Aos pobres ou trabalhadores sem vínculo sindical ou desassociados dos Institutos de Aposentadorias e Pensões, ou para populares pobres, eram dirigidos em predominância, os serviços assistencialistas, traduzindo em prática, discursos de representação da pobreza urbana.

---

<sup>90</sup> Lei n.º 10, de 16 de maio de 1958 e Lei n.º 48 de 25 de novembro de 1958.

Legenda: “Aspecto de uma rua do bairro proletário notando-se a expansão dos mesmos em Manaus (AM)”. Fonte: Acervo dos Trabalhos Geográficos de Campo, IBGE, 1965.



## Capítulo 2

### Espaço urbano e habitações populares, de 1958 a 1967.

*Visitara as casinhas inacabadas do Novo Eldorado, andara pelas ruas elameadas... Os moradores reclamavam: tinham que pagar para morar mal, longe do centro, longe de tudo... Queriam voltar para perto do rio. Alguns haviam trazido canoas, remos, malhadeiras, arpões; a cozinha, um cubículo quente; por isso, levavam o fogareiro para a rua de terra batida e preparavam a comida ali mesmo.*

(HATOUM, 2005, p.148)

## 2.1 Aproximações do espaço urbano (modernizado?).

Neste intervalo temporal, de 1958 a 1967, era dada continuidade às obras que enfatizavam a infraestrutura viária da cidade, assim como se mantinham os mesmos conflitos vivenciados nos anos anteriormente tratados, em especial no tocante aos problemas de abastecimento da cidade, de água e luz. Para as áreas de subúrbio também eram dirigidos serviços saneadores<sup>91</sup>, realizados pelo governo e também pela prefeitura. A realização desses serviços de urbanização<sup>92</sup> antecedia um processo de industrialização que viria a ser dado mais intensamente em 1970, após a instauração da Zona Franca de Manaus, em 1967<sup>93</sup>. Assim, para a transformação material da cidade, com vistas a sua modernização, foram identificadas algumas justificativas, baseadas em outras pesquisas, em documentos oficiais, e narrativas jornalísticas.

Primeiro, era uma componente da retórica populista. Junto à realização de serviços saneadores, havia a iniciativa de administradores públicos de dotar a cidade de atributos que lhe conferissem imagem de modernidade e progresso, o que fica evidenciado na propaganda veiculada em jornais e nas falas oficiais. Por outro lado, os serviços seriam um indicativo da preparação material da cidade em meio a seu ingresso em processos econômicos nacionais em curso. Para José Aldemir de Oliveira (OLIVEIRA, 2003):

Na segunda metade da década de cinquenta, o crescimento significativo da área de circulação da cidade, o que não significou ampliação da malha urbana, ocorreu em decorrência não apenas da imposição de demandas internas (...) mas foi reflexo do Programa de Metas que visava transformar a estrutura econômica do país pela criação da indústria de base (...)

(...)

O crescimento e ampliação da malha urbana significaram não apenas o aumento do raio de circulação da cidade para atender uma demanda interna, mas se incluía numa nova configuração das cidades brasileiras que se preparavam para a circulação maciça de automóveis, resultado da implantação da indústria automobilística no Brasil.

(...)

<sup>91</sup> Na mensagem oficial de 1958, Plínio Coêlho mencionou os serviços realizados nos bairros da Cachoeirinha, Educandos, São Raimundo, Glória, Beco do Macedo e Bairro da Matinha, para citar os que apareceram em destaque no documento. Mensurando os feitos pela metragem de tubos para distribuição de água, falou em “25,5 quilômetros de tubos” gastos nos últimos três anos de governo, para a ampliação da rede de abastecimento. Mesmo assim, atestava que “em alguns trechos da cidade ressentem-se de água”. A administração pública também financiava a compra de tubulações, que poderiam ser pagas a prestação, “a fim de facilitar a instalação de água encanada nas residências mais pobres” (MENSAGEM, 1958, p.29,30).

<sup>92</sup> Edna Castro afirma que a partir da segunda metade do século XX, o Estado “foi ator principal na definição de estratégias de intervenção no território amazônico, com consequência sobre a urbanização”, de base nacional desenvolvimentistas (CASTRO, 2008).

<sup>93</sup> Milton Santos, ao abordar o processo de industrialização das cidades brasileiras entre os anos de 1940 e 1950, para além das atividades industriais, o relaciona a outros fenômenos, como a formação de mercado, a expansão de consumo, a própria urbanização. Para o geógrafo, de modo geral, “os índices de urbanização, ficam estagnados ou evoluem lentamente no Norte, onde devemos esperar os anos 1960” para haver um desbloqueio dessa situação (SANTOS, 2009, p.66).

...os serviços de pavimentação de ruas e as redes de abastecimento de água e energia elétrica deixaram de ser exclusividade da parte central da cidade (p.123-125).<sup>94</sup>

Dentre os fatores que contribuía para a realização de obras saneadoras e de um movimento de transformação, mesmo que parcial e superficial, das feições da cidade, esteve a atuação de administradores públicos interessados na difusão de uma imagem urbana ajustada à concepção de progresso e de modernização, sintetizada na urbanização<sup>95</sup>. A respeito desse empenho por parte dos sucessivos governos de urbanizar a cidade, para além de possíveis entrelaçamentos que pudessem lhe explicar como fenômeno econômico, foi identificada uma posição de confronto, estabelecida pelos discursos oficiais, junto a intervenções efetuadas no espaço urbano, frente à presença de habitações de populares.

Isto porque pobres urbanos habitando a cidade com seus próprios meios, estiveram em desacordo com a imagem de cidade que pretenderam instituir os representantes do poder público nesses anos de meados da década de 1960. Mesmo que a própria condição material de exiguidade e carência tenha sido motivo para a adoção de medidas saneadoras mínimas, estas, quando materializadas no espaço urbano, foram pautadas muitas vezes em práticas políticas populistas e em condutas interessadas na produção de uma imagem de cidade modernizada, não no ajustamento pleno da realidade social em que esses habitantes estavam imersos.

Mas as iniciativas governamentais voltadas à modernização urbana junto à segregação de pobres urbanos, não eram em si, uma novidade. No século XIX a presença de habitações de pobres em regiões centrais da cidade já havia provocado reação por parte de administradores públicos e legisladores. Os próprios códigos de postura condicionavam a feição das edificações que deveriam ser inseridas nas áreas urbanizadas da cidade e estabeleciam as regras para estas construções, com base em juízos técnicos, eruditos, de higiene. Áreas de subúrbio e alguns bairros circundantes à cidade já vinham se consolidando no tecido urbano, desde então com este perfil, de local de moradia de populares pobres, como foi o caso do Educandos ou de São Raimundo.

Na Primeira República, em geral, o juízo saneador exercido pelo poder público, expresso em práticas de controle lançadas ao espaço urbano, estendia-se também ao ambiente

<sup>94</sup> Ressalva-se que nem todas as áreas suburbanas, ou os bairros receberam esses serviços.

<sup>95</sup> Para Maurício de Almeida Abreu, houve um “projeto modernizador do século XIX”, baseado na rejeição do passado e na construção da perspectiva sobre o futuro nas cidades, fundado na ideia de superação do que poderia representar atraso, quando se voltou ao passado, o fez “apenas para cimentar a identidade nacional, que estava então sendo forjada”. A seu ver, essa “fé no futuro” teria implicações sobre as reformas urbanísticas que viriam a “transformar diversas cidades brasileiras” no século XX, assimilada por “elites modernizadoras do país, que jamais hesitaram em enfrentar qualquer apego a antigos valores, a antigas ‘usanças’ urbanas” (ABREU, 1998, p.9).

privado da moradia. A tentativa de controle dos espaços de moradia se voltava ao disciplinamento da vida do trabalhador urbano, estendido à fábrica, ao lazer ou à moradia, junto à ideia utópica de uma cidade disciplinar (RAGO, 1995) que teria sido incorporada pelos representantes do Estado. Para Ermínia Maricato, a partir da República teria sido desenvolvido um urbanismo que se consolidaria durante o século XX no Brasil, com uma “modernização excludente, ou seja, o investimento nas áreas que constituem o cenário da cidade hegemônica ou oficial, com a conseqüente segregação e diferenciação acentuada na ocupação do solo e na distribuição dos equipamentos urbanos” (MARICATO, 1997, p.30).

As materialidades da palha e da madeira já eram incompatíveis com esses parâmetros legisladores da cidade, evocativas de uma ancestralidade indígena (FREIRE, 1987). Isso não quer dizer que do ponto de vista das sociabilidades esta segregação se efetivasse concretamente, pois populações pobres e trabalhadores urbanos experimentavam cotidianamente outros espaços da cidade além dos territórios suburbanos em que fixavam moradia. Além disso, na região central da cidade, também se fizeram sempre presentes as moradias de pobres, como afirma a historiadora Francisca Deusa (COSTA, 1999):

O trabalhador e outros segmentos populares habitaram o centro – lugar de ostentação do luxo – e os limites do perímetro urbano. Eles aí se mantiveram na maioria, segregados não do espaço físico, mas da visibilidade pública. As reformas que deram novo visual à cidade por meio de desapropriações, demolições, e a renovação do parque arquitetônico ou os bens culturais, objetivaram suplantar a imagem do atraso e do antiprogresso ligada à pobreza (p.86).

Um evento em específico particularizaria esta atuação disciplinadora do Estado no século XX em Manaus. A dissolução da cidade flutuante, concomitantemente à construção de dois conjuntos habitacionais, teria sido um evento único, nas fontes pesquisadas, de um processo de dissolução de um território, ocupado não apenas por habitações, mas serviços, comércio, espaços de trocas sociais, num complexo situado no espaço urbano central da cidade, sua área nascedouro.

Até o governo militar, neste período em análise, oscilaram no Governo do Estado, Plínio Ramos Coêlho e Gilberto Mestrinho, que comungavam em linhas gerais, das mesmas posturas políticas. Administraram entre os anos de 1955 e 1964.<sup>96</sup> Nesses anos, a incidência de obras saneadoras se não produziu o melhoramento expressivo das condições com que habitavam os pobres urbanos, foi avolumada nos jornais, fortalecendo a retórica de cunho populista desses governantes, especialmente nos primeiros anos de 1960. Plínio Ramos Coêlho, em 1958, expressava o interesse na promoção de obras públicas, “adotando a

<sup>96</sup> Plínio Coêlho nos anos de 1955 a 1959 e 1963 a 1964 e Gilberto Mestrinho nos anos de 1959 a 1963.

experiência já consagrada por outros povos no Brasil e no Exterior”<sup>97</sup>, para o bem estar da população e enriquecimento do Estado. Quanto à economia regional, Coêlho se referia à ampliação de “favores constitucionais conferidos às indústrias nascentes que acaso fôssem instaladas no Estado, em convite, destarte, aos capitais nacionais e estrangeiros que aqui desejassem (...) imprimir novos rumos à nossa economia” (MENSAGEM, 1958, p.8). Gilberto Mestrinho falava de um “Amazonas trepidante despertado com as sirenes das fábricas” (MENSAGEM, 1960, p.6). Nestes anos além do Governo Estadual, a Prefeitura<sup>98</sup> também realizava obras de pavimentação, desobstrução de bueiros, consertos, pontes provisórias de madeira, galerias de águas pluviais, calçamentos, construção de reservatórios e outros serviços triviais de manutenção.

Nas imagens a seguir, veiculadas junto à mensagem oficial de Plínio Ramos Coêlho, de 1957, o registro da transformação empreendida sobre a paisagem a partir da inserção do asfaltamento. As imagens, com finalidade de propagar as ações das administrações públicas, evidenciavam as obras de pavimentação empreendidas em várias localidades da cidade, centrais ou suburbanas.

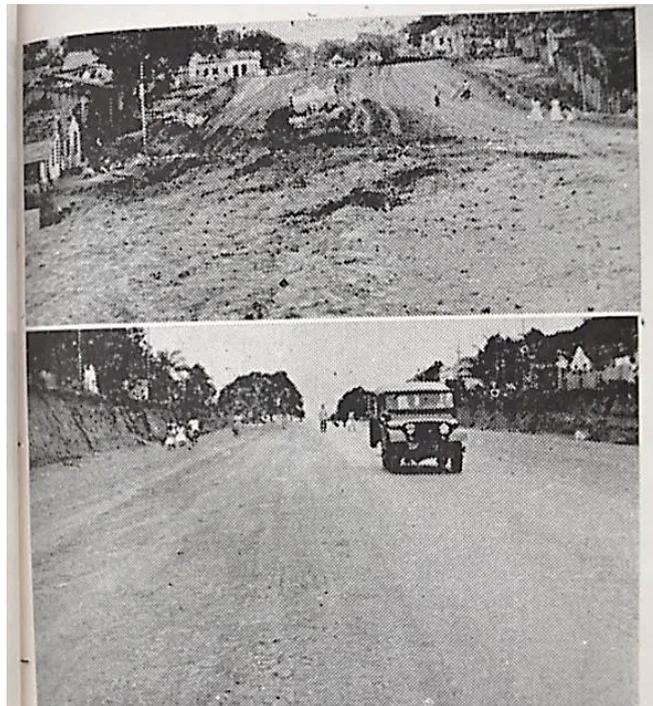


Figura 25 – Legenda: “Dois aspectos da Avenida Ayrão, alargada e retificada pela Prefeitura, permitindo a ligação, por essa artéria, da Avenida João Coêlho com a Rua Major Gabriel” (MENSAGEM, 1957).

<sup>97</sup>Nesta mensagem oficial, foram registradas as obras de pavimentação, somando 24 km, em “rodovias São Raimundo, Educandos, Circular, Raiz e João Coelho”. Também, as obras de arte especiais “ponte em concreto armado sobre o igarapé da Bolívia” e “Ponte em concreto armado sobre o Igarapé da Cachoeirinha” (MENSAGEM, 1958, p.8, 33, 36).

<sup>98</sup> Desde 1922 os prefeitos eram indicados pelos governadores, o que perdurou até 1967, ano em que foi eleito o primeiro prefeito neste recorte temporal da pesquisa (OLIVEIRA, 2003, p.125).



Boeiro da rua Santa Izabel (ligação entre a «curva da morte» e a Ramos Ferreira). Outra obra muito importante da administração trabalhista.

Figura 26 – Legenda: “Boeiro da Rua Santa Izabel (ligação entre a ‘curva da morte’ e a Ramos Ferreira). Outra obra muito importante da administração trabalhista”. (MENSAGEM, 1957).



Início dos trabalhos de drenagem do igarapé da terceira ponte, no verão, a altura da rua Ramos Ferreira

Figura 27 – Legenda: “Início dos trabalhos de drenagem do igarapé da terceira ponte no verão, a altura da rua Ramos Ferreira” (MENSAGEM, 1957).

Para Márcio Souza, com o ingresso de Gilberto Mestrinho no poder, as obras públicas passariam a ter um caráter mais eleitoreiro, “obras de fachada, das ruas asfaltadas com fins eleitorais, das inaugurações e total desconhecimento do planejamento urbano” (SOUZA, 1978, p.150). De fato, a propaganda<sup>99</sup> de sua administração apareceu com frequência nos jornais pesquisados, como a exemplo da manchete de capa do *Jornal do Comércio* de 10 de

<sup>99</sup> Gilberto Mestrinho aparelhou em 1959 um órgão especializado, o “Departamento de Imprensa, Turismo e Propaganda” para “suprir a deficiência no setor da propaganda de nossos motivos, quer de ordem econômica propriamente dita, como o da divulgação de nossas riquezas, provocando a atração de investimentos alienígenas; quer os atinentes aos nossos aspectos específicos, admiráveis e sedutores, como os relacionados com as atividades turísticas”. (MENSAGEM, 1959, p.32). Neste trecho em destaque ele deixa explícito o interesse em se utilizar do aparato propagandístico para a atração de investimentos e turistas. A pesquisa não levantou sobre a atuação deste órgão nem tampouco sobre a relação com uma série de matérias veiculadas no *Jornal do Comércio* sobre a atividade administrativa desse governador, pois foi intensa a propaganda veiculada a seu respeito.

janeiro de 1960, que expunha as obras em andamento na cidade. Segundo a matéria, os subúrbios ganhavam ruas e estradas e o centro da cidade era modernizado. Essa ideia de completude, de que as obras abarcavam todo o espaço urbano, está presente no conteúdo deste texto jornalístico de teor propagandista, do qual se destacam as assertivas (JORNAL DO COMÉRCIO, 09/01/1960, p.5): “asfalto ganha ruas da cidade”, “êsse trabalho de modernização”, “progresso de Manaus”, cidade se desenvolve”, “bem estar coletivo”, “recuperação da cidade diante dos olhos de quantos a visitem”, “moderna maquinaria”, “ruas novas e pavimentadas”, “diariamente movimentando-se rasgando novas ruas, removendo terras”, para citar alguns dos termos usados para designar o que seria a “construção do novo Amazonas”<sup>100</sup>.



Figura 28 – (JORNAL DO COMÉRCIO, 09/01/1960, p.5).

Logicamente havia outras finalidades políticas e interesses de base econômica, para além do aspecto levantado, relativo à ideia de modernidade que se imprimia, junto aos discursos de validação das obras de saneamento empreendidas sobre o espaço urbano nesse momento. O discurso de modernização como atributo aspirado para a cidade, mesmo que para fins eleitoreiros, como criticado por Márcio Souza, está bem marcado nas falas de Gilberto Mestrinho.

<sup>100</sup> Gilberto Mestrinho afirmaria que o “Novo Amazonas não tem liames que o prendem ao dia de ontem. O Novo Amazonas, o Amazonas trabalhista, é o hoje e o amanhã”. (...) O irmão hinterlandino deixou de ser o ‘pobre caboclo’ saindo das páginas da poesia para se integrar à vida econômica e social da terra.(...)...partimos para o tratamento carinhoso, plantando a seringueira, cuidando-a e formando as grandes áreas cultivadas, que multiplica a produção do homem e melhora suas condições de vida. Então, o El Dorado legendário será magnífica realidade”. (MENSAGEM, 1960, p.6,7)



**para juta CEX**  
ante da-  
nes —  
Noticiário

**ASP**  
**abés**

Julho de 1958,  
e o fundam-  
ento (Provisó-  
rio) do car-  
apuro do  
de 22 de no-  
vembro de  
cência, o fun-  
a emção  
quero e mi-  
reção e em-  
ção adjuvni-  
vivo deves-  
re de ven-  
cício de ocu-  
gratifica-  
ta a refor-  
ano extiver

a do tempo do  
do do gra-  
h, dura-  
a, 1958, me-  
do Conselho In-  
a do Conselho In-

**MESTRINHO  
DEFENDE OS  
INTERESSES  
DO AMAZONAS.**

O Governador Gilberto Mes-  
trinho, durante sua permanên-  
cia no Rio, tratou de obter  
com o ministro erúdio a pu-  
blicação da Portaria Ministerial  
que dá nome à Manaus Har-  
bour atende ao aumento an-  
lual concessão aos portuários.  
Lutando assim pela em-  
placação, o Governador  
do Estado, mereo do prestigio  
que desfruta nos altos círculos  
da República, conseguiu que  
se objetivo e luculmente en-  
vies copias de Diário. Ode-  
as partes interessadas, que po-  
derão assim agir dentro da  
lei.

**ZONA FRANCA  
FUNCIONADA**

Outro assunto de real inte-  
resse tratado pelo Governador  
com o ministro Amal Felto-  
re e comerciante Antonio As-  
mar, impulsionado da Zona  
Franca, foi o imediato funcio-  
namento dela.  
Assim o ministro garantiu de-  
clarar imediatamente as me-  
dições necessárias para o  
funcionamento da Zona Fran-  
ca, tendo a certeza também, a  
vista do superintendente-geral  
que estará em atividade.

**POSSIVELMENTE  
DOMINGO**

Em sua fala no dia 27/08/1960, o Governador Gilberto Mestrinho falou sobre a importância da Zona Franca para o desenvolvimento econômico do Amazonas.

**Estrada Manaus - Itacoatiara  
avança para nosso progresso**

As máquinas do Departamento de Estradas de Rodagem continuam trabalhando inten-  
samente na Av. 1 (Estrada Manaus-Itacoatiara). Na foto, um trecho do bomto ca-  
no antigo «Canoeiro», no quilometro 43 da queda rubrica. A administração Gilberto Mes-  
trinho abre caminhos para o progresso do Amazonas.

**PREFEITO & VEREADORES:  
REATAMENTO DE RELAÇÕES**

Figura 29 – Legenda: “Estrada Manaus-Itacoatiara avança para o nosso progresso” (JORNAL DO COMÉCIO, 27/08/1960, capa).

Para desenvolver a ideia de progresso e riqueza, administradores tiveram também que se voltar à pobreza. A respeito da pobreza, nas falas oficiais pesquisadas, foi adotado um senso homogeneizador e restrito, como quando Gilberto Mestrinho a explica, situando-a num ciclo que a seu ver poderia ser rompido com o desenvolvimento econômico propiciado pela produção industrial. O baixo desenvolvimento cultural em sua análise, entendida a cultura no sentido restrito de erudição e educação formal, seria o grande responsável pela baixa produção, pela falta de alimento, pelo surgimento de doenças, conseqüente pobreza, e aí por diante, formando o que ele chamou de “ciclo vicioso” para justificar a pobreza crônica e as dificuldades econômicas pela qual passava o Estado (MENSAGEM, 1959):

O Amazonas está catalogado entre as regiões mais sub-desenvolvidas do mundo. Nós vivemos aqui no autêntico “ciclo vicioso da pobreza”, de que falam os economistas.

Pobres porque temos baixo desenvolvimento cultural, sendo incultos produzimos pouco, produzindo pouco, somos mal alimentados, mal alimentados ficamos doentes e sendo doentes permanecemos pobres.

Este é o retrato fiel da rotina da vida amazonense (p.29).

Em seu discurso, abriria espaço à apresentação de planos de desenvolvimento de base industrial<sup>101</sup>. Alguns dos significados difundidos nessas mensagens oficiais e na imprensa eram postos em relação direta, como a que estabeleceu entre a pobreza, a doença e a falta de cultura. Estes seriam fundamentos, inclusive, para a desqualificação de uma série de

<sup>101</sup> Gilberto Mestrinho falaria em 1959 que seu governo iria “dispensar todo o apêio possível à iniciativa privada, criando condições para o desenvolvimento das atividades atuais, e implantação de novas indústrias”. Também afirmava ser fundamental para o estado atrair indústrias de artefatos de borracha, óleos vegetais, tecelagem de juta. Sua fala gira muito em torno da necessidade de atraírem-se investimentos financeiros de fora da região por meio da propaganda: “Um amplo programa de divulgação de nossas possibilidades econômicas está sendo elaborado a fim de proporcionar aos interessados, do Sul do País e do Exterior, um conhecimento completo das oportunidades que o Amazonas oferece”. (MENSAGEM, 1959, p.32)

experiências do homem com o ambiente amazônico, tomadas como atrasadas ou pouco desenvolvidas.

Não se pode afirmar que essas posturas em defesa do fortalecimento de atividades industriais na região, ficavam restritas à forma de pensar desses administradores, pois é possível considerar que essas ideias circulavam nacionalmente. Leno José Barata Souza atenta para o fato de que mesmo antes da instauração da Zona Franca de Manaus, “a economia da floresta vinha sendo aventada como símbolo do atraso econômico que nunca conseguiu tirar o Amazonas do marasmo em que se encontrava” (SOUZA, 2010, p.328,329), no sentido econômico<sup>102</sup>. Além de discursos anti-extrativistas, desde ao menos a Constituição de 1946, uma série de proposições da Federação aspiravam ao “desenvolvimento econômico” da região por outros caminhos<sup>103</sup> (idem, *ibidem*).

É interessante notar, que no ano posterior à fala em que explica o ciclo da pobreza, em 1960, Gilberto Mestrinho não apenas se coloca em defesa da industrialização do Estado, mas expressa com clareza, o lugar em que situa a população nativa, na condição de trabalhadores em potencial. Assim, oportunamente, polariza imagens relacionadas à sua concepção de atraso, conformismo, tristeza, quando contrasta a temporalidade do “olhar as águas dos rios” ou do “contemplar a floresta”, ou a “matéria imensa” com outras, as quais engrandece, como no caso da floresta “abalada pelos golpes dos machados” ou do Amazonas “despertado com as sirenes das fábricas”, trazendo nas entrelinhas, uma moral<sup>104</sup> a respeito do trabalho (MENSAGEM, 1960):

---

<sup>102</sup> Nota-se que o governo do estado criou nesse final da década de 1950 uma série de empresas estatais para o desenvolvimento econômico regional. Dentre elas, a “ALIMENTAMAZON”, para produção e comércio de alimentos (MENSAGEM, 1957, p.22; JORNAL DO COMÉRCIO, 01/01/1958) e a “PAPELAMAZON” para o “aproveitamento desse potencial imenso”, com a fabricação de papel e celulose (MENSAGEM, 1959, p.31). Na pesquisa relativa ao Estado do Amazonas da série ‘Estudos de Desenvolvimento Regional’ de 1959, promovido pela Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, em que foi feita uma análise da “Política de desenvolvimento do Poder Público”, afirmava-se que “o Governo amazonense está realizando um programa de inversões em setores industriais e de serviços tidos como básicos. Surgiram, dentro desse clima de empreendimentos estatais diretor, a Cimentamazon, Papelamazon e a Alimentamazon, além de iniciativas de menor vulto, com a construção da rodovia Manaus – Itacoatiara e a criação do Banco do Amazonas, todos anunciados como de profunda repercussão no sistema econômico estadual”. (CAPES, 1959, p.102)

<sup>103</sup> Leno José Barata Souza enumera uma série de medidas desenvolvidas desde a Constituição de 1946, enfatizado o artigo 199, que determinava a aplicação de pelo menos três por cento da renda tributária da União na Amazônia, para a execução do plano de valorização econômica da Amazônia. Dentre as medidas enumeradas pelo autor, a criação da Superintendência de Proteção e Valorização Econômica da Amazônica, SPVEA, em que se criou a Lei da Zona Franca de Manaus em 1957 (SOUZA, 2010, p.329).

<sup>104</sup> Para Sidney Chaloub, ao estudar o cotidiano dos populares “despossuídos”, em meio à formulação de uma “ética do trabalho” durante a Velha República, no Rio de Janeiro, tornou-se interesse de grupos de poder após a abolição da escravatura, a educação de recém-libertos, às virtudes da vida tida como civilizada, a fim de adequá-los ao trabalho urbano. A construção da ideologia do trabalho fazia parte de uma “reforma moral”, na qual a ociosidade, ou as experiências particulares de pobres que compunham “classes perigosas”, representava ameaça à vida social urbana, pautada pela produção capitalista. Para o autor, “já que ideologicamente quase se equivalem

Quero um Amazonas verde, não o verde triste da mata imensa, o verde monótono da floresta inaproveitada, mas um verde pintado pela mão do homem que lavra e semeia a terra, que faz crescer a riqueza e torna os povos economicamente fortes.

Quero um Amazonas ativo. Não este Amazonas conformado e conformista que olha as águas dos rios, contempla a floresta e a placidez dos lagos; mas um Amazonas trepidante, despertado com as sirenes das fábricas, transformando as nossas matérias primas, dando trabalho ao braço amazonense, valorizando o caboclo e exportando manufaturas. Que a floresta seja abalada pelos golpes dos machados e das serras, que as árvores também, as jangadas desçam os rios e conquistemos o mercado madeireiro do mundo.

(...)

O Novo Amazonas não tem liames que o prendam ao dia de ontem. O Novo Amazonas, o Amazonas trabalhista, é o hoje e o amanhã. O hoje que vivemos com lutas e sacrifícios, no trabalho indormido pela sua construção e o amanhã, este amanhã radioso que será o orgulho dos nossos filhos (p.6).

No espaço urbano, as obras saneadoras, como abertura de vias, construção de pontes, realização de serviços de pavimentação e outros, materializariam o discurso de modernização desses administradores. Suas premissas foram conjugadas à construção de uma representação do espaço urbano dinâmico e em transformação, no qual o novo substituiria o pré-existente. Para Gilberto Mestrinho (MENSAGEM, 1960):

...especialmente os que vivem nos laboriosos bairros de Manaus. Dezenas de ruas foram abertas e asfaltadas; bairros inteiramente interligados, a cidade cortada de avenidas de lado a lado. Aí estão a Major Gabriel e Japurá e a Ferreira Pena, para citar apenas as maiores, pela movimentação de terras que acarretaram. Quem quer que percorra os bairros de Manaus ou as ruas centrais, como a Eduardo Ribeiro, a Tarumã e outras, sentirá que a capital está ficando bonita o que a Prefeitura em convenio com o Departamento de Estradas de Rodagem está modernizando a nossa cidade (p.9).

A cidade está toda terraplanada e grande parte dela asfaltada; os bairros interligados, melhorando o aspecto urbanístico e social de Manaus.<sup>105</sup>

Nas três matérias a seguir, está presente uma mensagem de aniversário ao governador, de teor populista, propagandista, com os dizeres: “Não somos petebistas, udenistas ou pessedistas. Somos povo. Para nós tu nunca foste um político ou um governador de Estado. Foste sim e continuarás sendo por toda a vida o apanágio do bem, do trabalho e da fraternidade” (JORNAL DO COMÉRCIO, 23/02/1964) e outras duas com um conteúdo de propaganda das atividades governamentais, com base nas ideias de urbanização e modernização da cidade.

---

os conceitos de pobreza, ociosidade e criminalidade – são todos atributos das chamadas ‘classes perigosas’, então a decantada ‘preguiça’ do brasileiro, a ‘promiscuidade sexual’ das classes populares, os seus ‘atos fúteis’ de violência etc. parecem ser, antes que dados inquestionáveis da ‘realidade’, construções ou interpretações das classes dominantes sobre a experiência ou condições de vida experimentadas pelos populares. Estas noções, contudo, não se confundem com a experiência real de vida dos populares, nem são a única leitura possível desta experiência” (CHALOUB, 1986, p.71-80).

<sup>105</sup> “Mestrinho na mensagem de ano novo: balanço do seu primeiro período de governo”. (JORNAL DO COMÉRCIO, 01/01/1960, capa e p.7).



Nas falas em que defendeu a modernização urbana, Gilberto Mestrinho se utilizou de uma imagem determinada de cidade, aquela produzida da alteração da feição do antigo e associada à ideia de beleza urbana e progresso. A concepção do novo era lançada em substituição ao existente. Considerando-se a paisagem de modo integrado à prática cultural, entendida a partir de “seus efeitos e o alcance dessa prática no interior da sociedade” (MENESES, 2001, p.34), a alteração que se empreendia era também sobre a própria sociedade. Na matéria cuja chamada está indicada acima, falou-se sobre o “novo bairro da Raiz”, “já bastante habitado”, uma área que seria afetada pelo plano governamental de “urbanização do subúrbio de Manaus”, com o asfaltamento que melhoraria as condições de transporte, segundo o texto jornalístico parcial ao governo<sup>106</sup>.

Em 1962, as atividades da Prefeitura também ganhavam notoriedade, como as do Governo, nas páginas dos jornais. Em 1964, o primeiro prefeito eleito (em 1962), usou mais de meia página do *Jornal do Comércio* em 1964 para dar publicidade às suas obras (JORNAL DO COMÉRCIO, 23/02/1964):

Antes a rua chamada Igarapé de Manaus era intransitável para os veículos motorizados. Nos dias de chuva, os moradores daquela artéria chegavam as suas casas com certa dificuldade, pulando sobre as poças d'água que se formavam e evitando o lamaçal. O programa de urbanização da cidade, do prefeito Josué Cláudio de Souza, transformou por completo aquela rua que hoje dá trânsito aos carros. As obras ali realizadas embelezaram aquela parte da cidade e valorizaram grandemente os imóveis ali localizados. E até um pequeno jardim surgiu na entrada da rua (p.3).

A habitação era colocada pelos representantes do Governo Estadual, como um problema, dentre os maiores, sendo eles “a casa própria, energia e água” (MENSAGEM, 1960, p.21)<sup>107</sup>. A questão da habitação<sup>108</sup> já aparecia nos discursos, do mesmo modo, relacionada à posse da terra urbana. Gilberto Mestrinho, em 1960, registrou o seguinte comentário em sua mensagem oficial (MENSAGEM, 1960):

O problema da **casa própria** para a classe média e operariado deve ser objeto da preocupação do governante. Em nossa Capital, especialmente, e de maneira particular nos bairros operários, o problema do teto próprio angustia a nossa gente. Analisando detidamente, essa grave conjuntura social, dividi o problema em duas fases: o da terra e o da construção de casas higiênicas e seguras.

<sup>106</sup> Na parte superior desta mesma capa de jornal, verifica-se a manchete “Plano técnico e racional para nossa expansão industrial”. (JORNAL DO COMÉRCIO, 31/08/1960, capa e p.6).

<sup>107</sup> Nota-se que a “casa própria” já seria apresentada como uma solução, como se não houvesse alternativa para o problema da habitação social diferente desta.

<sup>108</sup> A respeito da “construção do lar”, na afirmativa do administrador, a solução para o problema que ele próprio apresentava era a de ativação da olaria do estado para produção de “20.000 tijolos, 10.000 telhas e 500 tubos de manilha”, para barateamento de materiais utilizados na construção de casas na capital. Em 1959 Gilberto já havia se referido à olaria e falado de sua inoperância até aquele momento. Afirmava que “o Governo PLÍNIO COELHO montou a Ollaria do Estado. Iniciativa de vulto e de largo alcance social, a Ollaria, dentro em pouco, estará funcionando plenamente. O meu Governo está dando àquela indústria estatal, a organização capaz de uma grande produção de tijolos, telhas e manilhas, a fim de que possa cumprir inteiramente, os objetivos para que foi criada.” (MENSAGEM, 1959, p.27).

Na questão da terra, distribuímos nesse período, 1.243 terrenos e estamos examinando com o proprietário das terras de Educandos, uma fórmula capaz de o Estado adquire-las e revende-las a longo prazo a seus ocupantes (p.21).

Grifou-se a “casa própria” para dar acento ao que seria já uma concepção generalizada a respeito desta, como sendo uma única linha possível de atuação do governo perante a questão da habitação.

Com uma notícia veiculada no ano anterior, é possível perceber que se tratava de um processo sistemático, o da distribuição de terras públicas. Naquela oportunidade, a Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio - SAIC, estadual, havia realizado “mais uma distribuição de terras”, lotes no bairro de São Jorge, seria a terceira, segunda a nota no jornal. A distribuição priorizou os funcionários públicos estaduais (JORNAL DO COMÉRCIO, 21/08/1959).

Fazendo-se um parêntesis, observa-se que o conflito social pela posse da terra<sup>109</sup> se mostrou fenômeno presente nesses anos. Exemplo foi o caso da área que depois viria a ser nomeada de bairro da Compensa, na região oeste da cidade. Junto à instalação da fábrica de Madeiras Compensadas da Amazônia, em 1959, já havia ocorrido ali, uma ocupação popular sobre terras privadas. A ocupação seria mais adensada após o desalojamento dos moradores da cidade flutuante em finais da década de 1960, que também se fixaram nesta localidade, além de se instalarem em outros bairros e loteamentos empreendidos pelo governo estadual (FIGUEIREDO, s.d., p.20-26) e em áreas de igarapés urbanos, locais que em grande parte, os ex-habitantes da cidade flutuante construíram sua própria moradia.

O Conselho de Segurança es- teve assim constituído: José Teógenes Melo.

Em reunião ontem realizada nos escritórios da I B Sabá & Cia. Ltda, à rua Juilherne Moreira, 265, e convocada pelo industrial Isaac Benedito Sabá, foi constituída a firma Madeiras Compensadas da Amazônia, Companhia Agro-Industrial - «Compensa» - com um capital de 75 milhões de cruzeiros. A novel sociedade que foi de idealização e incorporação daquele comércio industrial, dedicada à fabricação de madeiras compensadas e laminadas.

Essa empreendimento vem sendo estudado há cerca de 3 anos e foi considerado pelo Conselho de Economia Nacional como empreendimento capaz de resolver o problema das madeiras na Amazônia em virtude da grande aptovalta. mento que trará a fabricação de compensadas.

Para aquisição da maquinaria, foi concedido pelo Governo Federal, crédito de 20 milhões de cruzeiros, a ser pago em 20 parcelas de 1 milhão de cruzeiros, a ser pago em fevereiro do corrente ano. As máquinas já foram encomendadas e estão sendo fabricadas na Tencologia, vauela com assistência de nosso técnico.

A fábrica será montada em terreno situado no bairro de São Raimundo, que já foi adquirido e o qual está magnificamente localizado com fácil acesso por água e estrada de rodagem.

Na referida reunião de constituição da companhia, tomaram parte os senhores: Isaac Benedito Sabá, Abraão Sabá, Jacob Sabá, Isaac Benedito, Jorge Aucar, João Braga, Elias Ferreira da Silva, M.F. Chauin, José Ribeiro Soares, Samuel Benchimol, Newton Vitalves, Salomão Benoliel e Leão Cordeiro.

A diretoria da Madeiras Compensadas da Amazônia, Cia. Agro-Industrial, ficou assim constituída:

Presidente - Sr. Isaac Benedito Sabá. Vice Presidente - Sr. Moisés Benarrois Israel. Diretor Gerente - Sr. Abraão Sabá. Diretor Tesoureiro - Sr. Jorge Aucar.

Na mesma Assembléia foram aprovadas as seguintes resoluções: a) aumento de capital de mais 50 milhões de cruzeiros, partilhando assim um capital total de 75 milhões e as ações referentes a este aumento serão lançadas à subscrição pública a fim de proporcionar às pessoas interessadas, da Amazônia, tomarem parte neste empreendimento.

As 20 horas, na sede do Partido teve lugar a Convenção que teve a presidência, inicialmente o deputado Antenor Machado da Silva que iniciou os trabalhos passando a seguir a direção ao sr. Valdeamar Machado da Silva. Couvís Cardelino e padre Manoel Bessa Filho, sendo todos aplaudidos. Um animado baile oferecido aos udenistas de Barcelos, encerrou a bonita festa.

**Dr. Nilson Vasconcelos**  
Olhos - Cúvidas - Nariz - Garganta - Exames - Tratamentos - Operações  
CONSULTÓRIO - Rua Barroso, 82. Das 9 às 11 e das 14 às 18 horas.  
RESIDENCIA - Rua Major Gabriel, 190. Manaus - Amazonas.  
Av. 7 de Setembro, 231 (edifício próprio) - Fone 11-54

**Partido Trabalhista Brasileiro**  
Convocação  
O companheiro FRANCISCO FLÍNIO COELHO, Presidente do Diretório Municipal do Partido Trabalhista Brasileiro, em Manaus, convoca os Diretórios Distritais para a Convocação de escolha dos candidatos à vereança de Manaus que deverá realizar-se no dia 25 do corrente, às 17 horas (Convocação preliminar), e 20 horas (Convocação pública) na sede do Partido Trabalhista Brasileiro, Diretório Regional, sito à Av. Getúlio Vargas, 891, devendo ser representados por dois delegados eleitos por cada Diretório, os quais comparecerão munidos das respectivas credenciais.

Para a Convocação final, às 20 horas do mesmo dia, ficam convidados todos os nichos, trabalhadores, simpáticos e o povo em geral, pois, na oportunidade, em frente à sede, será levado a efeito um comício gigante.

Manaus, 17 de agosto de 1959.  
FRANCISCO FLÍNIO COELHO - Presidente

Figura 33 – Chamada: “Compensa” é a nova empresa amazonense para a exploração de nossas florestas” (JORNAL DO COMÉRCIO, 21/08/1959, p.6).

<sup>109</sup> Penso que esta discussão, a respeito das terras urbanas de Manaus, das sucessões de posse, das implicações sobre o arranjo espacial da cidade, é importante desenvolvê-la em outro trabalho, pois se mantém obscura.

A respeito da relação entre essas obras e a lógica sanitária que incutiam, foi identificada nos documentos, uma série de aproximações. Os conjuntos dos comerciários, bancários<sup>110</sup> e militares no bairro de São Jorge, foram objeto da matéria jornalística sob o título “Impaludismo assola o bairro de São Jorge” (JORNAL DO COMÉRCIO, 20/08/1959). O texto refere-se ao bairro como “novo e ordenado”, de “aspecto alegre, um dos mais bonitos da cidade”. Ainda assim, segundo a matéria, naquela localidade, os moradores davam sinais de que estavam às buscas de “condições mais saudáveis na cidade”, numa associação entre a doença (o paludismo) e aquele ambiente. Apelou-se às “autoridades competentes”, para que tomassem medidas “em defesa do estado sanitário” do bairro, como nota-se neste trecho da matéria (*idem, ibidem*):

...os seus moradores, sobretudo os que habitam o conjunto dos comerciários, vêm contristados, lutando contra o impaludismo que está ali assolando, inclusive resolvidos a abandonares aquele bairro, em busca de condições mais saudáveis na cidade.

Urge, pois, que as autoridades competentes, federais e estaduais, adotem, quanto antes, as providencias cabíveis, em defesa do estado sanitário do populoso bairro de ‘São Jorge’ evitando, assim, que o seu progresso e desenvolvimento sofra solução de continuidade, em benefício não somente de seus moradores, como também da beleza e da graça da nossa Capital.

Os médicos e enfermeiros da Secretaria de Assistência e Saúde – SAS (MENSAGEM, 1959, p.12) faziam caravanas pelos bairros para visitas nas casas e distribuição de remédios. A informação divulgada por meio da imprensa, de atividades da SAS nesse ano, mencionava os bairros de Petrópolis, Raiz, Japiim e Morro da Liberdade como aqueles em que estava “grassando o mal” das doenças epidêmicas, dentre as quais a malária e o impaludismo (JORNAL DO COMÉRCIO, 02/09/1959, p.6).

Identificou-se nessa década de 1960, a atuação da “autoridade sanitária” (MENSAGEM, 1963), agentes voltados à educação sanitária e de uma polícia sanitária, composta por junta médica de saúde e assistentes sociais, que dentre outras atribuições, promovia a vacinação em “áreas de foco de transmissões” (*idem, ibidem*), além de atividades relativas à educação sanitária. Termos como “guardas medicadores”, “evangelizadores do sanitarismo”, e “zonas doentes” e “zonas sadias” (*idem, ibidem*, p.9,10) estiveram presentes nas descrições e comentários oficiais a respeito desses serviços, que aliados às obras de saneamento formariam um conjunto de ações de “medicalização” (CORREIA, 2004) da

---

<sup>110</sup> A esses conjuntos se refere Plínio Coêlho na mensagem oficial de 1964, ao falar da intenção de construção de casas no bairro do São Jorge (MENSAGEM, 1964, p.9).

cidade nesses anos<sup>111</sup>. Sobre as “visitadoras sociais”, funcionárias que faziam a vacinação em bairros, falou Plínio Ramos Coêlho, antes de ser substituído pelo representante do governo militar na administração estadual, em 1964 (MENSAGEM, 1964):

É um corpo de abnegadas funcionárias, que enfrentando o nosso sol causticante, deslocam-se para todos os bairros de Manaus, mesmo aonde não chega o ônibus obrigando-as a viajar a pé, ao longo dos igarapés, subindo e descendo os barrancos, entrando em residências infectas, percorrendo toda a Cidade Flutuante, fazendo levantamentos e cadastrando a nossa população enfêrma (p.39).

Também esse governador pontuou que, em 1963, a vacinação preventiva havia sido realizada ao longo dos igarapés de Manaus, da 2ª e 3ª pontes, de Educandos, do Franco, de São Raimundo e na “célebre Cidade Flutuante”, afirmando ser ali o foco de “tôda uma patologia médica, principalmente das doenças transmissíveis” (idem, *ibidem*). Associando a pobreza daqueles moradores à doença, falava sobre as más “condições de higiene das classes menos favorecidas, numa cidade cujos bairros não possuem esgôtos e muito menos fossas higiênicas com exceção de algumas residências” (idem, *ibidem*).

Desta forma, a preocupação sanitária foi estabelecida como uma das justificativas para as intervenções efetuadas sobre o espaço urbano, sob um discurso absorvido, adotado e repassado de modernidade. As medidas nas quais se propagavam essas ideias, não alteravam mais efetiva e substancialmente as condições precárias de habitações, no centro ou nos bairros suburbanos, estes, os lugares para os quais se dirigiam mais recorrentemente as taxativas de carência de salubridade. Ao se referir a uma dessas “reconstruções” da cidade, afirmou Plínio Ramos Coêlho (MENSAGEM, 1964):

No ano de 1963, realizamos, de uma só vez, a mais completa obra já levada a efeito em bairro da cidade: o de São Jorge, reconstruído inteiramente. Abrimos novas ruas e retificamos o grade de tôdas. O movimento de terra alcançou 23.498m<sup>3</sup>. Foram erigidos 1.150m<sup>3</sup> de muro de arrimo em pedra. Construimos 13.620m de meios-fios e igual extensão de sarjetas, além de 4.200m de canaletas de concreto simples. Os bueiros assentados atingiram a soma de 1.525 metros lineares e as caixas-de-inspeção dos mesmos, em alvenaria de tijolo, perfizeram uma área de 800m<sup>2</sup>. No que diz respeito ao asfaltamento, os serviços compreenderam: a escavação e carga de 143.632m<sup>2</sup> de material (...)  
Enriquecemos Manaus. Aumentamos o patrimônio da Prefeitura. Demos maiores possibilidades de fixação a seus habitantes pela ampliação de seu conforto (p.9,10).

Em várias falas, os administradores se referem às habitações ou bairros pobres, com base na relação entre o ambiente e a insalubridade. A fala de Gilberto Mestrinho de 1961 é exemplo representativo. Dirigida à cidade flutuante, que se tornou objeto das mais diversas análises por parte dos representantes do poder público e da sociedade em geral, os trechos

<sup>111</sup> Em 1965, Arthur Cezar Ferreira Reis, governador que assumiu o governo durante o período da ditadura, afirmaria a respeito da Secretaria de Assistência e Saúde gerida pelos governos anteriores, que “nenhuma ação de saúde pública existia”. (A. C. REIS 1965, p.43)

abaixo destacados sintetizam o juízo que o governo estabeleceu nessa década acerca de tal complexo social. Na associação entre pobreza, doença e contágio, caracterizando aquele ambiente como perigoso e fora de controle, propõe o deslocamento dos moradores e a sua “fixação” em outros bairros da cidade (SALAZAR, 1985):

O aspecto médico-social constituído pela habitação chamada ‘flutuante’, misturada a outra, palafítica, sempre em aglomerados distribuídos as margens sobre as águas que cercam e semicruzam a cidade de Manaus, já atingiu as proporções de grave problema, clamando por providências radicais do poder público, sem que se possa esperar mais tempo para executar um programa assistencial e saneador.

O levantamento desse tipo de habitação acusou a existência de 1389 assim distribuídos; 1260 residências, 83 pontos de comércio e 46 mistos, de comércio e pequenas oficinas. Em todas elas foi comprovada a predominância entre os moradores, de pessoas acentuadamente pobres, sacrificadas, ainda, nas piores condições de saúde. Coexistem, ali, a precariedade de meios de subsistência, a contaminação endemoepidêmica e os mais primários interesses comerciais nem sempre legais.

Enfim, configuram-se nesses aglomerados humanos a mais condenável organização do ponto de vista higiênico, e ao mesmo tempo, um grave foco de degradação da saúde, a irradiar contágio mórbido e a resistir ao trabalho sanitário. A descarga de objetos oriundos do próprio foco polui assustadoramente as águas de que se servem os habitantes e, com isso, um permanente ciclo mórbido de doenças infecciosas e parasitárias agravando sensivelmente o problema de si mesmo agudo dos dejetos residuais oriundos da rede de esgotos.

Afora o aspecto sanitário do problema, existe o social, que só pode ser sanado com o auxílio e a intervenção do poder público. De outro modo jamais se extinguirá o foco, pois ele tende a se renovar e poderia crescer continuamente se não forem tomadas medidas para deslocar os moradores fixando-os em locais adequados, nos diversos bairros de Manaus.

A par do extermínio progressivo do mal, impõem-se a execução de medidas legais necessárias a sua prevenção por cuja falta aliás se originou e a cujo combate e solucionamento se comprometem o poder público obrigatoriamente.

Não há pois, como fugi da gravidade da questão, tornando-se claro a necessidade de construção das referidas habitações, objeto do pedido, como primeira providência para resolver tal problema, similar ao das favelas cariocas (p.77,78)<sup>112</sup>

Com esse texto, solicitava recursos do governo federal para a construção de 500 casas destinadas ao abrigo das famílias que habitavam a cidade flutuante, o que, de acordo como planejou, ocorreria após seu deslocamento. Estabeleceu um paralelo entre a cidade flutuante e as favelas cariocas, que a seu ver pelo menos possuíam um “argumento em parte estético”<sup>113</sup>.

João Pinheiro Salazar verificou a transcrição de partes desse texto do “governo populista”<sup>114</sup> em outro, do governo de Arthur Cezar Ferreira Reis, em específico, seu Plano Bienal de Governo. Do trecho acrescido à fala de Gilberto Mestrinho, alguns dos termos que conferem ao complemento de Arthur Reis o sentido com que leu aquele complexo, e que podem ser por isso, citados neste trabalho, são: “conjunto de mocambos”, “residências

<sup>112</sup> (RAPOSO, Reinvidicações do Amazonas à VI Reunião de Governadores 1961)

<sup>113</sup> (idem, *ibidem*)

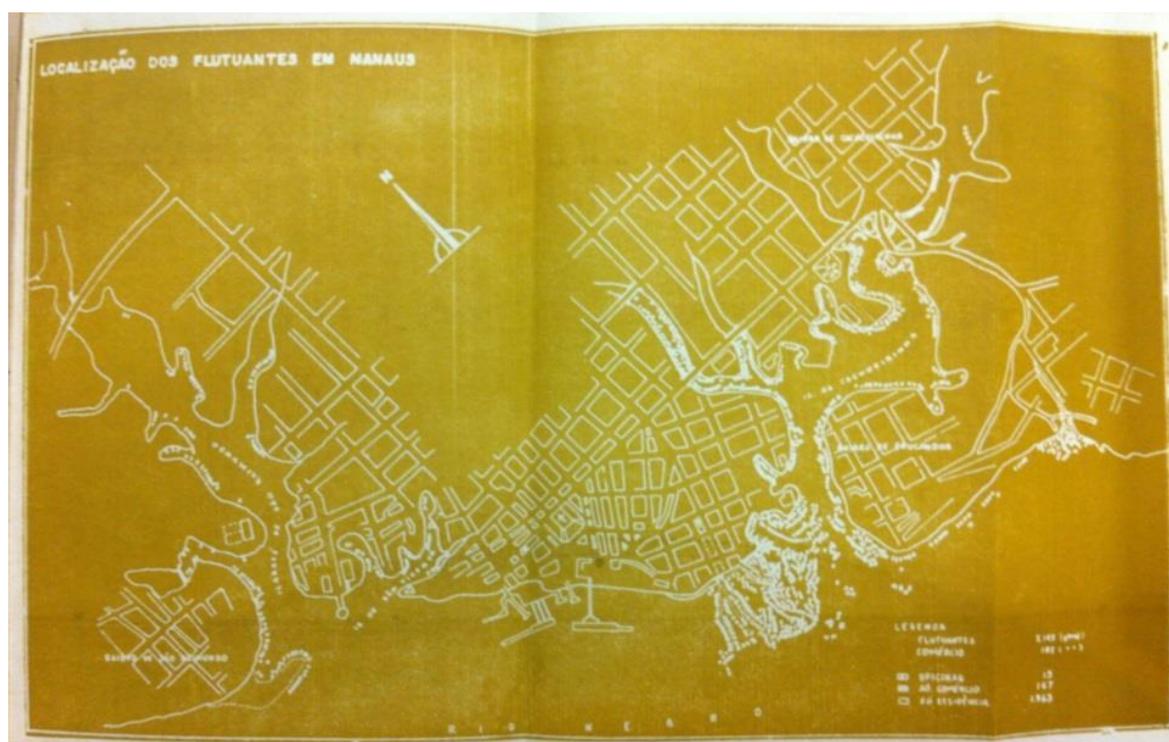
<sup>114</sup> Para João Pinheiro Salazar essas solicitações, embora não tivessem respaldo de estudos ou pesquisas, foram dotadas de bom senso. (SALAZAR, 1985, p.81)

sanitariamente condenáveis”, “foco real de epidemia para toda a população de Manaus e para os próprios moradores” (SALAZAR, 1985, p.80,81).

Nas imagens a seguir, é apresentado o mapa de ocupação de flutuantes e palafitas na extensão beira rio na região sul de Manaus e sua internalização nos igarapés, além da capa de uma primeira pesquisa, publicada em livro, no ano de 1964, da qual foi reproduzido o referido mapa. Na descrição abaixo transposta, contida no relatório da Comissão de Desenvolvimento Econômico do Estado do Amazonas – CODEAMA que havia sido encomendado pela administração de Arthur Cezar Ferreira Reis, uma dimensão de como se tratava esse fenômeno (CODEAMA, 1966):

Em crescimento rápido e desordenado, foram aglomerando-se os flutuantes na periferia do núcleo primitivo existente junto às “pontes”, espraiando-se depois ao longo da faixa litorânea até a entrada do igarapé dos Educandos.

A Cidade Flutuante – objeto de curiosidade turística internacional – não é o único conjunto de flutuantes em Manaus. Dispersos ao longo de dez igarapés e braços de igarapé, que cortam a cidade irregularmente, encontram-se cerca de 1.200 unidades residenciais, construídas sobre bóias, mas pousadas na maior parte do ano sobre o barro ou a lama” (p.6).



Mapa 4 – Localização dos flutuantes em Manaus (SERRA e CRUZ, 1964).

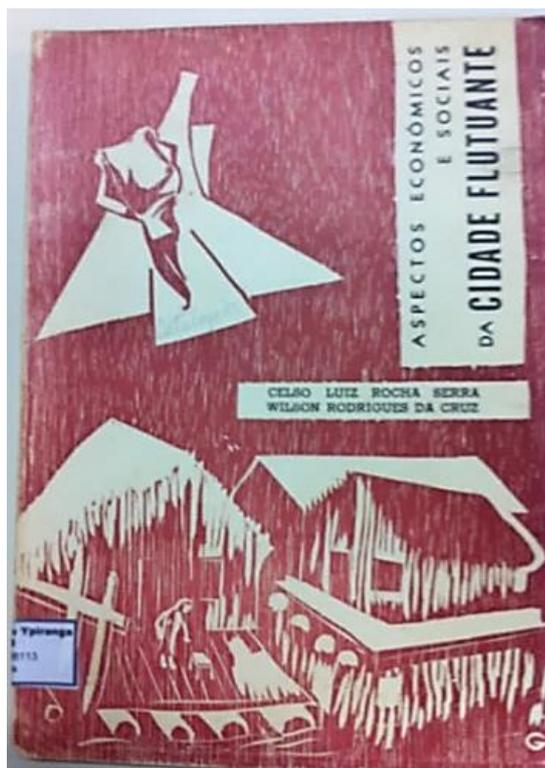


Figura 34 – Ilustração da capa, autoria não identificada. Nela, nota-se a síntese do trabalho e da vivência no ambiente formado pela água, pela madeira e palha, pelas passarelas de conexão e pela engenhosidade das estruturas flutuantes (SERRA e CRUZ, 1964).



Figura 35 - Legenda: "Casas sobre estacas na época de estiagem em Manaus (AM)". Ano: 1965. Autor: Wilson de Souza Aranha. Arquivo virtual: Acervo dos Trabalhos Geográficos de Campo, IBGE.

Na imagem captada por Wilson de Souza Aranha em 1965, a conformação da paisagem em que interagiam as águas e as ocupações beira rio em relação. A pormenorização da anti-higiene de que tratam os discursos oficiais, não comparece nessas imagens panorâmicas, nas quais prevalece a conformação da paisagem icônica da cidade, vista à distância.

A respeito da pobreza urbana, Arthur Reis falou em 1966:

Uma das preocupações do Govêrno relaciona-se com os problemas das classes menos afortunadas que, em verdadeiras romarias de pedintes, procuravam o Palácio Rio Negro para a solução dos seus problemas angustiantes, cingios a características de tôda espécie.

(...)

Vários tipos de financiamentos, sem juros, foram postos à disposição da grande massa menos favorecida, abrangendo, êsses financiamentos, utilidades desde o medicamento e gênero alimentício ao material de construção...<sup>115</sup>

Com o novo governo, em 1965, foram criadas seções de “Estudos e Planejamento e Assistência Social e Educação Sanitária” na estrutura da administração estadual, além de ter sido mantida a atividade do setor de Engenharia Sanitária, para o “supervisionamento de todos os assuntos relacionados com saneamento do ambiente” (MENSAGEM, 1966, p.38). As atividades incluiriam a análise de projetos técnicos de edificações, em que eram avaliadas soluções adotadas para as instalações prediais, dentre as quais “iluminação, hidráulica, destino dos dejetos, instalações dos serviços de águas e esgôtos” (idem, *ibidem*), além de tipos de habitação e poluição de cursos d’água. Havia um crivo técnico, neste momento, para avaliação de projetos aptos à implantação na cidade, necessariamente precedidos por outro trabalho técnico, o de arquitetos, engenheiros ou projetistas.<sup>116</sup>

O contexto de transição de processos baseados em uma economia extrativa para uma industrial já contaminava a fala de Arthur Cezar Ferreira Reis, em 1965, para quem era urgente e necessária a “implantação do parque industrial” de Manaus. Com um discurso em defesa dessa industrialização, ele argumentava, com base na previsão de criação de empregos, atração de capital e de técnica avançada para a região. Arthur Reis seria um dos “porta-vozes” do interesse de ocupação territorial da região, certo de que para tanto, seria necessário à execução de “programas de desenvolvimento”. Eles aparecem em seus argumentos, como equivalentes à fusão das fronteiras política e econômica da região em relação ao país (REIS, 1965, p.13). Neste contexto, defenderia a “política rodoviária” implantada pelo governo para a interligação e conseqüente ocupação regional. Uma visão extremamente otimista, o fazia idealizar os efeitos da atuação da administração militar em âmbito regional (idem, *ibidem*):

Com o Movimento de 31 de março de 1964, iniciou-se uma éra de trabalho e de restauração da dignidade administrativa (...) As rendas públicas crescem. A estrada Manaus – Itacoatiara, a primeira que se inaugura no Estado, está em funcionamento. Os edifícios públicos que se desgastaram, estão recuperados. Uma Reforma

<sup>115</sup> Das várias formas de auxílio registradas do ano de 1965, em que se dava continuidade às atividades de assistência por parte do governo, constava a doação de materiais de construção, telha, palha, tijolo e zinco, o que de certo modo informa sobre a materialidade das construções de casas por populares neste ano (MENSAGEM, 1966, p.70).

<sup>116</sup> Em 1966 o governador deixou registrado em sua mensagem a respeito do “problema insolúvel de saneamento em Manaus” (MENSAGEM, 1966, p.53).

Administrativa entra em execução, possibilitando novas diretrizes à ação governamental. O Plano Bienal de desenvolvimento do Estado está em execução. Foram aumentados os vencimentos dos servidores ativos e inativos. Três novos Ginásios em Manaus começaram a funcionar. A rede escolar foi aumentada. Uma Companhia de Telecomunicações e outra de Habitação também principiaram a atuar nos seus campos próprios (p.94,95).

É a partir da década de 1960 que o Estado passa a impulsionar a “integração” amazônica, entendendo-se ter sido este movimento, uma tentativa de se fazer a região ingressar em um processo de desenvolvimento econômico, como havia sido pensado para todo o país nos anos da “era Juscelino Kubitschek”<sup>117</sup>.

A vinda de indústrias para Manaus, juntamente com todo um conjunto de mudanças expressivas no espaço urbano da capital, seria um marco de finais da década de 1960. Com a instauração da Zona Franca de Manaus em 1967, junto aos programas governamentais de integração<sup>118</sup> desta região, econômica e territorialmente, seriam dadas na cidade, transformações gradativas, em se tratando dos fluxos, da paisagem, das sociabilidades, do ritmo da vida local, enfim. Ao explicar a instituição da Zona Franca de Manaus, Marcelo Seráfico afirma que aspectos mais conjunturais, dados principalmente pelo interesse do governo militar em ocupar essa “região despovoada”, foram os que mais influíram nas medidas que desde então estiveram voltadas à atração de investimento nacional e estrangeiro e força de trabalho para a região, imprescindíveis para a dinamização das forças produtivas locais, objetivando instaurar na região condições de “rentabilidade econômica global” (SERÁFICO e SERÁFICO, 2005).

Márcio Souza assim se referiu aos privilégios para a instauração da Zona Franca de Manaus, dentre os quais citou a mão de obra barata e a legislação de incentivos e isenções, que influíram no investimento de empresas que se instalaram no estado, investindo pouco e lucrando muito (SOUZA, 1978):

Ela foi criada como um instrumento integracionista, num momento de ascendência do comércio internacional de hegemonia dos Estados Unidos sobre outras nações capitalistas.

(...)

A Zona Franca, com sua estratégia ligada às multinacionais, ao comércio de importação e ao modelo agropecuário, abre ainda mais a região ao exterior, promovendo uma economia dependente, altamente espoliadora e prejudicial (p.157).

<sup>117</sup> Para Thomas E. Skidmore foi um período de grande crescimento econômico em todo o país, de sete por cento ao ano, com grande incentivo ao setor industrial. O mercado interno, a capacidade produtiva em determinadas áreas vitais, o investimento de empresariado estrangeiro, somados ao “dinâmico papel do governo Kubitschek”, que buscava o maior crescimento possível com o estímulo da “expansão tanto do setor público como no setor privado”, explicariam os elevados índices de crescimento da economia nacional. (SKIDMORE, 2010, p.203)

<sup>118</sup> Arthur Reis muito falaria sobre “o dilema ou o desafio brasileiro da atualidade (...) ocupar a Amazônia” (OCUPAÇÃO DO AMAZONAS. Manaus Zona Franca. s.d., p.127) A esse respeito também ver (OLIVEIRA, 1988).

Nas palavras do ministro do trabalho entre os anos de 1967 e 1969, Jarbas Passarinho, quando da instauração da Zona Franca de Manaus, a ênfase recaía no aspecto produtivo da indústria que se instalava na cidade: “fábricas e indústrias em geral, de aproveitamento dos recursos locais, surgem com tal frequência que já se nota a radical modificação da fisionomia do velho e místico ‘Inferno Verde’” (PASSARINHO, 1971, p.19).



### Milhões para colonização

Manhã de ontem o dr. Neper Antony, em nome da SUDAM entregou ao Governador Danilo Azevedo um cheque de NCr\$ 245.500,00 para o Estado empregar em Plano de Colonização elaborado pela Secretaria de Produção. O convênio respectivo já fôra assinado, conjuntamente com apreciação do Pl.no elaborado pelo agrônomo José Leite, para ocupação de terras na área do Rio Preto, servida pela Rodovl. "Torquato Tapajós", por determinação do Secretário de Produção, dr. Hugo Brandt. A foto fixou o momento em que o chefe do Escritório local da SUDAM entregava ao Governador o cheque, vendo-se presentes o Deputado Federal José Lindoso, o coronel Manoel Igrejas Lopes, representantes da SUDAM na Guanabara, e o comandante Peres, da Marinha de Guerra brasileira, que presbiçaram o ato.

COMPANHIA DE ELETRICIDADE

Figura 36 – (JORNAL DO COMÉRCIO, 11/04/1968).

O governo divulgava mais ampla e sistematicamente o Estado do Amazonas, a fim de atrair investimentos externos. Na publicação levantada, de 1969, do Governo do Estado, a chamada “Venha investir no Amazonas”, se unia à tentativa de se construir uma imagem de progresso e de oportunidades de lucro para os que aqui investissem, visando “a grande integração” territorial. Deste livreto, destacam-se as afirmativas “Amazonas – nem inferno nem paraíso: simplesmente uma verdade que se impõe”, “o Amazonas é também um convite”, “Convite para investimento de capital”, “oferecendo o Amazonas”, como complementos ao argumento de que havia total condição de infraestrutura para o progresso da região (AMAZONAS, 1969):

...com absoluto sucesso, a prática de uma política desenvolvimentista para o Amazonas, principalmente se levados em consideração os incentivos fiscais e as vantagens que o poder público, quer estadual, quer federal, vem oferecendo...(p.24).

A única imagem veiculada nesta publicação contém a paisagem da área mais antiga e tradicional da cidade. Interessante contraponto ao discurso desenvolvimentista e progressista como foi apresentado o Estado aos possíveis investidores. Ribamar Bessa Freire, a respeito da

instauração da ZFM, nos informa ainda mais sobre a imprevisão com que essas indústrias foram sendo implantadas, afetando o espaço urbano da cidade (FREIRE, 1987):

A criação da Zona Franca de Manaus (ZFM) em 1967 implantou um modelo econômico baseado na exploração da força de trabalho barata amazonense, na concessão de incentivos fiscais pelo Estado a grupos privados nacionais e multinacionais, na isenção de impostos, na transferência de lucros acumulados para fora do Estado sem reinvestimento produtivo, e criou para tanto um Distrito Industrial, onde se concentram as novas indústrias, cuja produção é destinada ao mercado externo e não utiliza nenhuma matéria-prima regional.

Com a ZFM, Manaus inchou, espreado-se em todas as direções e invadindo o espaço da floresta. A população pulou de 200 mil habitantes nos anos 60 para 953.307 em 1980, de acordo com o IX Recenseamento Geral do Brasil (1980)... (p.60)

A ideia de crescimento é reforçada por Márcio Souza (SOUZA, 1978):

Com o advento da Zona Franca, a cidade vazou para todos os lados. Os administradores, mesmo reconhecendo o problema, não encontraram meios de evitar os estilhaços. O número de veículo aumentou dezenas de vezes e os serviços básicos de luz, esgotos, calçamentos, pavimentação, e até a entrega de correspondência, continuam restritos à fronteira de 1910 (p.163).

Nas revistas publicadas pelo Governo Federal, para fins propagandísticos principalmente, das três que foram consultadas, as imagens são esvaziadas de sentidos sociais ou culturais, a partir da vinculação feita aos textos e legendas veiculados. Era importante que as legendas fossem também apresentadas, para que o sentido atribuído ao progresso pudesse ser concebido com o significado que o governo militar pretendeu transmitir.

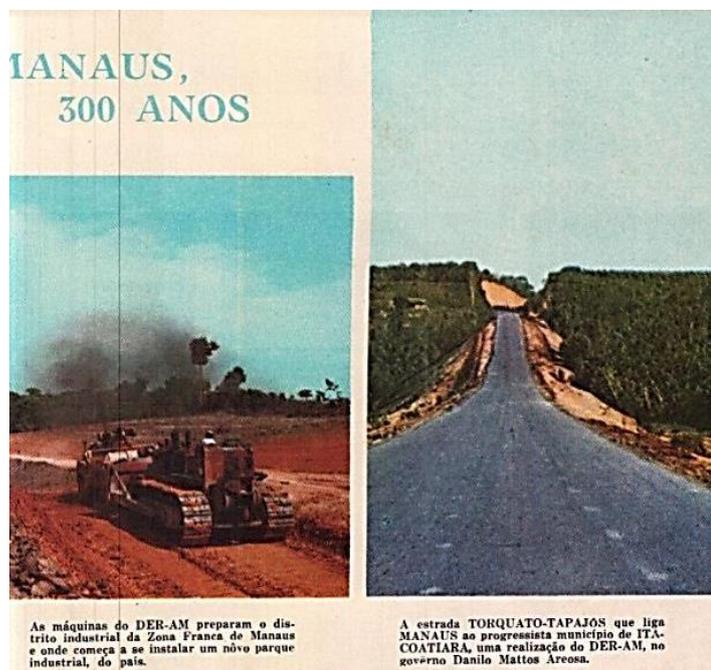


Figura 37 – Legendas: “As máquinas do DER - AM<sup>119</sup> preparam o distrito industrial da Zona Franca de Manaus e onde começa a se instalar um novo parque industrial do país” e “A estrada TORQUATO-TAPAJÓS que liga MANAUS ao progressista município de ITACOATIARA, uma realização do DER – AM, no govêrno Danilo Mattos Areosa” (OCUPAÇÃO DO AMAZONAS, s.d.).

<sup>119</sup> Departamento de Estradas e Rodagens.

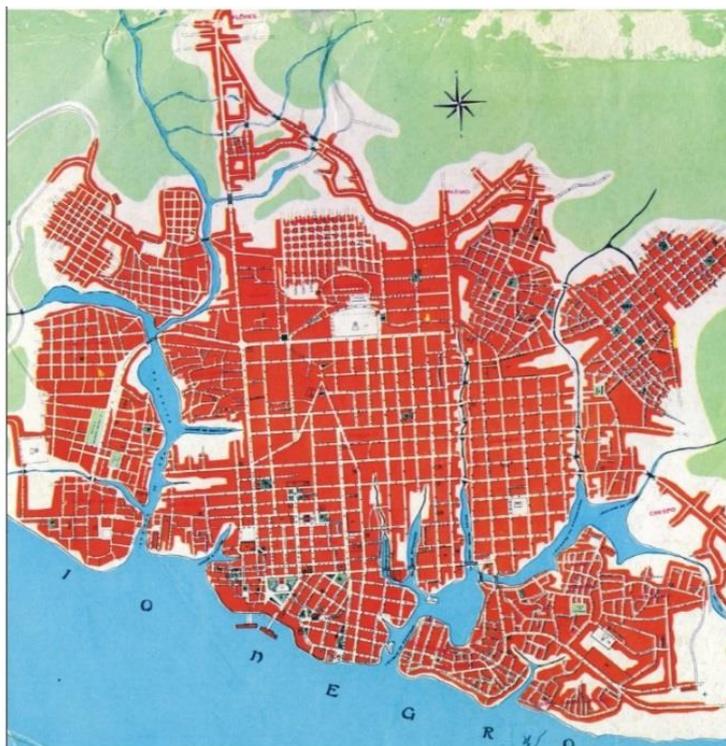


**A criança de hoje contempla a passagem do progresso rumo ao setor de indústrias da Zona Franca, uma antevisão do futuro grandioso do Amazonas.**

Figura 38 - Legenda: “A criança de hoje contempla a passagem do progresso rumo ao setor de indústrias da Zona Franca, uma antevisão do futuro grandioso do Amazonas”. (OCUPAÇÃO DO AMAZONAS, s.d.)

Transformações sócio espaciais significativas foram experimentadas no espaço urbano da cidade e a expansão mais expressiva de seus limites físicos seria processada mais rapidamente do que até então experimentado. O processo com que se deu a instauração da Zona Franca de Manaus, em 1967, durante o governo militar, atrairia algumas indústrias a princípio, e uma população migrada de trabalhadores. Não apenas o adensamento urbano e a presença da indústria, mas outros elementos influiriam mais diretamente na atuação do governo local junto à produção da moradia, especialmente sob a influência de medidas adotadas pelo governo militar a partir de 1964, com a instauração do Sistema Financeiro de Habitação - SFH.

Após 1967, uma série de novos bairros foram sendo conformados no espaço urbano, dentre os quais é possível mencionar o bairro da Compensa, Coroado, Redenção, Vila da Prata, Alvorada, Japiinlândia e União, todas ocupações decorrentes desse processo.



Mapa 5 – Legenda: “Planta da cidade de Manaus, 1969. Administração Dr. Paulo Pinto Nery”. (OCUPAÇÃO DO AMAZONAS, s.d.)

É importante que seja mencionado que a Prefeitura aprovava, nesse ano de 1967, o novo código de posturas do município<sup>120</sup>, com uma série de normativas em matéria de higiene, ordem pública, da polícia de costumes, como nos artigos abaixo destacados:

Art. 65º - Não serão permitidos banhos nos rios, córregos ou lagoas do Município, exceto nos locais designados pela Prefeitura como próprios banhos ou esportes náuticos.

Art. 159º - Os terrenos da zona urbana serão fechados com muros rebocados e caiados ou com grades de ferro ou madeira assentos sobre alvenaria, devendo em qualquer caso ter uma altura mínima de um metro e oitenta centímetros.

Art. 171º - Nenhum estabelecimento comercial ou industrial poderá funcionar no Município sem prévia licença da Prefeitura (...)

Art.177º - O exercício do comércio ambulante dependerá sempre de licença especial, que será concedida em conformidade com as prescrições da legislação(...)

Muitas das restrições do código eram voltadas à presença do aparato industrial na cidade e às práticas comerciais intensificadas nesses anos, porém, o caráter restritivo às ocupações urbanas afetariam também as habitações de populares. Neste contexto particular em análise, em Manaus de finais da década de 1960, o disciplinamento de habitações urbanas pelo poder público ganhou materialidade. No recorte temporal da pesquisa, nenhum outro evento do porte e significado do desmanche da cidade flutuante foi identificado, envolvendo o deslocamento compulsório de número expressivo de populares. A remoção dos habitantes da cidade flutuante justificaria a implantação do primeiro conjunto habitacional horizontal na

<sup>120</sup> Lei nº. 988 de 17 de novembro de 1967.

cidade em um processo que conjugou o desmanche, a implantação de conjuntos, e uma postura governamental saneadora. Nesta intervenção gerida pelo Governo Estadual durante a administração de Arthur Cezar Ferreira Reis, entre os anos de 1966 e 1967, em que começava a aventar-se a adoção de medidas de planejamento urbano à cidade, a dissolução da cidade flutuante foi um processo que embora tenha sido associado à implantação de conjuntos habitacionais modelares, dos bairros de Flores e da Raiz, não os ajustou qualitativa e quantitativamente aos habitantes que deveriam abrigar (SALAZAR, 1985).

## **2.2 Sobre a promoção estatal de habitações em Manaus, de 1958 a 1967.**

Os apartamentos do conjunto habitacional Juscelino Kubitschek, as casas do bairro de São Jorge, no Japiim e na colônia agrícola Cláudio Mesquita, foram as unidades habitacionais identificadas na documentação, cuja realização ocorreu com a participação do poder público local, especialmente do Governo Estadual, entre os anos de 1943 e 1958 em Manaus. Somadas às ações desenvolvidas nos programas assistencialistas desses anos, foi possível uma aproximação do produto da atuação do Estado junto à habitação de populares na capital.

Até a implantação do conjunto habitacional do bairro de Flores<sup>121</sup> e do conjunto Costa e Silva, no bairro da Raiz, não houve outra realização igual, do ponto de vista da rearticulação que esses conjuntos viriam a fazer em um território urbano de populares, neste caso, a cidade flutuante, e na própria cidade como um todo. Com a criação do Banco Nacional da Habitação, e a Companhia de Habitação do Amazonas, as bases de atuação governamental seriam alteradas, como o foram em outras cidades brasileiras.

A apropriação de discursos em defesa da facilitação do acesso à habitação a pobres urbanos foi algo presente nas falas de representantes do governo, também nos jornais. Identificou-se em discursos e ações governamentais, uma preocupação bem mais detida à determinação do lugar desses habitantes pobres no espaço social na cidade. Mesmo que numericamente as intervenções realizadas para implantação de unidades de habitação neste período tenham sido menos expressivas que as realizadas a partir dos anos de 1970, quando o sistema de financiamento da habitação já estava absorvido e enraizado como prática, este recorte temporal contém alguns eventos importantes, relacionados à implantação dos primeiros conjuntos habitacionais para abrigar parte dos moradores da cidade flutuante recém-

---

<sup>121</sup> Informação contida na listagem cedida pela Superintendência Estadual de Habitação, com o registro dos conjuntos habitacionais construídos entre os anos de 1967 e 2011 em Manaus. Na listagem anexa (ANEXO I) o Conjunto de “Flores”, aparece como tendo sido erguido em 1967, pela construtora “Flávio Espírito Santo”.

dissolvida. Este evento é identificado nesta pesquisa como de bastante significado para o tema que ela aborda.

Nos discursos oficiais, a olaria do governo do estado permanecia como alternativa à produção de material para construção de habitações, embora não tenha se identificado nenhum registro a este respeito além das falas oficiais. Em 1959, Gilberto Mestrinho reafirmava que havia sido uma “iniciativa de vulto e de largo alcance social, a Olaria<sup>122</sup>”, e garantia neste ano que essa “indústria estatal” funcionaria plenamente, para a produção de tijolos, telhas e manilhas (MENSAGEM, 1959). A partir de 1964, essa indústria seria voltada prioritariamente à produção de material para venda, sendo alterada a finalidade de viabilizar o barateamento da construção de habitações para populares. E mesmo em 1967, Danilo Duarte de Mattos Areosa falaria: “OLARIA DO ESTADO, cuja reestruturação será efetivada para que possam cumprir suas finalidades sem maiores ônus para os cofres públicos” (MENSAGEM, 1967, p.13).

Na mesma fala de 1959 de Gilberto Mestrinho, constam os termos “questão da casa própria” e “teto próprio”, como um dos problemas sociais do “povo”, o que denota a incorporação de sua parte, possivelmente de outros representantes do poder público também, dessa forma de atuação frente à habitação social (MENSAGEM, 1960, p.21, 27). Adotar tal postura significava abrir mão das habitações de aluguel e de alternativas possíveis, concebendo o financiamento público para aquisição ou construção da casa, como caminho único para os governos, pensado para a habitação da população urbana. O financiamento tornou-se fundamental para concretização desta lógica de o Estado viabilizar o acesso à habitação por meio da aquisição, da compra da casa própria, aos habitantes urbanos.<sup>123</sup> A maior parte da bibliografia levantada atribui às medidas instauradas pelo governo militar a partir de 1964, o fortalecimento do mercado de moradias no Brasil, pelo objetivo com que seus programas se voltaram a “tornar cada trabalhador um proprietário” (BONDUKI e ROLNIK, 1982, p.150).

O Departamento de Assistência e Previdência Social – DAPS dava sinais de inoperância nesse segmento de produção da habitação e, até 1964, nada foi encontrado, na

<sup>122</sup> A Olaria estado ficava situada em ‘Puraquequara’, segundo o fotógrafo Hamilton Salgado. O acesso ao local se dava prioritariamente por via fluvial.

<sup>123</sup> A respeito da regulação do livre mercado de alugueis em 1942, operada durante a primeira administração de Getúlio Vargas, e considerando a ausência do Estado para atuar junto a moradia popular nos anos de 1940, Ermínia Maricato comenta que “nem o mercado privado respondia às demandas por moradia, já que a oferta de habitação de aluguel declinava, nem o Estado cumpria sua promessa de resolver o problema. As alternativas encontradas pela população trabalhadora e pela massa pobre que vinha para as cidades liberaram capitalistas e Estado da solução do problema. Um verdadeiro ardil foi o que significou o desestímulo à moradia de aluguel e sua substituição pela exaltação às virtudes da casa própria(...)” (MARICATO, 1997, p.36, 37)

documentação pesquisada, além dos serviços assistencialistas por parte dos governos locais. Plínio Ramos Coêlho afirmava que havia reformado este Departamento, “amparando aposentados, abrindo clareiras de esperança às viúvas, órfãos e funcionários, oferecendo recursos” para que eles obtivessem a “casa própria” (MENSAGEM, 1964, p.21). Ele falava de suas pretensões de realizar a construção de casas no São Jorge, que parece ter sido uma área bem visada pelas administrações nos anos de 1950 e 1960 (idem, *ibidem*):

Enriquecemos Manaus. Aumentamos o patrimônio da Prefeitura. Demos maiores possibilidades de fixação a seus habitantes pela ampliação de seu conforto. E tencionamos na área que retomamos ao IAPB e IAPC<sup>124</sup>, construir 500 casas, em continuação ao conjunto JOÃO GOULART. Concluído o bairro de São Jorge, iremos por etapas, aos demais bairros, ajudando o chefe da Comuna de Manaus, de acôrdo com as nossas possibilidades (p.9).

Neste mesmo ano de 1964, em que o posto de governador seria ocupado por Arthur Cezar Ferreira Reis, com o governo militar, é criado o Sistema Financeiro para aquisição da casa própria e o Banco Nacional da Habitação – BNH.<sup>125</sup> Com esse novo sistema o governo militar adotou uma linha de ação centralizadora, na qual a produção da habitação ocorreria seguindo uma conotação empresarial. Para tanto, tomou discursivamente a questão da habitação social como “matéria técnica”, objeto pretensamente racionalizado, onde “o importante era encontrar a combinação ótima de fatores, em solução politicamente neutra. O desenrolar da política mostraria quão irrealista era tal proposta” (AZEVEDO e ANDRADE, 1982, p.39).

Centralizou-se no Banco Nacional de Habitação<sup>126</sup>, em 1964, a institucionalização e a difusão dos financiamentos para a construção da moradia popular, que passava a ser classificada e produzida de modo balizado pela lógica do custo e do lucro do setor produtivo. De modo relacionado, seu delineamento foi condicionado ao valor das prestações advindas do endividamento contraído pelo comprador da casa própria. Essa capacidade de consumo da casa, ou a estratégia de viabilizar a casa própria a populares por meio da compra, limitou o acesso de grande parcela da população à moradia, promoveu o crescimento de construtoras e a especulação do solo urbano, além de não ter desestimulado processos de autoconstrução nas cidades em expansão. Estas iniciativas de construção foram a alternativa de populares para sua acomodação nas cidades. Segundo o sociólogo Gabriel Bolaffi (BOLAFFI 1982):

Desde sua constituição, a orientação que inspirou todas as operações do BNH foi a de transmitir todas as suas funções para a iniciativa privada. O banco limitava-se a arrecadar os recursos financeiros para em seguida transferi-los a uma variedade de

<sup>124</sup> Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Bancários e Comerciários.

<sup>125</sup> Além das Sociedades de Crédito Imobiliário, as Letras Imobiliárias, o Serviço Federal de Habitação e Urbanismo - SERFHAU. (Lei n°. 4.380, de 21 de agosto de 1964).

<sup>126</sup> Lei n°. 4.380, de 21 de agosto de 1964.

agentes privados intermediários. Essa orientação foi tão marcada que, até recentemente, as prefeituras que sentiam necessidade ou que eram compelidas por lei a elaborar planos urbanísticos para os seus municípios, só podiam se qualificar para a obtenção de empréstimos junto ao Serviço Federal de Habitação e Urbanismo, se a elaboração dos referidos planos fosse confiada a empresas privadas (p.53).

Com a criação do BNH, nesse cenário administrativo centralizador, o governo federal passou a interferir mais sistematicamente na “variável intra-urbana”, ou seja, dos municípios, controlando a oferta pública de habitação e o fornecimento de saneamento básico, também com uma política fiscal central, que passou a conduzir a realização de muitos dos serviços públicos locais (REGIONAL, 1994, p.15).

O sociólogo Gabriel Bolaffi afirma que a ideologia da habitação popular foi configurada no Brasil a partir da formulação de um “falso problema”, cuja resolução esteve intrinsecamente relacionada ao financiamento público da produção privada da moradia, pela indústria da construção no século XX, ao que representou a aquisição da casa própria incentivada pelo Estado, sem, no entanto, ser configurado como um real aumento da produção, ou do acesso à moradia por camadas pobres (BOLAFFI, 1982, p.43).

O financiamento ao produtor e não ao usuário, modo com que foi racionalizado o sistema do Banco Nacional da Habitação, excluiu a população que não tinha a renda mínima para acessar os bens, com isso, uma grande parcela da população deixou de ser atendida, passando a empreender a construção de sua moradia. “Estes tiveram que edificar por sua própria conta, sem medir sacrifícios, pagando juros altos e custos exorbitantes, pois não contavam com o financiamento público” (BONDUKI, 2011, p.319,320).

Vinculada a esse sistema, em 1965, foi criada a Companhia de Habitação do Amazonas, para “estudar as questões relacionadas com a habitação de interesse social e de executar as suas soluções, de acordo com as diretrizes e normas da Lei Federal n<sup>o</sup> 4.380”<sup>127</sup>, com que havia sido criado, no ano anterior, o Banco Nacional da Habitação. As atividades relacionadas à COHAB – Am<sup>128</sup>, contariam com um capital inicial de cem milhões de cruzeiros, do qual 51% deveriam ser advindos de contribuição do governo estadual e o restante dos recursos, dos municípios e do “público”. Anualmente, os recursos estaduais para a referida companhia, deveriam ser de 3% da sua receita<sup>129</sup>.

<sup>127</sup> Lei n<sup>o</sup>. 226 de 27 de junho de 1965.

<sup>128</sup> As Cohabs eram sociedades de economia mista, sobre as quais os governos estaduais ou municipais detinham controle acionário, podendo haver participação privada sobre suas ações financeiras, embora fossem controladas pelo setor público. Os projetos realizados via COHAB, deveriam ser aprovados junto ao Banco Nacional da Habitação – BNH e complementados financeiramente com investimentos públicos, estaduais ou municipais (AZEVEDO e ANDRADE, 1982).

<sup>129</sup> Na primeira lei, seria uma contribuição de 0,25%. Lei n<sup>o</sup>. 431, de 06 de julho de 1966.

Com a organização administrativa e a estrutura de funcionamento da Companhia de Habitação, seriam criadas normas próprias, como da permissão do poder executivo e da Companhia, de “assinar convênios ou contratos com entidades públicas ou privadas para a obtenção ou garantia de financiamento ou de quaisquer operações de crédito”<sup>130</sup> destinados à realização de suas finalidades. Para a sua concretização, o executivo poderia doar bens móveis ou imóveis, desapropriar por utilidade pública, ter isenção de impostos e taxas, dentre outros artifícios. O objetivo fim da COHAB – AM, seria a “construção de habitações de baixo custo, destinadas às famílias de menor poder aquisitivo, facilitando a compra da casa própria – PLAHAP – Plano Nacional de Habitação Popular” (SALAZAR, 1985, p.160).

Em 1966, Arthur Cezar Ferreira Reis evidenciou em suas palavras, o estreitamento entre as práticas governamentais locais e as premissas estabelecidas pela política nacional de habitação do governo militar, mesmo porque era, ele próprio, representante desse mesmo governo (MENSAGEM, 1966):

A política habitacional do Estado do Amazonas afina-se dêsse modo, com a do Governo Federal, na busca para a solução de tão grande e urgente problema social do nosso país. Enquadramo-nos às regras do SERFHAU<sup>131</sup>, que é o órgão da União constituído para unificar, organizar e pesquisar o problema no âmbito nacional, assessorando o BNH no contrôle, normalização e fiscalização técnica das COHABS (p.70).

Nessa administração, particularmente, se dá a incorporação de um discurso técnico a respeito não unicamente do projeto da habitação promovida pelo Estado, mas também da própria cidade, objeto do planejamento técnico-urbanístico. Danilo Areosa, sucessor de Arthur Reis, falaria do “projeto realizado por escritório especializado em problemas habitacionais e urbanísticos” e em um “**urbanismo devidamente planejado**”, ao se referir aos projetos do conjunto habitacional da Raiz e do Plano Diretor (MENSAGEM, 1967, p.9).

A contratação de arquitetos para elaboração do Plano Diretor da Cidade em 1965 constituiu uma primeira medida, desde as intervenções realizadas em finais do século XIX e início do século XX, dirigida ao planejamento urbano da cidade. Teriam sido os arquitetos Luiz Carlos Antony e Fernando Pereira da Cunha os contratados para o serviço. Dentre algumas das medidas pensadas pelos técnicos, estava duas barragens nas bocas dos igarapés do Educandos e de São Raimundo, que conteriam suas águas permanentemente para a formação de lagos. Com as barragens, far-se-ia a ligação das áreas oeste-leste, por meio de uma avenida marginal ao Rio Negro, pensada como parte de um plano viário que ora se

<sup>130</sup> Lei n°. 226 de 27 de junho de 1965.

<sup>131</sup> Serviço Federal de Habitação – SERFHAU, que funcionou entre os anos de 1964 e 1974 junto ao Governo Federal. Dentre suas funções, estavam o desenvolvimento de pesquisas sobre o déficit habitacional e a assistência às administrações municipais para a elaboração de Planos Diretores (VIZIOLI, 1998).

propunha. Destacam-se desse plano, além de um plano viário, outros planos associados, como o cultural, o turístico, o industrial, além de um plano habitacional, a partir de uma lógica de zoneamento urbano integral, pensado idealmente para uma cidade “polinucleada”, com vários centros de agregação e atividades (ABA, 1969, p.52-55).

Em 1967<sup>132</sup> este estudo teria sido ajustado, com vistas à absorção de um “Distrito Industrial”, a partir do plano desenvolvido em 1965. O planejamento urbanístico se constituía desta forma, disciplina incorporada pelo administrador público, para o controle das transformações do território da capital. Pensado para a cidade futura, com 800 mil habitantes, nele havia se considerado uma condição ideal e integralmente prevista de espaço urbano. Os regramentos planejados incorporavam também a vontade de determinação do lugar de habitantes e se estabelecia de modo mais direto, ao menos no campo discursivo, a relação entre a idealização do “Plano Diretor” e de um “Plano Habitacional” para Manaus.



Mapa 6 - Legenda: “Zoneamento – Plano Viário”. (ABA, 1969, 53)

O ponto de partida, no sentido prático, para a efetivação desse plano, ficava explícito nas palavras do próprio governador. Nesta fala de Arthur Cezar Ferreira Reis a respeito dos anos em que governou o Amazonas, ele evidenciou o entrelaçamento entre a instauração de um sistema de produção de “casas populares”, como ele próprio denomina, e a intervenção na “cidade flutuante” sobre a qual viria a lançar de modo diretivo uma medida: o desmanche.

<sup>132</sup> No Jornal do Comércio consta a despesa da Prefeitura, de contratação do “Projeto do Plano Diretor da Cidade de Manaus, elaborado pelo escritório técnico ANTONY & PEREIRA DA CUNHA ARQUITETOS ASSOCIADOS LTDA”. (JORNAL DO COMÉRCIO, 30/04/ 1968).

Na Mensagem de 1966 há o registro das primeiras iniciativas da Secretaria de Viação e Obras Públicas para a construção de casas, com recursos do governo do estado. Essas 600 casas às quais faz menção, não seriam construídas como dito nesse documento oficial (MENSAGEM, 1966):

HABITAÇÃO – Na promoção do bem-estar social que incumbe ao Govêrno realizar em favor da coletividade que lhe é jurisdicionada, através da Secretaria de Viação e Obras Públicas e com os seus próprios recursos técnicos, financeiros e humanos, o Estado vem construindo um conjunto residencial modelo para abrigar as famílias mais pobres da extinta Cidade Flutuante, identificadas através de levantamento realizado por pesquisadores sociais. Essas obras a que faço referencia especificas no capítulo desta Mensagem concernente à Secretaria de Viação e Obras, já estão em plena fase de execução e com as primeiras casas inauguradas, totalizarão 600 residências no bairro da Raiz (p.69).

O problema habitacional, numa cidade em crescimento como Manaus, precisava se cogitado prontamente. A COHAB- AM é o órgão que criamos e está fazendo surgir bairros novos, com casas populares, bairros traçados ao rigor e nos quais moradores encontrarão tudo que carecem para uma vida tranquila. Mas havia em Manaus uma excrescência, a “Cidade flutuante”. Essas habitações não apresentavam as mínimas condições de conforto e higiene aos seus usuários, além de constituírem um grave problema de ordem social.<sup>133</sup>

Observa-se, num parêntesis, que o objeto “habitação popular” foi amplamente discutido no século XX, no campo da arquitetura e urbanismo, onde se destaca os debates dos Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna – CIAMs. Como indica Nabil Bonduki, as premissas nesse campo foram (BONDUKI, 1994):

O tema central do 2º CIAM, que se realizou em 1929, em Frankfurt am Main (Alemanha), foi a questão da habitação do mínimo nível de vida, girando a discussão e teses em torno da necessidade de se viabilizar uma produção massiva para satisfazer a crescente carência de moradias para os operários (...)  
A busca e a investigação de desenhos, projetos e tecnologias capazes de garantir uma simplificação dos processos construtivos, com a incorporação de tecnologias inovadoras, eliminação da ornamentação, adoção de um traçado urbanístico racionalista e soluções arquitetônicas baseadas na uniformidade e repetitividade das unidades e blocos visavam, mais do que um resultado formal, possibilitar uma produção massiva de moradias para atender a imensa demanda por habitação existente nas cidades industriais; visava responder aos anseios dos trabalhadores organizados por melhores condições de vida. Visavam, enfim, uma arquitetura como arte social (p.983).

No Brasil, várias experiências, especialmente aquelas filiadas ao “projeto moderno”<sup>134</sup>, cujo discurso voltava-se à busca pelo resultado econômico, à qualidade arquitetônica urbanística, à valorização do espaço público e do habitar, foram no âmbito projetual, ensaios valoráveis. A partir de 1964, no entanto, a atuação de arquitetos foi desligada dessa temática.

<sup>133</sup> REIS, Arthur Cezar Ferreira. Como Governei o Amazonas (Relatório de dois anos e seus meses de seu mandato como Governador do Estado do Amazonas, no período de 27 de junho de 1964 a 31 de janeiro de 1967), p.23-24. In: (SOUZA, 2010, p.25)

<sup>134</sup> No Brasil, comumente vinculado ao produto do campo disciplinar da arquitetura e urbanismo desenvolvido junto ao processo nacional desenvolvimentista da primeira administração de Getúlio Vargas, cujo ápice é associado à construção de Brasília.

Enquanto em várias experiências realizadas pelos Institutos de Aposentadorias e Pensões – IAPs e pela Fundação Casa Popular - FCP desde os anos de 1930 no Brasil, tenham ocorrido junto a discussões, no campo da arquitetura, na busca pela qualidade do espaço urbano<sup>135</sup>, os projetos que viriam a ser implantados por meio do sistema do BNH teriam uma finalidade prioritariamente produtivista, quantitativa. Fórmulas de intervenção foram difundidas e adotadas em muitas cidades brasileiras, ignorando-se “especificidades urbanas, sociais, culturais. A gestão centralizada, a ausência da participação comunitária, a ênfase na produção de casas prontas por empreiteiras, localização periférica e projetos medíocres” (BONDUKI, 2011, p.318,319).

Voltando ao caso dos dois primeiros conjuntos habitacionais implantados em Manaus, de modo associado à remoção dos habitantes da cidade flutuante. Em matéria publicada, em 1967, na *Revista de Arquitetura Brasileira do Ano*, voltada à arquitetura contemporânea, se destaca o seguinte fragmento a respeito da atuação da COHAB – Am (ABA, 1969):

Em 27 de junho de 1965, pela Lei 226, era criada, em regime de Economia Mista e tendo como maior acionista o Governo do Estado, com 51% das ações, a Companhia de Habitação do Amazonas – COHAB – AM, que constituída em 21 de setembro, começou a operar em 26 de outubro do mesmo ano. (...) Integrava-se, assim, o Amazonas no Plano Nacional do Banco Nacional da Habitação, e a COHAB – AM, através de seus convênios com o BNH, carrega para o Amazonas uma boa soma de recursos do Governo Federal. **Os trabalhos iniciais da COHAB- AM desenvolveram-se cientificamente, partindo-se da pesquisa de áreas apropriadas**, levantamento topográfico da área escolhida, terraplenagem do terreno, aprovação do projeto no BNH e início do que seria hoje o Bairro de Flôres:

Área total do terreno: 140.000m<sup>2</sup>

Área dos lotes: 120m<sup>2</sup>

Área de construção: 280m<sup>2</sup>

Total das residências: 306 (p.72).

Neste memorial, mesmo porque se trata de um registro dos próprios arquitetos, é dada ênfase ao caráter técnico com que foi encarado o empreendimento, “cientificamente”. O projeto mencionado na descrição foi o desenvolvido para o conjunto habitacional situado no bairro de “Flôres”, para o qual foi prevista a construção de 306 unidades habitacionais. No ano de 1966, estavam em curso na cidade, obras de dois conjuntos, este, em “Flôres”, e outro, no Parque 10, como nota-se em matéria que informa sobre a vinda de técnicos do Banco Nacional da Habitação para inspeção dessas obras (JORNAL DO COMÉRCIO, 22/10/1966):

Inspetores do BNH vieram inspecionar obras da COHAB – Am

(...)

Em missão de contacto amplo com as atividades da COHAB – Am, os engenheiros Mário Roale e Itamar Dias Rocha estiveram em Flores e no Parque 10. Neste, observaram o início da construção de um conjunto de mais de 500 casas para as classes pobres. No outro, viram o adiantado estado das obras, fazendo elogios a respeito do tipo das residências e da fase em que se encontram os trabalhos.

<sup>135</sup> Esta análise não se aplica ao contexto local.

O referido conjunto seria inaugurado em janeiro do ano seguinte, em 1967:



Figura 39 – (JORNAL DO COMÉRCIO, 31/12/1966).

Nas imagens a seguir, o conjunto de casas implantadas sobre terreno planejado, sem pavimentação, a partir dos registros realizados em 1968, pelos técnicos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE:



Figura 40 – Legenda: "Bairro de Flores vendo-se casas populares da COHAB em Manaus (AM)". Ano: 1968. Autor: Tibor Jablonsky. Arquivo virtual: Acervo dos Trabalhos Geográficos de Campo, IBGE.

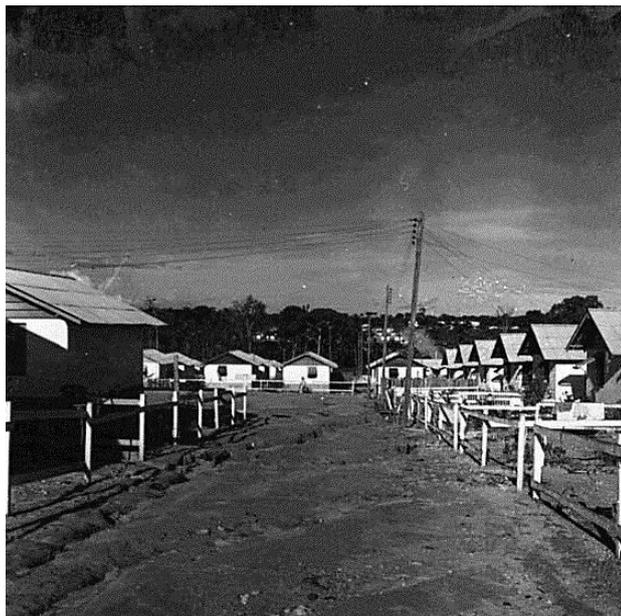


Figura 41 - Legenda: “Bairro de Flores vendo-se casas populares da COHAB em Manaus (AM)”. Ano: 1968. Autor: Tibor Jablonsky. Arquivo virtual: Acervo dos Trabalhos Geográficos de Campo, IBGE.

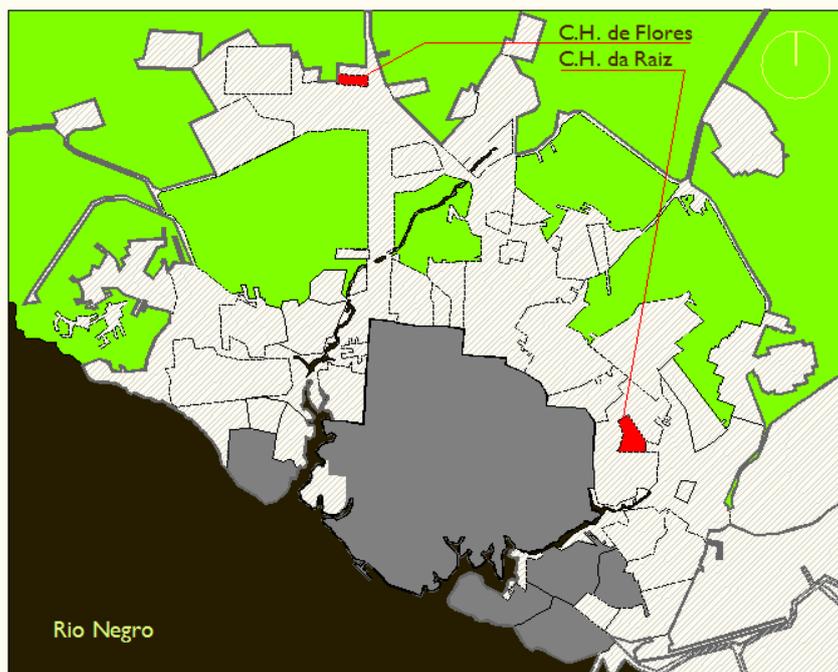
O outro conjunto habitacional, projetado igualmente por arquitetos contratados do Rio de Janeiro, foi o “Costa e Silva”, implantado no bairro da Raiz, cujas obras foram iniciadas também durante o governo de Arthur Cezar Ferreira Reis. Sobre o conjunto, esse governador registrou em 1966, que se trataria de um “conjunto residencial modelo para abrigar as famílias mais pobres da extinta Cidade Flutuante” (MENSAGEM, 1966, p.70). Teoricamente um levantamento seria realizado junto a essas famílias, por pesquisadores sociais<sup>136</sup>, para que só então o governo produzisse proposições em resposta às suas expectativas e necessidades por moradia (idem, *ibidem*):

Essas obras a que faço referencias específicas (...) já estão em plena fase de execução e com as primeiras casas inauguradas, totalizarão 600 residências, no bairro da Raiz.

Além dessas construções de sua exclusiva responsabilidade, de acôrdo com a política habitacional do Governo Federal, o Estado criou a Companhia de Habitação do Amazonas...(p.70).

No mapa abaixo, desenhado sobre base veiculada pelo Governo do Estado em 1974, nota-se a localização dos dois conjuntos habitacionais, deslocados da área central da cidade. Observa-se, a respeito da área que indica a ocupação até 1950, a inexatidão dos limites dos bairros, pois não se tem ao certo a data de levantamento do mapa, apenas a de sua edição. Outro aspecto diz respeito a um fato óbvio, de que até a Zona Franca, e mesmo após, eles também foram transformados.

<sup>136</sup> O material de tal pesquisa está disponível na Biblioteca Mário Ipyranga Monteiro, no Centro Cultural Povos da Amazônia. Tratou-se de um trabalho de pesquisa de campo, contratado pelo próprio governador, coordenado por Matia Lenz, com recursos do CODEAMA (LENZ, 1966).



Mapa 7 - Esquema de localização dos conjuntos habitacionais de Flores e Raiz (em vermelho).  
 Desenho em Autocad com base no mapa da cidade divulgado pelo Governo do Estado do Amazonas  
 (AMAZONAS, 1974).

Legenda:

- Localização de ocupações até os anos de 1950
- Área ocupada ou alterada após os anos de 1950

A memória crítica do projeto, anteriormente apresentada, sugere que frente ao pretendido, do ponto de vista projetual, foi feito um esforço para adaptação das demandas governamentais ao desenho do conjunto. Segundo os arquitetos, o projeto do “Bairro da Raiz, foi levado a efeito objetivando o atendimento do plano habitacional do Govêrno amazonense” (ABA, 1969):

Os estudos se desenvolveram no sentido do aproveitamento máximo da área (84.647 m<sup>2</sup>) destinada a atender àquele programa. Observou-se, inicialmente, que a área era pequena para o perfeito funcionamento de “uma unidade de vizinhança”, mas, tendo em vista a grande urgência do programa, apresentou-se a solução que, se não perfeita, mais se aproximou, proporcionalmente, de um bom planejamento urbanístico, qual seja:

1º) Foi eliminada, totalmente, a penetração de veículos no interior do bairro, por se tratarem de unidades populares e tendo em vista as distancias se apresentarem pequenas, fáceis de se percorrer a pé. (...)

2º) As alamedas para pedestres serão arborizadas, obedecendo à orientação de um botânico da regioa, e terão como função o atendimento às residências, a ligação com áreas verdes e a localização para instalação de esgotos pluviais e de águas servidas;

3º) A locação das residências obedeceu à melhor orientação solar, procurando-se norte-sul, evitando-se leste-oeste;

4º) Adotou-se, para melhor ventilação das quadras, as casas geminadas duas a duas. (...) pode-se notar o cuidado que se teve para tornar as residências mais agradáveis tendo em vista o clima amazônico – previu-se colchão de ar e ventilação cruzada no teto e habitações.

5º) As quadras se comunicam através das alamedas de pedestres com as áreas verdes (...) convergindo para o “plateau” onde será construído o Centro Comunal (...) (p.56)

Além de tais soluções de projeto, os arquitetos mencionaram que haviam programado a destinação de determinadas áreas para fins comerciais, e projetaram, mais do que as habitações, diversos equipamentos de bairro, como a escola cuja perspectiva é abaixo apresentada, junto a outros registros do produto da atuação dos arquitetos neste projeto. Do conjunto “Costa e Silva” foi inaugurada em 1965, “a primeira etapa da construção de casas populares” (JORNAL DO COMÉRCIO, 04/01/1966), ocupadas, segundo esta matéria de capa, os moradores da antiga cidade flutuante. Abaixo, são apresentadas algumas imagens do projeto (ABA, 1969):

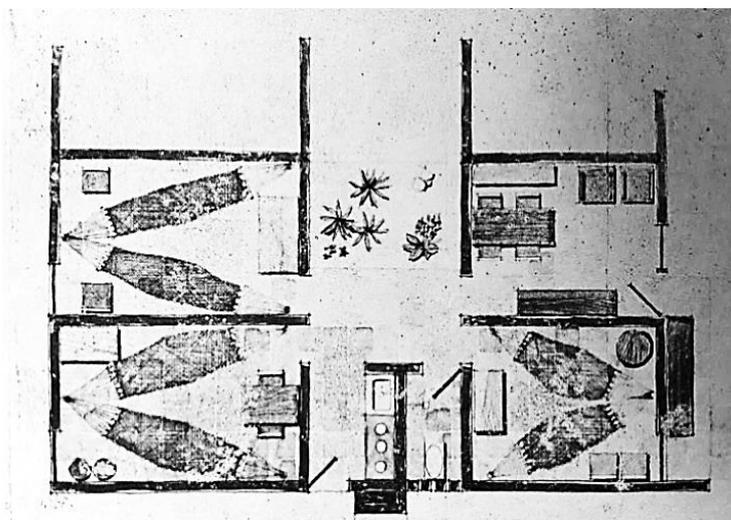


Figura 42- Legenda: “Plano de Urbanização do Bairro da Raiz. Projeto inicial da residência típica. Antony & Pereira da Cunha Arquitetos Associados”. (ABA, 1969, P.59)

Para esses arquitetos, a adaptação feita dos projetos produzidos pelo SERFHAU quando de sua implantação regional, seria o resultado de uma reflexão, mesmo que sob as limitações com que se lidava no projeto. A utilização de redes nos quartos e a alternativa de empenas vazadas para aeração, seriam ajustes técnicos adotados por esses projetistas.



Figura 43 – Perspectiva da habitação projetada para o conjunto Costa e Silva. (ANTONY e CUNHA, 1965, p.49)



Figura 44 – Legenda: “Plano de Urbanização do Bairro da Raiz, Manaus. Antony & Pereira da Cunha Arquitetos Associados”. (ABA, 1969, p.57)

Na fotografia abaixo, o registro da implantação do conjunto habitacional do bairro da Raiz. Nota-se o vazio nas áreas para as quais foram projetados os equipamentos urbanos de suporte ao conjunto, também das áreas de cobertura vegetal do projeto, numa predominante aridez, embora a imagem possa ter sido captada durante, ou antes da finalização da execução do conjunto. Reforçam esta análise da imagem do conjunto implantado, os depoimentos contidos no trabalho de João Pinheiro Salazar: “Logo que eu cheguei aqui, em 1965, não tinha nada, nem transporte, nem água e nem luz, as fossas entupiam e derramava tudo dentro de casa. Hoje melhorou muito, mas no começo só aguentou quem tinha mesmo precisão” (SALAZAR, 1985, p.96).



Figura 45 – Conjunto Habitacional do bairro da Raiz implantado. Fonte: Acervo pessoal de Hamilton Salgado.

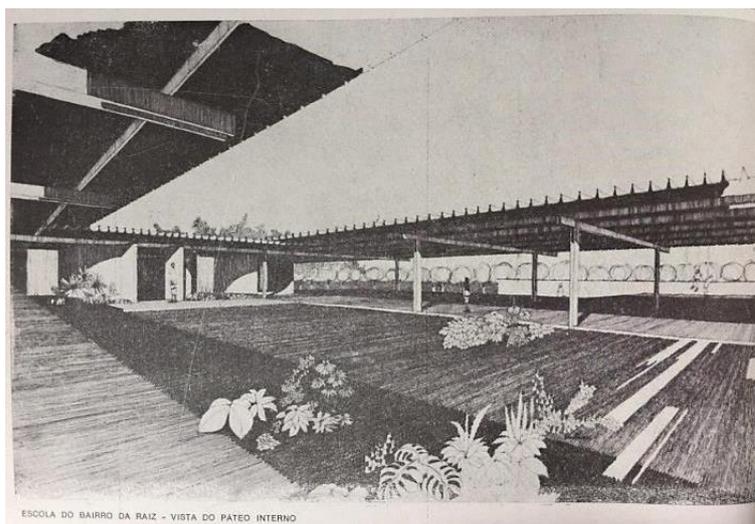


Figura 46 – Legenda: “Escola do bairro da Raiz – vista do pateo interno”. (ABA, 1969, p.60)

Em 1966, o *Jornal do Comércio* noticiou que Manaus sediaria o seminário de habitação, em que seriam debatidos os planos habitacionais de todas as COHABs. Na matéria (JORNAL DO COMÉRCIO, 30/04/1968), afirmava-se que durante o encontro, os dirigentes de todas as empresas públicas e privadas que atuassem na produção da habitação, “para a diminuição do déficit brasileiro em habitação”, participariam, com o estudo de planos para os programas que viriam a ser realizados neste setor. Em específico, a nota jornalística atestou a construção de um “conjunto de 1.030 casas” no Parque Dez, também, que governo do estado e a COHAB-Am, anunciavam o início da construção de “outro de 10.000 unidades ... o maior grupo residencial de toda a América do Sul”<sup>137</sup>, Esse “maior grupo residencial de toda a América do Sul”, seria o Conjunto 31 de março implantado em 1970, como amplamente divulgado na imprensa.

A administração do sucessor de Arthur Reis, Danilo Duarte de Mattos Areosa, deu continuidade à mesma linha de atuação já em andamento, na construção de conjuntos habitacionais em concordância com os encaminhamentos do Governo Federal. Em sua mensagem de 1967 reconhecia que no ano anterior, haviam sido construídas em quatro etapas, **cento e trinta e duas** casas no conjunto habitacional da Raiz, afirmando que naquele momento todas estariam habitadas. Do relatório do primeiro período de atividades da COHAB – Am, destaca-se que a construtora com a qual havia sido firmado contrato para execução do conjunto de “Flôres”, havia construído 56 casas e que o segundo contrato com a mesma construtora havia sido rescindido porque das 250 casas que deveria construir, só havia

<sup>137</sup> Conjectura-se que esse “maior grupo residencial de toda a América do Sul”, seria o Conjunto 31 de março implantado em 1970, pois ele foi amplamente divulgado na imprensa e com essa mesma quantidade de unidades habitacionais.

feito 25%. Também foi registrado neste documento o início das obras do conjunto do Parque Dez de Novembro, de 506 casas.

Reclamou-se da falta de firmas particulares para execução dos serviços de construção de casas populares, e atestou-se a realização de “Pesquisas sócio-econômicas nos igarapés do Mestre Chico, 555 famílias e Cachoeirinha, 992 famílias” (MENSAGEM, 1967, p.43,44).

Os dois primeiros conjuntos habitacionais aparecem em revistas de publicidade das atividades do governo militar, também nos jornais, e são associados à ideia de progresso que se pretendeu difundir com eles. Nas imagens a seguir, publicadas em revista de caráter promocional, o conjunto habitacional é apresentado em associação ao progresso alcançado com a Zona Franca de Manaus, ou em associação à ideia eficiente com que se deu a atuação da administração militar neste contexto.



Figura 47 – (JORNAL DO COMÉRCIO, 02/04/1968, capa).

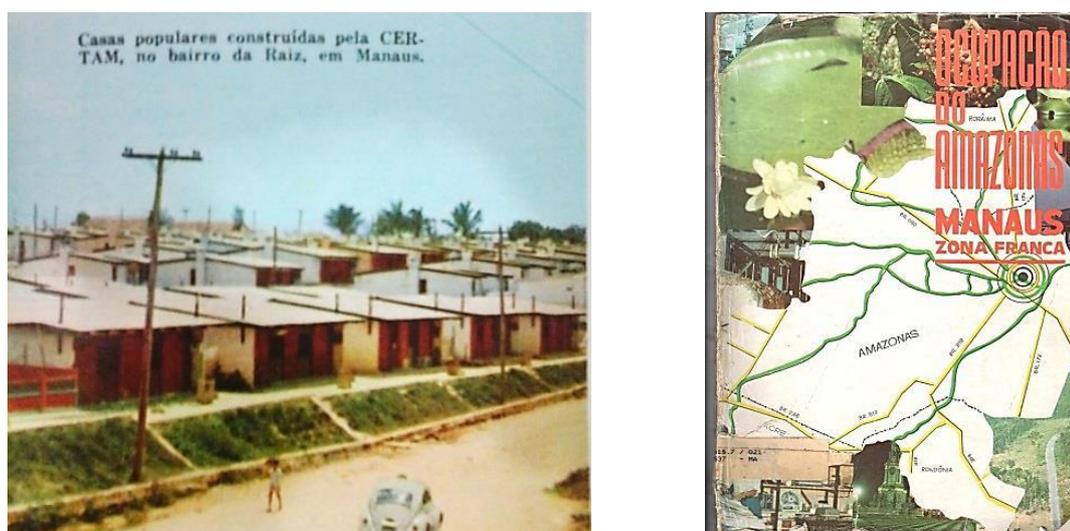


Figura 48 – Legenda: “Casas populares construídas pela CERTAM, no bairro da Raiz, em Manaus”. Casas do conjunto popular do bairro da Raiz e capa da revista. (OCUPAÇÃO DO AMAZONAS, s.d.).



Figura 49 - Legenda: "Vemos aqui o tipo comum de casa construída pela COHABAM, em close. Como essas, são quase todas as habitações do tipo social, levantadas no Amazonas, por essa entidade cuja presença está plenamente vitoriosa". Na imagem das máquinas em terreno devastado, legenda: "Não é fácil a remoção de terras, sob um clima altamente pluvioso como o do Amazonas. Os técnicos da COHABAM tem-se esforçado no sentido de garantir as fundações e segurança dos conjuntos edificados" (AMAZÔNIA É BRASIL s.d.).

Nesta última imagem, consta o conjunto habitacional de "Flôres". Nas propagandas políticas dessas revistas, não apenas a valorização ampliada dos conjuntos modelares, mas o sentido subjetivo ao qual se pretendia vincular suas imagens, se contrapunham bastante às impressões de Márcio Souza (SOUZA, 1978):

Mesmo os conjuntos habitacionais financiados pelo BNH são verdadeiros exemplos de como não se deve praticar a urbanização, onde a especulação e a má fé dos construtores e incorporadores juntaram-se à falácia da casa popular, formando uma monstruosa simbiose de desrespeito ao morador potencial e de completa falta de escrúpulo social (p.164).

Assim como este autor, João Pinheiro Salazar e Leno Souza Barata constroem outra narrativa e produzem análises críticas a respeito desse primeiro momento de produção dos conjuntos habitacionais em Manaus. O primeiro, narra a atuação do BNH no Amazonas, além do aparato acessório com que a estrutura do governo militar se instaurou nessa localidade para tratar da moradia popular. Aponta o resultante incentivo às construtoras privadas e a mercantilização da moradia, além do número irrisório de casas construídas, como fatores que caracterizaram a atuação governamental em Manaus, com esta finalidade (SALAZAR, 1985).

Em um dos depoimentos obtidos na pesquisa realizada por João Pinheiro Salazar, que optou por não evidenciar o nome de quem lhe prestou a informação, o registro da experiência de quem havia sido compelido a habitar no conjunto da Raiz (*idem, ibidem*):

Logo que cheguei aqui, em 1965, não tinha nada, nem transporte, nem água e nem luz, as fossas entupiam e derramava tudo dentro de casa. Hoje melhorou muito, mas no começo só aguentou quem tinha mesmo precisão (E.R.)

Existe no conjunto um Centro Social com funcionamento precário, uma Delegacia que apavorava os moradores com tiroteios e um mercado municipal que está em completo abandono, serve de depósito de lixo, em frente funciona uma feira em péssimas condições de higiene. (A.C.) (p.96).

Uma série de serviços, especialmente os de abastecimento desses conjuntos, aparece nos documentos oficiais, em desencontro no tempo de sua realização, com a inauguração e o registro da ocupação das moradias. A existência de infraestrutura, como condicionante precedente a ocupação desses conjuntos, não foi uma realidade. Contrapondo o discurso técnico à análise de João Pinheiro Salazar, que avalia em pormenor o deslocamento de moradores da cidade flutuante e seus destinos, é possível verificar o que foi de fato construído e a incompatibilidade entre as habitações desses populares na cidade flutuante e as habitações nos novos conjuntos, isso para os que neles se fixaram. Como exemplo, o sociólogo faz uma comparação do levantamento realizado por Celso Luiz Rocha Serra e Wilson Rodrigues da Cruz (SERRA e CRUZ, 1964), onde é informado que os maiores flutuantes possuíam 28m<sup>2</sup>, com área superior às casas do conjunto (SALAZAR, 1985):

Conjunto Costa e Silva – constituía-se de 134 casas geminadas, com entrada lateral, em terreno que mede 7m de frente por 14 de fundos (98m<sup>2</sup>), e área construída de **25,44m<sup>2</sup>** assim distribuídas:

Sala – 2,80m x 2,35m (6,58m<sup>2</sup>)

Quarto – 3,50m x 2,30m (8,05 m<sup>2</sup>)

Quarto – 2,80m x 2,35m (6,58 m<sup>2</sup>)

Cozinha – 1,50m x 2,00m (3,00 m<sup>2</sup>)

Banheiro – 0,85m x 1,45m (1,23 m<sup>2</sup>)

(o piso é completamente cimentado) (p.95).

A partir de suas pesquisas, também afirma que o conjunto, nesse caso da Raiz, quando implantado, era totalmente desprovido de abastecimento de água e luz, além do que os ônibus passavam muito distante do local onde foram situadas as residências e que as áreas de circulação de pedestres não haviam sido acabadas. Os moradores circulavam em meio a matagais. Não havia água encanada, e os serviços para dotar o conjunto de infraestrutura foram realizados muito tempo depois da implantação do projeto.

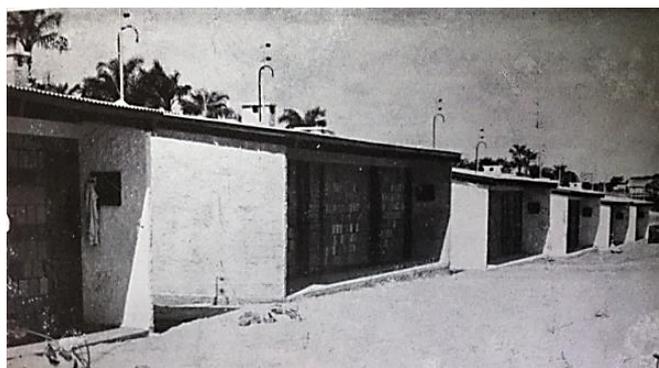


Figura 50 - Legenda: “Plano de Urbanização do Bairro da Raiz. Aspecto do Conjunto construído. Antony & Pereira da Cunha Arquitetos Associados”. (ABA, 1969, P.59)

Para João Pinheiro Salazar, Arthur Cezar Ferreira Reis teria desalojado “mais de 12000 pessoas da cidade flutuante, e teoricamente teria alojado apenas cerca de 800 pessoas” (SALAZAR, 1985, p.160). Com o desmanche da cidade flutuante, o caminho que viria a ser trilhado por esses populares, incluía as alternativas de ocupação de igarapés em moradias autoconstruídas, do deslocamento para bairros periféricos, da ocupação de áreas loteadas pelo próprio Governo do Estado, da formação de outras ocupações precárias na cidade.

O processo de remoção dessas habitações havia sido feito sem uma preocupação com os próprios habitantes, a revelia de grande parte deles, de modo desorganizado, além de violento. Neste trecho do trabalho de Leno Barata, em que dialoga com antigos moradores da cidade flutuante, trabalhando na pesquisa com a modalidade da história oral, pode-se notar a força da intervenção ordenadora sendo impressa na determinação do lugar dos habitantes da cidade, que entre esses anos de 1966 e 1967 estavam sendo deslocados, ou melhor, expulsos de suas habitações (SOUZA, 2010):

Estes seriam os mais afortunados, a regra, com a grande maioria, foi a completa destruição dos flutuantes pelo machado, pelo fogo ou pelo arrasto das lanchas da Capitania, cujos agentes foram chegando, “...eles pegavam aqueles guincho, pegavo e jogvo, puxavo, derrubavo as casa...”, me contou Francisco da Silva, cercando partes da “cidade flutuante” que, até o fim do dia, não mais existiam, “...tirou tudinho (...) eles levaro pra algum canto [ou] quebra tudo, toca fogo...(p.314).

Mesmo a existência de um sistema de financiamento para viabilizar, à parcela da população, o endividamento para a compra de sua própria casa nos conjuntos de “Flôres” e da “Raiz”, não garantiu que este processo se concretizasse. Uma das práticas da COHAB – Am era a publicação nos jornais, de avisos de despejo para aqueles que não cumprissem com o pagamento das parcelas devidas na aquisição das unidades habitacionais, como o abaixo apresentado (JORNAL DO COMÉRCIO, 29/07/1969):

#### COHAB VAI DESPEJAR MORADORES EM ATRASO

A partir do próximo dia 1º a COHAB – Am estará despejando os prometentes compradores de casas nos Conjuntos de Flôres e da Raiz, que se encontrarem atrasados no pagamento de suas prestações.

A Diretoria da Companhia vem lutando com sérias dificuldades em decorrência de muitos beneficiários não virem cumprindo suas obrigações de pagar, pois como se sabe, os recursos para a contribuição dos conjuntos habitacionais são do Banco Nacional da Habitação, os quais como é óbvio devem retornar a esse Banco.

Assim o atraso dos compradores acarreta sérios problemas de ordem econômico-financeiro ao cumprimento das obrigações para com o BNH obstaculizando dessa maneira a concretização de novos projetos habitacionais.

A Diretoria da COHAB – Am faz chamar todos os atrasados concedendo prazo para atualização que termina justamente dia 30, depois do que referida Companhia através da sua Assessoria Jurídica, ver-se obrigada a tomar as medidas necessárias para o despejo dos inadimplentes cedendo as casas que assim foram desocupadas para outros interessados.

Ora, se a cidade flutuante havia sido um fenômeno marcado inclusive pela pobreza com que habitava a população local (CODEAMA, 1966; SALAZAR, 1985; OLIVEIRA, 2003), portanto de caráter social, e pelo arranjo livre com que migrados se ajustaram à cidade, portanto de caráter cultural (SOUZA, 2010), a construção de conjuntos habitacionais para que essa mesma população ingressasse em um espaço formalmente ordenado da cidade por meio do endividamento, para que pagasse a prazo sua moradia, era uma solução contraditória em origem.



Figura 51 - Legenda: "Bairro (...) vendo-se casas pobres habitadas por antigos moradores das casas flutuantes em Manaus (AM)". Ano: 1968. Autor: Tibor Jablonsky. Arquivo virtual: Acervo dos Trabalhos Geográficos de Campo, IBGE.

### **2.3 Nota: Desmanche da cidade flutuante e os primeiros conjuntos habitacionais.**

A dilatação dos anos de 1966 e 1967 no tempo da narrativa apresentada nesta pesquisa decorre de um evento determinante, a dissolução da cidade flutuante, num processo gerido pelo Governo do Estado, sob a tutela militar. A este processo esteve relacionada à implantação dos primeiros conjuntos habitacionais na cidade, nos bairros de “Flôres” e da “Raiz”, respectivamente.

Na região sul de Manaus, esta ocupação de populares, dava-se desde os anos de 1920 (SERRA e CRUZ, 1964). Avolumou-se no tempo, especialmente com o fluxo migratório de habitantes do interior nos anos de 1950, em virtude das cheias e da decadência das atividades extrativas de seringais. As explicações a respeito da formação da “cidade flutuante” são diversas e é possível afirmar que se mesclam justificativas sociais e culturais para uma

aproximação ao referido fenômeno, do modo como ocorreu neste contexto. A princípio foi conveniente a instalação de construções flutuantes para a realização de atividades comerciais, como de “varejista e atravessador”, próximo ao Mercado Municipal, que já estava completamente ocupado. Essas atividades foram extensões das práticas comerciais desse lugar central de comércio da cidade, como narram Celso Luiz Rocha Serra e Wilson Rodrigues da Cruz em pesquisa realizada em 1964, afirmando que “não podendo estabelecer-se no Mercado Municipal, em vista de êste imóvel ter-se tornado pequeno, ganharam a praia no período da vazante, onde vieram, por fim, a ficar definitivamente, estimulados pelas facilidades de permuta que ali encontraram”(SERRA e CRUZ, 1964, p.21).

Populares que chegaram à cidade conceberam essa forma de instalação, alternativa aos terrenos em terra, numa modalidade construtiva e espacial sobre a qual tinham domínio e na qual partilhavam suas experiências, habitando sobre as águas (SOUZA, 2010). Ao se fixarem nesse contexto, particularizando seu território no espaço urbano, homens e mulheres, produziram em alternativa à ordem urbana, um arranjo físico próprio, além de sociabilidades únicas. Mesmo que agissem em meio à condição de pauperismo ou carência relativa de meios materiais, puderam responder, a seu modo, às limitações e às condições que foram encontrando em habitar a cidade. Criando suas próprias alternativas, fizeram repercutir suas “ideias e valores”, suas “escolhas e crenças” (THOMPSON, 2001).

Interessante observar que no relato de Celso Luiz Rocha Serra e Wilson Rodrigues da Cruz, os autores tentam não enquadrar o complexo como o de uma população marginal, que para os autores, era produtiva. Outra população, a qual eles definem como “pêso morto”, comporia categoria distinta de habitantes urbanos, nomeados de “favelados”, “sem ocupação e marginalizados”. Ao se referir à dificuldade que provavelmente o governo do estado enfrentaria ao tentar “acabar” com a cidade flutuante, conforme vinha divulgando nesse ano de 1964, os autores registraram (SERRA e CRUZ, 1964):

O problema não nos parece tão fácil assim. A situação é bem mais complexa do que à primeira vista parece.

Os habitantes dos flutuantes, como dissemos anteriormente, não são como os favelados, sem ocupação e marginalizados, atuando como um pêso morto em nosso organismo econômico. É muito diferente. Há uma força econômica na Cidade Flutuante. Sobe acima de UM BILHÃO DE CRUZEIROS o seu movimento comercial nestes últimos seis meses, o que, em linguagem fiscal, significa Cr\$ 52.081.751.80 de receita tributária (...) E o Estado, ali, não investe um só tostão em assistência àquela gente, ou seja, em postos médicos, escolas, etc...

(...)

A Cidade Flutuante é feia? Sim.

A Cidade Flutuante é suja? Concordamos.

É um antro de perdição? Ainda confirmamos.

A vida de uma cidade é algo pessoal e humano.

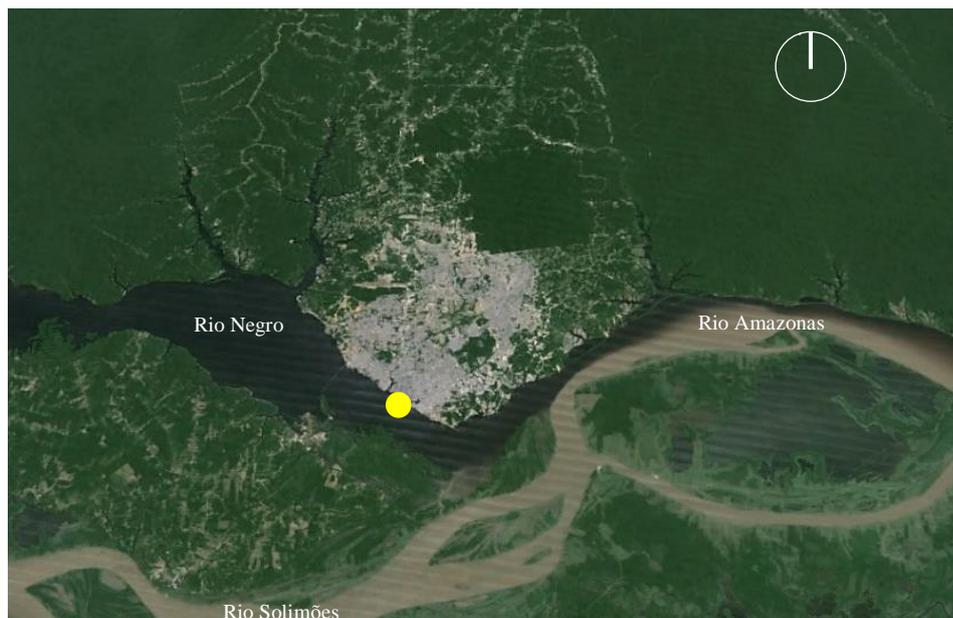


Figura 52 – Localização em imagem de 2014 gerada pelo Google Earth, na posição em que foi situada a cidade flutuante, dissolvida entre os anos de 1966 e 1967.

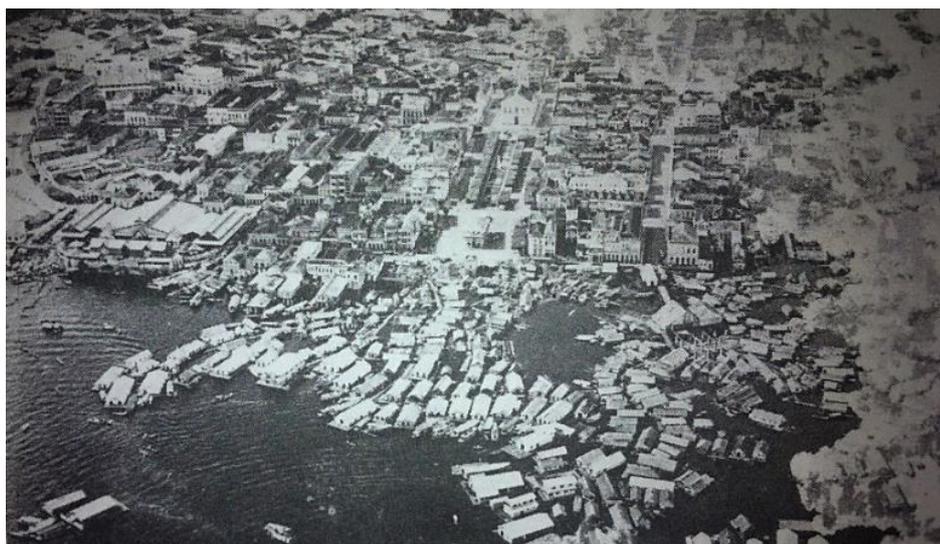


Figura 53 – Cidade Flutuante (ANDRADE, 1984, p.180).

Neste tópico do trabalho, são apresentadas algumas falas a respeito desse território, a “cidade flutuante” a partir de um material revelado durante esta pesquisa dirigida à atuação governamental na promoção de habitações populares, em Manaus. Ele é apresentado como um contraponto aos conjuntos habitacionais e se insere para ênfase da presença de populares (assim como em outras partes da cidade) na capital nesses anos que antecederam a instauração da Zona Franca de Manaus - ZFM. A instauração da ZFM se confunde com o desmanche gerido pelo governo de Arthur Cezar Ferreira Reis. Observa-se que as fotografias deste tópico foram dispostas numa sequencia gradativa de aproximação, desde a localização, até o último

registro, do fotógrafo Wilson Aranha, para os trabalhos de campo do IBGE, em 1965, apenas um ano antes da dissolução da “cidade”.

Na medida em que esse território se consolidava<sup>138</sup>, na década de 1960, ganhando certa evidência junto à imprensa, também avançavam encaminhamentos governamentais para sua dissolução e a emergência em remover os moradores parece ter sido maior do que a realização de qualquer outra ação paliativa por parte do governo, que efetivamente os considerasse e às suas experiências. Embora em 1966 o governo tenha contratado uma pesquisa social, que veio a ser publicada com o título de “Os Flutuantes de Manaus” (CODEAMA, 1966 Ano 2 no.13), a dissolução desse território em nada dialogou com os levantamentos e estudos então desenvolvidos (SOUZA, 2010).

O desmanche da cidade flutuante esteve diretamente associado, nos discursos oficiais, à implantação dos primeiros conjuntos habitacionais de Manaus, nos bairros de Flores e Raiz, todavia, foram estabelecidas incompatibilidades explícitas entre ambos, conjuntos habitacionais e “cidade flutuante”. Arthur Reis assim revelou sobre as providências empreendidas durante sua administração (MENSAGEM, 1966):

A escolha da área para a transferência recaí em duas alternativas. A primeira delas junto a Manaus, em terrenos do Estado, favorecendo-se a transferência a pessoal empregado junto à cidade e valendo-se da oportunidade de loteamento de terreno. A segunda corresponde ao deslocamento gradativo do contingente interessado em fixar-se em núcleos agrícolas organizados na área próxima à estrada Manaus Itacoatiara...

(...)

Quanto às unidades residenciais próximas a Manaus, prevê-se para o período do Plano Bienal, construção de 500 unidades em 1965 e 1500 em 1966. Assim sendo, ter-se-á grande alívio no tradicional problema dos flutuantes, urbanizando-se as respectivas margens onde estão apoiadas as atuais residências sanitariamente condenáveis.

Ainda em 1966, Arthur Reis deixaria o registro a respeito das poucas unidades habitacionais que tinham sido construídas no conjunto do bairro da Raiz, em número bem inferior ao da população existente na cidade flutuante (*idem, ibidem*):

Construções novas (...)...foi concluída a construção das primeiras quatorze unidades das casas populares no bairro da Raiz, destinadas a abrigar os moradores da antiga Cidade Flutuante, estando em fase de conclusão outras quatorze, e vinte e quatro com fundações e camadas já concluídas (p.47).

Conseguir alguma das moradias construídas, além de ser um processo comumente marcado por relações de influência junto a funcionários públicos detentores de poder

---

<sup>138</sup> Leno Souza Barata enumera as reportagens que nesses anos de 1963 e 1964 já eram feitas sobre esse complexo, afirmando que se dava no período, a “consolidação de grandes flutuantes de comércio” no local. (SOUZA, 2010, p.262) Celso Luiz Rocha Serra e Wilson Rodrigues da Cruz afirmam que os primeiros flutuantes comerciais foram instalados na “cidade” nos anos de 1950. (SERRA e CRUZ, 1964, p.22)

decisório sobre os moradores para os quais seriam destinadas as casas dos conjuntos, também foi marcado por certas restrições. Isto porque os conjuntos passaram a ser incorporados pelo Sistema Financeiro da Habitação, criado durante o Governo militar, o que condicionou a compra de habitação nesses locais e o endividamento, efetivado por meio de financiamento que seria concedido a populares, para que obtivessem algum desses imóveis.

A tabela abaixo foi apresentada no trabalho de dissertação de João Pinheiro Salazar, de 1985, que ao analisar os resultados da atuação da COHAB – Am durante o governo de Arthur Reis, entre os anos de 1964 e 1967, para o entendimento do deslocamento da população habitante da cidade flutuante, constatou que “o primeiro plano do governo revolucionário foi um desastre”. Aqui, o autor se referiu às medidas adotadas pelo governo militar, para a produção de habitações destinadas a abrigar pessoas removidas da “cidade” (SALAZAR, 1985).

Manaus – Unidades residenciais			
Órgão Executor	Previsão Biênio 65/66	Em execução	Executado
S.V.O.P	2000	2	130
COHAB	866	160	146
TOTAL	2866	162	276

Tabela 1 – Fonte: S.V.O.P.<sup>139</sup>/ COHAB (SALAZAR, 1985, p.160)

Celso Luiz Rocha Serra e Wilson Rodrigues da Cruz falavam no ano de 1964, em 2.145 “barracas de madeira”, dentre comércios, indústrias, residências instaladas nesse local (SERRA e CRUZ, 1964, p.37).

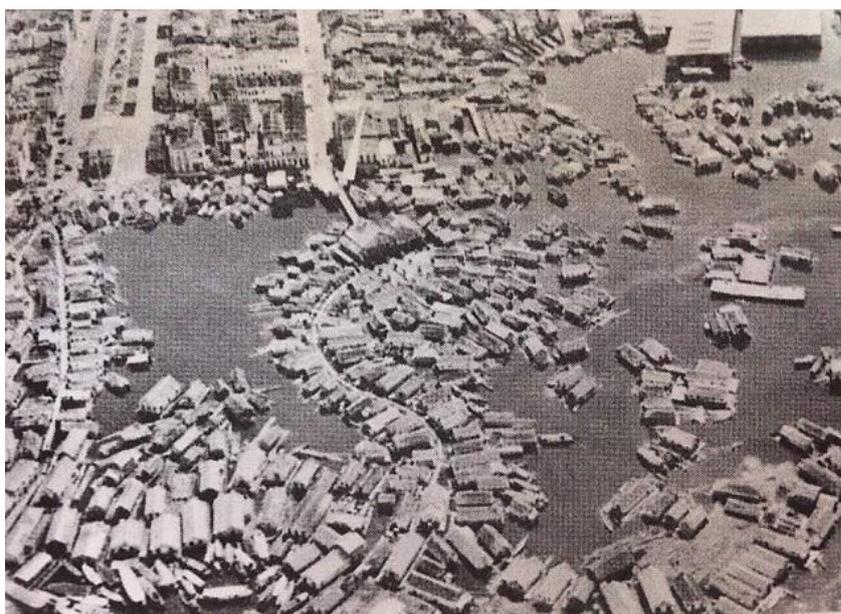


Figura 54 – Cidade Flutuante. (ANDRADE, 1984, p.180)

<sup>139</sup> Secretaria de Viação e Obras Públicas do governo estadual.

A cidade flutuante, nos jornais, era tratada do mesmo modo, como um problema de saúde pública, ou na condição de lugar urbano, como território que causava repulsa à parte da população local. Celso Luiz Rocha Serra e Wilson Rodrigues da Cruz são enfáticos (SERRA e CRUZ, 1964):

A grita contra os flutuantes é constante. A imprensa, tanto a nacional quanto a estrangeira já os têm descrito das mais diversas formas. Juristas regionais, como o Prof Davi Melo, já se preocuparam com a natureza dos flutuantes frente à ciência do direito.

Também, vale referencia, com que abordou o problema o governador Gilberto Mestrinho, nas “Reivindicações do Amazonas à VI Reunião de Governadores: (...) “A par do extermínio progressivo do mal, impõe-se a execução de medidas legais necessárias à sua prevenção por cuja falta aliás se originam e a cujo combate e solucionamento se comprometeu o poder público obrigatoriamente” (p.22,23).<sup>140</sup>

A presença de populares nesta área “central” da cidade estava bem demarcada. O fenômeno da cidade flutuante, cuja materialização havia se dado ao longo de cerca de trinta anos, já era uma organização sócio espacial de grandes proporções quando em 1959, o Jornal do Comércio expunha uma matéria a seu respeito. Nela foi feita uma associação entre esse complexo e a concepção de “favela”, já usual para outros contextos culturais e sociais, especialmente para a cidade do Rio de Janeiro, como mencionado na matéria, cujo trecho é destacado e reproduzido abaixo (JORNAL DO COMÉRCIO, 16/01/1959):

#### Favelas aquáticas

Em volta à cidade, na sua orla fluvial, estende-se inclusive pelos igarapés que a circunda com ligações para o rio, aumenta dia a dia o número de flutuantes. Famílias inteiras, vindas do interior fascinadas pelo desejo de morar na Capital, acomodam-se nessas residências originais, conservando talvez a idéia de viverem sempre e comandadas pelo rio, como alguém já escreveu que o “rio comanda a vida na Amazônia”.

Com essas casas, construídas sôbre toros de cedros de grande tamanho, os moradores desses flutuantes vão ocupando toda a faixa fluvial de Manaus, criando um problema crescente para as pequenas embarcações atracarem nas redondezas da cidade. Ultimamente, até os igarapés da segunda ponte, do São Raimundo e de Educandos, estão sendo tomados pelos flutuantes, sem que até hoje se tenha pensado, seriamente, em organizar disciplinadamente a vida daqueles que a passam ao cômodo sabôr das enchentes e das vazantes.

O mais grave, no entanto, é a sujeira e a promiscuidade que vão imperando na entrada do nosso porto, com vista desagradável descortinada para a baía do Negro, oferecendo um espetáculo triste aos olhos de quantos chegam a Manaus, viajando em barcos que demandem o nosso cais. Como existiam os mocambos em Pernambuco, e como existem as favelas dos morros cariocas, aqui, estamos assistindo o crescimento das nossas favelas “aquáticas”.

Os problemas de higiene e de saúde estão de mãos atadas nessa correte de flutuantes que abraça a nossa Capital. No rio os seus moradores atiram tôda qualidade de detritos, no mesmo eles se banham e a mesma agua bebem. E o resultado é que, em derredor, proliferam, em focos nocivos, os germes que investem contra a saúde, e os mosquitos que em, vôos noturnos, impestam a cidade.

<sup>140</sup> Os autores mencionam o questionamento do jurista David Melo a respeito da constituição de propriedade no caso dessas habitações sobre as águas do Rio Negro. Ele perguntaria, “Os flutuantes são móveis ou imóveis?”, tão distintamente estabelecido esse território frente à ordem urbana instituída. (SERRA e CRUZ, 1964, p.22-23)

Enquanto, em Pernambuco apareceu um Agamenon Magalhaes para exterminar com a promiscuidade dos fétidos mocambos, e no Rio de Janeiro, com o apoio das autoridades, o espírito arejado de um Dom Helder Câmara, combate as favelas e ampara os favelados com uma vida compatível com a sua condição humana, aqui, infelizmente, cruzam-se os braços, indiferentes ao problema. Se as providências fossem sendo tomadas desde agora, no sentido de impedir a construção de novos flutuantes e promovendo-se o deslocamento das famílias que moram à beira do rio para os bairros, ou que o Estado loteasse um dos seus terrenos para distribuir essas terras entre elas, o aspecto da questão por certo que se transformaria dentro de pouco tempo.

De qualquer modo o caso está a exigir das nossas autoridades uma pronta solução. É grave pela sua face social e é desagradável pelo quadro que empresta ao ambiente, êsse problema dos flutuantes. Equacioná-lo é dever precípua do Poder Público, em defesa da própria saúde coletiva.

Para Márcio Souza, a cidade flutuante<sup>141</sup> é representada, do mesmo modo, não como fenômeno cultural, mas como síntese da ocupação desregrada, assim como o escritor trata os bairros em que se instalavam os novos pobres urbanos, nos subúrbios, desde os anos de 1950 (SOUZA, 1978):

Manaus, na década de cinquenta, começava a inchar, e os ribeirinhos que nem ao menos se internavam em seus limites, permaneciam na periferia, formando a conhecida Cidade Flutuante. É no segundo governo trabalhista de Gilberto Mestrinho, que essa ideologia da classe média toma forma definida e o Estado cai novamente no delírio. Era o “Novo Amazonas” das obras de fachada, das ruas asfaltadas com fins eleitorais, das inaugurações e do total desconhecimento de planejamento urbano. A cidade, com o contingente humano vindo do interior, expande-se em favelas que recebem o bucólico nome de bairros (p.50).

A cidade flutuante viria a ser extinta, por meio do Decreto Estadual n<sup>o</sup>. 168 de 1965, a partir da montagem de um “verdadeiro aparato civil-militar capaz de esmagar qualquer força dirigida contra o Estado” (SALAZAR 1985, p.83) e a respeito das novas moradias destinadas aos que foram desabrigados, nos fala João Pinheiro Salazar (idem, *ibidem*):

No conjunto habitacional que foi supostamente construído para abrigar uma pequena parte dos deserdados, encontra-se menos da metade dos atuais moradores que habitaram aquela favela fluvial e representam pouco mais de 3% do total daqueles moradores. Mais de 50% são novos moradores, de classe média, que impuseram reformas profundas nas casas originais, configurando uma nítida dicotomia entre os deserdados e os “novos ricos”. Essa heterogeneidade tem dificultado e estremecido o relacionamento entre a vizinhança (p.93).

Discorrendo sobre a relocação da população removida, João Pinheiro Salazar deixa evidente que os novos conjuntos não abrigaram prioritariamente os ex-moradores da cidade flutuante e serviram para uma classe média em ascensão, com poder de compra desses imóveis.

<sup>141</sup> “As formas da ‘cidade flutuante’ respondiam por um conjunto de casas de madeira, construídas sobre tronco de árvores capazes de torna-las flutuantes sobre as águas do rio Negro e igarapés de Manaus entre os anos de 1920, quando o ‘fausto’ da borracha chegou ao fim, e 1967, em meio à política de ‘integração’ nacional dos governos militares, quando se implanta na cidade uma zoa de livre comércio, visando, em primeiro plano, retirar Manaus do marasmo econômico em que, oficialmente, se encontrava e, numa perspectiva macro, integrar uma região estratégica ao modelo internacional de produção capitalista” (SOUZA, 2010, p.14).

Para José Aldemir de Oliveira, a “cidade flutuante representou uma alternativa mais barata de moradia para àqueles que não tinham condições de habitar em terra”, pois a água não constituiria propriedade privada. Para o autor, o processo de remoção de moradores das águas, não incluiu uma alternativa efetiva para abrigar as pessoas que dali foram removidas (OLIVEIRA, 2003):

Todas as casas da cidade flutuante foram retiradas e aqueles moradores com maior poder aquisitivo foram transferidos para os Conjuntos Residenciais de Flores e da Raiz que foram construídos com recursos do BNH – Banco Nacional da Habitação – para receber os moradores. Todavia a maioria recebeu apenas uma pequena ajuda, autorização para desmanchar a casa flutuante em um meio de transporte para transferir o material para construir um barraco em outro local da cidade (p.81).

Por outro lado, havia outros interesses envolvidos, também, com a dissolução da “cidade”, para além da questão apontada por José Aldemir de Oliveira, quando aponta para o desamparo e as limitações de acesso dos ex-moradores da “cidade flutuante”, à moradia nos primeiros conjuntos. Leno José Barata Souza analisou, em sua tese sobre este tema, o incômodo e o entrave que se estabelecia com a presença da cidade flutuante para instauração das atividades econômicas relacionadas à Zona Franca de Manaus, durante o governo militar (SOUZA, 2010):

Junto com esta questão de logística, para as novas metas oficiais, as grandes dimensões territoriais e demográficas da “cidade flutuante”, formavam, aos olhos do governo, além de uma grande barreira natural, um problemático entrave econômico aos planos de industrialização local, com os quais as autoridades pretendiam substituir a tradicional economia extrativista, da qual a “cidade flutuante”, desde meados da década de cinquenta, era a grande representante do Amazonas (p.328).

Ainda assim, do ponto de vista discursivo, Arthur Reis articulou a ideia dos conjuntos habitacionais, como uma das soluções para o abrigo dos moradores da cidade flutuante que pretendia dissolver. A recém-criada COHAB – Am, agenciaria a acomodação desses habitantes em uma estrutura ordenada e adequada à cidade, aos olhos do administrador (MENSAGEM, 1966):

Os projetos iniciais são para alcançar-se, em 1966, o número de 2.000 residências construídas, na dependência, naturalmente, dos recursos com que contar a Companhia de Habitação da colaboração da iniciativa privada e de outros recursos provenientes de financiamentos, inclusive e principalmente do Banco Nacional de Habitação.

A política habitacional do Estado do Amazonas afina-se dêsse modo, com a do Governo Federal, na busca para a solução de tão grande e urgente problema social do nosso país. Enquadramo-nos às regras do SERFHAU, que é o órgão da União constituído para unificar, normalizar e pesquisar o problema no âmbito nacional, assessorando o BNH no contrôle, normalização e fiscalização técnica dos COHABS (p.70).

Conforme já dito, apenas alguns dos moradores conseguiram adquirir as casas financiadas pelo BNH. Muitos passaram a ocupar bairros existentes ou recentemente criados,

outros, seguiram para loteamentos coordenados pelo próprio governo, muitos, ocuparam outros espaços da cidade, estigmatizados e socialmente marginalizados, de modo recorrente, associados à imagem de “favelas”.

Com o estabelecimento e a propagação do sentido de inaptidão dessas moradias à cidade, o Estado contribuiu para a determinação e difusão de padrões edilícios inaceitáveis para o urbano e também de outros, de seu interesse, que iam surgindo com os conjuntos habitacionais. Os pobres urbanos e a imagem da pobreza, a partir das expectativas com que se pretendeu produzir a cidade, ao ocuparem áreas de interesse de valorização econômica ou de notoriedade urbana, foram incômodos a ponto de provocar o desmanche, como foi o da cidade flutuante, em detrimento de outros referenciais desenvolvidos naquele momento pelo governo militar, quando da instituição de uma política nacional de habitação.

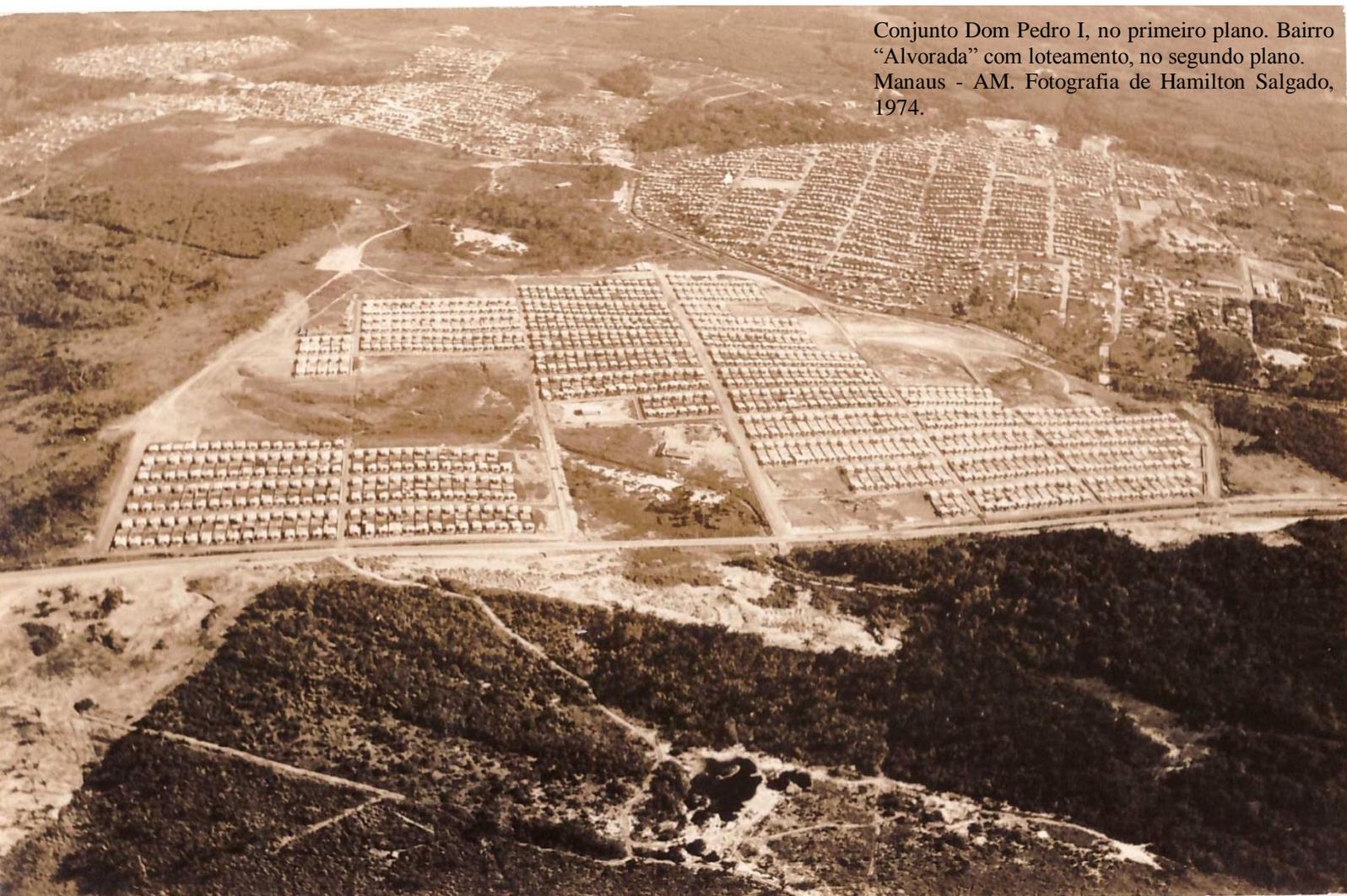


Figura 55 - Legenda da imagem: "Cidade flutuante em Manaus (AM)". Ano: 1965. Autor: Wilson de Souza Aranha. Arquivo virtual: Acervo dos Trabalhos Geográficos de Campo, IBGE.



Figura 56 - Legenda da imagem: "Bairro dos Educandos em Manaus (AM)". Ano: 1965. Autor: Wilson de Souza Aranha. Arquivo virtual: Acervo dos Trabalhos Geográficos de Campo, IBGE.

Nessas últimas imagens de Wilson de Souza Aranha, o registro da vastidão da “cidade flutuante”, que organicamente, sobre as águas do rio Negro ou acomodada nas bordas da região sul de Manaus, compunha um grande complexo social e cultural na cidade. A remoção desses habitantes consistiu em uma medida saneadora de monta que desconsiderou a trajetória pregressa de homens e mulheres, ao deslocá-los de seu lugar de moradia. Encaminhada pelo governo do estado à época, essa medida foi de encontro aos interesses, por parte dessa administração, de fazer ecoar localmente, um sistema estatal de promoção de habitações populares que era enraizado nas diversas regiões do país.



Conjunto Dom Pedro I, no primeiro plano. Bairro "Alvorada" com loteamento, no segundo plano. Manaus - AM. Fotografia de Hamilton Salgado, 1974.

### Capítulo 3

#### Conjuntos habitacionais, de 1967 a 1975.

*É uma esperança em marcha,  
Do Brasil amazonense  
Planejada e construída  
Nunca haverá "suspense"  
Pelo sentido que encerra,  
Maravilha desta Terra,  
Que o Rio Negro limita,  
ZONA FRANCA será assim,  
Manaus é o teu jardim,  
- a cidade mais bonita!...*

Alexandre Montoril (JORNAL DO COMÉRCIO, 12/11/1970).

### 3.1 Cronologia dos conjuntos, um “Urbanismo devidamente planejado”<sup>142</sup>

Com a criação da Zona Franca de Manaus em 1967 e a implantação de um distrito industrial<sup>143</sup>, as transformações do espaço urbano da cidade seriam percebidas e narradas como fenômeno nunca ocorrido antes nesse contexto. O território urbano avançou sobre a floresta com os anos e não apenas as transformações em si, mas a velocidade como ocorreram, influenciou no modo como foram percebidas as mudanças em curso. Vários autores que tratam deste processo mencionam as alterações de paisagem, dos fluxos, da materialidade da cidade, e os impactos que a nova configuração de que ia sendo dotada a cidade, nos anos de 1960 e 1970, produziria sobre suas experiências de vida urbana.

A ampliação das dimensões físicas da cidade, o novo ritmo urbano, o aumento expressivo do número de automóveis, a degradação dos edifícios ecléticos produzidos durante o “ciclo da borracha”, a presença de “favelas” e outras ocupações não ordenadas pelo poder público e sua antítese, os grandes conjuntos habitacionais, são percebidos como componentes característicos dessa paisagem em processo de transformação. Para enaltecer ou criticar, esses foram alguns dos traços característicos da cidade, aos olhos de alguns dos que viviam em meio a essa transformação. Uma imagem sintética da Manaus no período da Zona Franca, é apresentada por Ribamar Bessa Freire (FREIRE, 1987):

O conceito de espaço urbano e vida coletiva não se faz presente no processo de expansão da cidade. O espaço das praças do período da borracha foi reduzido e suas árvores derrubadas para dar lugar a estacionamentos e garagens de carros ou para a edificação de prédios públicos. Os novos conjuntos habitacionais não contemplam espaços verdes para área de lazer ou praças, não possuem rede de esgotos, e suas calçadas – ali onde existem – foram construídas de maneira irregular pelos próprios moradores, obrigando os pedestres a caminhar pelas pistas – lugar de lazer das crianças – num combate contínuo com os carros.

O lixo toma conta das principais artérias, à espera de que os urubus façam o serviço dos garis.

(...)

As construções do kitsch zona-franquense, de tremendo mau gosto, janelas retas e quadradas, lambris de metal, vidro fumê e ar refrigerado, buscam como modelo, agora, a cidade de Miami, onde os beneficiados pela Zona Franca vão passar suas férias. Construções que se contrapõem à floresta, aos igarapés e às favelas (p.60).

Cabe ressaltar a referência que o historiador faz ao improvisado, à falta de planejamento da cidade em crescimento e à incompletude dos conjuntos habitacionais, desprovidos de infraestrutura e de espaços públicos de qualidade à vida urbana coletiva, quando habitados. As novas construções de modernidade pretenciosa, a floresta, os igarapés, as favelas, e, tomando-se a liberdade de incluir, os conjuntos habitacionais, seriam novos e velhos componentes

<sup>142</sup> (MENSAGEM, 1967).

<sup>143</sup> Para Vitor Ribeiro Filho, a “explosão demográfica” no período associado à instauração da Zona Franca de Manaus seria efetivada com a instalação do Distrito Industrial na Zona Leste da cidade, no início dos anos de 1970. (FILHO, 1997)

marcantes na paisagem urbana local. Na reportagem a seguir, um comentário sobre as transformações do espaço urbano de Manaus nesses anos, numa visão positiva em associação ao progresso e a uma nova alternativa econômica para a região. Como narrativa urbana (SOUZA 2010, p.26), os jornais puderam fornecer informações a respeito de novos significados atribuídos aos lugares urbanos nesses anos pós ZFM (JORNAL DO COMÉRCIO, 19/12/1970):

O teatro Amazonas já não domina as visões panorâmicas de Manaus, apesar de permanecer em seu lugar de sempre e guardar a majestade que lhe deu prestígio nacional. Edificado como marco de uma época de fastígio, vem sendo ofuscada por outros marcos, que, apesar de não tão célebres e solenes, registram outra era amazonense. É a fase da Zona Franca, com a qual novamente a cidade experimenta dias de progresso, vendo suas ruas se movimentarem, novos edifícios subirem, sua população voltar a agitar-se e a acreditar em uma palavra mágica chamada desenvolvimento. É o velho Teatro Amazonas, ainda majestoso e considerado isoladamente, vai sendo confundido na visão geral, já não mais salta, de modo dominador, as vistas, já não exigem que o fotógrafo apanhe um avião e suba a milhares de metros: Correia Lima, por exemplo, apenas entrou no elevador de um prédio de 19 andares e foi ao último, com sua máquina de lente ‘olho de peixe’, adquirida na Zona Franca de Manaus (p.1).



Figura 57 – (JORNAL DO COMÉRCIO, 19/12/1970, p.1).

A respeito da paisagem, Márcio Souza falou sobre uma especificidade ignorada pelos planos urbanos em curso, muito provavelmente os contratados por Arthur Reis e atualizados na administração de Danilo Areosa, já mencionados. Também estabelece um juízo de feiura e beleza, ao qual relaciona as novas modalidades de construção implantadas na cidade, notórias à sua percepção (SOUZA, 1978):

Fala-se muito no problema urbano de Manaus e há um plano de reforma urbana em andamento. Mas a natureza e a ecologia da cidade exigem mais do que a abertura de avenidas e a racionalização do escoamento do trânsito. Os aspectos paisagísticos e arquitetônicos estão abandonados e entregues à rapina da especulação imobiliária. O que torna a cidade numa anarquia onde o mau gosto é o nível menos grave, e o mau gosto arquitetônico de Manaus é um caso único (p.162).

Quanto ao crescimento urbano, afirma que:

...a cidade vazou para todos os lados. Os administradores, mesmo reconhecendo o problema, não encontraram meios de evitar os estilhaços. O número de veículos

aumentou dezenas de vezes e os serviços básicos de luz, esgotos, calçamentos, pavimentação, e até de entrega de correspondência, continuam restritos às fronteiras de 1910 (p.163).

A princípio o adensamento em si, ou a presença do aparato industrial não explicaria este processo, da cidade transformada, do modo como o foi, nesses anos. Mesmo que essa síntese fosse possível, outros fatores de ordem econômica, conjunturais, seriam necessários para uma abordagem desse fenômeno. Cabe-nos aqui, discorrer, especificamente, sobre as interferências mais significativas empreendidas pelo poder público na cidade frente a esse processo, no tocante às habitações de populares. Como um indicador, faz-se importante verificar o crescimento populacional da cidade nesses anos, conforme a tabela a seguir:

	1920 <sup>1</sup>	1940 <sup>1</sup>	1950 <sup>1</sup>	1960 <sup>2</sup>	1970 <sup>2</sup>	1980 <sup>2</sup>
Manaus	75.704	106.399	139.620	175.343	314.197	642.492

Tabela 2 – Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1872, 1890, 1900, 1920, 1940, 1950, 1960, 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010. (Grifo da autora)

(1) População presente. (2) População recenseada. (3) População residente.

A respeito do aumento da população da cidade, especialmente em finais dos anos de 1960, foi diretamente relacionado à “desagregação da economia do interior” desde os anos de 1920, como afirma João Pinheiro Salazar, tendo sido a formação da “cidade flutuante” um dos fenômenos expressos no espaço urbano, mais marcantes desse processo. Sua extinção, em 1966, tendo sido confundida com a criação da Zona Franca de Manaus, em 1967 (SALAZAR 1985, p.140,141).

A diferença dos fluxos migratórios de 1940 e de finais dos anos de 1960 com a ZFM, estaria no fato de que este, teoricamente constituiria um processo atrativo à nova população, em virtude das “perspectivas reais de obter ocupação” (idem, *ibidem*) e melhoria de suas vidas. Ao criticar o trabalho de Rosalvo Machado Bentes sobre o processo migratório para Manaus com a instauração da Zona Franca, João Pinheiro Salazar, cita-o para mencionar alguns dos fenômenos habitacionais materializados na capital, do ponto de vista social, como o autor aborda: “inchamento, proliferação de favelas na periferia, (...) invasões de terrenos de propriedade pública e privada”<sup>144</sup>. Estes, embora processos qualificados pelo julgamento da ordem urbana, e guardadas as relativizações possíveis de sua análise, teriam ocorrido em função do novo movimento migratório para a capital e pelo número limitado de empregos produzidos pelas indústrias instaladas em Manaus.

<sup>144</sup> João Pinheiro Salazar fala sobre como a Zona Franca de Manaus exerceu atração a população que se deslocou para a cidade a partir de sua instauração, afirmando ser a ZFM, “tudo aquilo que para cá veio sem gozar dos benefícios daquele decreto, e aí estão incluídos todos os emigrantes”, o que faz do “problema habitacional”, social, parte dela (SALAZAR, 1985, p.153-155).

Termos como “invasões”, “favelas”, “bairros pobres”, “barracos” aparecem comumente nos jornais (levando-se em conta os consultados nesta pesquisa)<sup>145</sup>, mais intensamente na década de 1970, sendo um indicador de que tanto novos processos de ocupação urbana na cidade, ou de conflito pela posse da terra, ganhavam expressão, bem como novos juízos e interpretações a respeito desses processos, especialmente quanto à forma como se viu a presença do pobre na cidade. Na escrita de Moacir Andrade, a mesma relação já identificada em outros momentos desta pesquisa, entre pobreza, promiscuidade, violência, em novos bairros formados ou adensados pelas populações pobres (ANDRADE, 1984):

Agora tudo é Zona Franca, não se fala mais em borracha, castanha, sorva, ucuquirana, pau-rosa, couros, e outros produtos que outrora ocupavam as colunas de problemas econômicos divulgados diariamente nos jornais locais. Isso tudo já era, como diz a juventude de hoje. E para onde se dirige o nosso caboclo? Aqui para Manaus, invadindo os grandes lotes de terras devolutas. Bairro da Alvorada, Planeta dos Macacos, Bairro do Coroadó, Bairro da Compensa e muitos outros que neste exato momento estão nascendo já com imensa bagagem de problemas sociais infundáveis. A marginalidade geralmente instala seus esconderijos e exercita a criminalidade nesses bairros, depois, carregada de periculosidade se dirige para o centro da cidade onde realiza assaltos, homicídios e toda a sorte de malefícios (...) a prostituição é também outro grande problema alimentado pelos contingentes egressos do interior do Estado, que aqui ingenuamente são engajados aos muitos prostíbulos (...) nos centros dos bairros pobres, justamente para se tornar a isca atrativa de sua clientela (p.193,194).

Em 1968, o governo divulgava as pretensões para o ano seguinte: construir cinco mil moradias pela COHAB – Am (JORNAL DO COMÉRCIO, 31/12/1968). A atuação governamental continuava a incentivar cada vez mais a construção de conjuntos habitacionais. O governador reiterava em 1969 que ao “elevado déficit de habitação, com um apreciável contingente populacional residindo em casebres, à margem do conforto e do bem-estar da civilização” (MENSAGEM, 1969, p.89), a resposta deveria ser a de empreenderem-se os conjuntos, divulgando a cada nova mensagem oficial e peça publicitária, os números de habitações produzidas pela COHAB- Am. Ainda em 1969, Danilo Areosa mencionava a construção de mais 362 unidades no bairro da Raiz realizada no ano anterior, além das obras de infraestrutura e de suporte, como da área comercial do conjunto e do arruamento do local. Tais obras de infraestrutura, como já mencionado, ocorriam mesmo depois da ocupação dos conjuntos.

No mesmo ano de 1969, foi inaugurado o Conjunto Presidente Castelo Branco, no bairro do Parque Dez, com 1.308 unidades habitacionais (MENSAGEM, 1969, p.90), o que recebeu ampla divulgação na imprensa. Para o governador, o conjunto viria a “solucionar o

---

<sup>145</sup> Especula-se que neste caso, o fato de haver a presença de matérias a respeito de “favelas” urbanas nos jornais, ou mesmo das “invasões”, pode estar vinculado a interesses outros, especialmente os relacionados à questão da posse da terra, tema merecedor de outro estudo.

angustiante problema de casa própria para mais de mil famílias amazonenses, graças a este plano habitacional criado pelo Governo Revolucionário” (idem, *ibidem*, p.101). O fato ocupou página inteira do *Jornal do Comércio* em 31 de janeiro:



Figura 58 – Legenda: Habitação: “COHAB – Am cumpre em Manaus e no interior o programa do governo Danilo Areosa”. (JORNAL DO COMÉRCIO, 31/01/1969).



Figura 59 – Legenda: “Habitação melhor e mais fácil. Milhares de casas populares estão sendo construídas pela Companhia de Habitação do Amazonas em todo o Estado. Edificadas em terrenos saudáveis e contanto, todas, com água encanada, luz elétrica e esgotos, elas se destinam ao amazonense de pequenas posses, custando seu pagamento quantias menores que os aluguéis normalmente cobrados pelos barracos que aos poucos vão desaparecendo”. (JORNAL DO COMÉRCIO, 31/01/1969)

Nota-se na imagem destacada da reportagem, o conjunto habitacional da Raiz, com o qual Danilo Areosa ainda lucrava na propaganda. Abaixo se destaca alguns trechos desta matéria a respeito dos atributos do conjunto do Parque Dez, primeiramente pela ênfase que o discurso jornalístico agigantou os empreendimentos habitacionais do Estado, depois, pelo fato de terem sido confrontados esses conjuntos, na condição de novas modalidades habitacionais, a outras formas de habitação e experiências urbanas. Esses dois pontos aparecem especialmente nos trechos abaixo grifados (JORNAL DO COMÉRCIO, 31/01/1969):

Com o apoio do Governo Federal, por intermédio do Banco Nacional da Habitação, construir tanto seja preciso para a grande faixa de amazonenses que **ainda vivem à margem dos igarapés**, em condições sub-humanas de habitação...

(...)

...**terreno sadio** e limpo, com água encanada, luz elétrica, esgotos...

(...)

...se inicia mais um, em Manaus, este o maior não somente do país, mas de toda a América Latina. Terá **nada menos de dez mil casas**, fazendo do bairro do Japiim, onde começa a ser erguido, uma verdadeira cidade dentro da outra, isto é, na capital amazonense.

(...)

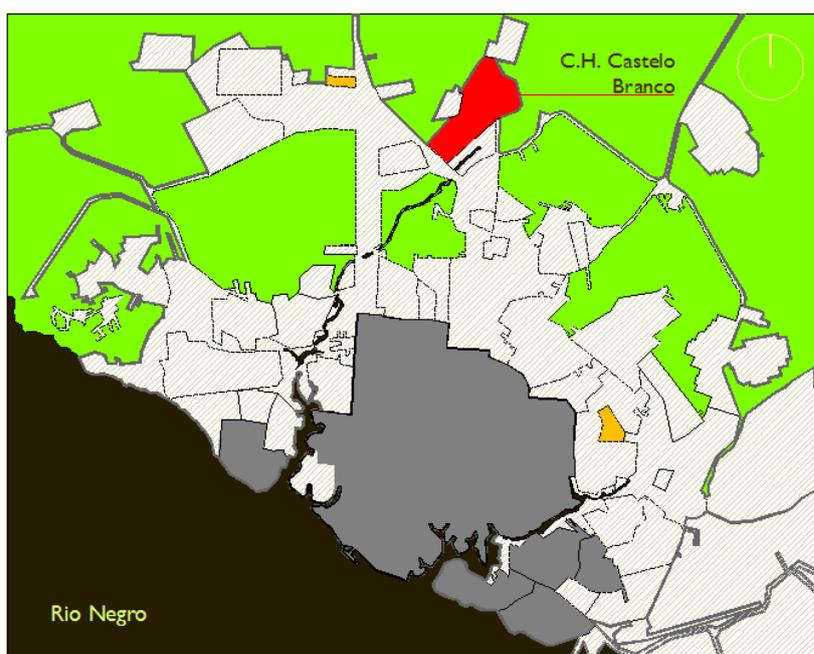
Não raro, vêm de locais onde suas crianças, a falta de espaço limpo para brincar, **dividiam com galinhas e porcos o terreno sujo e lamacento** de que dispunham. Agora, todavia, passarão para um bairro que se ergueu **planejadamente**, aí cada coisa tendo seu lugar certo.

(...)

...numa mini cidade onde a ordem e a racionalização lhes darão **melhores hábitos, possibilitando-lhes a evolução social...**

(...)

Pagarão prestações mensais geralmente inferior ao valor dos alugueres que antes pagavam pelas moradias que jamais seriam suas.



Mapa 8 – Localização do conjunto habitacional Castelo Branco (em vermelho), no limite urbano, tomando-se como base o já referido mapa de 1974 (AMAZONAS, 1974). Também estão indicados os conjuntos da Raiz e de Flores.

Na imagem a seguir, uma noção da nova paisagem que ia sendo configurada nos arredores da cidade, com a implantação dos conjuntos habitacionais, praticamente no limite de sua área urbana, em uma artificialidade desconexa do meio e da estrutura previamente existente no espaço urbano. A infraestrutura desse conjunto do Parque Dez só estaria completa nas gestões seguintes, nos primeiros anos de 1970.

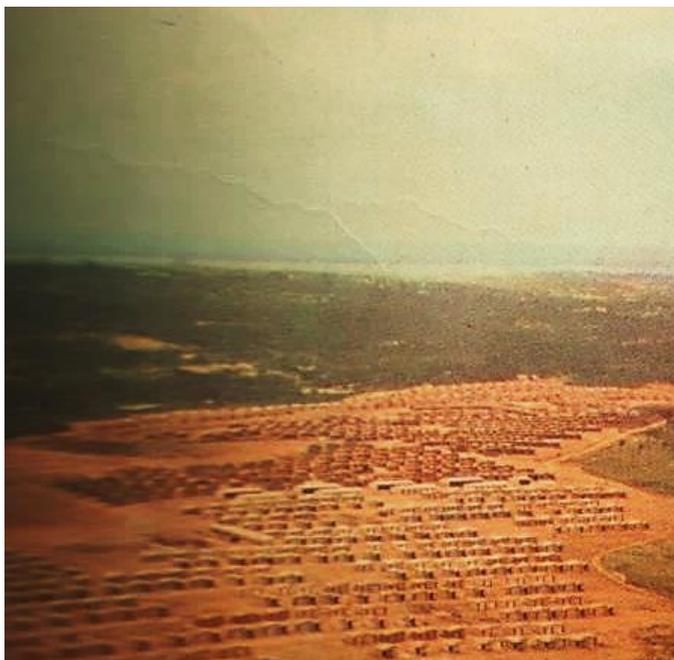


Figura 60 – Conjunto do Parque Dez de Novembro (OCUPAÇÃO DO AMAZONAS, s.d.).

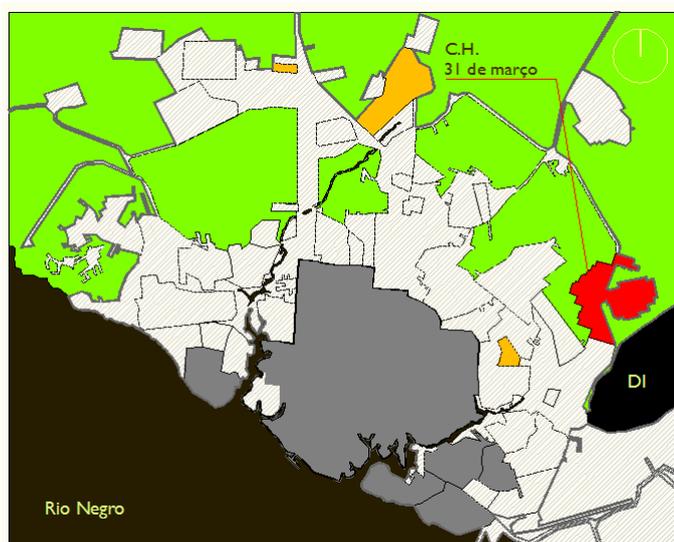
Além deste conjunto no Parque Dez de Novembro e os dos bairros da Raiz e Flores, de acordo com a propaganda veiculada nesse texto jornalístico, o governo estadual planejava executar o conjunto do “Japiim”, para dez mil casas, que seria iniciado primeiramente com a construção das primeiras duas mil. Esse foi do ponto de vista da divulgação e repercussão nos jornais levantados no período estudado, o mais importante conjunto, pela quantidade de unidades habitacionais implantadas. Praticamente outra cidade. Ressalta-se que além de serem executados na capital, foram sendo construídos conjuntos habitacionais nesse mesmo período, em outras cidades do estado do Amazonas, como em Benjamin Constant, Parintins, Itacoatiara, Coari.



Figura 61 – (JORNAL DO COMÉRCIO, 29/08/1968).

Todos esses conjuntos eram localizados em áreas afastadas do centro urbano, como atestado por João Pinheiro Salazar, ao comentar que até a instauração da ZFM, o raio mais distante entre o centro e os bairros não atingia 5 km, e “a partir da ZFM, a localização de conjuntos habitacionais e a instalação de novos bairros, vão se distanciando cada vez mais do centro, ultrapassando o raio de 10 km” (SALAZAR, 1985, p.94).

A escolha do local de implantação do “Japiim” pressupõe-se que se deu em detrimento da instalação do Distrito Industrial, e ao direcionamento dado à expansão da cidade, a leste, com a aproximação da infraestrutura para a instauração de equipamentos industriais, que estava sendo providenciada nessa área da cidade. Esse conjunto, conforme os discursos oficiais e a imprensa estruturaria “outra cidade” dada sua dimensão.



Mapa 9 – Localização do Conjunto 31 de março (em vermelho) e da área destinada ao Distrito Industrial (DI), sobre mapa base veiculado pelo Governo do Estado (AMAZONAS, 1974).



Figura 62 – Em destaque, o Conjunto 31 de março, implantado no ano de 1970. (SUFRAMA, 1971).

1) Distrito Industrial; 2) C.H. 31 de março.

A inauguração da primeira etapa do Conjunto 31 de março seria repetidamente noticiada nos jornais, com o acento à vinda de representantes do governo militar à cidade para as comemorações organizadas pelo poder público local. Nas duas matérias do *Jornal do Comércio*, a seguir, a propaganda da visita do Ministro Costa Cavalcante, para inauguração do conjunto “31 de março” (JORNAL DO COMÉRCIO, 02/12/1970).



Figura 63 - Legenda: “Dizendo que ‘isto será a segunda cidade do Amazonas’, o Ministro Costa Cavalcanti, do Interior, inaugurou ontem as primeiras mil casas do Conjunto ‘31 de Março’, as quais abrigarão cerca de 6 mil pessoas, oferecendo-lhes, já, sistema de águas e esgotos, energia elétrica, saneamento, arruamento, meios-fios e sarjetas” (JORNAL DO COMÉRCIO, 02/12/1970, p.5).

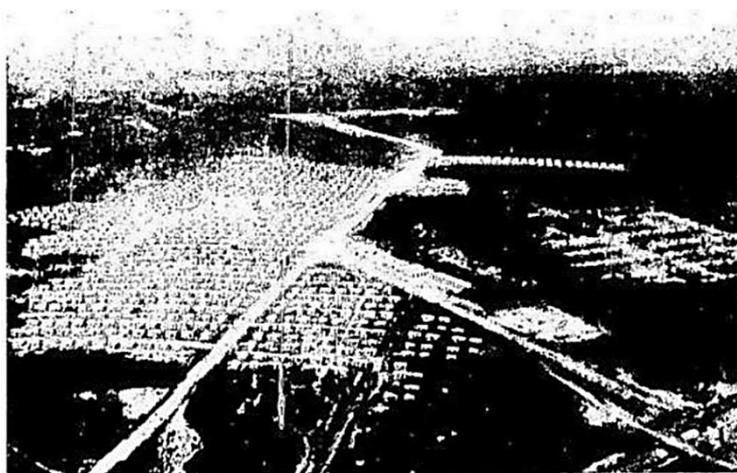


Figura 64 – Legenda: “Mais um Conjunto Residencial” (JORNAL DO COMÉRCIO, 22/11/1970, capa).

Com esses conjuntos habitacionais, o governo propagava em seus discursos, atributos de evolução na forma de habitar a cidade, estabelecendo parâmetros de como idealmente previa a inserção de populares. Para os populares, a instauração de “melhores hábitos”, possibilitaria a sua “evolução social” e com o argumento governamental a respeito do novo e do progresso, instituíram-se outros referenciais para a habitação urbana, outros parâmetros

que garantiriam, a princípio, o ingresso de pobres urbanos em modalidades de habitação ordenadas admitidas para a cidade. A associação entre a qualidade das habitações, algo questionável, como se verificou nos registos sobre o desenrolar da ocupação desses conjuntos e a feição da própria moradia mínima, foi um processo artificial, que não convenceu muitos além dos próprios representantes dos governos. O próprio governador João Walter de Andrade colocaria na condição de “problemas de natureza social”, os impedimentos para o desenvolvimento regional, no ano de 1971, devidos à “falta de motivação da população”, fator que impediam sua integração no “processo de desenvolvimento” (MENSAGEM, 1971, p.3).

Em 1970, Danilo Duarte de Mattos Areosa enfatizou a contraposição entre as ocupações de populares e a imagem das novas habitações dos conjuntos. Na mensagem oficial, ao se referir ao “tapiri”, desqualificou esta modalidade de construção, fazendo oposição às “moradias de cimento e tijolo”, estas sim a seu ver, dotadas de uma imagem associável ao progresso, nos moldes como concebido e pretendido pelo governo militar (MENSAGEM, 1970):

...os tapiris que apareceram em grande número com o crescimento desordenado da cidade, às margens das estradas ou à beira dos igarapés e braços de rio, nas circunvizinhanças de Manaus, estão dando lugar a moradias de cimento e tijolo, dotadas de todos os requisitos da civilização moderna (p.101).

Ao se referir ao “tapiri”, numa associação depreciativa, ele se apropria de um termo enraizado culturalmente. O “tapiri” é equivalente à habitação produzida pelo morador para si, em resposta aos condicionantes do contexto sócio espacial amazônico, desenvolvida em consonância com seu modo de vida e as limitações do meio, adaptado ao ambiente natural em que, neste caso, o homem se fixou. Esta habitação é dotada de uma materialidade específica, palha e madeira, e tem duração restrita, pois se renova continuamente, numa cíclica substituição da matéria prima com o qual é feita.



Figura 65 - Legenda: "Amazonas – Um tapiri típico". (ABA, 1969, p.23)

Para Leno José Barata Souza, que se interessa pela investigação das formas típicas de habitar do homem amazônico, este é o significado do “tapiri” (SOUZA, 2010):

No mundo médio das várzeas vive e trabalha o ribeirinho amazônico, ele sabe que sazonalmente (em média de seis em seis meses) suas terras baixas serão inundadas pelas águas, daí a importância estratégica das suas casas pernaltas, nas quais as palafitas amazônicas são as principais expressões; da praticidade do *tapiri*, cuja construção à base de palha e madeira leve, facilita seu deslocamento para as terras mais secas (p.40).

João Pinheiro Salazar atribui a presença dessas construções no contexto urbano a condicionantes sociais e econômicos, ao pauperismo de populares, em reflexo aos processos que impulsionaram a ida do homem do interior para a cidade, consequência de um arranjo econômico mais conjuntural do Estado. Leno Barata, de modo distinto, justifica culturalmente esta modalidade construtiva no contexto da cidade flutuante, tomando-as como o arranjo que determinados grupos sociais, especialmente vindos de ambientes do interior amazônico, foram capazes de produzir, no processo de enfrentamento do habitar na cidade.

Na imagem a seguir, um registro do centro da cidade, com as edificações consolidadas (segundo plano) e as casas enterradas em área de curso d'água (primeiro plano). As moradias combatidas permaneciam na paisagem urbana desses anos:



Figura 66 - Legenda: "Bairro com casas de madeira em Manaus (AM)". Ano: 1965. Autor: Wilson de Souza Aranha. Arquivo virtual: Acervo dos Trabalhos Geográficos de Campo, IBGE.

Dentre os problemas “de natureza social” do Amazonas elencados por João Walter de Andrade em sua mensagem de 1971, estavam as “condições habitacionais insatisfatórias”. No texto, a identificação de uma “pressão por residências”, dada pelo crescimento demográfico e fluxo migratório do interior, mais acelerado a partir de 1967. É importante mencionar a crítica que fez esse governador, aos programas e habitação que a seu ver eram “insuficientes para satisfazer à demanda e, quanto implantados, defrontam-se com o problema das normas de financiamento, as quais não condizem com situações peculiares do meio amazônico” (MENSAGEM, 1971, p.3).

Essas situações peculiares poderiam ser as relativas à dificuldade de obtenção de materiais para a construção, ou do regime de chuvas, fatores recorrentes nos documentos que apresentaram entraves a realização das obras os conjuntos. Também, poderiam ser aquelas relativas às dificuldades de ingresso de populares no Sistema Financeiro da Habitação, uma incompatibilidade não vivenciada apenas neste contexto social da capital, mas em outras cidades do país.

No final de 1970, as discussões a respeito do novo código de obras da cidade foram encaminhadas pela Prefeitura, com o intuito de, inclusive, produzir regramento ao gabarito das edificações que estavam sendo construídas sem este limitador. Vale mencionar o fato de que em 1967, havia sido aprovado o novo código de posturas do município<sup>146</sup>, no mesmo ano em que foi dissolvida a “cidade flutuante”.

<sup>146</sup> Lei n.º 988 de 17 de novembro de 1967.

Com a aprovação do novo código de obras em 1975, ficava estabelecida a categoria “casa popular”, assim definida como modalidade edilícia, “a casa do tipo econômico, com um só pavimento ocupando o máximo de 20% da área do lote e de área total de construção não superior a 60,00 m<sup>2</sup> (sessenta metros quadrados)”<sup>147</sup>.

Na primeira metade da década de 1970, o movimento do estado era o de promover os conjuntos habitacionais, como alternativa única, frente às demandas sociais que dizia atender, por moradia. Cada vez mais os conjuntos foram implantados, “visando oferecer à classe média baixa da população, moradia higiênica com um mínimo de conforto oferecido pela tecnologia, ainda mesmo quando modesta e simples” (MENSAGEM, 1973, p.XIX).

Porém, permaneciam na cidade as ocupações precárias, de populares para os quais diziam atender os governos locais. Em 1973 o governo regulou a execução, em âmbito estadual, do Plano Nacional de Habitação Popular - PLANHAP<sup>148</sup>, criando um Fundo Estadual de Habitação e transformando dois anos depois, a COHAB – Am, na Sociedade de Habitação do Amazonas – SHAM. Esta nova instituição, passou a empreender não apenas a construção de conjuntos habitacionais, mas a urbanização ou reurbanização de áreas “ocupadas por aglomerados de subhabitação”<sup>149</sup>. Além disso, passou a atuar na “intensificação do processo de desfavelamento”, dentre outras medidas, em sintonia com a revisão dos programas habitacionais nacionais. Isto porque “os setores de menor renda do mercado popular, de um a três salários mínimos, que um dia foram a razão da própria existência dessas instituições, encontram-se cada vez mais preteridos dos programas tradicionais” (AZEVEDO e ANDRADE, 1982, p.84).

A partir desse ano de 1973, o PLANHAP foi ajustado, incorporando medidas que teriam como premissa o atendimento da população mais pobre das cidades, ao menos no texto da lei. Da maneira com que esse ajustamento foi feito, priorizou-se os serviços de saneamento. O governador João Walter de Andrade utilizaria o termo “infraestrutura social” em sua mensagem, para se referir a um conjunto de equipamentos planejados, incorporando os de saúde, educação e também habitação, numa mesma categoria de serviços públicos.

O crescimento da cidade, especialmente pela associação estabelecida com o descontrole governamental do espaço em transformação, o que se nota nas falas dos próprios governantes e nas narrativas dos jornais, foi justificativa para a adoção mais efetiva de

---

<sup>147</sup> Lei n°. 1.208 de 25 de março de 1975, que instituiu o Código de Obras para edificações no Município de Manaus.

<sup>148</sup> Lei n°. 1092, de 16 de outubro de 1973.

<sup>149</sup> Lei n°. 1174 de 29 de dezembro de 1975.

medidas de planejamento urbano. Em 1972, um conteúdo jornalístico expunha sobre essa “desordem” com que a cidade se desenvolvia (JORNAL DO COMÉRCIO, 23/10/1972):

Manaus está crescendo desordenada

Manaus parou de crescer para os lados. Agora, cresce para cima, fazendo brotar edifícios por todos os cantos, sem, no entanto, possuir uma estrutura planejada. Sem planejamento, a cidade se expande, fazendo com que os problemas de ordem urbanística comecem a surgir.

No texto é possível notar a incorporação de uma ideia planejadora, além de uma postura disciplinadora que se requeria ao Estado e ao seu corpo técnico de urbanistas. Era solicitada uma interferência maior sobre a cidade, com a instauração de regras mais rígidas para as novas ocupações, pelo poder público. A matéria anteciparia uma série de outras que veiculariam da necessidade da atuação dos técnicos e especialistas em planejamento urbano, junto aos administradores públicos. O engenheiro José de Moura Teixeira afirmou nessa mesma narrativa jornalística, que Manaus crescia desordenadamente, “devido a inexistência de um plano disciplinador do seu crescimento” (JORNAL DO COMÉRCIO, 23/10/1972).

Na “planta da cidade” abaixo apresentada, a veiculação da planta do Distrito Industrial em separado, incorporado à cidade, planejado fisicamente em paralelo à intensificação da prática de planejamento urbano nesses anos imediatos pós Zona Franca de Manaus.



Mapa 10 - Legenda: “Planta da cidade de Manaus, 1975”. (Em separado, abaixo e a esquerda, a planta do Distrito Industrial). (IX Congresso Eucarístico Nacional. Manual do Congressista. 1975, p.33).

Seriam previstos no ano de 1973, a construção de mais um conjunto para a “classe de um a três salários mínimos” e seria elaborado um projeto para a construção de um centro de educação física no Conjunto Residencial da COHAB – Am, no Parque 10 de novembro

(MENSAGEM, 1974). As estruturas de suporte para o pleno habitar nos conjuntos eram construídas ao mesmo tempo em que eles eram ocupados, em gradativo e após o pleito dos habitantes desses locais. Exemplo da prática da instalação de infraestrutura desses conjuntos após o início de sua construção, ou mesmo de sua ocupação, eram os contratos firmados com o Banco Nacional da Habitação para construção das casas, separadamente dos contratos para a realização dos serviços de infraestrutura, que comumente aconteciam após a construção das habitações ou da ocupação das moradias (MENSAGEM, 1974):

...com a interveniência do BNH, um convênio com vistas à implantação da infraestrutura dos conjuntos residenciais I e II, do Bairro do Japiim, no valor de Cr\$12 milhões, sendo de ressaltar-se que as respectivas obras já foram iniciadas.

Entre os anos de 1971 e 1975, o governo havia construído mais de duas mil casas em Manaus. Nos anos seguintes aos aqui relatados, uma série de outros conjuntos habitacionais foram executados pelo poder público, como na tabela a seguir, fornecida pela atual Superintendência Estadual de Habitação – SUHAB. Nela, foram postos em destaque os conjuntos construídos pelo Governo Estadual até o ano de 1975. A cidade avançava sobre a floresta, com novos bairros e conjuntos, mesmo em se mantendo grandes vazios desocupados no interior de seu território. Além dos indicados na tabela a seguir, havia outros conjuntos, em número expressivo, produzidos pelo setor produtivo da construção, crescente nesses anos na cidade.

CONJUNTOS HABITACIONAIS CONSTRUÍDOS NO PERÍODO 1967 – 2011/ CONJUNTOS NA CAPITAL (MANAUS)					
CONJUNTOS		ANO DE EXECUÇÃO	UNIDADES CONSTRUÍDAS	ÁREA UNITÁRIA	SISTEMA CONSTRUTIVO
01	<b>Flores</b>	1967	306	27,95 m <sup>2</sup>	Alvenaria de tijolos
02	<b>Costa e Silva*</b>	1968	140 222	37,43 m <sup>2</sup> 45,59 m <sup>2</sup>	Alvenaria de tijolos. Cer.
TOTAL:			362		
03	<b>Castelo Branco I</b>	1969	417 450 436	37,95 m <sup>2</sup> 46,62 m <sup>2</sup> 54,78 m <sup>2</sup>	Alvenaria de tijolos. Cer.
TOTAL:			1.303		
04	<b>31 de Março I</b>	1970	211 212 141 261 175	29,96 m <sup>2</sup> 38,34 m <sup>2</sup> 43,26 m <sup>2</sup> 45,78 m <sup>2</sup> 51,02 m <sup>2</sup>	Alvenaria de tijolos. Cer.
TOTAL:			1.000		
05	<b>31 de Março II</b>	1972	211 212 142 261 174	29,96 m <sup>2</sup> 38,34 m <sup>2</sup> 43,26 m <sup>2</sup> 46,78 m <sup>2</sup> 51,02 m <sup>2</sup>	Alvenaria de tijolos. Cer.
TOTAL:			1.000		
06	<b>Ajuricaba I</b>	1975	181 385 193 241	29,96 m <sup>2</sup> 43,26 m <sup>2</sup> 52,46 m <sup>2</sup> 46,78 m <sup>2</sup>	Alvenaria de tijolos. Cer.
TOTAL:			1000		
07	<b>Flores II</b>	1976	30	38,34 m <sup>2</sup>	Alvenaria de tijolos. Cer.
08	<b>Castelo Branco II</b>	1977	62 73 256	38,34 m <sup>2</sup> 52,46 m <sup>2</sup> 59,73 m <sup>2</sup>	Alvenaria de tijolos. Cer.
TOTAL:			391		
09	<b>Japiinlândia</b>	1977	187	59,73 m <sup>2</sup>	Alvenaria de tijolos. Cer.
10	<b>31 de março – 2ª etapa</b>	1977	66 61	38,34 m <sup>2</sup> 52,46 m <sup>2</sup>	Alvenaria de tijolos. Cer.
TOTAL:			127		
11	<b>Ajuricaba II</b>	1977	58 69	52,46 m <sup>2</sup> 59,73 m <sup>2</sup>	Alvenaria de tijolos. Cer.
TOTAL:			127		
12	<b>Cidade Nova – 1ª etapa</b>	1981	589 1021 190	34,38 m <sup>2</sup> 41,20 m <sup>2</sup> 52,51 m <sup>2</sup>	Alvenaria de tijolos. Cer.
TOTAL:			1800		

Tabela 3 – Conjuntos Habitacionais segundo listagem da Superintendência Estadual de Habitação – SUHAB. Governo do Estado do Amazonas. (Editada pela autora, excluindo-se as construtoras e o tipo do imóvel segundo classificação da SUHAB). \*Raiz  
A respeito do conjunto habitacional “Ajuricaba”, não foi apresentado mapa de sua localização pelo fato de que não consta no mapa de referência.

O último conjunto habitacional implantado pelo Governo Estadual no recorte em análise foi o de “Ajuricaba” a noroeste da cidade, situado no bairro de “Alvorada”. A partir de 1970, os financiamentos realizados por meio do Banco Nacional da Habitação passaram também a ser voltados a público que pudesse pagar mais elevadas prestações, com valores não mais limitados, “tanto habitações populares, quanto construções destinadas às classes média e alta” (AZEVEDO e ANDRADE, 1982, p.53).

A partir desse mesmo ano, muitos conjuntos habitacionais foram sendo implantados na cidade, como demonstra a listagem a seguir, organizada a partir de registros fornecidos pelo

Instituto Municipal de Ordem Social e Planejamento Urbano – IMPLURB em 2012, dos conjuntos e loteamentos que passaram pelo processo de aprovação junto a essa secretaria municipal. Com essas informações, tem-se uma noção dos conjuntos e loteamentos aprovados, realizados pelo setor empresarial da construção civil na capital. A adoção da modalidade “conjunto habitacional”, muito provavelmente se relaciona, portanto, ao sistema de mercado em que se inseriram tais empreendimentos, à lógica produtivista da seriação construtiva das unidades habitacionais, atrelada ao custo da terra dos locais de sua implantação. Este modo de operação teria sido mais lucrativo e conveniente para o setor produtivo da construção e para o atendimento de um público de consumo que também tinha interesse em se apropriar das oportunidades de compra da casa, oferecidas pelo BNH.

Destacam-se das informações fornecidas pelo referido Instituto Municipal de Ordem Social e Planejamento Urbano, uma parte apenas, a relativa aos conjuntos ou loteamentos identificados como tendo sido aprovados até um pouco depois do recorte temporal da pesquisa, até a primeira metade da década de 1980, ou que foram identificados já implantados nos mapas analisados na pesquisa, de finais da década de 1960, início da década de 1970.<sup>150</sup> Observa-se que há casos em que a aprovação dista da data de implantação mais de dez anos, tomando-se por base os mapas e demais fontes consultadas.

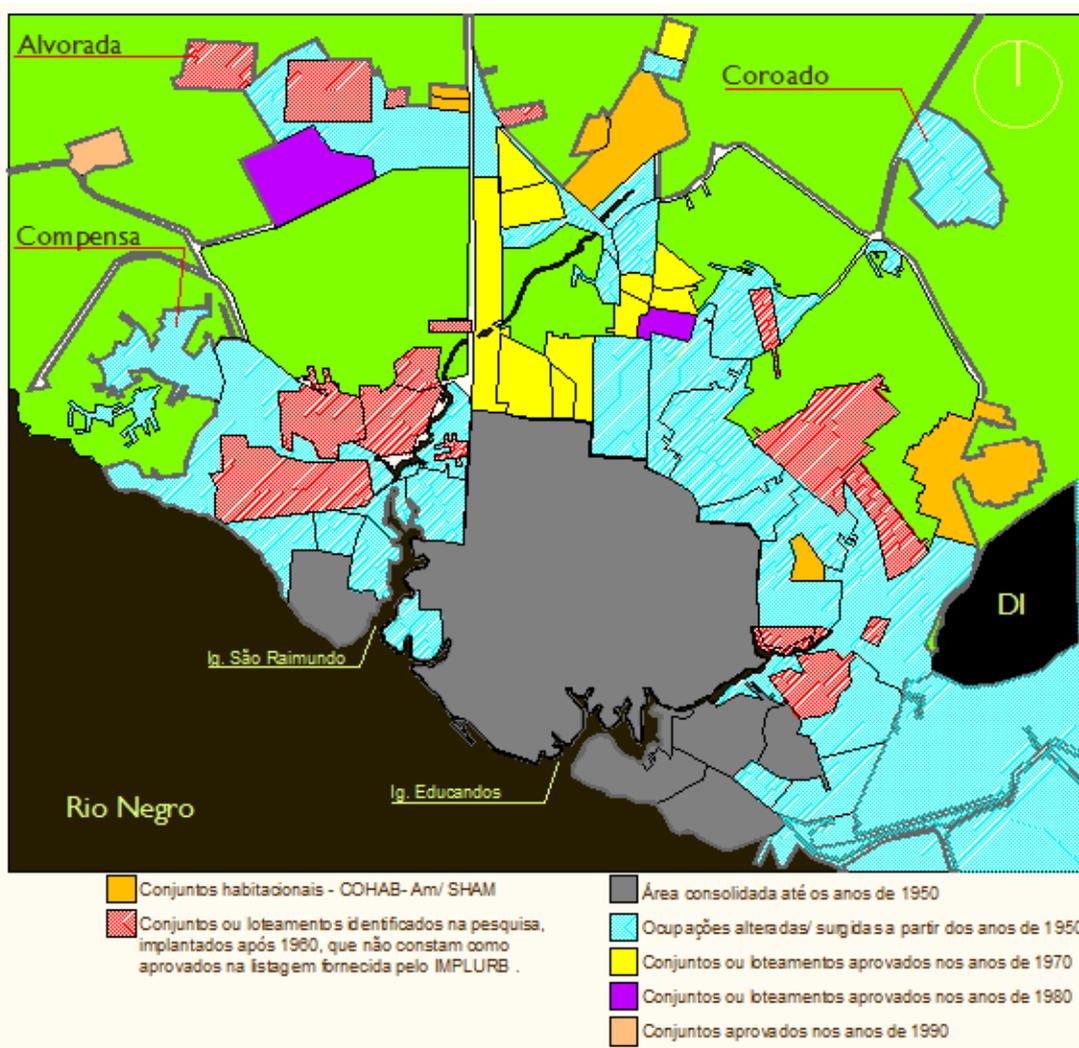
Não foi possível identificar precisamente a data de implantação dos conjuntos, ou mesmo loteamentos, nessas informações prestadas pela Prefeitura, considerando-se que muitas vezes os requerentes de aprovação davam entrada aos processos de pedido de regularização perante o órgão, depois da implantação destes. Houve aprovações realizadas em partes ou loteamentos que foram regularizados para que mais a frente os proprietários dos mesmos o fizessem com as casas já implantadas. Por isso as datas de início dos processos de aprovação, junto ao município, foram suprimidas desta análise. Assim, a tabela em anexo (ANEXO I), apresenta em ordem alfabética, como informado pela Secretaria, a listagem de loteamentos e conjuntos já aprovados até a primeira metade dos anos 1980, as informações de localização e do requerente pela aprovação junto ao órgão, mas não sobre a data de implantação desses conjuntos. Por outro lado, este é um indicador de que não havia tanto controle sobre as intervenções empreendidas até essa década de 1970 por parte da Prefeitura.

Dos sessenta e dois conjuntos ou loteamentos selecionados, quarenta foram aprovados na década de 1970, sem considerar os conjuntos promovidos pela Sociedade de Habitação do

---

<sup>150</sup> Em sucessivas mudanças físicas desse arquivo e de seu acervo e no alagamento do imóvel que era instalado quando da extinta URBAM, no edifício garagem no Centro da cidade, foram perdidas inúmeros documentos. Constam arquivados processos de aprovação a partir de 1969, antes disso não há registros dos serviços anteriormente existentes de aprovação de projetos da Prefeitura.

Amazonas – SHAM, nesta somatória. Destes, implantados até os anos de 1975, foram aprovados o Conjunto 31 de março, aprovado como loteamento em 1987-1988, o Ajuricaba como conjunto em 1978-1980, o Castelo Branco em 1978-1980 como conjunto e Flores em 1978, também como conjunto. No mapa utilizado como base, de 1974, muitos desses loteamentos ou conjuntos não estão presentes, bem como uma série de loteamentos não aparecem na listagem de aprovação. Assim, o mapa apresentado a seguir, é condicionado à interseção dessas duas fontes informativas, o mapa e a listagem, não apresentando a totalidade da cidade, mas indícios dos vetores de crescimento e áreas em transformação, além da concentração de conjuntos e loteamentos empreendidos por particulares nos anos de 1970.



Mapa 11 – Esquema gráfico produzido a partir da listagem de loteamentos e conjuntos aprovados junto ao IMPLURB, sobre mapa veiculado em 1974 (AMAZONAS, 1974), com uma aproximação às concentrações de áreas de expansão da cidade a partir dos anos de 1960. Observa-se que nem todos os conjuntos e loteamentos foram identificados no mapa e há outros no mapa que não constam na listagem de aprovados junto à Prefeitura.

Uma análise da trajetória da conformação territorial de Manaus é desenvolvida por Aziz Nacib Ab'Sáber, na qual o geógrafo recapitula eventos importantes, alguns já

mencionados neste texto, para o arranjo espaço social urbano da cidade. Neste momento se faz oportuno mencioná-lo, pelo caráter sintético do texto e ainda assim, pelo fato de ser atento às particularidades desse processo (AB’SÁBER, 2004):

O crescimento populacional e Manaus reflete diretamente a instalação do distrito industrial da Suframa e o rápido e quase contínuo desenvolvimento comercial da Zona Franca. Calcula-se que, à época da proclamação da República, Manaus tivesse mais ou menos 10 mil habitantes. Ao fim do ciclo da borracha, a cidade atingiu 75 mil moradores. Nos dois censos de meados do século, a cidade registrou pouco mais de 100 mil habitantes: 108 mil em 1940, passando apenas para 110678 em 1950. Em 1970, nos primórdios de instalação da Zona Franca, a cidade deu um salto demográfico, atingindo 281685 habitantes. E, daí para a frente, tornou-se uma cidade grande, registrando 611763 em 1980 e atingindo pouco mais de um milhão de pessoas em 1991 (1009774). O mecanismo de produção de espaços urbanos na região do baixo planalto de Manaus foi relativamente complexo, já que comportou inicialmente um modelo de crescimento de bairros carentes em posição intra-urbana segundo a tradição de “invasões” ao longo dos igarapés e, logo depois, uma periferação semi-ordenada, pelos quadrantes interiores do tabuleiro ondulado regional. A fachada urbana, voltada para a baía do Rio Negro, desde o aeroporto militar de Ponta Pelada até a Ponta Negra, incluindo bairros tradicionais, mercado de barcas, Mercado Municipal, porto e Manaus e as duas bocas largas de igarapés (de Manaus e São Raimundo, dotadas de funções múltiplas), fixou um eixo de circulação sub-ribeirinha da maior importância para a circulação urbana, tendendo a padrões urbanos mais elevados, na faixa situada além igarapé de São Raimundo. Com o crescimento demográfico e o forte e complicado desdobramento do espaço urbano, a cidade acentuou as disparidades sociais, assistindo ao adensamento da pobreza intra-urbana e ao advento de focos de violência, aparecimento de comércio informal e subemprego. O crescimento demográfico, realizado basicamente por fortes correntes migratórias de todos os quadrantes da Amazônia Ocidental, Solimões e Médio Amazonas, deveu-se às ações múltiplas de criação de mercado de trabalho formal ou informal, precipitado pela implantação do distrito industrial da Suframa e da Zona Franca (p.220-222).

Há um contraponto à ocupação das bordas da cidade como mencionado pelo geógrafo, no tocante à implantação dos conjuntos habitacionais, que de certo modo foram situados a norte e oeste, no interior ou limites de ocupação citadina.

Se no ano de 1967 a instauração de um novo código de posturas era indício do interesse público no regramento e estabelecimento de diretrizes para as condutas na cidade e a encomenda de um Plano Diretor por Arthur Reis, enunciava um movimento por parte do governo local em atuar junto a técnicos urbanistas, para a condução do espaço urbano, o ano de 1975 seria referencial, pelo fato de nele terem sido aprovados o novo código de obras e o Plano de Desenvolvimento Local Integrado – PDLI.<sup>151</sup>

Não se identificou nesta pesquisa, além do estabelecimento do código de posturas de 1967, nenhuma atividade mais autônoma por parte dos administradores locais, da Prefeitura em específico, na atuação sobre o espaço urbano, no sentido do planejamento urbano ou de

<sup>151</sup> Lei n°. 1208, de 25 de março de 1975, instituiu o Código de Obras para edificações no Município de Manaus e a Lei n°. 1213, de 02 de maio de 1975, aprovou o Plano de Desenvolvimento Local Integrado – PDLI de Manaus.

intervenções mais expressivas. Na década de 1970 foi percebida uma atuação mais voltada ao planejamento da cidade, ou uma tentativa mais presente, de interferência da administração local, no arranjo espaço social urbano de Manaus.

Algumas das leis levantadas junto à Câmara Municipal de Manaus, nas quais ficam expressas as normas pelas quais edificações ou obras públicas ficariam a cargo da administração municipal, datam dos anos de 1970. Em 1971, o prefeito Paulo Pinto Nery, estabeleceria as “normas gerais para execução de obras e urbanismo na Cidade de Manaus”<sup>152</sup>, Lei n.º. 1131, antecedente à aprovação do código de obras municipal pela Câmara. Esta Lei regulava a obtenção de licença para parcelamento e loteamento de terrenos, e em seu artigo 2º, estabelecia que nenhuma obra de construção, reconstrução, acréscimo, loteamento, abertura de ruas, poderia ser feita na cidade sem licença prévia da prefeitura. Com isso, requeria um responsável técnico, arquiteto ou engenheiro, além da apresentação de projetos completos com “requisitos exigidos pela técnica”<sup>153</sup>.

Os projetos teriam arquivamento junto a “Divisão de Urbanização Edificação e Loteamento” - DUEL e junto ao “Setor de informações cadastrais”, para atualização da planta da cidade.<sup>154</sup> Deste modo, a prefeitura condicionava o licenciamento para construir, à aprovação de projetos técnicos que lhes seriam apresentados para análise. Esta lei já estabelecia uma relação direta com as normas e “zoneamento do Plano Diretor” para aprovação de projetos, que deveriam ser compatibilizados aos setores funcionais previstos neste outro instrumento.<sup>155</sup>

A Lei estabelecia o loteamento urbano como “subdivisão de gleba igual ou superior a um hectare em lotes destinados a edificação em área urbana ou de expansão urbana”<sup>156</sup>, além da subdivisão de áreas inferiores a essa, contanto que implicasse abertura ou extensão de vias. Para os loteamentos se demandava um mínimo de 5% para equipamentos comunitários, entendidos como hospitais, centros de saúde, cívicos, administrativos e outros. Alguns requisitos, em tese, garantiriam continuidade entre o tecido urbano prévio e as novas inserções de loteamentos, o que ia totalmente de encontro com os conjuntos implantados pelo governo até então. Para tanto, se estabelecia no art. 277º, que:

Os loteamentos e conjuntos habitacionais de interesse social integrados no Sistema Financeiro de Habitação previsto na lei 4.380 de 21 de agosto de 1964, poderão ser feitos segundo as normas especiais de órgãos competentes do governo federal, desde

---

<sup>152</sup> Lei n.º. 1131, de 23 de novembro de 1971.

<sup>153</sup> (idem, ibidem, art. 3º)

<sup>154</sup> (idem, ibidem, art. 4º)

<sup>155</sup> (idem, ibidem, art. 36º)

<sup>156</sup> (idem, ibidem, art. 258º)

que não infrinjam, na sua localização, o zoneamento estabelecido pelas diretrizes do planejamento do Município.<sup>157</sup>

Em 1973, ficava estabelecido que as licenças de “habite-se” poderiam até mesmo ser concedidas para edificações irregulares ou que não correspondessem à totalidade de exigências do código de obras, caso fossem apresentadas à Prefeitura, as condições mínimas de sua “habitabilidade, higiene e segurança”.<sup>158</sup>

O novo Código de Obras e o PDLI (PLAMAN) seriam ambos instituídos em 1975, quando é criada uma “Divisão de Urbanismo” na estrutura administrativa da Prefeitura. Amplamente divulgado pelos jornais, esse plano definia a “política de desenvolvimento urbano do Município de Manaus, como orientação à atuação da Prefeitura, visando coordenar as atividades públicas e privadas”<sup>159</sup>, para vinte anos que se seguiriam a partir de sua instituição. A crença que com o Plano seriam resolvidas as questões mais problemáticas vivenciadas na cidade, era discurso recorrente nos jornais. Especialmente no período em que o Plano foi aprovado junto à Câmara Municipal, junto a uma série de matérias divulgadas pelo Jornal do Comércio, dentre as quais se destacam as chamadas a seguir (JORNAL DO COMÉRCIO, 01/05/1975; 03/05/1975; 06/05/1975; 15/05/1975; 22/05/1975):

## PDLI foi mostrado a deputados e vereadores

Figura 67 – Jornal do Comércio, 01 de maio de 1975.



Figura 68 - Jornal do Comércio, 03 de maio de 1975.



Figura 69 – Jornal do Comércio, 06 de maio de 1975.

<sup>157</sup> (idem, ibidem, art. 277°)

<sup>158</sup> Lei n.º 1159, de 09 de julho de 1993, art. 2.º

<sup>159</sup> Lei n.º 1213, de 02 de maio de 1975, art. 2.º



Figura 70 – Jornal do Comércio, 15 de maio de 1975.



Figura 71 – Jornal do Comércio, 22 de maio de 1975.

Com o PDLI era adotado como parte do conteúdo discursivo difundido nos jornais, a premissa da necessidade de desenvolvimento urbano que seria alcançado pela aplicação de instrumentos de controle, avaliação e disciplinamento do espaço urbano. Caberia a um “órgão competente de planejamento”<sup>160</sup>, desta forma, definir diretrizes de organização espacial e disciplinar a organização do espaço urbano. Foram estabelecidas zonas de expansão urbana e, simultaneamente às desapropriações e intervenções urbanas em curso na década de 1970, medidas legais municipais foram tomadas para o ordenamento do território da cidade. Neste limite temporal, propositalmente definido pela pesquisa, verificou-se a criação de leis e novos instrumentos de planejamento urbano, bem como um órgão específico voltado ao desenvolvimento de atividades com este fim:

Cap. IV, Seção 2ª (Da criação do Órgão de Planejamento).

Art. 27 - Enquanto não for criado um organismo próprio para a execução do PLAMAN, será criado órgão competente que promoverá a coordenação das atividades dos demais, de maneira a propiciar o seu maior rendimento e diminuição dos encargos públicos nesse setor.

Art. 28 - Esse organismo tem como função principal coordenar e controlar a execução do PLAMAN e terá como atribuições principais:

I - orientar a ocupação efetiva da zona urbana considerada prioritária;

II - implantar a estrutura urbana, com a hierarquização das vias de circulação existentes e propostas;

**III - projetar a renovação de áreas residenciais deterioradas;**

IV - promover a preservação de áreas verdes para proteção do equilíbrio ecológico e amenização das condições ambientais em termo de temperatura;

V - destinar áreas verdes para usos recreacionais e dos equipamentos urbanos, conforme definido na seção IV do Capítulo III desta Lei:

<sup>160</sup> É previsto no artigo 5º, capítulo II do Plano de Desenvolvimento Local Integrado - PDLI, para disciplinar a organização do espaço urbano, dentre outras ações, a desapropriação de áreas, a concessão de isenções fiscais, o estudo da aplicação de uma política fundiária visando, a princípio, controlar a especulação imobiliária.

**VI - orientar a população e a iniciativa particular para as novas formas e padrões habitacionais;**

VII - divulgar os trabalhos de planejamento junto à população.<sup>161</sup>

O “Plano de Desenvolvimento de Manaus” - PLANAM, elaborado, aprovado e transformado em lei pela Câmara Municipal durante a gestão do prefeito militar Jorge Teixeira, foi uma das estratégias de controle urbano para os vinte anos que se seguiriam a partir de sua criação. Nomeado Plano de Desenvolvimento Local Integrado – PDLI<sup>162</sup>, encomendado pela prefeitura de Manaus à empresa Serete S.A. engenharia em 1975, foi base legal adotada pela administração municipal pelos sucessivos órgãos de planejamento urbano, até o ano de 2001<sup>163</sup>. Aplicado em conjunto com o Código de obras e de Posturas instituídos no mesmo ano, o PDLI, por meio da Lei nº. 1213 de 1975 determinava a divisão da área urbana e de expansão da cidade e zonas de uso, além de que estabelecia a regulação do parcelamento, do uso e da ocupação do solo urbano.

O PLANAM seria iniciado com uma intervenção no traçado viário da cidade, com uma série de intervenções que compunham o “Plano Viário de Manaus”, em “28 bairros e 541 ruas” (JORNAL DO COMÉRCIO, 22/05/1975), após um impasse jurídico a respeito da empresa vencedora da concorrência pública para a execução de 42 obras, no valor de 273 milhões de cruzeiros, obra esta que seria realizada pela Construtora Andrade Gutierrez em 1975 (idem, *ibidem*, 06/11/1975).

No teor da referida Lei, havia a clara pretensão da atuação direta por parte do Estado, na regulação e intervenção na configuração física da cidade, uma das diferenças deste instrumento legal para os dos Códigos de Postura até então vigentes. No artigo 8º do capítulo III do PDLI, “Da implantação física”, constava que:

Art. 8º - Deverá ser efetuado o remanejamento de áreas que, apresentem **ocupação inadequada** segundo os padrões definidos pelo PLAMAN, ou que devam apresentar uma modificação de uso.

Parágrafo Único - São consideradas como zonas de Remanejamento prioritário: a) a zona central; b) **as margens dos igarapés** de Mestre Chico, Bittencourt, Manaus, São Raimundo e do Estuário de Educandos; c) os bairros situados no sudeste; d) **as invasões**. (grifo meu)

<sup>161</sup> Divulgou no departamento nacional de estradas de rodagem Diante da plateia, composta por empresários e autoridades, no auditório do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, falou sobre sua intenção de que o Plano fosse uma diretriz de planejamento para os próximos vinte anos da cidade de Manaus, um conjunto de estratégias para ordenar sua expansão.

<sup>162</sup> Lei 1213, de 02 de maio de 1975. IMPLAN - Instituto Municipal de Planejamento Urbano e Informática / PMM – Prefeitura Municipal de Manaus. Atualização da Lei nº. 1214/1975 Plano de Desenvolvimento Local Integrado - PDLI. Manaus: 1996.

<sup>163</sup> Em 1995 foi criada uma legislação específica de uso e ocupação do solo e o PDLI seguiu sendo instrumento até 2001, quando foi instaurado um Plano Diretor para a cidade.

Ocupações imprevistas e incompatíveis com os planos oficiais equivaliam àquelas inadequadas à cidade e, portanto, passíveis ao remanejamento. De certo modo não apenas a localização, ou o interesse econômico sobre determinadas áreas ocupadas por populares, mas muito a precariedade das moradias, definiria o adequado à imagem aceitável ao urbano. A formulação e propagação de discursos de desqualificação de determinadas experiências serviram de base para a afirmação do que o poder público estabeleceu como padrão de moradia urbana. Por outro lado, os discursos de defesa da materialidade das habitações racionalizadas para a cidade, promovidas pelo Governo do Estado ou por outros setores produtivos, enfatizaram um confronto com ocupações negadas ou ignoradas na paisagem, que seriam ilegítimas, como se não fossem elas próprias, parte da composição do espaço urbano.

Os bairros novos e as ocupações nomeadas de “invasões” compunham a cidade em expansão. Abaixo é apresentado um fragmento de um texto veiculado no caderno promocional da prefeitura de Manaus, do ano de 1979. Nele, não se falou unicamente em “urbanização de favelas”. Foi mantida uma mesma conduta de estabelecimento da ordem, mas na mudança de padrões comportamentais dos moradores desses locais na cidade, num processo não apenas de dotar essas áreas de infraestrutura básica, mas também de disciplinar desses habitantes urbanos, transformando “favelados” em “cidadãos” (MANAUS, 1979):

O desaparecimento da cidade flutuante aliado à desordenada emigração das populações do interior, concorreram para a formação de favelas em Manaus. Inicialmente apareceu a da Compensa, seguida da Alvorada e Coroado. As três se multiplicaram. Era urgente, portanto, procurar uma solução. Essas populações menos favorecidas necessitavam de água, transporte, saúde, saneamento e educação. Eram problemas graves e de solução urgente. A Prefeitura estudou e procurou uma saída que finalmente, foi encontrada, levando o plano viário à favela. Com isso, foi possível urbanizar grande parte das favelas de Manaus. Atualmente, uma boa área da Compensa já foi transformada em bairro, o mesmo acontecendo com a Alvorada e Coroado. Essas medidas do governo municipal despertaram nos favelados um sentido de resposta. Assim, aqueles moradores, então favelados, começaram a melhorar suas casas, transformando-as de simples barracos de palha em moradias de alvenaria. Com isso, seus moradores deixaram de ser favelados para se transformarem em cidadãos que participam da comunidade integrando-se a ela em toda a sua plenitude e assumindo, em consequência, todas as correspondentes responsabilidades.

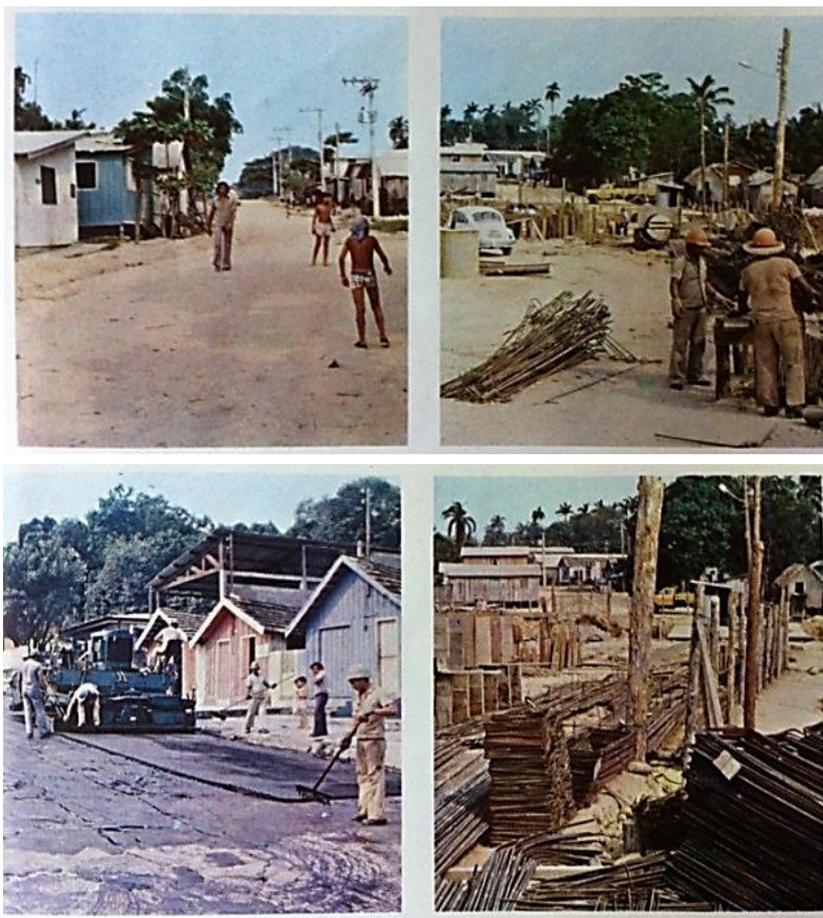


Figura 72 – (MANAUS, 1979)

O intervalo entre os anos de 1970 a 1974 foram de esvaziamento do Sistema Financeiro da Habitação e também de crise, em que segmentos populares passaram a ser público secundário dos recursos do BNH. (AZEVEDO e ANDRADE, 1982, p.71). Sérgio de A. Azevedo e Luís A. Gama de Andrade consideram esta a análise, ao observarem do número de unidades habitacionais construídas, diminuído em relação à fase anterior de implantação do SFH. Neste intervalo já na década de 1970, foram priorizados outros mercados, como o “médio e o econômico”, classificação utilizada pelos autores para caracterizarem um período em que “os setores médio e alto da classe média lograram obter quase cinco vezes mais unidades residenciais financiadas que as classes populares (mercado popular) e duas vezes e meia mais que a baixa classe média (mercado econômico)” (idem, *ibidem*, p.73).

Após os primeiros anos de atividade do Banco Nacional de Habitação, marcados pela inadimplência, atrasos de pagamento, deterioração dos conjuntos e falta de infraestrutura com que eram construídos em várias cidades brasileiras, no BNH foram desenvolvidas medidas voltadas ao financiamento também de serviços de saneamento urbano<sup>164</sup>, como modo de

<sup>164</sup> O primeiro programa de saneamento foi implantado no BNH em 1968. (AZEVEDO e ANDRADE, 1982, p.63)

destinar recursos, mantida a lógica dos financiamentos, desde então voltados também ao saneamento, uma das maiores fragilidades das intervenções empreendidas pelo SFH, na produção de moradias populares. A este respeito também comentam Sérgio de Azevedo e Luiz Andrade (idem, *ibidem*):

Esses programas foram justificados, não porque desejasse (o BNH) ampliar suas atividades ou porque julgasse que pouco serviria estar financiando a construção de casas sem que os Estados tivessem recursos para dotá-las de instalação de água e saneamento adequados. Além disso, é preciso não perder de vista que o BNH tem necessidade de fazer girar o seu dinheiro, o que pode levá-lo, ansiosamente, a procurar novos programas.

(...)

...ao expandir seu território para setores, como abastecimento d'água e infraestrutura sanitária, o BNH exportou também a filosofia empresarial, que é a tônica de sua atuação no campo habitacional (p.64-66).

Em 1975, o BNH anunciava a destinação de dois bilhões de cruzeiros à região, que seriam destinados à construção de moradias populares, e a maior parte à urbanização e ao saneamento da cidade de Manaus.



Figura 73 – (JORNAL DO COMÉRCIO, 29/04/1975).

Até os anos de 1975, o grande volume de habitações produzidas na cidade não era articulado à atividade governamental, conforme constatado pela quantidade de projetos aprovados nos anos de 1970 junto à Prefeitura nesse período, além da mancha equivalente às áreas de expansão urbana a partir de 1960. Também, pela superfície equivalente aos loteamentos e conjuntos implantados a partir dessa década de 1960, indicados no mapa 11. Dos 62 loteamentos e conjuntos habitacionais aprovados (ANEXO I), 6 foram implantados pelo Governo do Estado. Não foi possível identificar neste processo, a relação entre o número de conjuntos ou loteamentos implantados formal ou informalmente e o quanto desse volume de habitações produzidas por empresas particulares, o foi a partir de recursos oriundos de financiamentos do Banco Nacional da Habitação.

A respeito das moradias financiadas, no Jornal do Comércio de 1975 constava um comentário que de certo modo refletia uma realidade nacional, da falta de qualidade dos empreendimentos financiados (JORNAL DO COMÉRCIO, 24/05/1975):

Tomando exemplo aqui mesmo de Manaus, não são raras as reclamações contra centenas de construções financiadas que apresentam defeitos imperdoáveis e, sobretudo prejudiciais, demonstrando que os imóveis ao tiveram o andamento da sua obra fiscalizada ou acompanhada pelos agentes financiadores. Tudo, no final, recai nas costas largas dos promitentes compradores, cujas economias já estarão, à essa altura, comprometidas com o pagamento das mensalidades do imóvel. A realidade é que muitas vezes as formas financiadas trabalham com empreiteiros e estes com sub empreiteiros e o resultado é que as construções vão se tornando péssimas, apesar de não muito baratas, principalmente tendo em vista o que os promitentes compradores vão pagar durante longos anos, assoberbando ainda as suas economias.

Generalizadamente, uma série de reclamações era expressa nos jornais e avolumada na década de 1970, conforme foram gradativamente consolidados esses novos locais de moradia. As queixas nos jornais aumentavam em número, tanto quanto a implantação dos na cidade.

### **3.2 A moradia (ou os conjuntos), uma demanda social.**

Neste tópico, são apresentados alguns conteúdos veiculados em narrativas e propagandas de jornais, mais intensamente nos anos de 1970 em Manaus. A contradição identificada nas matérias apresentadas neste tópico da pesquisa, muito recorrente na década de 1970, está no fato de que ao mesmo tempo em que aumenta a publicidade de empreendimentos habitacionais à venda e de exposição das vantagens de aquisição da casa própria pela via do financiamento, aumentam as narrativas sobre a cidade vivenciada por populares, ausentes desses processos de consumo da habitação. Nessa década, eram reveladas pelas narrativas jornalísticas, as dificuldades de habitantes nessas novas estruturas construídas para a moradia, quando foi intensificada a ocupação de conjuntos habitacionais promovidos pelo poder público.

Nas narrativas jornalísticas sobre a cidade, especialmente naquelas que abordaram a vivências nos bairros, as soluções encontradas por populares para contornarem os obstáculos da vida na cidade frente às condições que lhes eram apresentadas nos conjuntos, podem ser confrontadas aos novos empreendimentos do ramo imobiliário, cada vez mais presentes na propaganda jornalística dessa década. Este tópico é, portanto, uma compilação de informações a respeito de modos de vida em confronto na cidade: As propagandas dos conjuntos habitacionais vendiam a novidade, a modernidade e o luxo. A vida nos bairros, nos conjuntos populares e agora, nas “invasões”, era apresentada a partir do enfrentamento para populares se manterem na cidade.

Com estas narrativas jornalísticas, é apresentado um cenário do urbano, em específico, formas contrastantes de habitar Manaus na década de 1970, com a localização desses territórios no espaço urbano, nos primeiros anos da década de 1970, após quase dez anos de implantação dos primeiros conjuntos habitacionais em Manaus. Com o passar desses anos, os conjuntos habitacionais foram um tipo de ocupação absorvida pelo setor produtivo neste contexto, aquela mais lucrativa, portanto.

No bairro da Raiz, que desde os anos de 1950 era objeto da intervenção do poder público, as reclamações mais recorrentes diziam respeito à falta de infraestrutura no bairro, que com a chuva, ficava sem transporte e as ruas, “elameadas”. Na matéria a seguir, outros bairros são citados como aqueles que também não eram dotados de infraestrutura, como São Francisco, São Jorge e o recentemente construído conjunto habitacional do Parque Dez (JORNAL DO COMÉRCIO, 23/12/1970):

#### O mal na Raiz

O humilde bairro da Raiz fica muito mais humilde depois de cada chuva como as que têm desabado nos últimos dias. Sem sistema de esgotos de águas pluviais, sem – sequer – ruas pavimentadas, aquela área da cidade tem suas comunicações estranguladas após cada aguaceiro, causando transtornos de toda ordem aos seus moradores. (...) quadro comum ainda em outros bairros, sendo bem evidente a ameaça que encerra também para a saúde do público suburbano, em virtude da formação de poças, que são o “habitat” natural dos mais variados insetos.

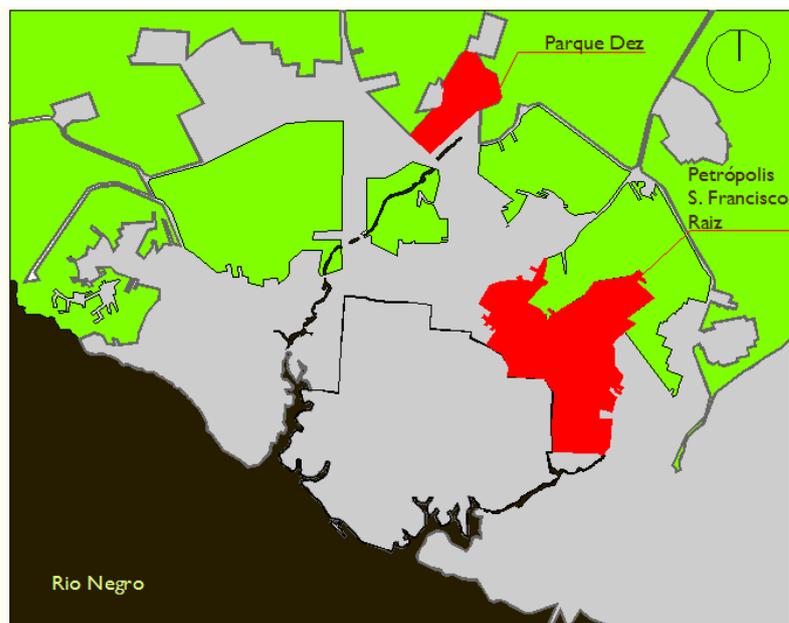
No bairro da Raiz o povo fica sem transporte quando chove. Os ônibus da Empresa “Bons Amigos” não fazem todo o percurso deixando os passageiros na rua Codajás. Os taxis se recusam a chegar até lá e o bairro fica ilhado.

Tudo porque as ruas esburacadas e o bairro deixam as vias sem condições para o tráfego, enquanto as águas pluviais ficam a formar lagoas ameaçando invadir as residências.

O bairro fica ilhado todas às vezes eu chove. E quem mais sofre são os estudantes, os operários e trabalhadores que têm hora marcada para chegar na escola e no trabalho. Para apanhar o ônibus eles têm que andar muito sob a chuva até chegar à rua Codajás, onde fica improvisada a estação.

(...)

Os problemas da Raiz são iguais aos dos outros bairros, como S. Francisco, Petrópolis, Parque 10 onde as ruas sem nenhum asfaltamento se transformam em charcos quando chove (p.1,2).



Mapa 12 - Esquema gráfico produzido sobre mapa veiculado em 1974 pelo Governo do Estado (AMAZONAS, 1974). Aproxima-se neste esquema, da localização dos bairros e loteamentos mencionados no texto dos jornais. Neste, estão indicados Parque Dez, além de Petrópolis, São Francisco e Raiz, estes três últimos em uma mesma mancha.

A ocupação do bairro de Petrópolis, assim como de São Francisco, advinha da década de 1950 e foi intensificada com a cheia de 1953, quando a área foi loteada e ocupada. A partir de finais dos anos de 1960, as disputas sociais por terra ganham as páginas dos jornais com maior frequência, e esse local muito provavelmente despertou interesses pelo fato de ser situado a leste da cidade, onde era instalado o distrito industrial.

O uso do termo “invasão”, para nomeação nos jornais, da ação de populares em disputa pela posse da terra e pelo direito de sua ocupação, foi identificado com bastante frequência nessa década. De fato, era conformado nesse período, um dos impasses urbanos de maior monta. Sobre a disputa social por terras urbanas no Petrópolis, o prefeito expressava o interesse em proceder com a distribuição de terra a pobres (JORNAL DO COMÉRCIO, 26/03/1968):

A solução encontrada pelo Prefeito Paulo Nery na questão das terras do industrial Sócrates Bonfim no bairro de Petrópolis, que se encontram, como sabemos ocupadas por numerosas famílias pobres constituiu motivo de pronunciamento ontem feito na Assembleia Legislativa do Estado pelo Deputado Francisco de Queiroz que formulou congratulações ao Chefe do Executivo Municipal pelo fato. Conforme já noticiamos um Grupo de Trabalho, por decisão do Prefeito, vai proceder a uma redistribuição das terras entre os reconhecidamente pobres.

A esse respeito, em matéria não assinada, veiculada em 1975, constam algumas alegações contrárias às “invasões”. Primeiramente, pelo fato de as ocupações terem sido efetuadas sobre terrenos privados, por outro lado, pelo imprevisto, falta de planejamento

prévio e de infraestrutura que precedesse as ocupações. Neste caso, a falta de infraestrutura era também uma realidade vivenciada até mesmo nos conjuntos habitacionais, como expresso neste trecho (JORNAL DO COMÉRCIO, 06/11/1975):

... quando se verifica que nem mesmo o patrimônio imóvel do Estado ou do Município havia sido inventariado, o que se procede agora com as maiores dificuldades. A par disso, principalmente famílias egressas do interior do Estado, atraídas pelo fascínio da capital ou pela perspectiva de emprego melhor na Zona Franca de Manaus, aqui chegando, sem dinheiro e sem casa para morar e sem terra para erguer os seus barracos, vão ocupando as áreas que presumem sem dono e o fazem, via de regra, nas caladas da noite, surpreendendo no dia seguinte os legítimos proprietários dessas glebas. Geram-se as favelas, surgem bairros sem arruamento, sem água, sem esgoto e sem luz, aí sim, maiores e mais insolúveis problemas para o poder público e contrariedades para os que têm o seu patrimônio violado. E pior ainda é que, algumas vezes, esses interioranos são estimulados a ocupar terras que não lhes pertencem, quando consciente e responsabilmente deveriam ser encaminhados aos órgãos assistenciais do governo, para a busca de uma solução mais humana e mais honesta dos seus problemas.

A dificuldade de estabelecimento das propriedades e mais, da regularização das terras urbanas foi algo que impactou sobre o delineamento do território da cidade, transformando-o mais expressivamente a partir dos anos 1970. Até mesmo Estado e Prefeitura eram provocados a proceder com o inventário de suas terras. Os termos “favelas”, “invasões”, “barracos”, “invasores”, são recorrentes na caracterização de ocupações urbanas populares não legitimadas pelo estado, mais precisamente no caso de terras cujos proprietários, ou possíveis proprietários, alegavam interesse de reavê-las após as referidas ocupações.

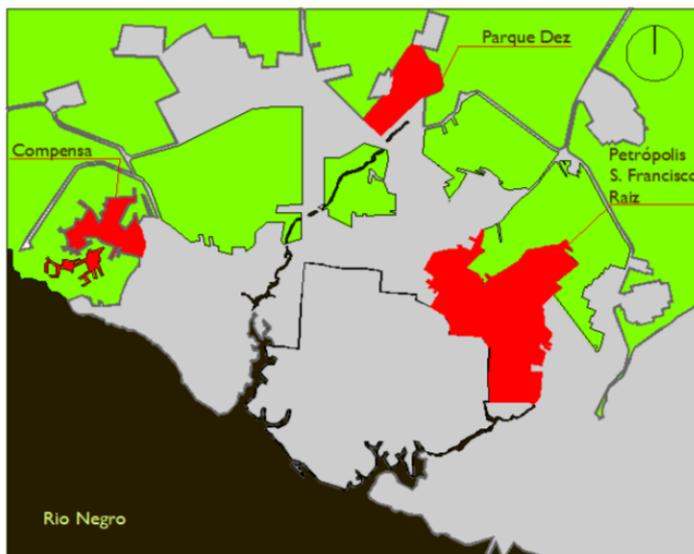
A respeito das “favelas” ou “invasões” urbanas, José Ribamar Bessa Freire apresenta uma explicação para a área da Compensa, que como já tratado, passou a ser ocupada por populares em finais dos anos de 1960 (FREIRE, 1987):

...em 1969, a área invadida da compensa recebe a denominação pela imprensa de “Cidade de Palha”, como referência ao tipo de material usado na construção das casas – o mesmo das habitações icônicas dos índios *Manáó*. Os próprios moradores ergueram as paredes, trançaram artesanalmente as ruas e lotearam provisoriamente os terrenos.

A partir de então e até hoje – nesse momento é a Vila da Paz II – as invasões foram se sucedendo umas após as outras, criando favelas, sem luz elétrica, sem água encanada, sem esgoto, mergulhadas na poeira e na lama, ligadas por transportes coletivos precários.

(...)

A infra-estrutura urbana de Manaus continuou praticamente a mesma de 1910, limitada ao centro comercial e residencial. A cidade não estava preparada e nem se preparou para receber o proletariado industrial e o exército de reserva. Os “filhos da floresta que vêm apodrecer em Manaus – os sem-terra – passaram a invadir sistematicamente os espaços desocupados dos arredores da cidade para erguerem aí as suas habitações (p.60).



Mapa 13 - Esquema gráfico com o acréscimo da Compensa, a oeste.

Retomando João Pinheiro Salazar, para quem as favelas compuseram o espaço urbano da cidade a partir da Zona Franca de Manaus, os processos de invasão de terras urbanas a qual as favelas estariam relacionadas, seriam definidos desta forma (SALAZAR, 1985):

Antes da ZFM, Manaus não conhecia os problemas de favelas urbanas, entendidas essas, “stricto sensu”, como invasão de terrenos, e conseqüentemente, autoconstrução de moradias dos mais variados padrões, utilizando sobras e resíduos de materiais de construção, dando um aspecto psicodélico às habitações. Existiam, é bem verdade, como ainda existem em grande quantidade, os cortiços, “vilas”, ou “estâncias” como aqui são conhecidos.

...

Comum, também, são as pequenas casas de madeira, ocupando toda a periferia da cidade, bem como as palafitas incrustadas nas beiras dos igarapés que entrecortam a cidade de Manaus. De qualquer maneira, todos esses tipos de moradia citados guardam nítidas características de pobreza, precariedade e até mesmo certa promiscuidade (p.43).

Um começo de “invasão” foi narrado no Jornal do Comércio de novembro de 1975, em matéria em que o acento recaiu sobre a revelia com que moradores se apossavam da terra urbana. O texto adotou uma posição favorável aos proprietários de terras, diferentemente do modo como nos anos 1950 estes mesmos proprietários eram tratados, como “latifundiários” (JORNAL DO COMÉRCIO, 05/04/1950). No caso desta matéria de 1975, a ocorrência foi narrada junto a outros textos de narrativas policiais, e envolveu de fato a polícia, pois os invasores, “depois de atarem fogo em um barracão que existia num terreno de propriedade do cidadão Altair Vieira Rodrigues (...) apossaram-se do referido terreno, situado no bairro de Santo Agostinho” (idem, ibidem, 06/11/1975). Esse bairro se situa a oeste, após o da Compensa, partindo-se do Centro da cidade.



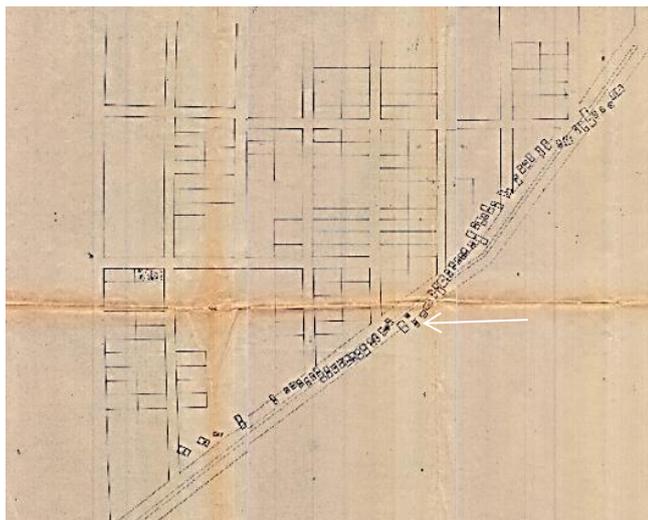


Figura 75 – Implantação do Conjunto Dom Pedro, com a identificação de ocupações irregulares no processo de pedido de aprovação junto à Prefeitura Municipal.

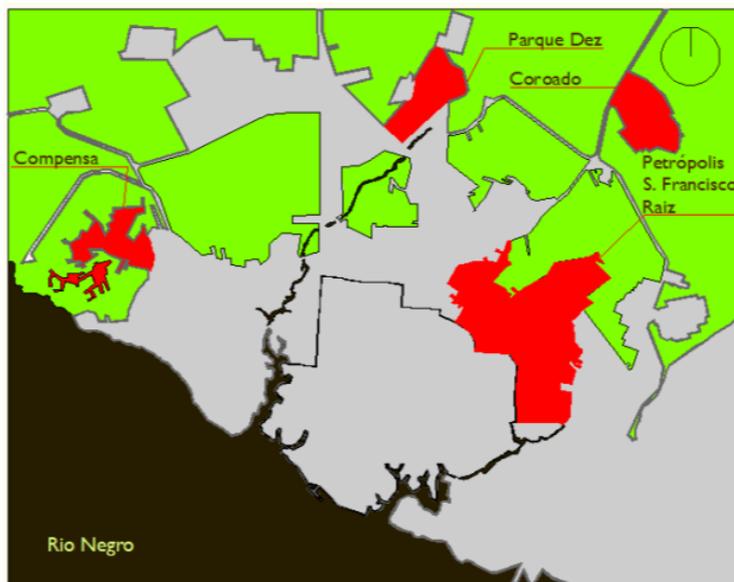


Figura 76 - Conjunto Dom Pedro I, no primeiro plano. Bairro “Alvorada” com loteamento, no segundo plano. Manaus - AM. Fotografia de Hamilton Salgado, 1974.

O bairro do Coroado, a leste, cujas terras pertenciam à união, passou com o tempo a ser um bairro consolidado, enraizado. Na matéria a seguir, de 1971, o movimento de acesso à terra urbana por populares, é apresentado a partir do ponto de vista da necessidade de sua habitação na cidade e a tensão vivenciada pelos moradores do local, frente a iminente ação de despejo (JORNAL DO COMÉRCIO, 31/12/1971, p.3):

Moradores do Coroado aceitam despejo mas querem terrenos. (...) A população do pequeno lugarejo aumenta gradativamente a cada dia que passa. Todos os dias sempre chega mais alguém procurando um lugar para morar. (...) Se fôr preciso, todo mundo sairá. Só uma coisa eles pedem: que lhes dêem um lugar para morar. Em qualquer parte serve, o que interessa é haver espaço para todo o pessoal. Por isso, se fôr confirmada a ação de despejo após o recesso do Tribunal, toda a população já estará preparada e não criará obstáculos à ação da Lei. (...) Dos planos da Reitoria da Universidade do Amazonas, consta o início dos serviços de terraplenagem para janeiro. Nesse mês serão tomadas as medidas definitivas com relação ao pessoal de “Coroado”. Se eles ganharem outro lugar onde armar suas barracas, não haverá problemas para a sua saída. Foi isso o que eles nos disseram. Mas, de qualquer

maneira, com o começo do ano novo, a decisão de despejá-los ou deixar como está terá que ser tomada – sem apelações.



Mapa 14 - Esquema gráfico com o acréscimo do Coroadó, a nordeste.

Nessa indecisão estão vivendo as quase quatro mil pessoas ali residentes, algumas ainda com esperança de uma solução amistosa para o problema. Os mais céticos, afirmam que a Universidade não poderá fazer a terraplenagem antes do despejo, daí porque resistirão até o fim. Foi nesse clima de expectativa que as famílias do “Coroadó” passaram o Natal (idem, 28/12/1971, p.2).

O bairro do Alvorada e do Coroadó foram nessa primeira metade da década, conteúdo de inúmeras matérias jornalísticas, como expressão materializada da desordem a qual se opunham os novos planos de urbanização para a capital. Numa exposição de 1975, no recorte final desta pesquisa, a defesa da atuação governamental para instauração das políticas de habitação do Governo Federal, se opõe às essas ocupações urbanas insubordinadas, sobre as quais foram dirigidas representações de teor sanitaria (JORNAL DO COMÉRCIO, 02/12/1975):

...intervir a tempo nas **aglomerações** urbanas que se agregam na periferia de nossas cidades, em **sub-habitações** assentadas **desorganizada e espontaneamente** em áreas abandonadas desocupadas ou de menor valor. A omissão conduziria à formação de imensos **anéis sub-humanos** onde a precariedade e a constante deterioração da qualidade de vida (por falta de equipamentos comunitários e das mínimas condições de salubridade ambiental) confundiriam com fatores de **desagregação social**, gerando **contextos urbano-patológicos**, cuja erradicação exigiria esforços muito maiores do que aqueles que os tem condição de mobilizar, quando se intervém a tempo.

O Governo do Estado, através da COHAB- Am, o apoiado técnica e financeiramente pelo Governo Federal, através do BNH, enfrenta a realidade amazonense o que tange à correção da qualidade de vida nessas aglomerações urbanas.

Embora as alegações apresentadas nos textos jornalísticos contrários às “invasões” tenham se referido à ausência de planejamento e de infraestrutura nessas ocupações, fato que

de acordo com as críticas, produziria danos ao espaço urbano, e condicionaria sua expansão ao campo da aleatoriedade, nos conjuntos promovidos pelo Governo Estadual, também nos demais bairros e loteamentos, as dificuldades decorrentes da exiguidade dos serviços de infraestrutura era também vivenciada por populares, tanto em conjuntos quanto loteamentos e bairros.

O trecho a seguir apresenta uma matéria a respeito da precariedade do saneamento do conjunto de Flores, o primeiro conjunto construído pelo Governo do Estado, havia quase dez anos (JORNAL A NOTÍCIA, 31/05/1975):

...aumentando, dia a dia, o perigo para os moradores, cujas casas estão ameaçadas de ruir a qualquer momento. Como se bastassem os prejuízos que as tempestades e chuvas fortes causam às residências populares daqueles conjuntos habitacionais, as reclamações feitas pelos moradores, durante todo esse tempo, não comoveram as autoridades e nenhuma providência foi tomada.

(...)

Este último cidadão para ocupar a casa, há um pouco mais de seis meses, teve de desembolsar as importâncias de NCr\$250,00 e NCr\$126,00 de atraso dos pagamentos à COHAB – Am (...) da primeira inquilina. Sua casa agora está na iminência de ruir, em virtude de uma vala já se aproximar de uma das paredes pondo os alicerces à mostra.



Figura 77 – (JORNAL A NOTÍCIA, 31/05/1975)

Várias reportagens veiculadas no final do ano de 1971 pelo Jornal do Comércio expunham as dificuldades enfrentadas pelos moradores dos conjuntos habitacionais promovido pela COHAB-Am. Problemas de saneamento e transporte foram os mais

recorrentes. Em destaque, abaixo, a situação vivenciada nos conjuntos do Japiim e Parque Dez (JORNAL DO COMÉRCIO, 30/12/1971):

As chuvas desabadas ontem sobre a cidade causaram prejuízos e vexames à população amazonense. Em alguns locais do centro, como a estação dos ônibus, as águas chegaram até à altura dos joelhos, obrigando os populares a se refugiarem em qualquer lugar, enquanto os veículos trafegavam com a água chegando ao nível das portas.

Nos bairros, a situação não foi melhor. Nas COHAB- AM do Parque 10 e do Japiim o tráfego ficou quase que paralisado. Os veículos ficavam atolados e o povo ficou sem condução durante muito tempo. O calor se foi, mas em compensação, começaram as preocupações com a chuva.

Nos bairros, o maior problema era a quase paralização dos transportes. Na COHAB – AM do Japiim os veículos transitavam sempre com o risco de sofrer capotamento. Devido não existir pavimentação no local, as barrentas ruas tornaram-se escorregadias, dificultando inclusive o tráfego de pedestres. Lá, para conseguir apanhar um ônibus era a maior dificuldade. Taxi para o bairro era impossível de se obter.

Na COHAB – AM do Parque 10 a história pouco variou. Os mesmos problemas também existiam por lá. Aliás, naquele local, os transtornos começavam onde terminava a estrada asfaltada. Para um veículo conseguir entrar no lugar passava por grandes dificuldades (capa).

Situação conflituosa ocorreu para o abastecimento de água do conjunto habitacional 31 de março. A Companhia de Saneamento do Amazonas – COSAMA<sup>165</sup> utilizava o igarapé onde foi assentada a população do Coroado, para fornecimento de água àquele conjunto habitacional. Fato este, em remediação à impossibilidade de a empresa utilizar o igarapé do bairro do Crespo para este mesmo fim, por impedimento da Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA, em virtude de se tratar de área de urbanização do distrito industrial. A utilização do igarapé pelos populares do Coroado implicava a poluição da água que era bombeada diretamente para abastecimento do Conjunto 31 de março e não passava por tratamento.

O impasse foi exposto em várias matérias jornalísticas, bem como caracterizadas as vivências dos moradores do conjunto e da ocupação irregular, do planejado e do insubordinado na cidade. Sobre os moradores da ocupação irregular, pesou a responsabilidade pelas más condições da água fornecida ao conjunto habitacional. Porém este problema muito provavelmente se enraizava no processo de implantação do próprio conjunto habitacional, deslocado da estrutura urbana prévia de cidade, produzindo um vazio expressivo entre a área que ocupou e o território urbano que o antecedia, uma descontinuidade e uma ruptura com o

<sup>165</sup> A COSAMA confirmou a poluição da água fornecida ao conjunto “31 de março” e seus técnicos afirmaram que nada poderia ser feito para resolver o problema. Na matéria, atestam haver um “projeto de captação no igarapé do Crespo, dentro da área de urbanização do Distrito Industrial da SUFRAMA, para abastecer o conjunto. Porém, a SUFRAMA não aceitou a inclusão do projeto em sua programação, criando uma situação problemática para a COSAMA resolver. A solução foi recorrer ao igarapé a fim de que a população do “31 de março” ficasse sem água”. (JORNAL DO COMÉRCIO, 29/12/1971, p.8).

aparato instalado na cidade antes de sua implantação. Ainda, que de modo mais simplificado, vale observar que o acento às más condições da moradia, no tocante ao serviço de abastecimento de água, é dado unicamente ao conjunto habitacional, à ocupação formalizada, admitida como cidade (JORNAL DO COMÉRCIO, 28/12/1971):

A água do igarapé corre limpa até as proximidades da chamada “Cidade de Coroadó”. Ali, porém, lava-se roupa, animais e viaturas. Atiram-se restos de lixo. E a água, antes limpa, torna-se imunda. Mais adiante, uma bomba de sucção, instalada pela COSAMA, conduz a água poluída para um poço, e de lá para o reservatório que abastece o conjunto construído pela COHAB-Am, no bairro do Japiim. Os moradores do conjunto fervem a água, mas mesmo assim ultimamente veem se tornando frequentes os casos de perturbações gastro-intestinais. Apesar de fervida, a água apresenta mau aspecto. Nas fotos colhidas ontem pela reportagem do JC: lavadeiras se servem do igarapé que abastece o conjunto 31 de Março, cujos moradores fazem um apêlo às autoridades sanitárias, no sentido de que tomem medidas urgentes, a fim de que não se venha a lamentar casos mais graves.

Quem reside no Conjunto Habitacional que a COHAB-Am construiu no bairro do Japiim está bebendo água poluída por detritos existentes num chavascal: excrementos e animais, lixos, vísceras de peixe e outras espécies de imundícies.

(...)

Daí, todas as manhãs os moradores recebem o líquido pegajoso, onde notoriamente se observa a poluição que custa mensalmente o pagamento de uma taxa de consumo que vai de Cr\$ 15,00 a Cr\$,00. Quer dizer, o povo paga uma despesa que pode até custar-lhe a morte mais tarde.

#### COROADO: UMA CIDADE

O igarapé, para os moradores de “Coroadó”, serve apenas para se lavar roupa, porque utilizam uma cacimba como solução para o problema das necessidades caseiras. As lavadeiras chegam às vezes a matar cobras (coral e sucuriçu) quando estão sôbre os troncos de árvores que servem de balsas. Elas sabem que a água é suja e contaminada por isso preferem a da cacimba para beber e cozinhar.

Aos domingos, o igarapé serve de posto de lavagem para carros, e motocicletas, como se não bastasse a imundície já existente. Em consequência, quem sofre são os moradores do conjunto do Japiim, por onde o igarapé passa.

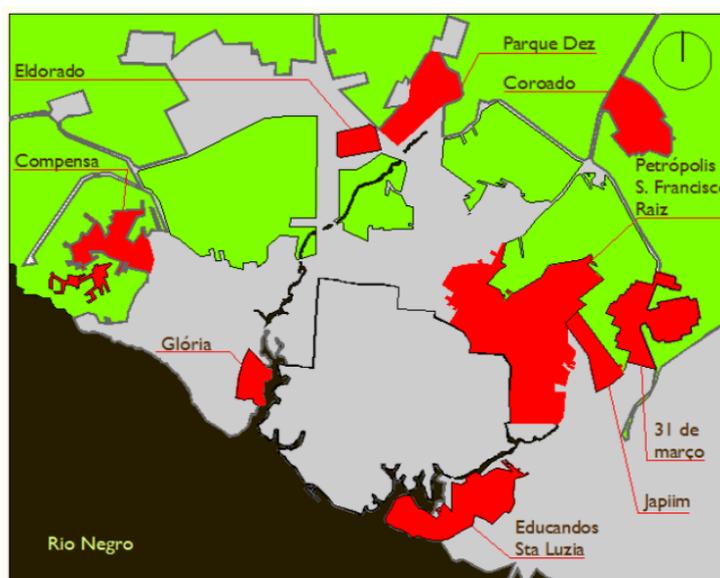
O modo como a COSAMA vem abastecendo aquele conjunto é condenado pelos moradores, que acham um atentado à saúde de quem alí mora. São de opinião de que o órgão deve providenciar um tratamento para a água, sendo esta a medida mais viável para se evitar casos fatais (capa, p.2).



Figura 78 – (JORNAL DO COMÉRCIO, 28/12/1971).

As queixas a respeito das más condições de infraestrutura vivenciadas no espaço urbano não eram restritas aos conjuntos habitacionais promovidos pela COHAB-Am. Em outros conjuntos eram experimentadas as mesmas situações, como no comentário veiculado em setembro de 1975, reproduzido abaixo, a respeito do conjunto Eldorado (JORNAL DO COMÉRCIO, 10/09/1975):

...por falar em Conjunto é de se perguntar de quem é a responsabilidade pela conclusão das centenas de casas do conjunto Eldorado. Muita gente pagou suas prestações, as casas e os apartamentos estão se deteriorando, não são concluídos e tudo precisando da ação de alguém. O prometido asfaltamento também ficou reduzido a uma placa-promessa na av. Darcy Vargas. No Conjunto Jardim Amazonas, dezenas de casas ficaram abandonadas, deterioradas pela erosão. E aquilo é dinheiro do Fundo de Garantia que os empresários gasta pelos seus empregados.



Mapa 15 - Esquema gráfico com o acréscimo dos conjuntos 31 de março e Japiim a leste e o Conjunto Eldorado a norte. Também estão esquematicamente indicados Glória, Educandos e Santa Luzia, territórios transformados a partir dos 1950, situados na periferia do Centro urbano.

Nos bairros, foram frequentes as reclamações a respeito do transporte coletivo<sup>166</sup>, da deficiente pavimentação<sup>167</sup>, da falta de saneamento, de equipamentos de saúde, dos serviços de limpeza<sup>168</sup> e de outros serviços públicos. Nesta primeira metade da década de 1970, as obras realizadas pela prefeitura também ganharam bastante espaço e como nos anos de 1950, foram tratadas a partir de adjetivos que conferiam grandiosidade aos projetos em curso, dos quais se destaca os do ano de 1975, todos retirados do *Jornal do Comércio*: “Jorge Teixeira mostra como será a Grande Manaus” (15/05/1975), “Prefeito sanciona o plano que fará a

<sup>166</sup> Destacam-se as chamadas das matérias, “Desserviço de Coletivos” (JORNAL DO COMÉRCIO, 12/12/1970); “Dificuldades no transporte coletivo no Educandos” (idem, *ibidem*, 19/12/1970).

<sup>167</sup> Destaca-se a chamada “Educandos e outros bairros com problemas na pavimentação” (idem, *ibidem*, 06/12/1970).

<sup>168</sup> Destaca-se a chamada “Problemas de Santa Luzia em exame pela reportagem” (idem, *ibidem*, 03/08/1975).

grande Manaus” (06/05/1975), “O Plano de Desenvolvimento de Manaus” (07/05/1975), “depois de 306 anos Manaus mostra nova imagem ao país” (24/10/1975), “mais 30 milhões para a criação da nova Manaus” (21/10/1975), “Teixeira faz exposição dos projetos para a grande Manaus” (01/11/1975), “Grande Manaus começou ontem a ser construída” (12/11/1975).

O contraponto da crença no novo plano para a cidade comparece nas menções ao processo gradativo, em conjuntos habitacionais ou mesmos em outras áreas da cidade, com que eram instalados serviços públicos. Mais do que de um planejamento prévio e integral sobre a cidade, esse aparato de suporte era o resultado de conquistas sociais. Isto embora nas narrativas jornalísticas os serviços, além de terem sido divulgados sistematicamente, como na chamada “Coroadó vai ter sistema de abastecimento de água” (JORNAL DO COMÉRCIO, 18/11/1975), também apareceram como o produto da benfeitoria pública, como nas chamadas “O Conjunto Castelo Branco ganhou ontem um moderno Posto Médico” ou “Conjunto Castelo Branco ganha hoje uma escola pré-fabricada” e “Novas inaugurações de unidades médicas nos conjuntos residenciais do Parque Dez e do Japiim” (idem, *ibidem*, 15/11/1970), ou “Conjunto dos franceses vai ganhar água, luz, asfalto” (idem, *ibidem*, 23/08/1975). Também havia variadas notícias sobre as iniciativas de moradores para resolver por si e de modo autônomo os problemas de infraestrutura e de serviços públicos ausentes, como na chamada “Construção de Caixa D’água em São Lázaro pela própria comunidade” (idem, *ibidem*, 30/12/1970).

Conforme já mencionado, o modelo dos conjuntos habitacionais não foi destinado unicamente às populações pobres, estiveram também vinculados a representações da modernidade na moradia voltada a outros grupos de consumo. Informes publicitários, ao construir a imagem comercial dos conjuntos habitacionais, os associaram ao conforto na habitação propiciado por excedentes materiais a que tinha acesso uma classe média em ascensão, como nos anúncios a seguir (JORNAL DO COMÉRCIO, 11/11/1970):

**Você também pode ter sua casa de luxo.** Financiada em 15 anos pelo BNH com prazo de entrega das chaves em 5 meses. Venha conhecer os planos em R. FERNANDES CONS. E ADMINISTRAÇÃO DE IMÓVEIS. Rua Ferreira Pena, 111, esquina com Monsenhor Coutinho. Aberto até às 22:00 horas (p.5).

A partir de hoje na nova sede da Construtora COENCIL estarão sendo vendidos as novas casas do Jardim Haydea III, ao lado do Caiçara de Campo. São 42 casas no **mais alto gabarito e com financiamento** de 20 anos pela Caixa Econômica Federal do Amazonas. A Coencil por sinal é considerada a que melhor vem cumprindo as exigências do sistema habitacional (idem, *ibidem*, 30/12/1971, p.3).

Com recursos do BNH, o Banco do Estado do Amazonas assinou contrato de financiamento com a ICA, no valor de Cr\$ 5.283.573,07, para a construção de um conjunto residencial de 316 unidades habitacionais, na rua Paraíba, em Adrianópolis. Foi a maior operação já realizada no norte do país dentro do mercado

de hipotecas do Banco Nacional da Habitação. Anteriormente, a mesma construtora e incorporadora havia obtido do BNH, através da carteira Reinvest, quase um bilhão de cruzeiros velhos para a produção de casas pré-fabricadas em suas instalações industriais das Lajes, onde possui também uma cerâmica com capacidade para um milhão de tijolos por mês. O conjunto da rua Paraíba terá 100 unidades (casas e apartamentos) destinadas aos funcionários do BEA e a sua construção será iniciada dentro de poucos dias (idem, *ibidem*, 01/12/1970, p.3).

**A ICA ESTÁ  
LANÇANDO  
O CONJUNTO RESIDENCIAL  
BEA-ICA  
NA RUA PARAIBA**

**316**  
unidades residenciais

**A melhor localização  
O melhor clima  
Valorização garantida**

**40 casas isoladas vendidas  
16 casas geminadas vendidas  
266 casas apartamentos  
já com 179 vendidas**

Restam apenas 87 casas-apartamentos para você escolher!  
PROCURE HOJE MESMO A

**ICA** INDÚSTRIA DE CONSTRUÇÕES  
ALVORADA S/A

Incubida (Unidade) no SFH código H 4017  
Região  
Cidade: Av. 7 de Setembro, 1307 - Fone: 24810

AGENTE FINANCIÁRIO  
BANCO DO ESTADO DO AMAZONAS  
FINANCIAMENTO  
BANCO NACIONAL DE HABITAÇÃO  
Incorporação Registrada no Cartório de T.  
Ofício de Registro de Imóveis sob o N.º 12

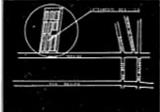


Figura 79 – (JORNAL DO COMÉRCIO, 06/12/1970).

**Você também pode ter  
sua casa de luxo**

Financiada em 15 anos pelo BNH com prazo  
de entrega das chaves em 5 meses. Venha conhe-  
cer os planos em R. FERNANDES CONS. E AD-  
MINISTRAÇÃO DE IMÓVEIS.  
Rua Ferreira Pena, 111, esquina com Monsenhor  
Coutinho. Aberto até às 22:00 horas.

Figura 80 – (JORNAL DO COMÉRCIO, 11/11/1970).

**CORRA PARA MORAR BEM** → **CIDADE JARDIM**

**12 ANOS PARA PAGAR  
(PLANO A - BNH)**

**PRAZO FIXO PARA ENTREGA  
14 MESES**

**O'TIMA LOCALIZAÇÃO** → **Av. João Coelho 2143**

**Confortáveis Apartamentos**  
**Vários Planos de Pagamentos**  
**VEJA UM DOS PLANOS:**

Taxa de	1.000
Inscrição e Gravação	100,00 por mês
No 1.º ano	100,00 por mês
No 2.º ano	70,00 por mês
No 3.º ano	50,00 por mês
No 4.º ano	30,00 por mês
No 5.º ano	10,00 por mês

(O pagamento já está sendo incluído e repassado por ocasião da  
primeira prestação do Saldo Mensal.)

**A'rea Urbanizada  
Muita A'rea Verde  
Play-Ground - Praças  
Estacionamento privativo**

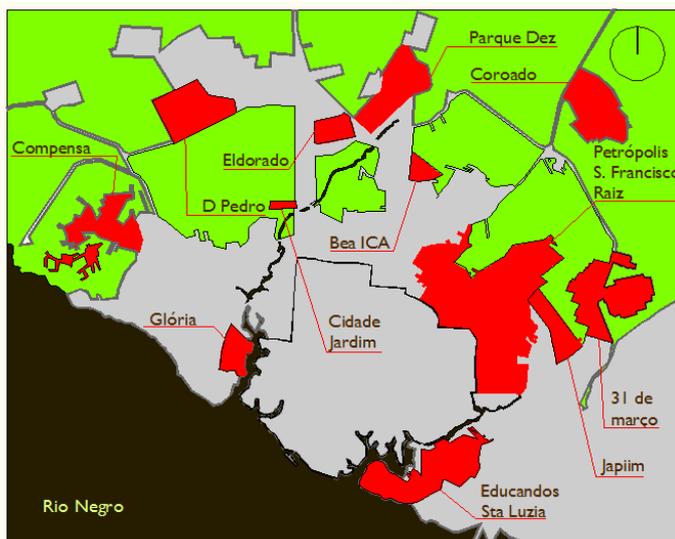
Financiamento BNH

Garanta 100% DA BARRA SA (Agente F. membro do BNH)  
2000 - empresa de serviços urbanos S/A  
com - Engenharia, Arquitetura e Urbanismo - LIDA  
**VENDAS: AV. GETÚLIO VARGAS 1085**  
Bairro de Incorporação - Lajes B.N.C. 2.º Etim





Figura 81 – (JORNAL DO COMÉRCIO, 15/10/1969).

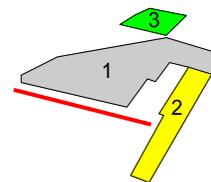


Mapa 16 - Esquema gráfico em que foram acrescentados o conjunto “Bea-ICA” e o “Cidade Jardim”.

A seguir, são apresentados alguns dos vários anúncios de venda de imóveis financiados pelo BNH, para público com possibilidade de maior endividamento na compra da própria habitação. Para estes, não se tratava de expor o mínimo ou a possibilidade de se acessar este bem, a habitação, mas associa-lo a outros atributos mais atraentes, relativos ao conforto ou à exclusividade na aquisição do imóvel sonhado. O setor produtivo da construção civil investiria neste segmento da habitação, a partir da flexibilização de linhas de financiamento instituídas pelo BNH, como se pode verificar na tabela de conjuntos e loteamentos aprovados nesta década. Grande parte dos empreendimentos foram realizados por empresas particulares.



Figura 82 – (JORNAL DO COMÉRCIO, 02/02/1969).



1. Conjunto Manauense
  2. Conjunto Ica-Maceió
  3. Conjunto Vieiralves
- Rua Maceió —

Figura 83 – Conjuntos habitacionais. (ANDRADE, 1984, p.86)

A área central da cidade passava a abrigar mais intensamente atividades de comércio, serviços, enquanto grupos sociais mais abastados se deslocavam para se fixar em conjuntos habitacionais em novas áreas de expansão da cidade, como exemplificado no padrão das habitações do conjunto Adrianópolis, um dos primeiros identificados no sentido dado por Samuel Benchimol (BENCHIMOL, 1977):

Contudo, ainda existe um número muito grande de famílias que habitam o centro da cidade, que cultivam o preconceito e o sentimento de que viver muito longe as excluem de seu “status” citadino.

A respeito disso, o padrão tradicional de que o lugar mais apropriado para fixar residência para uma pessoa da classe alta é ainda perto do centro comercial, está sendo atualmente quebrado. O centro tende a se tornar, um lugar especializado para negócios, compras e recreação (p.75).





Figura 84 – (JORNAL DO COMÉRCIO, 30/11/1975, p.7)



Figura 85 – (JORNAL DO COMÉRCIO, 08/11/1975).

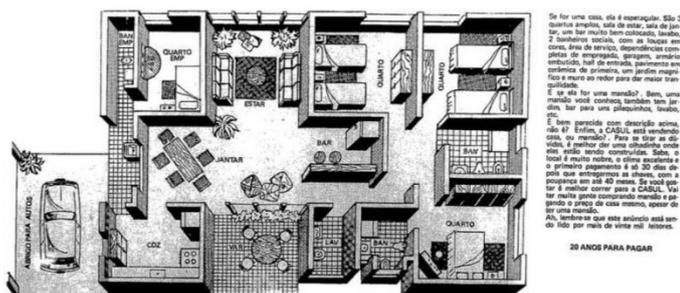


Figura 86 – Fragmento de propaganda com planta de imóvel a venda (JORNAL DO COMÉRCIO, 14/11/1975).

Ainda, com a abertura de crédito à construção de conjuntos para grupos com maior poder aquisitivo, a própria COHAB – Am implantou nos anos estudados, dois conjuntos destinados à classe média, o conjunto Parque Tropical e outro, na Estrada da Ponta Negra (MENSAGEM, 1969):

A Companhia Amazonense de Habitação, já deu início à programação objetivando atingir a chamada classe média, com a construção do conjunto “Parque Tropical”, a ser erguido nas imediações do Parque 10. Outro conjunto destinado a esta mesma

classe social, será construído na Estrada da Ponta Negra, já tendo sido realizados levantamentos topográficos, da poligonal e processamento jurídicos (p.90).

### **3.4 Nota: Obra da Ponte do bairro de Educandos.**

Seria preferível continuar em suas casas, a deixá-las “por meia dúzia de dinheiro”. Sua saída compulsória da Baixa da Égua<sup>169</sup>, depois de muitos anos vivendo ali, era necessária para a construção da ponte do Educandos, que levaria o “progresso”, ligando o antigo bairro suburbano ao Centro de Manaus. Ocorreu o mesmo com Francisco Soares da Silva, marceneiro que vivia no local havia vinte e seis anos. Recebeu uma indenização da Prefeitura no valor de R\$3.561,00 para custear a compra de um terreno ou de outro imóvel para sua fixação na cidade. Quando concedeu a entrevista<sup>170</sup> em que expôs as dificuldades de concretizar o intento, dado o pouco recurso financeiro de que dispunha, morava e trabalhava em uma oficina da “Moto Importadora”. Temia a desapropriação da oficina também.

Morador da mesma localidade, o embarcador Sérgio Ribera recebeu a visita de representantes da Prefeitura Municipal de Manaus, que o comunicaram da desapropriação de seu imóvel, determinando que saísse do Boulevard Rio Negro<sup>171</sup> em vinte dias a contar daquele aviso. Pagava a época da entrevista, depois do ocorrido, quinhentos cruzeiros de aluguel na casa em que morava, diante da impossibilidade de “comprar uma casa na base do financiamento” (JORNAL DO COMÉRCIO, 03/04/1975), afirmando que passaria necessidades se o fizesse. Em suas palavras, estava impresso o desejo de poder permanecer naquele local da cidade, mesmo diante das dificuldades que lhe eram apresentadas: “Morei aqui durante nove anos, vi muita coisa ruim, como desastres, desabamentos que causaram até mortes, mas preferia continuar na minha casa” (idem, ibidem).

Segundo noticiado seguidamente pela imprensa, os moradores da “Baixa da égua”, vivenciaram os impactos das chuvas de abril de 1975 sobre as áreas de barranco que ocupavam com suas casas no igarapé do Educandos, mas também, a intervenção do Estado, que para construção de uma ponte de concreto armado nesse local, promoveu inúmeras

<sup>169</sup> Em sua tese sobre a cidade flutuante, Leno Barata apresenta a Baixa da Égua, como uma área populosa e concorrida de Manaus nas primeiras décadas do século XX, “marguada pelas águas do rio Negro e igarapé da Cachoeirinha”, uma “baixa de terras ribeirinhas que terminava as margens do igarapé dos Educandos”. Também relata a existência de um comércio informal no local, onde “alguns comerciantes dali compravam dos interioranos que iam negociar naquela praia” além de um porto de catraias. Reproduz o relato de um antigo morador da cidade flutuante, quando recém chegado à Manaus em 1962, que afirmava que “na Baixa da Égua só tinha casa, o telhado era palha branca, tinha muita casa, barraco assim como na nossa [atual casa] aqui, tudo de madeira e tábuas”. (SOUZA, 2010, p.84, 121.)

<sup>170</sup> Destaca-se a chamada “Educandos: desapropriados têm queixas e os barrancos desabam” (JORNAL DO COMÉRCIO, 03/04/1975)

<sup>171</sup> Boulevard Rio Negro era popularmente conhecido como “Baixa da Égua”.

desapropriações. Mesmo com essas mudanças, entre os entrevistados pelo Jornal do Comércio naquele ano, o compartilhamento da vontade de se manterem nas proximidades do Igarapé, em resistência às mudanças que vinham transformando a cidade e suas vidas.

Muito diferentes das reações, da percepção de populares sobre a obra em curso, foram as chamadas propagandísticas dessa obra em jornais de 1975. “Sonho dos educandenses se realiza com a ponte” (idem, *ibidem*, 18/10/1975) e “Educandos vibra com a ponte inaugurada” (idem, *ibidem*, 19/10/1975) foram textos veiculados em 1975 quando da inauguração da obra, que ainda assim, viria a conectar um espaço da cidade historicamente periférico, à sua região central.

A permanência de populações pobres em regiões centrais de Manaus, que de modo autônomo fixaram moradia em áreas crescentemente valorizadas da cidade durante o período em estudo, de 1943 a 1975, esteve tensionada em práticas disseminadas, por parte de diversos segmentos sociais, que tendiam à defesa de seu remanejamento e ao controle de sua presença na cidade. O ataque à materialidade dessas moradias, por vezes foi dado pela associação à ideia de que abrigavam além dos pobres, a degradação moral e comportamental, a insalubridade e a violência.

Ao criticar as políticas habitacionais governamentais, numa análise que também homogeneiza os habitantes de áreas precárias da cidade onde estão latentes o adensamento e as carências sociais advindas da industrialização recente, Márcio Souza afirma (SOUZA, 1978):

A Manaus de Zona Franca continua sem bairros. Não se pode chamar de bairro o que se vê em São Raimundo, ou na Raiz, ou na Compensa, muito menos no Coroadó e Cidade das Palhas. Mesmo os conjuntos habitacionais financiados pelo BNH são verdadeiros exemplos de como não se deve praticar a urbanização, onde a especulação e a má fé dos construtores e incorporadores juntaram-se à falácia da casa popular, formando uma monstruosa simbiose de desrespeito ao morador potencial e de completa falta de escrúpulo social. O que eufemisticamente se batizou por bairros são imundas favelas e guetos dos retirantes do interior. Cada um desses aglomerados é um prodígio de improvisação popular pela sobrevivência vegetativa, onde suas “ruas” foram traçadas por sua gente, suas “casas” construídas quase em mutirão, seus “terrenos” loteados pelo senso comum do povo. Muitas vezes esses “bairros” foram fruto de invasão ou grilagem. Sem luz, na poeira e na lama, com improvisadas e repelentes “feiras”, um comércio à altura de suas ínfimas necessidades, essa gente não pertence à Zona Franca a não ser como mão-de-obra dócil e barata. Ela somente caminha no centro de Manaus quando vai enfrentar as filas do INPS ou quando, no domingo, olha as vitrines e se mistura com a marginalidade que habita o coração da cidade. Para essa gente que tirou do nada esses guetos de promiscuidade e proteção; o subemprego, a inexistência de infraestrutura, sem água, sem luz, sem nada, somente a indiscriminada violência policial, que lá, entre os fugidos das enchentes exercia uma competência que não possui (p.164).

Em sua fala, estão entre aspas as nomeações “ruas”, “casas”, “terrenos”, “bairros”, “feiras”, componentes morfológicos da cidade tradicional, pois não os reconhecia como tais. Associada a esta “não cidade”, a representação comportamental, mesmo psicológica, do operário. Conforme o fragmento citado, de certo modo datado, ele mora em guetos, sobrevive, vegeta, é mão-de-obra dócil, barata. Ele não faz parte da cidade, se mistura com a marginalidade, habita em meio à promiscuidade. Mesmo com a tonalidade de crítica à ação governamental, de certo modo o autor corrobora para a leitura estigmatizada e homogênea da vivência de populares no espaço social urbano da cidade nesses anos.

A obra da ponte de Educandos adquire um sentido importante nesta narrativa, pois com ela, deu-se uma intervenção voltada ao tráfego de veículos, para a conexão de um território periférico à região central da cidade, historicamente consolidado, que foi Educandos, e neste processo, como apresentado, a substituição de uma população que habitava as margens do igarapé.



Figura 87 – Construção da ponte de Educandos. Fotografia de autoria de Hamilton Salgado, 1975. Cedida pelo autor.

Era imposta com essas intervenções, especialmente com as que mais transformaram nesses anos a paisagem urbana previamente consolidada, uma configuração do espaço social urbano marcada pela presença das novas atividades industriais e pela imagem projetada de cidade, a qual aspiravam representantes do poder público, uma cidade controlada, ordenada e modernizada.

Ainda assim, fora de seu controle, outras vivências se fizeram presentes, ao longo desses anos de 1943 a 1975, adaptadas, auto conduzidas, produto de experiências e modos de vida autônomos. A respeito destas, vale resgatar uma memória afetiva, uma das inúmeras que

compuseram e compõem a cidade, dependentes das experiências de indivíduos, e mencionar um trecho do livro de Thiago de Mello, a respeito da “Arquitetura de Manaus” (MELLO, 1983):

Guardo até hoje a alegria, à qual sei dar o devido valor, da descoberta que fiz, nos anos quarenta, da beleza da arquitetura, autenticamente amazonense, nascida da sabedoria e da cultura popular. (...) Mas coisa que Manaus pode realmente se orgulhar, como obra nascida do talento e bom-saber do seu povo, é de sua arquitetura popular. Nos bairros pobres, na periferia da cidade que se espalha, nos barracos de beira de igarapé, é que estão as casas autenticamente amazonenses, feitas para atender a exigências estéticas intuitivas, mas também para que sirvam da melhor maneira às suas funções de moradia urbana, de gente que tem um determinado jeito de viver ainda que mal versados em matéria teórica de ecologia. São casas simples, quase singelas. Na maioria de madeira, chão de itauba ou sucupira. (...) Os nossos sobradinhos de madeira são um primor de criação arquitetônica (...). É preciso reparar na delicadeza com que descem as linhas das meias ou das duas águas de seus telhados e no esmero da junção das tábuas de suas paredes (Todos sabemos que são um horror, em matéria de arquitetura, as casas que compõem os “conjuntos” habitacionais de agora) (p.77-79).

### **3.5 Compunham a paisagem, cotidiano e invenção.**

Neste último tópico do trabalho são apresentadas algumas fotografias, na maior parte do arquivo virtual do Acervo dos Trabalhos Geográficos de Campo do IBGE. O motivo de sua inserção decorre do interesse em apresentar, frente às transformações empreendidas prioritariamente pelo poder público nos anos analisados, cenas de vivências de habitantes urbanos que as desenvolveram a parte ou em adaptação aos projetos de ordenamento da habitação popular implantados pelo Estado, numa forma de indisciplina, como afirma Michel de Certeau (CERTEAU, 2008):

A Cidade se torna o tema dominante dos legendários políticos, mas não é mais um campo de operações programadas e controladas. Sob os discursos que a ideologizam, proliferam as astúcias e as combinações de poderes sem identidade legível, sem tomadas apreensíveis, sem transparência racional – impossível de gerir (p.173,174).

Nesses territórios, estiveram presentes, dimensões desconsideradas no habitar urbano delineado nos planos oficiais e projetos estatais de moradia. Nas experiências humanas nesses locais, distintas da programação governamental, predominaram formas de criar e viver o urbano, sociabilidades e arranjos materiais não previstos pelo poder público administrativo e pelo poder econômico, operantes no espaço da cidade.

Uma referência para a realização deste tópico foi a dissertação de Carlos José Ferreira dos Santos (SANTOS, 2008), de acompanhamento de variadas imagens em torno de diversos espaços da cidade, em seu caso, para situar frente o crescimento demográfico da cidade de São Paulo na transição de séculos, XIX ao XX, no tocante à composição social e cultural da

população da cidade, a presença de nacionais pobres. Isto como uma contraposição à narrativa oficial, em que esses populares haviam sido negligenciados em detrimento de imigrantes europeus na formação populacional daquela cidade.

Em nosso caso, considerando-se o objeto de estudo, a provisão estatal da moradia entre os anos de 1943 e 1975 em Manaus, a desconsideração desses populares teria sido dada nos projetos, planos, discursos em que eles compareceram de modo estigmatizado, recorrentemente representados a partir de associações com a falta de higiene, a violência, a promiscuidade, sujeira, como já tratado ao longo deste relatório. Os projetos de habitação governamentais e os textos que alegam em seu favor, em linhas gerais, apresentam como contraponto, formas de viver inapropriadas à cidade. Favelas, invasões, cortiços, cubículos, porões, subúrbios, tapiris, barracas, casebres, trapiches, estâncias, palafitas, casebres, flutuantes, mocambos, não nesta ordem, apareceram nos documentos consultados como nomeações pejorativas e sintéticas para representação da moradia de pobres urbanos.

As críticas dirigidas à materialidade das habitações de pobres urbanos, que comumente dão suporte à defesa dos programas governamentais voltados à habitação de populares na cidade, muitas vezes se confundem com críticas a modos de vida desses mesmos habitantes da cidade. Esta segregação, em um processo de origens e efeitos mais amplos, influiu também na negação de possibilidades de produção das moradias de populares a partir de premissas de projeto cultural e ambientalmente enraizadas.

Ao serem negados mais generalizadamente esses modos de vida, mesmo porque os programas de habitação desenvolvidos a partir de 1964 com o governo militar para todo o país, foram os que mais viriam a influir no padrão de projetos de moradia implantados em Manaus neste recorte temporal da pesquisa, foram negadas ou ignoradas outras possibilidades de moradia, mais ambientadas neste contexto. As implicações da implantação dos conjuntos habitacionais como modelo de moradia para populares urbanos em Manaus ocorreram desde a instauração de estruturas ambientais em completa desconformidade com o meio, até a tentativa de rompimento com formas de habitar enraizadas culturalmente neste lugar.

As fotografias, desta forma, foram as fontes documentais que deram a identificar algumas formas de vivência. As imagens devem ser analisadas no sentido de ser identificado no campo do visível, o que é dado a ver ou a ocultar, em relação aos locais em que foram veiculados seus conteúdos (MENESES, 2003). Para tanto, foram selecionadas as fotografias a partir da construção do campo visual dado pela composição. Foi necessário selecionar das imagens levantadas ao longo da pesquisa, aquelas que revelaram, a partir de olhares aproximados, conteúdos sociais específicos, presentes em formas de viver urbanas de

populares. Portanto, foram analisadas a composição e o grau de aproximação dos registros fotográficos a determinadas sociabilidades.

O ponto de partida foi composto por fotografias de duas procedências, os registros de paisagens urbanas, veiculados nas revistas de propaganda do governo militar, jornais e mensagens oficiais, que seguem uma mesma lógica compositiva, dos conjuntos desabitados para demonstração do senso ordenador com o qual foram idealizados e também a quantidade de unidades habitacionais. Do conjunto das imagens selecionadas a partir desses critérios, foram selecionadas as abaixo destacadas, como síntese da construção visual que ocorria com frequência:

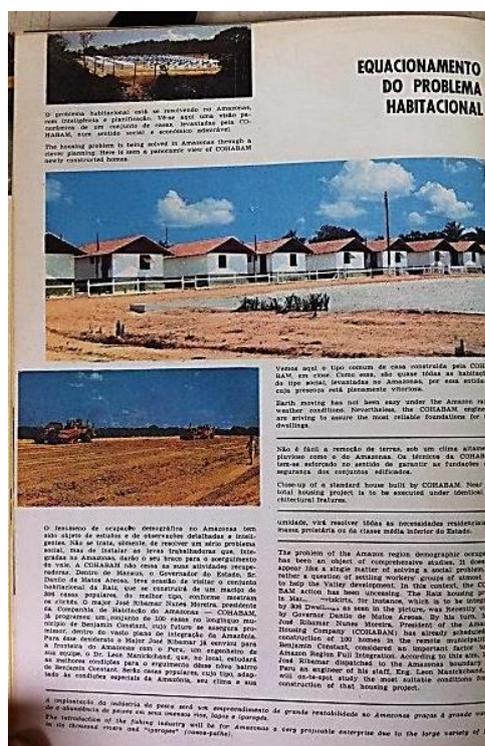


Figura 88 - (AMAZÔNIA É BRASIL s.d.)

O destaque da legenda com a qual eram veiculadas tais imagens foi dado importante. A imagem anteriormente apresentada foi a veiculada em uma revista promocional do governo militar, com a assertiva de que “o problema habitacional está se resolvendo no Amazonas,

com inteligência e planificação. Vê-se aqui uma visão panorâmica de um conjunto de casas, levantadas pela COHABAM, num sentido social e econômico admirável”. O título da matéria veiculada era “equacionamento do problema habitacional”. Todos os argumentos até então apresentados, esvaziavam este conteúdo da legenda.

No acervo dos trabalhos geográficos de campo do IBGE, também consta o registro de uma grande perspectiva com as habitações seriadas, como na imagem a seguir, de Tibor Jablonsky, a qual se veiculou uma descrição tendente à isenção, com que se legendou a imagem, “Bairro de Flores vendo-se casas populares da COHAB em Manaus (AM)”.

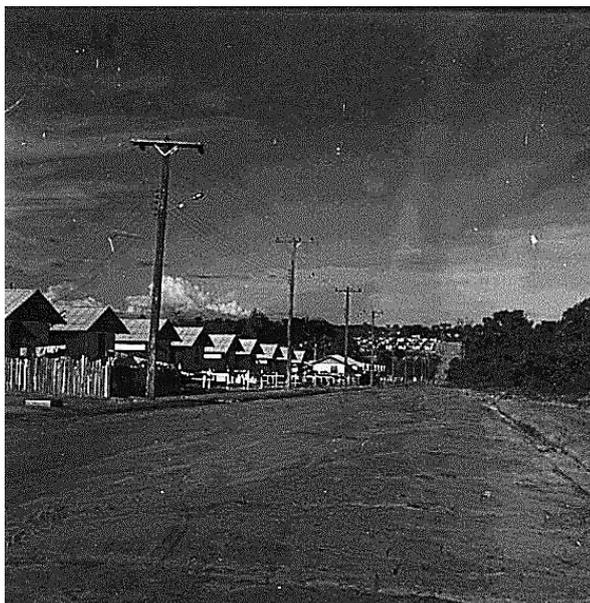


Figura 89 – Legenda da imagem: "Bairro de Flores vendo-se casas populares da COHAB em Manaus (AM)". Ano: (incerto). Autor: Tibor Jablonsky. Arquivo virtual: Acervo dos Trabalhos Geográficos de Campo, IBGE.

As imagens, esvaziadas de pessoas, tinham como finalidade enunciar sobre as unidades habitacionais, sua seriação, ou o caso da primeira, associar à imagem um conceito de progresso, em que as habitações estão inscritas em meio ao ambiente natural. Comentário a respeito dos “conjuntos do BNH” é feito em revista de arquitetura de 1987, na qual se destacou a fala do arquiteto Roger Abraham, com a qual se associam tais imagens (MANAUS, 1987):

O BNH chegou a ter um código de obras próprio para ser obedecido em todo país”, reclama o arquiteto observando que “a diferença, aqui, começa com o padrão de ocupação do solo”. Modelo encontrado, segundo ele, nos bairros formados aleatoriamente, com as invasões, que possuem um padrão de vizinhança e convivência social muito distinto da escala dos conjuntos habitacionais. Essas invasões, cuja organização dos espaços possibilita lugares de encontro à semelhança de largos, traduzem princípios das unidades de vizinhança. Nessas invasões, abrigadas nos fundos de vale, os princípios são opostos à orientação dos conjuntos habitacionais. Enquanto neles se notam “pequenas casas em terrenos enormes”, nos autoconstruídos, embora as áreas de quintais sejam mínimas, existem quatro ou cinco casas dentro de um mesmo lote”.

As imagens de paisagens urbanas também desabitadas, podem ser destacadas por guardarem conteúdo sobre a materialidade de habitações com as quais se estabeleceu confronto com os conjuntos habitacionais. Estas imagens foram selecionadas dentre as pertencentes ao conjunto do acervo dos trabalhos geográficos de campo do IBGE:

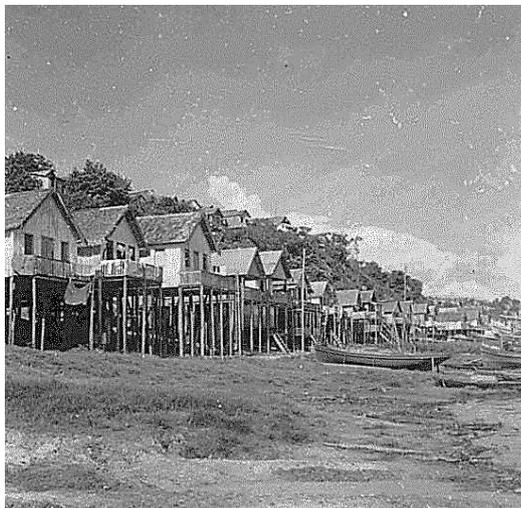


Figura 90 - Legenda da imagem: "Fileira de casas palafitas na rua Beira Mar em Educandos, Manaus (AM)". Ano: 1958. Autor: Tibor Jablonsky. Arquivo virtual: Acervo dos Trabalhos Geográficos de Campo, IBGE.



Figura 91 - Legenda da imagem: "Igarapé perto do bairro Educandos em Manaus (AM)". Ano: 1958. Autor: Tibor Jablonsky. Arquivo virtual: Acervo dos Trabalhos Geográficos de Campo, IBGE.



Figura 92 - Legenda da imagem: "Bairro Educandos vendo-se batelões à margem do Rio Negro em Manaus (AM)". Ano: 1968. Autor: Tibor Jablonsky. Arquivo virtual: Acervo dos Trabalhos Geográficos de Campo, IBGE.

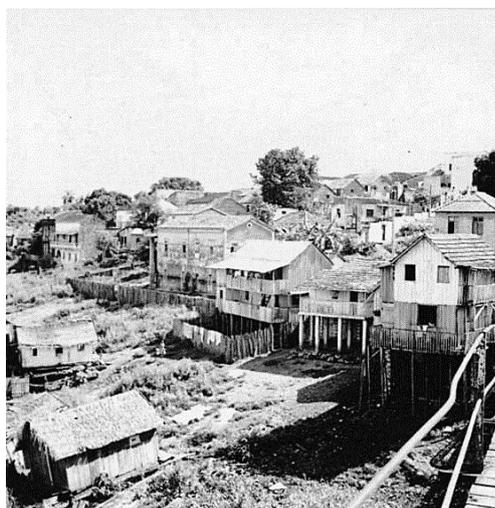


Figura 93 - Legenda da imagem: "Casas flutuantes e pobres, estacas localizadas no bairro proletário Igarapé São Raimundo Manaus (AM)". Ano: 1965. Autor: Wilson de Souza Aranha. Arquivo virtual: Acervo dos Trabalhos Geográficos de Campo, IBGE.



Figura 94 - Legenda da imagem: "Casas de madeira perto da Avenida Silves em Manaus (AM)". Ano: 1968. Autor: Tibor Jablonsky. Arquivo virtual: Acervo dos Trabalhos Geográficos de Campo, IBGE.

Nessas cinco imagens anteriores, constam panoramas, e neles, as habitações são postas em diálogo com o ambiente. Das habitações, analisadas a partir da área que ocupam da imagem, foi registrada sua incrustação no ambiente, compondo com sua presença, paisagens particulares. Os fotógrafos, como já dito na introdução deste relatório, pouco fotografavam com total autonomia, o que ocorria junto a outros técnicos, especialmente geógrafos. Também outro dado é que as legendas eram inseridas a posteriori, depois de reveladas as imagens, pelos próprios geógrafos (ABRANTES, 2013).

Nas imagens selecionadas dispostas a seguir, nota-se a relação da habitação com o meio de inserção, natural ou construído, como no caso das habitações da cidade flutuante, sobre as quais há um conjunto de fotografias no acervo consultado. A particularidade, frente às anteriores, está na individualização da unidade habitacional ou de pequenos conjuntos, o que revela o interesse do fotógrafo no registro do objeto em si. Outro aspecto que nos interessa diz respeito à forma de inserção. Nota-se a casa sobre as águas, na cheia de 1953, e um arranjo construtivo também adaptado ao regime das águas, presente nas duas fotografias subsequentes, de 1958:



Figura 95 - Legenda da imagem: "Casas flutuantes de modestos habitantes em Manaus (AM)". Ano: 1953. Autor: Tibor Jablonsky. Arquivo virtual: Acervo dos Trabalhos Geográficos de Campo, IBGE.

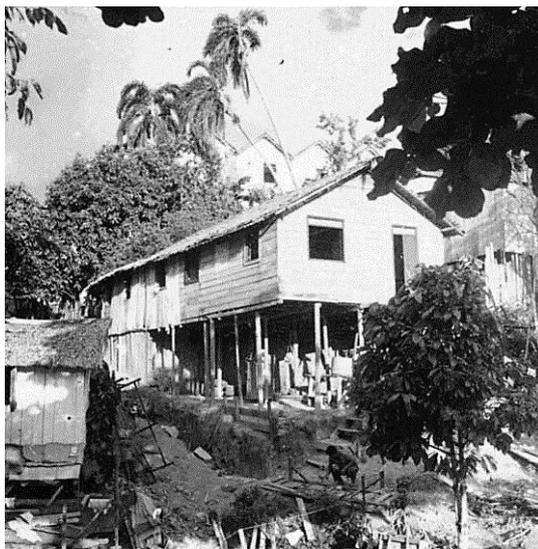


Figura 96 - Legenda da imagem: "Casa palafita perto da Avenida Silves em Manaus (AM)". Ano: 1958. Autor: Tibor Jablonsky. Arquivo virtual: Acervo dos Trabalhos Geográficos de Campo, IBGE.

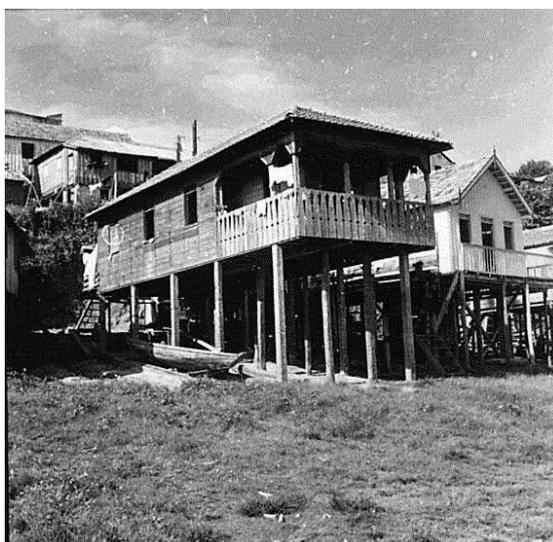


Figura 97 – Legenda da imagem: "Uma casa palafita em Manaus (AM)". Ano: 1958. Autor: Tibor Jablonsky. Arquivo virtual: Acervo dos Trabalhos Geográficos de Campo, IBGE.

A peculiaridade da adaptação construtiva atraiu o olhar do técnico, a ponto de trazê-la ao conteúdo do registro fotográfico. A presença não é de pessoas, mas de seu rastro, como a embarcação no pé da estrutura palafítica desse último registro. A relação entre a habitação e o meio cultural, está presente também na imagem a seguir, produzida a partir da perspectiva de um barranco. Nela, a locação das casas e da embarcação, num paralelo entre ambos, suscitando uma dubiedade, entre o que é construção de terra firme e o que é construção ou embarcação sobre a água.

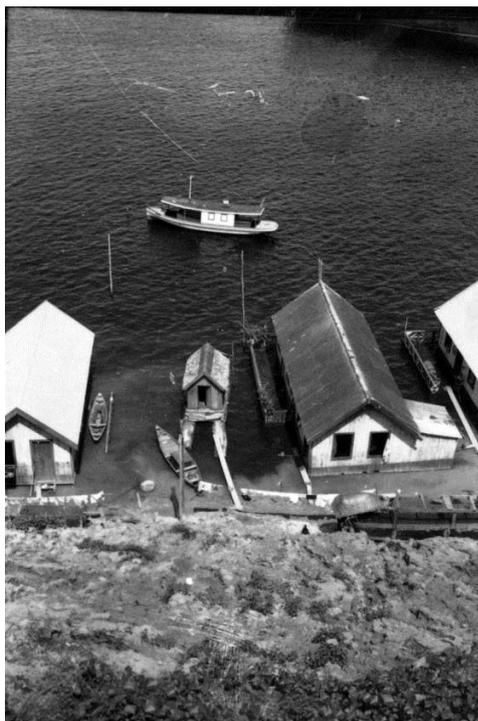


Figura 98 - Legenda da imagem: "Casas flutuantes à margem do Rio Negro em Manaus (AM)". Ano: 1953. Autor: Tibor Jablonsky. Arquivo virtual: Acervo dos Trabalhos Geográficos de Campo, IBGE.



Figura 99 – Fonte: (SCHULTZ, 1964)

Essa última imagem, sobre a qual não se tem informação a respeito da autoria, foi acompanhada da legenda abaixo. A partir da ambiência registrada, houve o interesse em tratar do espaço de vivências na cidade flutuante (SCHULTZ, 1964):

Ao lado do pôrto de Manaus, à entrada da cidade, surgiu um novo bairro flutuante. As ruas aquáticas serpenteiam irregularmente entre bares, restaurantes, moradias, oficinas mecânicas, tudo aquilo de que um bairro terrestre também necessita (p.68,69).

Na mesma revista, um registro de uma atividade comercial na cidade flutuante traz o cotidiano à tona. A mercearia, ou a “taberna” como usual nos bairros da cidade, ficaria sem

espaço nos conjuntos habitacionais, pois em vários deles, quando existente, o comércio ocupava área específica e setorizada, em rigidez funcional.



Figura 100 – Legenda: “Comércio na cidade flutuante”. (SCHULTZ, 1964, p.68)

A seguir, uma sequencia de imagens pinçadas pelo fato de nelas serem apresentados mais detidamente os habitantes na cidade. Neste caso, foi prioridade separar um conjunto daquelas imagens da cidade flutuante, existentes no referido acervo do IBGE, para que fossem destacadas em pormenor, as feições dos habitantes desse território em suas práticas cotidianas. Suas feições foram ampliadas para que ganhassem ênfase numa outra possível composição. O lazer, o banho, o trabalho, a brincadeira, a contemplação, a solidão, são presentes nas dinâmicas registradas e em destaque.



Figura 101 - Legenda da imagem: "Detalhe da cidade flutuante em Manaus (AM)". Ano: 1965. Autor: Wilson de Souza Aranha. Arquivo virtual: Acervo dos Trabalhos Geográficos de Campo, IBGE.



Figura 102 - Legenda da imagem: "Aspecto da cidade flutuante em Manaus (AM)". Ano: 1965. Autor: Wilson de Souza Aranha. Arquivo virtual: Acervo dos Trabalhos Geográficos de Campo, IBGE.



Figura 103 - Legenda da imagem: "Cidade flutuante em Manaus (AM)". Ano: 1965. Autor: Wilson de Souza Aranha. Arquivo virtual: Acervo dos Trabalhos Geográficos de Campo, IBGE.



Figura 104 - Legenda da imagem: "Cidade flutuante em Manaus (AM)". Ano: 1965. Autor: Wilson de Souza Aranha. Arquivo virtual: Acervo dos Trabalhos Geográficos de Campo, IBGE.



Figura 105 - Legenda da imagem: "Família de caboclos lavando roupa na enchente em Manaus (AM)". Ano: 1953. Autor: Tibor Jablonsky. Arquivo virtual: Acervo dos Trabalhos Geográficos de Campo, IBGE.

Nessa última imagem, anteriormente apresentada, crianças e mulheres em trabalho, possivelmente lavadeiras, juntas, compartilhando do tempo e do ambiente em que junto à vizinhança, implicava um tipo particular de sociabilidade no ambiente dominado pelas águas.



Figura 106 - Legenda da imagem: "Família flagelada pela enchente vivendo a beira d'água em Manaus (AM)". Ano: 1953. Autor: Tibor Jablonsky. Arquivo virtual: Acervo dos Trabalhos Geográficos de Campo, IBGE.

A seguir, numa imagem também do acervo do IBGE, em que se priorizou apresentar o contraste entre a intervenção urbanizadora dos anos de 1950 e as habitações de palha e madeira. Nos fragmentos ampliados, as crianças ganham ênfase em frente à cobertura de palha e brincando no piso capeado.

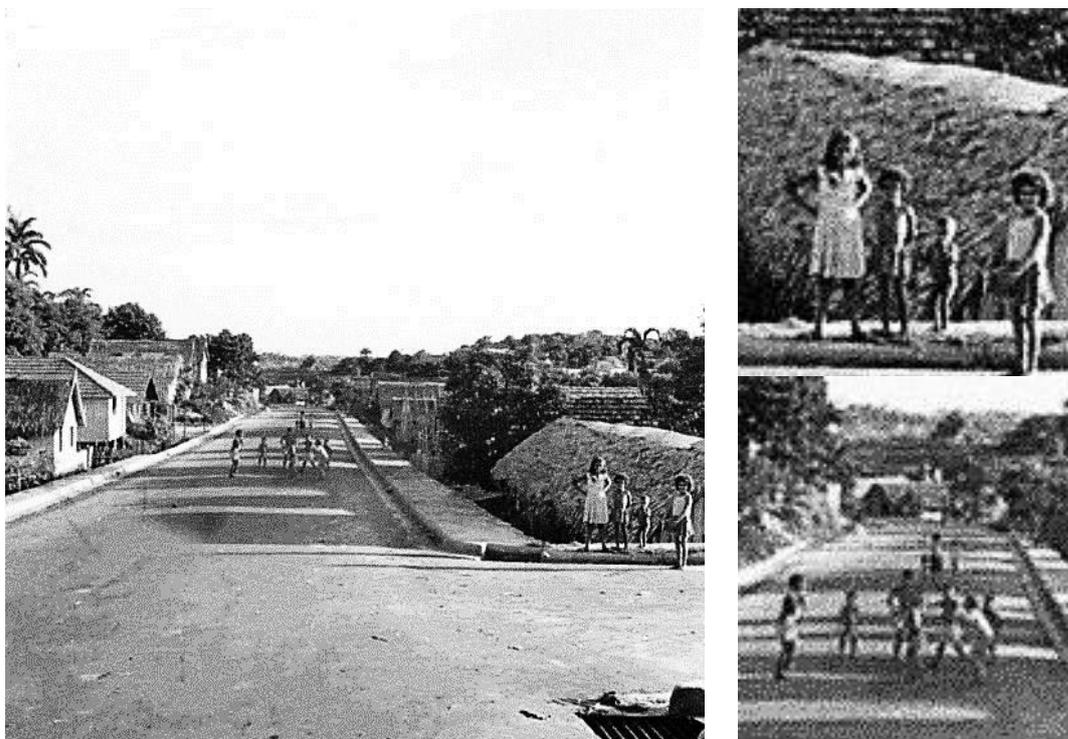


Figura 107 - Legenda da imagem: "Aspecto de uma rua do bairro proletário notando-se a expansão dos mesmos em Manaus (AM)". Ano: 1965. Autor: Wilson de Souza Aranha. Arquivo virtual: Acervo dos Trabalhos Geográficos de Campo, IBGE.

Duas imagens são apresentadas a seguir, a primeira do conjunto de Flores e a segunda de um ambiente na Matinha, em 1958. Ambos sugerem uma espacialidade mais aproximada do mundo rural do que do urbano que se disse produzir com os conjuntos.



Figura 108 - Conjunto habitacional do bairro de Flores já habitado (OCUPAÇÃO DO AMAZONAS, s.d.).



Legenda: Rua Boa Sorte no bairro da “Matinha” - 1958. Fonte: (ANDRADE 1984, p.192)

Retornando à cidade flutuante, um ambiente interno, de calma e aparente silêncio, em que de modo autônomo, homens e mulheres seguiam, se adaptando e criando seu próprio modo de habitar na cidade.

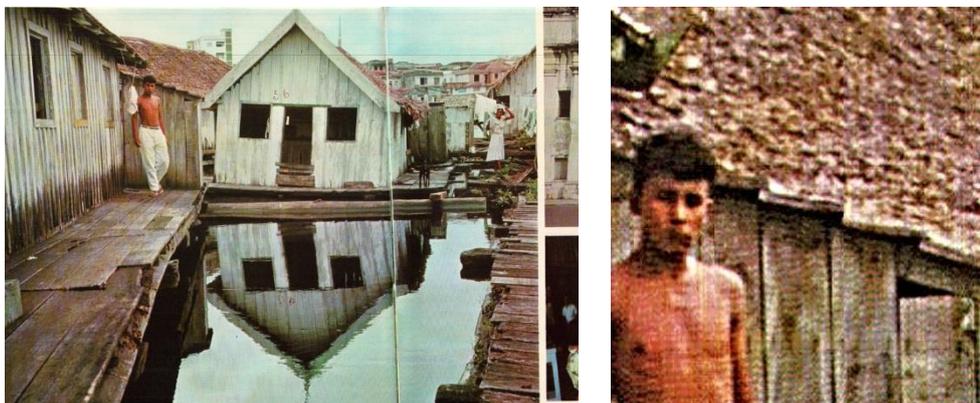


Figura 109 – Imagem da cidade flutuante. Fonte: (PASSARINHO, 1971).

## **Considerações Finais**

Ao fim desta pesquisa, alguns comentários se fazem importantes. Primeiro a respeito de sua feitura mesma. Muito foi deixado de fora e muito ainda há por ser dito a respeito do espaço urbano da cidade de Manaus nesse recorte sobre o qual foi realizada a pesquisa, meados do século XX. Esta ressalva, embora não seja das mais importantes, expressa a consciência a respeito das limitações desta narrativa.

Outro fato a observar é que, embora a tônica da pesquisa tenha recaído sobre a provisão habitacional nesses anos, sobre os quais inúmeros estudos do campo da arquitetura e do urbanismo, além da sociologia e da história tem se dedicado, a participação do Estado nesta linha de atuação, nos anos pesquisados, se funde às práticas tidas como de planejamento urbano na cidade de Manaus. Não se pode negar que os primeiros estudos desenvolvidos durante a administração de Arthur Reis, embora dirigidos à dissolução da cidade flutuante, com todas as implicações sociais já comentadas, tiveram um significado sobre a história da cidade nesse período, a partir do qual um pensamento urbanístico começou a ser forjado. Os planos e os projetos a partir de então, denunciaram sobre a cidade que se intentava constituir, sobre as formas múltiplas de poder incidentes sobre o espaço urbano dessa capital.

Ainda assim, se sobre o espaço urbano de Manaus incidiu um juízo planejador articulado às estruturas governamentais e de poder econômico, atuantes sobre o território do urbano e mais, se sobre a habitação de populares, os programas governamentais tenderam ao controle e à determinação dos lugares que pobres urbanos deveriam ocupar na cidade, ocorreu um processo distinto desse intento. A cidade nesses anos cresceu a partir de interferências múltiplas, nas quais a ocupação não programada do espaço, na formação de bairros ou loteamentos, no tocante à habitação de populares, predominou frente à implantação por parte do Estado, de conjuntos habitacionais.

De certo modo, os conjuntos seguintes, como o da Cidade Nova, no qual foram implantadas quando de sua primeira etapa, mil e oitocentas unidades habitacionais, formariam outro cenário de cidade, cuja vastidão territorial de ocupação seria ainda mais expressiva que nesses anos. Este recorte ora apresentado, que se deteve aos primeiros anos de implantação de conjuntos habitacionais, seria bem demarcado pela articulação desses programas ao arranjo espaço-social da cidade, no sentido do estabelecimento por parte dos governos locais, de um novo modo de habitar urbano.

É notória a ineficácia dos programas de implantação de conjuntos habitacionais, na finalidade para as quais foram realizados neste contexto, pois não extinguiram da cidade,

obviamente, formas de habitar de pobres urbanos, posto que esta questão se desenvolve no campo do social e do cultural. Para esta pesquisa, os conjuntos habitacionais representaram a tentativa de substituição não apenas de modos de habitar, mas das formas de o homem se relacionar com o meio local, tão singularizado pela floresta e pelas águas. Ao serem implantados os conjuntos, tendeu-se ao rompimento, violento, inclusive, com estruturas ambientais sobre as quais estiveram apoiadas experiências humanas e modos de viver peculiares. A regularidade dos traçados, a forma de organização ortogonal de ruas e disposição das casas, a seriação e uniformidade, facilitando a vigilância e o controle e a racionalização infraestrutural, o desmatamento e a uniformidade da paisagem, foram instituídas de modo radical com os conjuntos habitacionais na paisagem local.

Esta tensão se mantém na cidade hoje. Faltam moradias aos pobres urbanos, ao mesmo tempo em que são construídos os conjuntos habitacionais, agora em outras configurações, num processo contínuo em que o financiamento da moradia incentiva novos empreendimentos do setor produtivo da construção, situados em áreas recém-expandidas da cidade, e que o preço da terra os torna mais viáveis e lucrativos.

Quanto às palafitas, elas estão sendo removidas da paisagem, pois com o Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus – Prosamim os igarapés urbanos são retificados ou aterrados e populações que os habitavam são deslocadas para áreas periféricas ou em pequena parte são mantidas em sobrados de tijolo aparente nos próprios locais que antes habitavam, o território do privado e da posse da terra fica claramente estabelecido. Implantadas na terra e delimitando em acordo com os parâmetros legais da cidade, as moradias subsidiadas determinam a conformação de nova paisagem para essas áreas.

Por fim, é importante mencionar o fato de esses objetos, palafitas, foram excluídos do processo de institucionalização da preservação do patrimônio edificado implantado em Manaus. Neste processo, incidiu historicamente um juízo seletivo que priorizou para fins de preservação, edifícios cujas feições ecléticas são em geral vinculadas ao período econômico propiciado pela economia extrativa da borracha nesta região, ocorrido por volta dos anos de 1890 a 1920, além do que lhe antecede. Este caráter exclusivista com que operaram os agentes histórica e legalmente constituídos para gerir o patrimônio local, de certo modo, foi dado em concordância com uma narrativa recorrente sobre a história da cidade, que privilegiou a memória hegemônica na qual um período áureo, do ciclo da borracha, comparece como de significativo apogeu e vigor, o ápice da trajetória da cidade.

Tais edificações foram desta forma, os objetos tomados como representativos, os que comporiam a memória local a partir de sua perpetuação na paisagem urbana, levando-se em

questão o aparato legal criado para esta finalidade. Na legislação de suporte à preservação de bens imóveis, concentrados na maior parte no centro histórico local, especificamente as listagens do poder público estadual, municipal e federal, em que as unidades pertencentes ao conjunto edificado em questão comparecem tombadas individualmente, excluem-se além dos componentes naturais caros à paisagem local, como os cursos d'água internalizados ao território, os conjuntos de edificações e os objetos produzidos após esse recorte temporal, os não datados ou não pertencentes à categoria erudita do campo da arquitetura, como os conjuntos palafíticos. Também, pelas características de sua própria materialidade, tendo em vista a curta vida dos materiais de sua feitura.

A prioridade dada ao patrimônio eclético no centro histórico de Manaus e a ênfase com que ele comparece nas listas de bens imóveis sobre os quais incide a legislação preservacionista, evidencia o alinhamento do juízo seletivo institucionalizado e o esforço em se fazer perpetuar uma memória na qual o ciclo da economia da borracha é representante mais nobre. Ainda que Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional tenha estabelecido um novo perímetro de tombamento no centro histórico, as listagens operaram até o momento, como a base referencial para a proteção do patrimônio edificado local. Desta forma, uma série de edificações, como as de caráter moderno, situadas no centro histórico ou não, além de elementos naturais, como os igarapés que sofreram intervenções recentemente para implantação por parte do governo estadual, de moradias de interesse social, e as ocupações sobre as águas, não são consideradas no processo de proteção patrimonial, evidenciando a desconsideração no conjunto da legislação em vigor para proteção do patrimônio, de seu valor para a paisagem cultural de Manaus, cujas feições preservadas derivaram de uma compreensão histórica restrita temporal e socialmente.

## **7. REFERÊNCIAS**

### **7.1 Fontes primárias**

#### **7.1.1 Mensagens e Exposições:**

- AFFONSO, Emiliano Stanislau. *Exposição ao Excelentíssimo Senhor general Eurico Dutra*. Mensagem oficial de novembro de 1945 a fevereiro de 1946, Manaus: Interventoria Federal no Estado do Amazonas. Imprensa Oficial, 1946.
- ANDRADE, João Walter de. *Mensagem do Governador à Assembléia Legislativa do Estado*. Mensagem oficial, Manaus: Diário Oficial, 1971.

- ANDRADE, João Walter de. *Mensagem do Governador à Assembléia Legislativa do Estado*. Mensagem oficial, Manaus: Imprensa oficial, 1973.
- ANDRADE, João Walter de. *Mensagem do Governador à Assembléia Legislativa do Estado*. Mensagem Oficial, Manaus: Imprensa oficial, 1974.
- AREOSA, Danilo Duarte de Mattos. *Mensagem à Assembléia Legislativa*. Mensagem oficial, Manaus: Imprensa Oficial, 1967.
- AREOSA, Danilo Duarte de Mattos. *Mensagem à Assembléia Legislativa*. Mensagem oficial, Manaus: Imprensa Oficial, 1969.
- AREOSA, Danilo Duarte de Mattos. “Mensagem à Assembléia Legislativa.” Mensagem oficial, Manaus, 1970.
- COÊLHO, Plínio Ramos. *Mensagem à Assembleia Legislativa*. Mensagem oficial, Manaus: Imprensa Oficial, 1964.
- COÊLHO, Plínio Ramos. *Mensagem à Assembléia Legislativa*. Mensagem, Manaus: Divisão da Imprensa Oficial, 1957.
- COÊLHO, Plínio Ramos. *Mensagem à Assembléia Legislativa*. Mensagem, Manaus: Divisão da Imprensa Oficial, 1955.
- COÊLHO, Plínio Ramos. *Mensagem à Assembléia Legislativa*. Mensagem, Manaus: Divisão da Imprensa Oficial, 1958.
- COÊLHO, Plínio Ramos. *Mensagem do Governador Plínio Ramos Coêlho à Assembléia Legislativa*. Mensagem oficial, Manaus: Imprensa Oficial, 1963.
- MAIA, Álvaro Botelho. *Mensagem à Assembleia Legislativa do Amazonas*. Mensagem, Manaus: Imprensa Oficial, 1953.
- MAIA, Álvaro Botelho. *Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Amazonas*. Mensagem, Manaus: Diário Oficial de 13 de abril, 1951.
- MAIA, Álvaro Botelho. “Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Amazonas.” Mensagem, Manaus, 1952.
- MAIA, Alvaro. *Exposição ao Excelentíssimo Senhor Doutor Getúlio Vargas, Presidente da República*. Mensagem, Manaus: DEIP, 1944.
- NEVES, Leopoldo Amorim da Silva. *Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa*. Mensagem, Manaus: Imprensa Oficial, 1950.
- RAPOSO, Gilberto Mestrinho de Medeiros. *Mensagem à Assembléia Legislativa*. Mensagem, Manaus: Divisão da Imprensa Oficial, 1959.
- RAPOSO, Gilberto Mestrinho de Medeiros. *Mensagem à Assembléia Legislativa*. Mensagem, Manaus: Divisão da Imprensa Oficial, 1960.
- RAPOSO, Gilberto Mestrinho de Medeiros. “Reinvindicações do Amazonas à VI Reunião de Governadores.” Reinvindicação, Manaus, 1961.
- REIS, Arthur Cezar Ferreira. *Como governei o Amazonas (Relatório de dois anos e seis meses de seu mandato como Governador do Estado do Amazonas, no período de 27 de junho*

de 1964 a 31 de janeiro de 1967. Relatório Oficial, Manaus: Secretaria de Imprensa e Divulgação, 1967.

REIS, Arthur Cezar Ferreira. *Mensagem à Assembléia Legislativa*. Mensagem Oficial, Manaus: Imprensa Oficial, 1966.

### **7.1.2 Códigos e Leis:**

Código de Posturas de 1896.

Código de Posturas de 1904.

Código de Posturas de 1910.

Código de Posturas de 1920.

Lei nº 221, de 31 de dezembro de 1949;

Lei nº 143, de 06 de novembro de 1951;

Lei nº 12, de 08 de abril de 1952;

Lei nº 110, de 30 de dezembro de 1955;

Lei nº 44-B, de 01 de setembro de 1956;

Lei nº 71, de 05 de julho de 1957;

Lei nº 01, de 27 de março de 1958;

Lei nº 10, de 16 de maio de 1958;

Lei nº 48, de 25 de novembro de 1958;

Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964;

Lei nº 226 de 27 de junho de 1965;

Lei nº 431, de 06 de julho de 1966;

Lei nº 988 de 17 de novembro de 1967;

Lei nº 1131, de 23 de novembro de 1971;

Lei nº 1092, de 16 de outubro de 1973;

Lei nº 1208, de 25 de março de 1975;

Lei nº 1213, de 02 de maio de 1975;

Lei nº 1174 de 29 de dezembro de 1975;

Lei nº 1159, de 09 de julho de 1993.

### **7.1.3 Jornais:**

#### **Década de 1910:**

Jornal do Comércio, 02/ 01/ 1910.

#### **Década de 1940:**

Jornal do Comércio, 01/ 12/ 1942;

Idem, 22/ 02/ 1944;

Idem, 10/ 06/ 1945;

Idem, 08/ 07/ 1947;

Idem, 29/ 07/ 1947;  
Idem, 03/ 07/ 1948;  
Idem, 15/ 01/ 1949;  
Idem, 18/ 06/ 1949.

**Década de 1950:**

Idem, 15/ 01/ 1950;  
Idem, 09/ 03/ 1950;  
Idem, 01/ 04/ 1950;  
Idem, 05/ 04/ 1950;  
Idem, 13/ 06/ 1950;  
Jornal A Crítica, 14/ 12/ 1953;  
Jornal do Comércio, 08/ 07/ 1954;  
Idem, 01/ 01/ 1958;  
Idem, 16/ 01/ 1959;  
Idem, 20/ 08/ 1959;  
Idem, 21/ 08/ 1959;  
Idem, 02/ 09/ 1959.

**Década de 1960:**

Jornal do Comércio, 01/ 01/ 1960;  
Idem, 09/ 01/ 1960;  
Idem, 26/ 01/ 1960;  
Idem, 27/ 08/ 1960;  
Idem, 31/ 08/ 1960;  
Idem, 23/ 02/ 1964;  
Idem, 04/ 01/ 1966;  
Idem, 22/ 10/ 1966;  
Idem, 31/ 12/ 1966;  
Idem, 02/ 04/ 1968;  
Idem, 11/ 04/ 1968;  
Idem, 29/ 08/ 1968;  
Idem, 30/ 04/ 1968;  
Idem, 31/ 12/ 1968;  
Idem, 26/ 03/ 1968;  
Idem, 29/ 07/ 1969;  
Idem, 31/ 01/ 1969.

**Década de 1970:**

Jornal do Comércio, 02/ 12/ 1970;  
Idem, 23/ 12/ 1970;  
Idem, 31/ 12/ 1971;  
Idem, 19/ 12/ 1971;  
Idem, 30/ 12/ 1971;

Idem, 29/ 12/ 1971;  
Idem, 28/ 12/ 1971;  
Idem, 23/ 10/ 1972;  
Idem, 01/ 05/ 1975;  
Idem, 03/ 05/ 1975;  
Idem, 06/ 05/ 1975;  
Idem, 15/ 05/ 1975;  
Idem, 22/ 05/ 1975;  
Idem, 06/ 11/ 1975;  
Idem, 29/ 04/ 1975;  
Idem, 24/ 05/ 1975;  
Idem, 02/ 12/ 1975;  
Jornal A Notícia, 31/ 05/ 1975.

**Década de 1990:**

Jornal A Crítica, 25/ 10/ 1998.

**Década de 2000:**

Jornal A Crítica, 06/ 04/ 2003;  
Idem, 15/ 08/ 2004.

**Década de 2010:**

Jornal A Crítica, 04/ 11/ 2012.

#### 7.1.4 Diversos:

- ABA, Revista Arquitetura Brasileira do Ano -. Rio de Janeiro: Gráfica Editôra Itambé S/A, 1969.
- AMAZONAS, Governo do Estado do. *Planta Turística. Manaus. Zona Franca*. Manaus: Empresa Amazonense de Turismo, 1974.
- AMAZONAS, Governo do Estado do. *Venha investir no Amazonas*. São Paulo, 1969.
- AMAZÔNIA É BRASIL. Brasília: Vitória Régia Editôra, s.d.
- ANTONY, Luiz Carlos, e Fernando Pereira da CUNHA. “Bairro da Raiz - Manaus Urbanismo e Arquitetura.” *Arquitetura - Revista do Instituto de Arquitetos do Brasil - IAB*. Número 42, Dezembro de 1965: 49-51.
- BINDÁ, Carlos. *Roteiro de Manaus 79. Turismo. Zona Franca. O que você pode comprar...* Manaus: Editora Umberto Calderaro, 1979.
- CODEAMA, Comissão de Desenvolvimento Econômico do Estado do Amazonas -. *Os flutuantes de Manaus. Estudos específicos*. Relatório de pesquisa, Manaus: Setor de publicações, 1966 Ano 2 no.13.
- DOMINGUES, Mario. *Impressões de viagem ao norte do Brasil*. Irmãos Pongetti, 1938.
- FIGUEIREDO, Aguinaldo Nascimento. *Santa Luzia. História e memória do povo do Emboca*. Manaus: Edições Muiraquitã, 2008.
- FIGUEIREDO, Walney Freitas de. *Compensa. A história do bairro da Compensa - Invasão ou necessidade*. Manaus: Edições Muiraquitã, s.d.
- LENZ, Matias Martinho et al. *Os Flutuantes de Manaus*. Pesquisa, Manaus: CODEAMA, Estudos Específicos, 1966.
- MANAUS, Prefeitura de. *Manaus*. Manaus, 1979.
- MARTELLI, Amália. *Amazônia: nova dimensão do Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1969.
- MINGOS, Carla Negreiros Cardoso. *História dos Bairros. Cachoeirinha. Sob um novo olhar*. s.d.
- “Ocupação do Amazonas. Manaus Zona Franca.” s.d.
- OITICICA, Cesar. “Impressões Sobre o Urbanismo de Manaus.” *Arquitetura. Instituto de Arquitetos do Brasil - IAB*., dezembro de 1965: 34-35.
- PASSARINHO, Jarbas G. *Amazônia. O desafio dos trópicos*. Rio de Janeiro: Primor, 1971.
- REIS, Arthur César Ferreira. *Súmula de História do Amazonas (Roteiro para professores)*. Manaus: Sergio Cardoso, 1965.
- SCHULTZ, Harald. *Isto é a Amazônia*. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1964.
- SERRA, Celso Luiz Rocha, e Wilson Rodrigues da CRUZ. *Aspectos econômicos e sociais da Cidade Flutuante*. Manaus: Gráfica Amazonas, 1964.
- SERRAN, João Ricardo. *O IAB e a política habitacional*. São Paulo: Schema Editora, 1976.

- SUFRAMA, Ministério do Interior. Superintendência da Zona Franca de Manaus -. *Boletim Informativo*. Manaus, 1971.
- TAVARES, Octavio. *Do Amazonas á Guanabara (aspectos do Brasil)*. Rio de Janeiro: Gráfica, 1936.

## 7.2 Fontes bibliográficas

- ABRANTES, Vera Lucia Cortes. “O arquivo fotográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e o olhar de Tibor Jablonszky sobre o trabalho feminino.” *Hist. cienc. saude-Manguinhos* [online]. vol.20, n.1 de 2013. <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-59702013000100015&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702013000100015&lng=en&nrm=iso)>. ISSN 0104-5970. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-59702013000100015>. (acesso em fevereiro de 2014).
- ABREU, Maurício de Almeida. “A cidade da geografia no Brasil: percursos, crises, superações.” In: *Cidade: História e Desafios*, por (Org.) Lúcia Lippi OLIVEIRA, 53-55. Rio de Janeiro: FGV, 2002.
- ABREU, Mauricio de Almeida. “Sobre a memória das cidades.” *Território*, Rio de Janeiro, ano 3, n.4, 1998: 5-26.
- AB'SÁBER, Aziz Nacib. *A Amazônia: Do discurso à práxis*. São Paulo: Edusp, 2004.
- AGUIAR, José Vicente de Souza. *MANAUS praça, café, colégio e cinema nos anos 50 e 60*. Manaus: Valer, 2002.
- ALMEIDA, Caliane Christie Oliveira de. “Habitação social: Origens e produção (Natal: 1889-1964).” Dissertação de Mestrado, São Carlos: Universidade de São Paulo, 2007.
- ANDRADE, Moacir. *Manaus: Ruas, Fachadas e Varandas*. Manaus: Humberto Calderaro, 1984.
- AZEVEDO, Sérgio de, e Luís Aureliano Gama de ANDRADE. *Habitação e Poder: da Fundação da Casa Popular ao Banco Nacional da Habitação*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- BARAÚNA, Silvia Maria Quintino. *Condições Sociais de Migrantes em Manaus, 1920-1945*. Dissertação de Mestrado, Manaus: Universidade Federal do Amazonas, 2010.
- BATISTA, Selma Paula Maciel. *Injustiça socioambiental: o caso PROSAMIM*. Tese, São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas - USP, 2013.
- BENCHIMOL, Samuel. *Amazônia. Um pouco - antes e além - depois*. Manaus: Editora Humberto Calderaro, 1977.
- BENEVIDES, Claudia do Valle. *Um estado de bem-estar social no Brasil?* Dissertação de Mestrado, Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2011.
- BENTES, Dorinethe. *Manaus: Outras faces da história, 1910 - 1940*. Piauí: Reggo, 2012.

- BOLAFFI, Gabriel. “Habitação e Urbanismo: O problema e o falso problema.” In: *A produção capitalista da Casa (e da Cidade) no Brasil Industrial*, por Ermínia MARICATO(org.), 37-70. São Paulo: Alfa-Ômega, 1982.
- BONDUKI, Nabil. *Origens da habitação social no Brasil. Arquitetura Moderna, Lei do Inquilinato e Difusão da Casa Própria*. São Paulo: Editora Estação Liberdade, 2011.
- \_\_\_\_\_. “Vargas, arquitetura moderna e a origem da habitação social no Brasil.” *Seminário de História da Cidade e do Urbanismo*, v.4, n.4, 1996: 974-980.
- BONDUKI, Nabil, e Raquel ROLNIK. “Periferia da grande São Paulo. Reprodução do espaço como expediente de reprodução da força do trabalho.” In: *A produção capitalista da Casa (e da Cidade) no Brasil Industrial*, por Ermínia MARICATO(org.), 117-154. São Paulo: Alfa-Ômega, 1982.
- BRAUDEL, Fernand. *Civilização Material, Economia e Capitalismo: séculos XV-XVIII. Volume 1: As Estruturas do Cotidiano*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- BRESCIANI, Maria Stella. “Cidade e História.” In: *CIDADE: História e Desafios*, por Lúcia Lippi Oliveira (org.), 17-33. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 2002.
- BRESCIANI, Maria Stella. “Permanência e ruptura nos estudos da cidade.” In: *Cidade e História: modernização das cidades brasileiras nos séculos XIX e XX*, por Ana FERNANDES, & Marco Arélio de Filgueiras (Orgs) GOMES, 11-26. Salvador: FAU - UFBA, 1992.
- CALABI, Donatella. *História do Urbanismo Europeu*. São Paulo: Editora Perspectiva, s.d.
- CAPEL, Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. “Estudos de Desenvolvimento Regional (Amazonas).” Levantamentos e Análises, Rio de Janeiro, 1959.
- CASTRO, Edna. “Urbanização, pluralidade e singularidades das cidades amazônicas.” In: *Cidades na floresta*, por Edna CASTRO(org). São Paulo: Annablume, 2008.
- CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: I. Artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 2008.
- CHALOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim. O cotidiano dos trabalhadores do Rio de Janeiro da Belle Époque*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- CHARTIER, Roger. *A História Cultural entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Difel, 2002.
- CHOAY, Françoise. *O urbanismo*. São Paulo: Editora Perspectiva, s.d.
- CORREIA, Telma de Barros. *A construção do Habitat Moderno no Brasil - 1870 - 1950*. São Carlos: Editora Rima, 2004.
- COSTA, Francisca Deusa da. *Quando Viver Ameaça a Ordem Urbana*. Dissertação de Mestrado em História, São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo., 1997.
- COSTA, Francisca Deusa. “Quando viver ameaça a ordem urbana. Manaus, 1900- 1915.” In: *Cidades.*, por Déa FENELON. São Paulo: Olho d'água, 1999.

- DEPAULE, Jean-Charles, e Christian TOPALOV. “A cidade através de suas palavras.” In: *Palavras da Cidade*, por Maria Stella BRESCIANI(Organizadora), 17-38. Porto Alegre: Ed. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2001.
- DIAS, Edinea Mascarenhas. *A ilusão do fausto: Manaus, 1890-1920*. Manaus: Editora Valer, 1999.
- DONZELOT, Jacques. *A polícia das famílias*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1980.
- FILHO, Antonio Triana. *Habitação popular no Brasil: análise do modelo operacional de financiamento pelas agências oficiais*. Dissertação de Mestrado, Brasília: Universidade de Brasília, 2006.
- FILHO, Vitor Ribeiro. *Mobilidade residencial em Manaus. Uma análise introdutória*. Dissertação de mestrado, Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1997.
- FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso: aula inaugural no College de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970*. São Paulo: Loyola, 15a. edição, 2007.
- FREIRE, José Ribamar Bessa. “Barés, manãos e tarumãs.” *Arquitetura Urbanismo. AU*, fevereiro/ março de Ano 3 n.10, 1987: 53-60.
- FUNARI, Pedro Paulo. “Os historiadores e a cultura material.” In: *Fontes Históricas*, por (org.) Carla Bassanezi PINSKY, 81-110. São Paulo: Contexto, 2011.
- GITAHY, Maria Lucia, e Paulo Cesar Xavier (ORGS.) PEREIRA. *O Complexo industrial da construção e a habitação econômica moderna. 1930-1964*. São Paulo: Editora Rima, 2002.
- GOTTDIENER, Mark. *A produção social do espaço urbano*. São Paulo: Edusp 2a edição, 2010.
- HATOUM, Milton. *Cinzas do Norte*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- IAB, Instituto de Arquitetos do Brasil. *Arquitetura*. Guanabara, 1965.
- IDEG, BNH/. “Manual de Coordenação Modular da Construção.” 1978.
- IX Congresso Eucarístico Nacional. Manual do Congressista*. Manaus, 1975.
- LAMAS, José M. Ressano Garcia. *Morfologia urbana e desenho da cidade*. Porto: Fundação Calouste Gulbenkian. Fundação para a Ciência e Tecnologia, 2004.
- LEFEBVRE, Henri. *A produção do espaço. Tradução de Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins. [S.i.:s.n.]*, 2007. *Inédito. Título original: La production de l'espace. 4a ed. Paris: Éditions Anthropos, 2000.* 2007.
- LOUREIRO, Antonio. *Tempos de Esperança. Amazonas 1917 - 1945*. Manaus: Editora Sérgio Cardoso, 1994.
- LUCCHESI, Maria Cecília. “A gênese do planejamento urbano integrado e o urbanismo de Harry James Cole nos anos 1960.” In: *Profissionais, práticas e representações da construção da cidade e do território*, por Cristina de CAMPOS, Fernando ATIQUÊ, & George Alexandre Ferreira (orgs.) DANTAS, 231-253. São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2013.

“MANAUS (corrigindo a rota).” *AU*, 1987: 29-39.

MARICATO, Ermínia. “As idéias fora do lugar e o lugar fora das idéias. Planejamento urbano no Brasil.” In: *A cidade do pensamento único. Desmanchando consensos*, por Otília ARANTES, Carlos VAINER, Erm, & MARICATO (orgs.) Ermínia, 121-192. Petrópolis: Editora Vozes, 2002.

MARICATO, Ermínia. “Autoconstrução, a arquitetura possível.” In: *A produção capitalista da Casa (e da Cidade) no Brasil Industrial.*, por Ermínia MARICATO, 71-93. São Paulo: Alfa-Ômega, 1982.

—. *Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana*. Petrópolis: Vozes, 2001.

—. *Habitação e cidade*. São Paulo: Editora Atual, 1997.

—. Nossas cidades estão ficando inviáveis. *Revista Desafios do Desenvolvimento – Ipea*. Edição 66, 2011. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com\\_content&view=article&id=2508&catid=30&Itemid=41](http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=2508&catid=30&Itemid=41)>. Acesso em 17 de Abril de 2014.

MELLO, Thiago de. *Manaus Amor e Memória*. Manaus, 1983.

MELO, Mário Lacerda de, e Hélio A. de MOURA. *Migrações para Manaus*. Recife: Editora Massangana, Fundação Joaquim Nabuco, 1990.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. “Fontes visuais, cultura visual, História visual. Balanço provisório, propostas cautelares.” *Revista Brasileira de História*, 2003, V.23, no.45: 11-39.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. “A paisagem como fato cultural.” In: *Paisagem e Turismo*, por Eduardo YAZIGI, FALTA INDICAR. Campinas: Contexto, 2001.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. “Apresentação da série. Por que um curso permanente de História de São Paulo?” In: *Os campos do conhecimento e o conhecimento da cidade*, por Maria Lúcia Perrone (org.) PASSOS, 5-6. São Paulo: Museu Paulista da Universidade de São Paulo, 1992.

MESQUITA, Otoni. *La Belle Vitrine. Manaus entre dois tempos (1890 - 1900)*. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2009.

MONTENEGRO, Rita de Cássia. *A criação da escola de Serviço Social de Manaus*. Dissertação de Mestrado, Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 1986.

NASCIMENTO, Flávia Brito do. *Blocos de memórias: habitação social, arquitetura moderna e patrimônio cultural*. Tese de Doutorado, São Paulo: Universidade de São Paulo, 2011.

NEVES, Marlúcia Cândida de Oliveira. *A colocação e a casas do seringueiro: exemplo de arquitetura vernácula da Amazônia*. Dissertação de mestrado, Rio Branco: Gráfica do Tribunal de Justiça do Estado do Acre, 2007.

NUNES, Brasilmar Ferreira. “A interface entre o urbano e o rural na Amazônia brasileira.” In: *Cidades na Floresta*, por Edna CASTRO(org), 41-58. São Paulo: Annablume, 2008.

- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. *Integrar para não entregar. Políticas Públicas e Amazônia*. Campinas: Papirus, 1988.
- OLIVEIRA, Daniel de. *Presidente Vargas. A Matinha dos tucumãs*. Manaus: Edições Muiraquitã, 2010.
- OLIVEIRA, José Aldemir de. *Manaus de 1920 - 1967*. Manaus: Editora Valer/ Governo do Estado do Amazonas/ Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2003.
- OLIVEIRA, Marlúcia Cândida de. *A colocação e a casa do seringueiro: exemplo de arquitetura vernácula da Amazônia*. Rio Branco: Gráfica TJ, 2007.
- PÉRES, Jefferson. *Evocação de Manaus como eu a vi e sonhei*. Manaus: Editora Valer, 2002.
- PINHEIRO, Luis Balkar Sá Peixoto. “Manaus na rota da Copa e o dilema de mudar com o passado ou contra o passado.” *Revista Estudos Amazônicos vol. V, n.2*, 2010: 125-154.
- RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar, a utopia da cidade disciplinar. 1890-1930*. São Paulo: Paz e Terra, 1995.
- RAMINELLI, Ronald. “História Urbana.” In: *Domínios da História. Ensaios de Teoria e Metodologia*, por Ciro Flamarion CARDOSO, & Ronaldo VAINFAS, 185-202. Rio de Janeiro: Campus Editora, 1997.
- REGIONAL, Ministério da Integração. *Desenvolvimento urbano e gestão municipal - Plano Diretor em Municípios de Pequeno Porte: documento básico*. Documento básico, Rio de Janeiro: IBAM - Instituto Brasileiro de Administração Municipal, 1994.
- ROLNIK, Raquel. *A cidade e a lei: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo*. São Paulo: Fapesp, 1997.
- ROLNIK, Raquel. “História urbana: história na cidade?” *Cidade & História, Fau - UFBA*, 1993: 27-29.
- . *O que é a cidade*. São Paulo: Brasiliense, 2009.
- SALAZAR, João Pinheiro. *O abrigo dos deserdados (Estudo sobre a remoção dos moradores da cidade flutuante e os reflexos da Zona Franca na habitação da população de baixa renda em Manaus)*. Dissertação de Mestrado, São Paulo: Universidade de São Paulo, 1985.
- SAMPAIO, Maria Ruth Amaral. *A promoção privada de habitação econômica e a arquitetura moderna 1930 - 1964*. São Paulo: Rima, 2002.
- SANTOS, Carlos José Ferreira dos. *Nem tudo era italiano. São Paulo e Pobreza 1890 - 1915*. São Paulo: Annablume. 3a. ed., 2008.
- SANTOS, Carolina Cássia Batista. “Direito à moradia na cidade de Manaus.” *Ser Social n.8*, 2001: 209-234.
- SANTOS, Milton. *A Natureza do Espaço - Técnica e Tempo. Razão e Emoção*. São Paulo: Editora Hucitec, 1996.
- . *A Urbanização Brasileira*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 5a. edição, 2009.

- . *Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico - científico informacional*. São Paulo: Editora Hucitec, 1994.
- SERÁFICO, José, e Marcelo SERÁFICO. “A Zona Franca de Manaus e o capitalismo no Brasil.” *Estud. av. [online]*, 2005: 99-113 ISSN 0103-4014.
- SKIDMORE, Thomas E. *Brasil: de Getúlio a Castello*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- SOARES, Lúcio de Castro. *Amazônia. Guia da excursão no. 8 realizada por ocasião do XVIII CONGRESSO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA*. Rio de Janeiro: Edição do Conselho Nacional de Geografia, 1963.
- SOUZA, Leno José Barata. *Cidade Flutuante. Uma Manaus sobre as águas (1920-1967)*. Tese de Doutorado, São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2010.
- TELES, Luciano Everton Costa. *A Vida Operária em Manaus: Imprensa e Mundos do Trabalho (1920)*. Dissertação de mestrado, Manaus: Universidade Federal do Amazonas, 2008.
- THOMPSON, Edward Palmer. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas: Editora Unicamp, 2001.
- VILLAÇA, Flávio. *O que todo cidadão precisa saber sobre habitação*. São Paulo: Editora Global, 1986.
- VIZIOLI, Simone Helena Tanoue. *Planejamento urbano no Brasil: a experiência do SERFHAU enquanto órgão federal de planejamento integrado ao desenvolvimento municipal*. Dissertação de Mestrado, São Paulo: Universidade de São Paulo, 1998.
- WILLIAMS, Raymind. *O Campo e a Cidade na História e na Literatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

ANEXO I – Tabela Organizada pela autora a partir de listagem de loteamentos e conjuntos habitacionais aprovados, fornecida pelo IMPLURB – Instituto Municipal de Planejamento em julho de 2012.

Nº.	Empreendimento	TIPO	Proprietário	Bairro	APROV.
<b>1</b>	<b>Conj. 31 de Março</b>	<b>Loteamento</b>	<b>SHAM</b>	<b>Japiim</b>	<b>19/06/87 11/05/88 (mod.)</b>
2	Abílio Nery	Conj. Res.	Incorporadora Irmãos Valle Ltda	Aleixo	15/06/71
3	Acariquara	Conj. Res.	Certam – Cim Eng. Ltda	Coroado	21/09/83
4	Adrianópolis, Pq. Res. E Ampliação	Loteamento	América do Sul (CASUL)	Adrianópolis	11/06/81
<b>6</b>	<b>Ajuricaba, Conj. Hab.</b>	<b>Conj. Res.</b>	<b>SHAM</b>	<b>Alvorada</b>	<b>28/09/78 30/12/80</b>
7	Aripuanã, Parque	Loteamento	Coencil	D. Pedro	01/02/82 07/06/84
8	Aristocrático	Conj. Res.	Const. Coroado Ltda	Chapada	04/11/80 04/05/81
12	Aruaná, Pq. Res.	Loteamento	EMBRATEC – Comp. Brasileira Técnica	Compensa	10/03/75
13	Atilio Andreazza	Conj. Res.	Assoc. Serv. Da Suframa	Japiim	22/05/81
15	Ayapuá, Pq. Do	-	Arca – Arq. E Cost. Do Am Ltda	Compensa	05/03/82
16	Bancários	Conj. Res.	Nóvoa & Cia. Ltda	Santo Antonio	23/07/73
17	Barra Bela	-	Const. Sampaio Correa	Parque 10	02/08/82 24/02 84
18	Beija Flor I	Conj. Hab.	Engecil	Flores	05/08/88
19	Beija Flor II	Loteamento	PLANECON – Planj. Emp. E Const.	Flores	06/10/88
20	Belvedere	Conj. Res.	Mac. Emp. Imobiliária Ltda.	Planalto	05/05/82
22	Bervely Hills	Conj. Res.	Souplan	Chapada	16/05/72
25	Bosque Res. Murici	Loteamento	Coencil	Parque 10	(1º)19/06/75
28	Campos Elíseos, Pq. Res.	Loteamento	CASUL – Const. América do Sul	Planalto	12/11/82
<b>31</b>	<b>Castelo Branco, Conj.</b>	<b>Conj. Res.</b>	<b>SHAM</b>	<b>Parque 10</b>	<b>28/09/78 30/12/80 (mod.)</b>
32	Castrolandia	-	José Jorge Castro	Chapada	10/10/72
33	Celetramazon	Conj. Res.	Celetramazon	Parque 10	30/05/72
41	Coophasa	Conj. Res.	Coop. Hab. Sub. E Sarg. Am	Nova Esperança Lúrio	16/11/91
43	Déborah	Conj. Res.	CSUL – Cont. América do Sul	D. Pedro	30/09/76
45	D. Pedro I	Conj. Res.	Coop. Hab. Dom Pedro	D. Pedro	24/09/80
46	D. Pedro II	Conj. Res.	Coop. Hab. Dom Pedro	Alvorada	27/12/77 12/06/78
49	Eldorado	Conj. Res.	Soaplam - Ltda	Parque 10	04/06/71
<b>57</b>	<b>Flores</b>	<b>Conj. Hab.</b>	<b>SHAM</b>	<b>São Geraldo</b>	<b>28/09/78</b>
61	Haydea I, Res. Jardim	-	COENCIL	Chapada	03/02/71
62	Haydea II, Res. Jardim	-	COENCIL	Chapada	19/07/71
63	Haydea III, Res. Jardim	-	COENCIL	Chapada	25/02/72
66	Huascar Angelim	-	Certam – Com. Eng. Ltda	Aleixo	04/01/80
67	Ica Maceió	-	ICA – Ind Const. Alvorada S/A	N. Sra. Das Graças	25/07/69
68	Ica Paraíba	-	ICA – Ind. Const. Alvorada S/A	Arianópolis	18/08/69 10/03/75
70	Isaias Vieirals	Conj. Res.	Incorporação Irmãos Valle	N. Sra. Das Graças	23/11/70
74	Jardim Amazônia	Loteamento	Vieirals Imobiliária Ltda.	N. Sra. Das Graças	04/03/75
85	Jardim Itaoca	Conj. Res.	Coencil Ltda	Parque 10	27/08/74
89	Jardim Olívia	Conj. Res.	Incorporação Irmãos Valle	N. Sra. Das Graças	27/08/74 21/10/76
91	Jardim Orquídea	-	Coencil	Parque 10	10/11/72
97	Jardim Tarumãzinho	Loteamento	Dinâmica – Serv. Técnico e Ass. Ltda	Tarumã	24/07/75
98	Jardim Uirapuru	-	Coencil	Parque 10	16/09/74
99	Jardim Vila Rica I	Loteamento	Rosa Maria ardozo Farias	Aleixo	23/07/73
101	Jardim Yolanda	Cons. Res.	Casa – Const. Hab. Arq. Ltda.	Parque 10	28/05/76
107	Kissia I	Conj. Res.	Const. Flávio Espírito Santo	D. Pedro	08/09/75
108	Kissia II	Conj. Res.	Const. Flávio Espírito Santo	D. Pedro	05/11/75
110	Laranjeiras – 1ª Etapa,	Loteamento	Ela – Emp. Líder de Asses Ltda.	Flores	04/03/75
111	Laranjeiras – Etapa Especial, Pq. das	Loteamento	Ela – Emp. Líder de Asses Ltda.	Flores	25/09/79
113	Lé Village Blanc	-	Arca – Arq. E Const. do Am Ltda	Chapada	04/10/76 16/06/78
114	Manauense	Conj. Res.	Coop. Hab. Manauense	N. Sra. Das Graças	10/09/73
117	Morada do Sol	-	Oca – Org. de Const. Da Amaz. Ltda	Aleixo	10/03/72 24/03/80
120	Mucuripe I	Conj. Res.	Casa Const/. Hab. E Arq. Ltda	Parque 10	02/09/75
124	Jardim Nova Friburgo	Loteamento	Const. Villa Real	Parque 10	10/03/71
<b>129</b>	<b>Núcleo Res. Int. Ponta</b>	<b>Loteamento</b>	<b>SHAM</b>	<b>Ponta Negra</b>	<b>04/02/87</b>
137	Petro	Conj. Hab.	Const. A. Gaspar Ltda	Aleixo	18/06/79
138	Pindorama	Conj. Res.	Poliedro Const. Ltda	Parque 10	17/02/78
161	Santos Dumont (q. das Seringueiras)	Conj. Res.	Const. A. Gaspar Ltda	Bairro da Paz	27/11/78 25/05/83
170	Tiradentes	Conj. Res.	Certam – Com. Eng. Ltda	Aleixo	08/02/79 08/08/84
171	Tocantins	Conj. Res.	-	Chapada	17/08/83
<b>172</b>	<b>Tropical, Pq.</b>	<b>-</b>	<b>COHAB - Am</b>	<b>Parque 10</b>	<b>24/03/72</b>
176	Vila Municipal	-	SIHABAM	Adrianópolis	08/10/71 30/10/75
177	Vila Verano	Conj. Res.	Casa Const/. Hab. E Arq. Ltda	Aleixo	14/11/77
179	Vila do Rei	Conj. Res.	Const. Vila Real Ltda.	Parque 10	06/07/76
184	Vista Bela	Conj. Res.	IPASEA/ Arca – Arq. E Const. do Am	Planalto	01/07/80
	Conjuntos e Loteamentos aprovados na década de 1970.				
	Conjuntos habitacionais promovidos pela SHAM/ COHAB-Am				